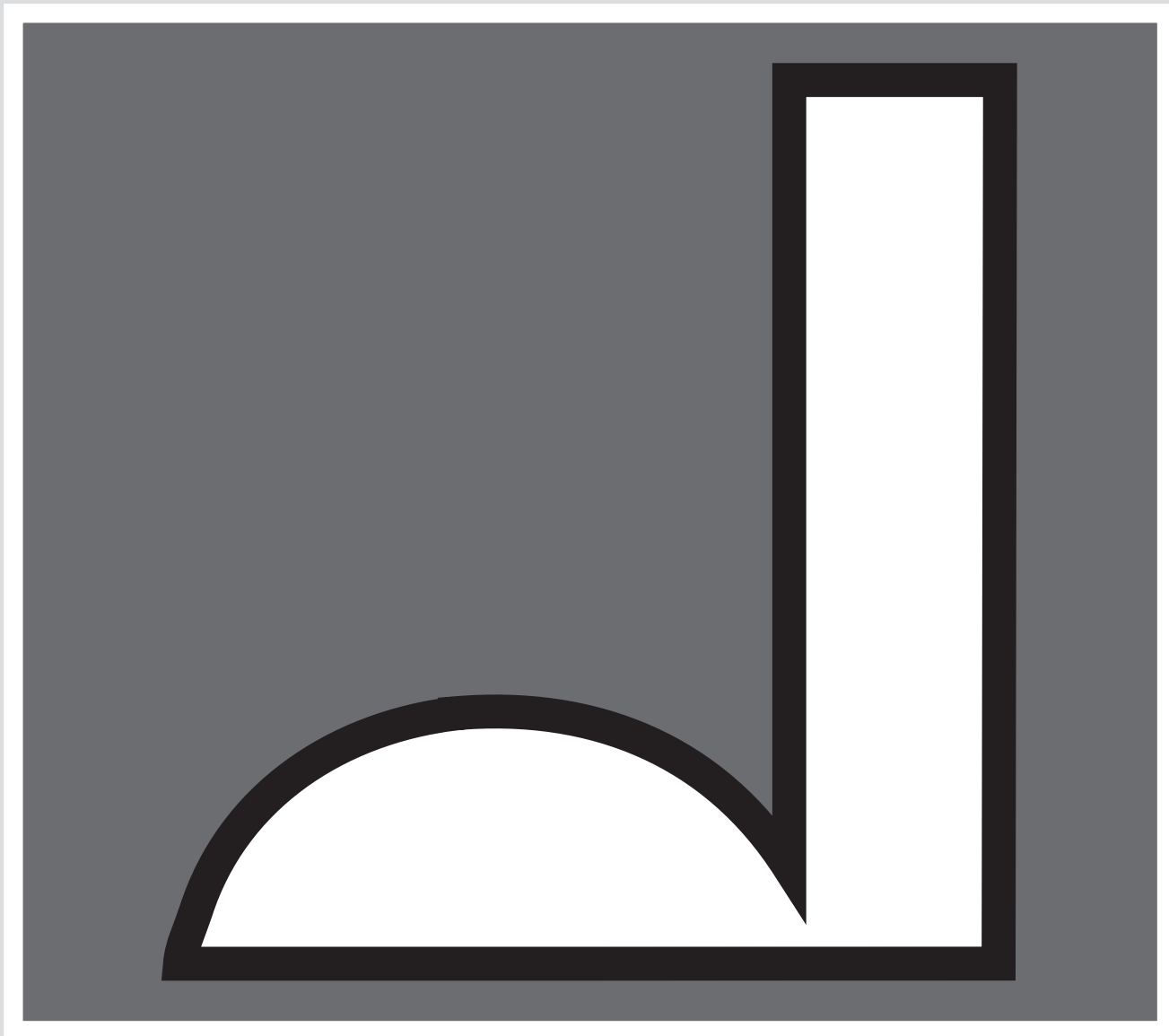




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 176 - SEXTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – BLOCO – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>		<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>
LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 21</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes do PMDB (vago) (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p> <p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Vice-Líder DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias Vice-Líder do PDT (vago)</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 17</p>	<p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>Vice-Líderes Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>Vice-Líderes do PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PL Aeton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Vice-Líder do PSB (vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 2 Heloísa Helena</p> <p>Vice-Líder do P-SOL Geraldo Mesquita Junior</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/ PSDB) – 31</p> <p>LÍDER José Jorge</p>	<p>Vice-Líderes Álvaro Dias – PSDB Tasso Gereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líder do PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan (vago) Flexa Ribeiro</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloízio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes do Governo Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.012, DE 2005(*)

Aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão dos termos da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de outubro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto da Convenção-Quadro acima citado está publicado no **DSF** de 25-5-2004.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 190ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 27 DE OUTUBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Ministro de Estado das Relações Exteriores

Nº 32/2005, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 840, de 2005, do Senador Marcelo Crivella. 37271

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005..... 37271

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 79, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.808, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até dez milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)..... 37271

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2005, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera o inciso III do art. 36 da Lei nº 9.394, de 1966, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para inserir o estudo da Filosofia e da Sociologia nos currículos do ensino médio, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 37271

Redistribuição do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2003, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa, nos termos do inciso I do art. 49 do Regimento Interno. 37271

Redistribuição dos Projetos de Lei do Senado nºs 501, de 2003; 169 e 345, de 2004, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo a esta última a decisão terminativa, nos termos do inciso I do art. 49 do Regimento Interno..... 37271

Redistribuição dos Projetos de Lei do Senado nºs 160, de 2000, e 114, de 2004, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Serviços de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo a esta última a decisão terminativa, nos termos do inciso I do art. 49 do Regimento Interno..... 37271

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2005, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220, da Constituição Federal..... 37271

Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2005, de autoria do Senador Ney Suassuna, que altera o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, para incluir entre as contravenções penais o uso, a produção, o fornecimento ou a venda de materiais e artefatos cortantes, inclusive cerol, a serem utilizados em papagaios de papel e em artefatos semelhantes. 37273

Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, que disciplina o funcionamento de empresas de desmontagem de veículos automotores terrestres, altera o § 3º do art. 114 e o Parágrafo Único do art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e dá outras providências..... 37274

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 1.214, de 2005, de autoria do Senador Efraim Moraes, solicitando licença para desempenhar missão do exterior, no período de 28 de outubro a 7 de novembro de 2005. 37278

1.2.5 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 63, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera a redação do inciso II do art. 37 da Constituição Federal..... 37279

1.2.6 – Parecer

Nº 1.827, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005 (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa do

Presidente da República, que dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal)..... 37281

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante à Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente..... 37285

1.2.8 – Offícios

Nº 448/2005, 26 do corrente, da Liderança do PPS no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 263, de 2005..... 37285

Nº 408/2005, de 27 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos. *Designação do Senador Gilvam Borges, para compor a Comissão de Assuntos Econômicos.* 37285

Nº 409/2005, de 27 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de remanejamento do Senador Ney Suassuna para a suplência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de indicação de membro na referida Comissão..... 37286

1.2.9 – Mensagens do Presidente da República

Nº 246, de 2005 (nº 735/2005, na origem), de 26 do corrente, submetendo à apreciação o nome da Senhora Joísa Campanher Dutra para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. 37286

Nº 247, de 2005 (nº 734/2005, na origem), de 26 do corrente, submetendo à apreciação o nome do Senhor Edvaldo Alves de Santana para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. 37291

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Registro, nos Anais da Casa, do artigo intitulado “Violência contra a Mulher: basta”, de autoria do Senhor Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral do Senado Federal. Aprovação de projeto de autoria de S.Exª, que fixa o ano 2006 como o Ano Nacional de Santos Dumont..... 37297

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Esforço do Governo Federal para coibir os crimes ambientais na Amazônia..... 37301

SENADORA *IDELI SALVATTI*, como Líder – Expectativa de benefício para a habitação popular no Brasil, através da “MP do Bem II”..... 37303

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Considerações sobre a votação ontem, pelo Plenário do Senado, da Medida Provisória 255, de 2005. Críticas ao projeto que trata de gestão de florestas públicas..... 37304

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Regozijo pela aprovação hoje, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, de projeto de lei de autoria de S. Exª, que traz benefícios à população rural do País. Considerações sobre a situação de empobrecimento dos municípios brasileiros. 37306

SENADOR *RODOLPHO TOURINHO* – Preocupação com a situação dos municípios brasileiros..... 37308

SENADOR *ANTONIO CARLOS MAGALHÃES* – Críticas ao Ministro Ciro Gomes..... 37310

SENADOR *RAMEZ TEBET* – Apelo às autoridades econômicas do Governo, para solucionar a dramática situação em que vivem os agricultores brasileiros e, em especial, os do Mato Grosso do Sul, após o surgimento de focos da febre aftosa. 37312

SENADORA *ANA JÚLIA CAREPA* – Registro da Operação Ouro Verde, desencadeada em vários Estados brasileiros. Diminuição do desmatamento na Amazônia..... 37313

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS*, como Líder – Considerações sobre a acareação na CPI dos Bingos entre os irmãos do Prefeito Celso Daniel e o Secretário de Lula, Sr. Gilberto Carvalho..... 37315

SENADOR *ALOIZIO MERCADANTE*, como Líder – Considerações sobre as denúncias feitas contra parentes de autoridades públicas. 37316

SENADOR *REGINALDO DUARTE* – Registro da comemoração dos 60 anos da ascensão à Presidência da República do cearense José Linhares, no dia 29 de outubro..... 37318

SENADORA *ÍRIS DE ARAUJO* – Registro da realização ontem da sabatina da política brasileira de direitos humanos, em Genebra, na Suíça, para fazer cumprir o Pacto Internacional dos Cíveis e Políticos, ratificado pelo País em 1992. 37321

SENADOR *GILVAM BORGES* – Considerações sobre sua reassunção ao cargo de Senador da República..... 37323

1.2.11 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Senador Tião Viana, baseada nos arts. 403 e 172 do Regimento Interno, com referência a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia, sendo respondida pelo Presidente Renan Calheiros..... 37327

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *PAULO PAIM* – Considerações sobre a aprovação da Convenção-Quadro para o Combate ao Tabaco..... 37328

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – As acareações que estão ocorrendo na CPMI do Mensalão. Estranheza ante a postura do Sr. Gilberto Carvalho durante a acareação. 37329

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Considerações sobre as acareações na CPMI do Mensalão. 37341

1.2.13 – Ofícios

Nº 222/2005, de 27 do corrente, da Senadora Heloísa Helena, referente ao registro definitivo do P-SOL, junto ao Tribunal Superior Eleitoral. 37341

Nº 117/2005, de 27 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Sociais. 37343

1.2.14 – Leitura de requerimento

Nº 1.215, de 2005, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005, que dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal). 37343

1.2.15 – Ofícios

S/nº, de 26 do corrente, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando que seja reiterado pedido de informações feito através do Requerimento nº 741, de 2005, de sua autoria. 37345

S/nº, de 26 do corrente, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando que seja reiterado pedido de informações feito através do Requerimento nº 790, de 2005, de sua autoria. 37345

S/nºs, de 26 do corrente, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando que seja reiterado pedido de informações feito através do Requerimento nº 808 e 899, de 2005, de sua autoria. 37345

S/nºs, de 26 do corrente, de autoria do Senador Heloísa Helena, solicitando que seja reiterado pedidos de informações feitos através dos Requerimentos nºs 830 e 842, de 2005, de sua autoria. 37345

S/nº, de 26 do corrente, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando que seja reiterado pedido de informações feito através do Requerimento nº 940, de 2005, de sua autoria. 37345

1.2.16 – Leitura de requerimentos

Nº 1.216, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Cabral, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, de 2003, e 352, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria. 37345

Nº 1.217, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do pioneiro em Brasília, Sr. Orestes Gomes, ocorrido no dia 18 de agosto de 2005. 37346

1.2.17 – Comunicação da Presidência

Recebimento de requerimento que solicita a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com objetivo de investigar o financiamento das campanhas eleitorais, no período compreendido entre 1998 e 2004. 37346

1.2.18 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Reflexões sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. 37346

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da realização, oportunamente, do Encontro Mundial de Turismo, em Imbituba-SC. 37348

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Medida Provisória nº 256, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de quatrocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e quatro reais, para os fins que especifica. **Aprovada**, após **Parecer nº 1.828, de 2005-Plen**, tendo usado da palavra os Srs. Alvaro Dias e João Ribeiro. À promulgação. 37349

Item 2

Medida Provisória nº 257, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, e de Encargos Financeiros da União, no valor global de um bilhão, duzentos e quatorze milhões de reais, para os fins que especifica. **Aprovada**, após **Parecer nº 1.829, de 2005-Plen**, tendo usado da palavra o Sr. Leonel Pavan. À promulgação. 37361

Item 3

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. **Retirada a urgência constitucional**, nos termos da Mensagem nº 245, de 2005, lida e aprovada nesta oportunidade. 37365

Item 5 (Inversão da pauta por acordo de Lideranças)

Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais. **Aprovado**, após leitura da Mensagem nº 1, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça. À sanção. 37366

Item Extra-Pauta (Incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 1.218, de 2005, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro

sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003. **Aprovado**, após **Pareceres nºs 1.830 e 1.831, de 2005**, tendo usado da palavra os Srs. Tião Viana, Pedro Simon, Alvaro Dias, Aloizio Mercadante, a Sra. Heloísa Helena, os Srs. Mão Santa e Heráclito Fortes (Relator). À promulgação. 37375

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005. **Apreciação sobrestada**. 37416

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). **Apreciação sobrestada**. 37416

Item 7

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). **Apreciação sobrestada**. ... 37416

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada**. 37416

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. **Apreciação sobrestada**. 37416

Item 10

Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação. **Apreciação sobrestada**. 37417

Item 11

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o

segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência. **Apreciação sobrestada**. 37417

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra. **Apreciação sobrestada**. 37417

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**. 37417

Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). **Apreciação sobrestada**. 37417

Item 15

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí. **Apreciação sobrestada**. 37417

Item 16

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará. **Apreciação sobrestada**. 37417

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia. **Apreciação sobrestada**. 37418

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria. **Apreciação sobrestada**. 37418

Item 19

Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação

de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Apreciação sobrestada...... 37418

Item 20

Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando seja consignado voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal **The New York Times**, presa por defender a liberdade de imprensa.

Apreciação sobrestada...... 37418

Item 21

Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas. **Apreciação sobrestada.**..... 37418

Item 22

Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação. **Apreciação sobrestada.**..... 37419

Item 23

Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. **Apreciação sobrestada.**..... 37419

1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimento nº 1.215, de 2005, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**..... 37419

Requerimento nº 1.204, de 2005, lido em sessão anterior. **Aprovado.**..... 37419

Requerimento nº 1.214, de 2005, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**..... 37419

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALMIR AMARAL – Considerações sobre o referendo da venda de armas de fogo e munição. 37419

SENADOR ALVARO DIAS – Reflexões sobre a política econômica do Governo Lula. 37420

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Registro da matéria intitulada “Competitividade na lata do lixo”, de autoria dos jornalistas Felipe Seibel e Gustavo Paul, publicada na revista **Exame** de 26 de outubro do corrente. 37421

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários à matéria intitulada “Omega de Delúbio foi comprado por R\$ 67 mil”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 18 de outubro do corrente. 37423

SENADOR REGINALDO DUARTE – Considerações sobre o momento do Governo Lula. 37424

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Registro do artigo intitulado “Um retrato muito feio”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 3 de outubro do corrente. As lições tiradas do referendo da venda de armas de fogo e munição. 37433

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários à matéria intitulada “Bispo insinua que Lula perdeu dignidade”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** do dia 10 de outubro do corrente. 37435

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do editorial intitulado “A vitória do ‘não’”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do dia 24 de outubro do corrente. O compromisso da Petrobrás com a Amazônia, apoiando o cinema local. 37436

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “Resultado que é bom...”, de autoria do jornalista Mônica Weinberg, publicada na revista **Veja**, edição de 26 de outubro do corrente. 37437

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro das últimas notícias sobre o ressurgimento da febre aftosa no Brasil. 37439

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro da entrevista do advogado alemão Peter Eigen, presidente da Transparência Internacional, publicada nas páginas amarelas da revista **Veja**, edição de 19 de outubro do corrente. 37444

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “5 mistérios e uma certeza”, publicada na revista **Veja**, edição de 19 de outubro do corrente. 37447

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre artigo intitulado “Os ‘focalistas’ e o Bolsa-Família”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 27 de outubro do corrente. 37456

SENADOR FLÁVIO ARNS – Transcurso dos 80 anos do Movimento Pestalozzi no Brasil. 37457

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 1º de novembro, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 37457

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 140ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 23 de agosto de 2005, e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente... 37458

Ata da 142ª Sessão Deliberativa Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2005, e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente. 37458

Ata da 150ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2005, e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente..... 37458

3 – COMISSÃO DIRETORA

Decisão sobre a lotação dos gabinetes parlamentares do Senado Federal. 37459

Decisão sobre a aprovação das prestações de contas do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano. 37460

Decisão sobre a aprovação do Parecer nº 242/2005-Advosf, proferido no Processo SF nº 012235/05-9. 37461

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 27.10.2005

5 – PARECERES

Nº 22, de 2003-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 35, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$ 255.974.234,00 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 37462

Nº 23, de 2003-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 43, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 1.125.577.010,00 (um bilhão, cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil e dez reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 37485

6 – EMENDAS

Nºs 1 a 4, apresentadas à Medida Provisória nº 263, de 2005. 37487

7 – TERMO DE REUNIÃO

Referente à Medida Provisória nº 263, de 2005. 37494

8 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.831 a 3.848, de 2005. 37494

SENADO FEDERAL

9 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

10 – SECRETARIA DE COMISSÕES**11 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

13 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

14 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**15 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

16 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

17 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

18 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

19 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

20 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

21 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 190ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 27 de outubro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Antero Paes de Barros,
da Sra. Serys Slhessarenko, dos Srs. Luiz Otácio, Paulo Paim,
Reginaldo Duarte, Rodolpho Tourinho e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

Sessão Deliberativa Ordinária às 14:00 horas

Período : 27/10/2005 07:34:57 até 27/10/2005 20:20:06

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEVEDO	X	
PSDB	TC	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FATIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUÍZ OTÁVIO	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	

PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PMDB	PB	NEY SIASSIINA	X
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X
PFL	DF	PAULO COTÁVIO	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X
PFL	BA	RODOLFO TOURINHO	X
PMDB	RR	ROMERCI JUCA	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TECTONIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 69 Senadores

Luiz Sarney

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

**OFÍCIO
DO MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

– Nº 32/2005, de 11 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 840, de 2005, do Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005** (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005*; e

– **Projeto de Projeto de Resolução nº 79, de 2005** (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.808, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até dez milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)*.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005, consta da Ordem do Dia, da presente sessão, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno; e o Projeto de Resolução nº 79, de 2005, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2005**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o inciso III do art. 36 da Lei nº 9.394, de 1966, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para inserir o estudo da Filosofia e da Sociologia nos currículos do ensino médio.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– A Presidência comunica ao Plenário que, em obediência à Resolução nº 1, de 2005, redistribuiu o **Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2003**, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa, nos termos do inciso I do art. 49 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A

Presidência comunica ao Plenário que, em obediência à Resolução nº 1, de 2005, redistribuiu os **Projetos de Lei do Senado nºs 501, de 2003; 169 e 345, de 2004**, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo a esta última a decisão terminativa, nos termos do inciso I do art. 49 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– A Presidência comunica ao Plenário que, em obediência à Resolução nº 1, de 2005, redistribuiu os **Projetos de Lei do Senado nºs 160, de 2000, e 114, de 2004**, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Serviços de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo a esta última a decisão terminativa, nos termos do inciso I do art. 49 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2005

Altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220, da Constituição Federal”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

Parágrafo único – Consideram-se bebidas alcoólicas, para efeitos desta lei, as bebidas potáveis de qualquer teor alcoólico (NR).

Art. 3º A propaganda comercial dos produtos fumíferos, derivados ou não do tabaco, de bebidas alcoólicas, de medicamentos e terapias e de defensivos agrícolas só poderá

ser efetuada através de pôsteres, painéis e cartazes, na parte interna dos locais de venda (NR).

§ 1º.....

Art. 4º.....

§ 2º Os rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas conterão informação sobre o teor alcoólico e advertências, por meio de frases, elaboradas pelo Ministério da Saúde e usadas sequencialmente, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar, no máximo, a cada cinco meses, devendo ser escritas de forma legível e ostensivas, todas precedidas da afirmação “O Ministério da Saúde adverte” (NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A propaganda comercial de tabaco e bebidas alcoólicas está sujeita a restrições legais em razão de dispositivo constitucional, nos termos do § 4º do art. 220, da Constituição Federal. Essa matéria foi regulamentada pela Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que “dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos e terapias e defensivos agrícolas”.

O texto atual dessa lei, no entanto, estabelece restrições apenas à publicidade de produtos fumíferos e de bebidas alcoólicas com teor alcoólico superior a treze graus Gay Lussac (parágrafo único do art. 1º). Ainda mais, essa restrição alcança somente a propaganda veiculada pelos meios de comunicação, não tratando de outras formas de publicidade (cartazes, pôsteres, internet, etc).

No caso das bebidas alcoólicas, a Lei nº 9.294, de 1996, modificada pela Lei nº 10.167, de 27 de dezembro de 2000, permite a propaganda nos meios de comunicação, a qualquer hora do dia, de produtos com teores alcoólicos abaixo de 13º GL. Essa restrição atinge uma pequena parcela dos produtos, permitindo a veiculação de anúncios de vinho e cerveja em qualquer horário. A publicidade das cervejas e dos vinhos —exatamente as mais consumidas em nosso meio, em especial por crianças e adolescentes— não é alcançada por nenhuma restrição, podendo ser promovida livremente, em qualquer horário e por qualquer meio.

Essa mesma legislação regulamenta a veiculação de propagandas de produtos fumíferos, restringindo os meios e horários. Estudos realizados em vários países comprovaram a influência dominante da publi-

cidade em persuadir as pessoas ao consumo do fumo e álcool. As indústrias multinacionais tabaqueiras que operam no Brasil gastam enormes somas para promover seus produtos.

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1996, 120 milhões de pessoas sofriam de alcoolismo no mundo e 103 mil morreram por motivos relacionados à doença. Mesmo sendo proibido para menores, a ingestão de álcool por adolescentes tem crescido nos últimos anos. Estudo, realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicótropas da Universidade Federal de São Paulo, em dez estados brasileiros, mostrou que 19% dos jovens entre 10 e 18 anos tomam bebida alcoólica mais de seis vezes por mês. Dentre os que consomem álcool cerca de 20 vezes por mês a taxa aumentou em dez anos de 8% para 12%.

Um levantamento, realizado em 1997, pelo Centro Brasileiro de informações sobre Drogas Psicótropas (CEBRID), sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º grau em 10 capitais, demonstrou que o álcool é responsável por 90% das internações por dependência e 70% dos laudos cadavéricos das mortes violentas no Brasil. Mais de 65% dos alunos pesquisados usaram pelo menos uma vez, destes 28,5% tomaram bebida alcoólica pela primeira vez em casa, oferecido pelos próprios pais.

Pesquisa realizada em 14 capitais brasileiras, em 2001, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) revelou que o consumo do álcool começa cada vez mais cedo, em média, aos 13 anos. Segundo o Ministério da Saúde, o álcool é a droga mais usada pelos jovens no Brasil, inclusive mais do que o tabaco, e é considerada a porta principal de acesso às demais drogas.

O alcoolismo está entre as principais doenças mais incapacitadoras, ficando atrás apenas da depressão, anemia ferropriva e quedas. O alcoolismo se tornou em um problema de saúde pública, pois entre 8% a 10% da população adulta brasileira sofre por abuso e dependência do álcool. Segundo o Ministério da Saúde, no ano de 2001, foram internadas mais de 84 mil pessoas (84.467) por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso do álcool. Essas internações representaram um gasto de mais 60 milhões de reais. Esses dados são alarmantes porque, além de um problema de saúde pública, o alcoolismo também é fator fundamental de desintegração familiar e social.

Esses e outros dados apenas reafirmam conclusões de muitos estudos científicos que comprovam associações entre o tabagismo e a elevação da

mortalidade por doenças cardio-circulatórias, câncer e doenças pulmonares. O mesmo acontece com o consumo de álcool que provoca, entre outras doenças, incapacidade para o trabalho, desintegração familiar e morte, especialmente pela cirrose hepática (sétima causa de óbito na população com mais de 15 anos).

Contraditoriamente, o Estado brasileiro gasta muito com o tratamento de doenças provocadas pelo consumo do álcool e tabaco, mas permite a veiculação de propagandas, promovendo o alto consumo de bebidas alcoólicas. É fundamental, portanto, restringir a divulgação desses produtos, evitando fórmulas que incentivam o consumo.

A abundância de dados sobre os impactos do uso de álcool e tabaco sobre a saúde das pessoas comprova a necessidade de aprimorarmos a atual legislação. As restrições devem ser aprimoradas e acompanhadas de medidas que promovam à saúde da população brasileira. Este é o objetivo principal deste projeto de lei, ampliando as limitações à propaganda de bebidas alcoólicas.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2005.
– Senadora **Heloísa Helena** – PSOL/AL.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.294 DE 15 DE JULHO DE 1996

Regulamento

Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumeiros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O uso e a propaganda de produtos fumíferos, derivados ou não do tabaco, de bebidas alcoólicas, de medicamentos e terapias e de defensivos agrícolas estão sujeitos às restrições e condições estabelecidas por esta Lei, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Consideram-se bebidas alcoólicas, para efeitos desta lei, as bebidas potáveis com teor alcoólico superior a treze graus Gay Lussac.

.....
(Às Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371, DE 2005

Altera o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, para incluir entre as contravenções penais o uso, a produção, o fornecimento ou a venda, de materiais, e artefatos cortantes, inclusive cerol, a serem utilizados em papagaios de papel e em artefatos semelhantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º O parágrafo único art. 37 do Decreto – Lei nº 3.688S, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais) , passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37.

Pena –

Parágrafo único. Na mesma pena incorre aquele que:

I – sem as devidas cautelas, coloca ou deixa suspensa coisa que, caindo em via pública ou em lugar de uso comum ou de uso alheio, possa ofender, sujar ou molestar alguém;

II – usa, produz, fornece ou vende materiais e artefatos cortantes, inclusive cerol, vidro triturado e lâminas, a serem utilizados em linhas para empinar papagaios de Papel (pipas), no próprio brinquedo, em seus acessórios ou em outros artefatos semelhantes. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não existem estatísticas no Brasil sobre a mortalidade ou a morbidade relacionadas com acidentes provocados pelo uso de materias e artefatos cortantes em papagaios ou pipas. A mídia, contudo, é uma fonte pródiga em relatos de casos violentos e estarecedores.

Nesses acidentes o principal agente causador é o cerol, usualmente uma mistura de vidro moído com cola, aplicado nas linhas utilizadas para empinar papagaios. Secundariamente, lâminas de barbear apostas nos papagaios ou em suas rabiolas também causam elevado número de acidentes.

O principais atingidos são os condutores de motocicletas e bicicletas, skatistas e pedestres, além de praticantes de para-quedismo paraglider e vôo livre ou motorizado, entre outros. Os próprios usuários são vítimas de muitos acidentes, que podem causar cortes profundos, amputação de membros e até morte por hemorragia.

O mero ato de empinar pipa fazendo uso da linha com cerol pode configurar delito de perigo para a vida ou saúde de outrem, previsto no Art. 132 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e punido com pena de três meses a um ano de detenção. No estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também consta como ato infracional, se tiver sido praticada por pessoa entre doze e dezoito anos.

Os responsáveis por acidentes com cerol podem, portanto, responder por homicídio culposo. A punição pode aumentar se for provado que o acusado sabia do perigo que estava causando, configurando, no caso, homicídio doloso. Se a morte não se efetivar, o agente pode ser responsabilizado pelo crime de lesão corporal culposa ou dolosa, conforme a ocorrência.

Assim sendo, inúmeros Municípios e Estados; além do Distrito Federal, já possuem leis específicas vedando o uso, a produção, a comercialização e a venda de cerol e similares; Inexiste, contudo, disposição em âmbito nacional que proíba essa prática de modo uniforme.

A presente proposição almeja conscientizar a população dos perigos e dos graves acidentes, muitos deles fatais, advindos do uso do cerol. Pretende, ademais, incentivar o lazer responsável e, conseqüentemente, auxiliar no controle desse importante agravamento à saúde em nosso País. Aspira, por fim, acabar com a impunidade dos causadores de mortes, mutilações e sofrimento associados a essa prática nefasta.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 2005. – Senador **Ney Suassuna**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.688,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.

Vide Lei nº 1.390, de 3-7-1951.

Vide Lei nº 7.437, de 20-12-1985.

Lei das Contravenções Penais.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, Decreta:

Art. 37. Arremessar ou derramar em via pública, ou em lugar de uso comum, ou do uso alheio, coisa que possa ofender, sujar ou molestar alguém:

Pena – multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre aquele que, sem as devidas cautelas, coloca ou deixa suspensa coisa que, caindo em via pública ou em lugar

de uso comum ou de uso alheio, possa ofender, sujar ou molestar alguém.

(À comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2005

Disciplina o funcionamento de empresas de desmontagem de veículos automotores terrestres, altera o § 3º do art. 114 e o Parágrafo Único do Art. 126 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei disciplina a desmontagem de veículos automotores terrestres para comercialização de suas partes como peças de reposição ou sucata, sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por desmanche a atividade de aquisição de veículos automotores terrestres para fins de desmontagem, seguida da comercialização dos componentes como peças de reposição ou sucata.

§ 1º São consideradas peças de reposição aquelas que, mesmo após sinistro envolvendo os veículos automotores terrestres dos quais procedam preserve os requisitos técnicos e legais de segurança, eficiência e funcionalidade, na forma do regulamento, permitida a realização de pequenos reparos ou de pintura para sua readequação aos requisitos estabelecidos.

§ 2º As peças de veículos automotores terrestres que, por qualquer razão, não mantenham os requisitos técnicos e legais de segurança, eficiência e funcionalidade, na forma do regulamento, são consideradas sucata.

Art. 3º A atividade de que trata esta Lei somente poderá ser realizada por empresa ou sociedade empresária que obtenha autorização específica do órgão executivo de trânsito de cada unidade da federação em que vier a atuar e poderá abranger mais de uma oficina de desmanche.

Art. 4º Somente poderão ser destinados à desmontagem os veículos automotores terrestres alienados ou leiloados como sucata ou como irrecuperáveis, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Também poderão ser destinados à desmontagem veículos com mais de 10 (dez) anos de fabricação, respeitadas as demais disposições desta Lei.

CAPÍTULO II

Da autorização para Funcionamento

Art. 5º A autorização de que trata o art. 3º desta Lei somente será concedida à empresa ou à sociedade empresária que se dedique, exclusivamente, às atividades disciplinadas por esta Lei.

§ 1º Cada autorização será concedida inicialmente pelo prazo de 12 (doze) meses e deverá discriminar a localização das oficinas aptas a realizarem a atividade de desmanche.

§ 2º Transcorrido o prazo mencionado no § 1º, a autorização será prorrogada por prazo indeterminado, desde que a empresa ou a sociedade empresária tenha observado integralmente as disposições legais aplicáveis, em especial as normas previstas nesta Lei.

Art. 6º O pedido de autorização para funcionamento deverá ser formulado pelo interessado perante o órgão executivo de trânsito da unidade da Federação onde pretenda atuar, respeitado o regulamento expedido pela autoridade federal de trânsito, e acompanhado dos seguintes documentos:

I – Certidão de regularidade da empresa ou da sociedade empresária e de seus sócios perante o Registro de Empresas;

II – No caso de sociedade empresária, cópia dos atos constitutivos atualizados e das atas de nomeação dos administradores, se houver.

III – Comprovante de inscrição perante os órgãos fazendários;

IV – Comprovante de endereço da sede da sociedade e de cada oficina de desmanche a ser montada;

V – Alvará de funcionamento expedido pela autoridade local e a carta de “habite-se”, ou documento equivalente, expedida pelo corpo de bombeiro local;

VI – Certidão de matrícula do imóvel ou contrato de locação de carga oficina de desmanche;

VII – Cópia de cédula de identidade e comprovante de residência do responsável técnico pelo desmanche, que responderá civil, administrativa e penalmente pelo descumprimento do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O responsável técnico será o próprio empresário ou será escolhido entre os sócios administradores da sociedade empresária.

Art. 7º A empresa de desmanche deverá comunicar ao respectivo órgão executivo de trânsito da unidade da federação em que atuar, no prazo de 30 (trinta) dias, qualquer alteração havida nos respectivos documentos societários, no quadro de empregados ou na localização e número de suas oficinas.

Art. 8º Será expedido o documento padronizado e numerado, comprobatório do registro da autorização

de funcionamento do desmanche, que deverá ficar exposto na sede do estabelecimento e em suas filiais, em local visível para público, conforme regulamento.

CAPÍTULO III

Das Operações

Art. 9º As empresas de desmanche somente poderão comercializar peças de reposição ou sucata prevista em regulamento.

Parágrafo único. Os itens que possuam potencial lesivo ao meio ambiente, tais como fluidos, gases, baterias, pneus e catalisadores, entre outros, deverão ser removidos dos veículos e manipulados de forma criteriosa, observada a legislação e a regulamentação pertinentes.

Art. 10. O veículo automotor terrestre somente será considerado apto para desmontagem depois de expedida a certidão de baixa de veículo, conforme disposto no art. 126, da Lei nº 9.503, de 1997.

Parágrafo único. A empresa de desmanche terá que emitir imediatamente a nota fiscal correspondente à entrada do veículo adquirido.

Art. 11. Cumpridas as formalidades pertinentes à certidão de baixa e emissão da nota fiscal de entrada do veículo adquirido, a empresa desmanche terá 15 (quinze) dias para desmontá-lo.

§ 1º A empresa de desmanche comunicará ao órgão executivo de trânsito da unidade da federação em que atuar, em até 24 (vinte e quatro) horas, a desmontagem de cada veículo automotor terrestre adquirido para os fins estabelecidos nesta lei.

§ 2º A empresa de desmanche deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, as certidões de baixa dos veículos ali desmontados.

Art. 12. Realizada a desmontagem de veículo automotor terrestre, a empresa de desmanche deverá, em até 3 (três) dias úteis cadastrar, no sistema de controle de que trata o art. 17, as peças de reposição que poderão ser comercializadas, informando sempre o veículo automotor terrestre de sua procedência.

Parágrafo único. Somente poderá ser registrada no sistema referido no art. 17 a peça de reposição que tiver gravada a identificação do veículo do qual procede, de maneira indelével e na forma do regulamento.

Art. 13. Somente poderá ser comercializada como peça de reposição a parte do veículo que atenda aos critérios previsto no § 1º do art. 2º desta lei.

§ 1º Para que seja verificado o atendimento aos critérios técnicos e legais de segurança, eficiência e funcionalidade, as peças de reposição serão submetidas à avaliação funcional e inspeção visual, na forma do regulamento, e terão garantia de 90 (noventa) dias, sem prejuízo das normas de defesa do consumidor.

§ 2º A sucata somente poderá ser vendida a empresas especializadas em reciclagem de matéria-prima que observem a legislação ambiental em vigor.

§ 3º As peças que não puderem ser comercializadas sob qualquer uma das duas formas previstas nesta lei deverão ser descartadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da desmontagem do veículo automotor terrestre do qual procedem, observada a legislação e a regulamentação pertinentes, a fim de se evitar comprometimento do meio ambiente ou da saúde pública.

Art. 14. É vedada a comercialização, por empresa de desmanche, de qualquer tipo de peça ou agregado veicular em estado novo ou que possa, de alguma forma, induzir o consumidor a erro quanto à sua procedência.

Art. 15. A atividade dos estabelecimentos de desmanche será fiscalizada e punida na forma do regulamento, observado o disposto do Capítulo V desta lei.

CAPÍTULO IV

Do Controle de Desmanches e da Revenda de Peças Usadas

Art. 16. Será criado Sistema Nacional de Controle de Desmanches e Revenda de Peças Usadas, que consistirá em banco de dados sobre as atividades das empresas disciplinadas por esta lei e em cadastro das peças de reposição ou sucata por elas comercializadas, na forma do regulamento.

CAPÍTULO V

Das Infrações e Sanções Administrativas

Art. 17. A empresa de desmanche que exercer suas atividades em desacordo com o disposto nesta lei estará sujeita às seguintes penalidades, sem apuração de responsabilidades no âmbito civil e criminal:

I – Multa de 5 (cinco) salários mínimos, para infrações de natureza

II – Multa de 20 (vinte) salários mínimos, para infrações de natureza grave; e

III – Multa de 40 (quarenta) salários mínimos, e cassação da autorização para funcionamento, para infrações de natureza gravíssima.

Parágrafo único. A multa aplica-se em dobro em caso de reincidência.

Art. 18. A reincidência em três infrações leves ou duas graves acarretará a cassação da autorização para funcionamento.

Art. 19. Serão consideradas infrações de natureza leve, por evento verificado:

I – A não emissão da nota fiscal de entrada de veículo automotor terrestre no prazo previsto nesta Lei;

II – A falta de comunicação ao órgão responsável no prazo previsto nesta Lei, da realização de desmontagem de veículo automotor terrestre;

III – A venda de sucata à empresa não especializada em reciclagem de matéria-prima ou que não observe a legislação e a regulamentação pertinentes;

IV – A não observância do prazo para a desmontagem de qualquer veículo automotor terrestre que venha a ser adquirido;

V – A não observância do prazo para o cadastro de peças de reposição no sistema de controle de que trata o art. 17 desta lei;

VI – A inexistência de cadastro ou o cadastro deficiente, incompleto, incorreto ou irregular de peças de reposição no sistema previsto no art. 17 desta lei;

VII – O não cumprimento, no prazo previsto nesta lei, do disposto no art. 70 desta lei;

VIII – A infração a qualquer outra disposição legal para a qual não haja previsão de sanção específica.

Art. 20. Serão consideradas infrações de natureza grave, por evento verificado:

I – A infração ao art. 15 desta lei;

II – A não observância das regras referentes à instalação e ao funcionamento das empresas ou à manipulação ambiental de peças de reposição e sucata, previstas nesta lei.

Parágrafo único. A caracterização da infração descrita no inciso II deste artigo e sua punição na forma desta lei não eximem o infrator das demais penalidades aplicáveis nos termos da legislação vigente.

Art. 21. Serão consideradas infrações de natureza gravíssima:

I – A comercialização, como peça de reposição, de parte de veículo automotor que não atenda aos critérios previstos no § 1º do art. 2º;

II – A desmontagem de veículo automotor terrestre sem a devida emissão da nota fiscal de entrada ou antes da expedição da certidão de baixa de veículo.

III – A comercialização de qualquer peça que não tenha procedência legal nos casos citados nesta lei.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 22. O art. 114 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 114. O veículo será identificado, obrigatoriamente, por caracteres gravados no chassi ou no monobloco, e reproduzido em seus componentes e peças principais, conforme regulamentação do Contran.

§ 1º A gravação será realizada pelo fabricante ou montador, de modo a identificar o veículo e suas peças, seu fabricante e as suas características, além do ano de fabricação, que não poderá ser alterado.

.....
§ 3º Nenhum proprietário poderá, sem prévia permissão da autoridade executiva de trânsito, fazer, ou ordenar que se faça, modificações da identificação de seu veículo e das respectivas peças. (NR)”

Art. 23. O parágrafo único do art. 126, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 126.
Parágrafo único. A obrigação de que trata este artigo é da companhia seguradora ou do adquirente do veículo destinado à desmontagem, quando estes sucederem ao proprietário em caráter definitivo. (NR)”

Art. 24. Esta lei entrará em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

Justificação

O furto e o roubo de veículos tem sido uma das maiores preocupações da sociedade atual. São inúmeras as ocorrências que acabam por trazer não só perdas materiais como também, em alguns casos, violência física e moral ou até mesmo a perda de vidas humanas.

Tive a honra de presidir a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Desmanche, cujos trabalhos foram encerrados recentemente.

Durante o lapso de tempo de mais de um ano a CPMI desenvolveu os seus trabalhos. Ouvimos os mais diversos setores, autoridades e órgãos públicos relacionados com a questão dos veículos automotores. Efetuamos diligências em diversas capitais e outros pontos do País, como Foz do Iguaçu, fronteira com o Paraguai e a Argentina. Ouvimos pessoas que estavam presas por envolvimento com roubos e furtos de veículos. Analisamos as mais variadas formas de crimes.

Valendo-me da experiência profissional na condição de ex-delegado e Diretor geral da Polícia Federal, Secretário da Receita Federal, pude aprofundar a minha avaliação quanto aos problemas dos roubos, furtos, fraudes, adulterações e tudo o mais que se possa imaginar na época atual no que diz respeito à frota de veículos automotores, diga-se de passagem em número crescente, que circulam pelas vias públicas do território nacional.

Pude constatar que por trás das atividades ilícitas estão os desmanches ilegais, cuja atuação depende da atividade criminosa para que sejam colocadas em circulação peças automotivas oriundas do furto e roubo de veículos, ou utilizados documentos de veículos irrecuperáveis cujos registros deveriam ter sido baixados perante os órgãos competentes, para a re-inserção, no mercado, de veículos roubados com documentação aparentemente legalizada. Sem regras, o que vemos é o fomento à criminalidade e à banalização do comércio ilegal de peças automotivas.

O propósito deste projeto de lei é criar regras rígidas e objetivas de autorização para o funcionamento dos estabelecimentos que desenvolvam a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres e a comercialização de peças de reposição e sucatas, de acordo com determinados critérios.

A obrigatoriedade da baixa de registro perante o órgão responsável, aliada a um rígido controle pelo Estado, materializado, principalmente, na identificação das peças automotivas por parte dos fabricantes de veículos, permitindo o seu rastreamento, além da criação de um banco de dados – o Sistema Nacional de Controle de Desmanches e Revenda de Peças Usadas – que permitirá ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN e aos Departamentos Estaduais de Trânsito – DETRAN controlarem todas as informações relativas à origem das peças, números de notas fiscais, quantidade de peças aproveitadas e de peças em estoque nos desmanches, dentre outros, certamente inibirá o comércio ilegal de peças automotivas, e, por consequência, coibirá a escalada alarmante de furto e roubo de veículos automotores. Não se pode esquecer, igualmente, que o consumidor poderá passar a confiar nos estabelecimentos de revenda de peças automotivas usadas, pois saberá que as peças comercializadas por tais estabelecimentos manterão os necessários requisitos técnicos e legais de segurança, eficiência e funcionalidade, o que acarretará, indubitavelmente, o aquecimento e crescimento desse setor e repercutirá positivamente na arrecadação de tributos.

Outrossim, com a regulamentação da atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, vários estabelecimentos passarão da clandestinidade para a atividade lícita, gerando empregos e estimulando o comércio legal de peças usadas de veículos automotores.

Também são razões que fundamentam o presente projeto de lei a preocupação com o descarte de peças automotivas no meio ambiente e o esgotamento das fontes naturais de matérias-primas, jungidos à importância da reciclagem e do consumo responsável de bens duráveis. Apenas a título exemplifica-

tivo, pode-se mencionar que vários países da União Européia vêm desenvolvendo projetos semelhantes, destacando-se entre eles a Espanha, que desde 2002 editou lei tratando da matéria. Na América do Sul já temos a experiência da Argentina, comprovando que os resultados são positivos, não só pela diminuição do número de furtos e roubos de veículos automotores, como pela questão do aproveitamento de peças de forma lícita e da diminuição do volume de sucatas, sem que haja qualquer prejuízo ao meio ambiente e à saúde pública.

Se incorporadas ao ordenamento jurídico pátrio as regras previstas neste projeto, certamente haverá a ampliação da vida útil de algumas peças de veículos automotores terrestres e, via reflexa, a redução da quantidade de descartes irregulares destas junto ao meio ambiente. Vale observar que além do manuseio ecologicamente correto dessas peças pelas empresas responsáveis pela desmontagem de veículos, este projeto também busca resguardar a saúde pública, tornando proibido o abandono de tais materiais pelos desmanches.

É fato já existirem leis esparsas no Brasil que tratam da matéria em comento, como, por exemplo, leis emitidas pelos Estados do Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Goiás. Todavia, entende-se que em razão da relevância da matéria, faz-se necessária a regulamentação da desmontagem de veículos automotores terrestres e do comércio de peças automotivas usadas e sucatas por lei federal, para que as regras cabíveis possam ser cumpridas de maneira uniforme, propiciando um maior controle de tal atividade por parte das autoridades competentes, e, indiretamente, um combate mais eficaz às indesejadas ações criminosas a ela relacionadas.

Sala de Sessões, 27 de outubro de 2005. – Senador **Romeu Tuma**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 114. O veículo será identificado obrigatoriamente por caracteres gravados no chassi ou no

monobloco, reproduzidos em outras partes, conforme dispuser o Contran.

§ 1º A gravação será realizada pelo fabricante ou montador, de modo a identificar o veículo, seu fabricante e as suas características, além do ano de fabricação, que não poderá ser alterado.

§ 2º As regravações, quando necessárias, dependerão de prévia autorização da autoridade executiva de trânsito e somente serão processadas por estabelecimento por ela credenciado, mediante a comprovação de propriedade do veículo, mantida a mesma identificação anterior, inclusive o ano de fabricação.

§ 3º Nenhum proprietário poderá, sem prévia permissão da autoridade executiva de trânsito, fazer, ou ordenar que se faça modificações da identificação de seu veículo.

.....

Art. 126. O proprietário de veículo irrecuperável, ou definitivamente desmontado, deverá requerer a baixa do registro, no prazo e forma estabelecidos pelo Contran, sendo vedada a remontagem do veículo sobre o mesmo chassi, de forma a manter o registro anterior.

Parágrafo único. A obrigação de que trata este artigo é da companhia seguradora ou do adquirente do veículo destinado à desmontagem, quando estes sucederem ao proprietário.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.214, de 2005

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para participar, na qualidade de observador parlamentar, da 60ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, que se realiza anualmente em Nova York, requeiro, nos termos do inciso II, a, do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão de 28 de outubro a 7 de novembro de 2005.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 28 de outubro a 7 de novembro de 2005.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 2005. – Senador **Efraim Morais**.

Ofício nº 30 AFEPA/DNU – MRE – PEMU

Brasília, 4 de outubro de 2005

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, é praxe deste Ministério convidar Senadores para participarem, na qualidade de observadores parlamentares, da Assembléia-Geral das Nações Unidas que se realiza anualmente em Nova York.

2. Contudo, a exemplo dos últimos anos, em razão do quadro de severa restrição orçamentária, o Itamaraty encontra-se impossibilitado de arcar com os custos da missão parlamentar.

3. Desse modo, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência a indicação de até 9 Senadores para participarem, como observadores parlamentares, sem ônus para o Itamaraty, dos trabalhos da 60ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em dois períodos: ou de 10 a 21 de outubro ou de 7 a 18 de novembro.

4. Caso Vossa Excelência decida indicar os observadores parlamentares para acompanhar os trabalhos da Assembléia-Geral das Nações Unidas, muito agradecerá ser informado dos Senadores que comporão a comitiva, de forma a instruir a Missão em Nova York a tomar, em tempo hábil, as necessárias providências de credenciamento.

Atenciosamente, – **Celso Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2005

Altera a redação do inciso II do art. 37 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 30 do art. 60 da Cons-

tituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Dê-se, ao inciso II do art. 37 da Constituição Federal, a seguinte redação:

Art. 37

I –

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, que não excedam a um por cento do total dos cargos ou empregos públicos; e (NR)

III –

Art. 2º Os Poderes Públicos terão cento e oitenta dias após a data da publicação desta emenda constitucional para promoverem as adequações em seus quadros de pessoal compatíveis com esta norma constitucional.

Art. 3º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A existência, apenas no âmbito federal, de cerca de 20 mil cargos de livre nomeação, a maior parte dos quais preenchida por critérios políticos, enfraquece, não apenas a administração pública federal, cujo bom funcionamento fica à mercê dos ânimos políticos da coalizão do momento. Enfraquece, sobretudo, o Poder Legislativo, cujos relacionamentos e independência em relação ao Poder Executivo ficam comprometidos e contaminados pela regra do fisiologismo, quando deveriam estar baseados em questões programáticas, visando à construção de um real projeto de país.

Não é possível que, a cada mudança de governo, ocorra verdadeiro desmonte estrutural da máquina pública. Nos Estados Unidos, quando um novo presidente chega ao poder, apenas 5 mil cargos são trocados, na administração federal. No Reino Unido, de regime parlamentarista, esse número é de apenas 100. Na França, não passa de 3 mil.

Por que, então, com um contingente de cerca de 600 mil funcionários ativos, no Brasil é necessária a existência de 20 mil cargos de livre nomeação, na sua maioria, ocupados por pessoas de fora do quadro funcional da União? Não é por falta de quadros qualificados que isso acontece. E, se os quadros atuais não têm a qualificação necessária, é hora de fortalecer e qualificar essa estrutura, cujo aperfeiçoamento, a exem-

plo do que ocorre em outras nações, só trará benefícios ao nosso País.

Esta proposição procura dar um passo rumo à necessária reforma administrativa e, ainda, corrigir uma distorção do parlamento brasileiro, que, por conta de uma cultura política enraizada ao longo de séculos, hoje enxerga a indicação de cargos nos segundo e terceiro

escalões do Executivo como moeda de troca para garantir apoio aos governos.

Os cargos tornaram-se maiores que a política, hoje praticada com "p" minúsculo. É hora de mudar as bases das relações do Executivo com o Legislativo, que devem estar calcadas em políticas públicas, e não no fisiologismo vigente.

Brasília, 27 de outubro de 2005. – Senador **Pedro Simon.**

ASSINATURAS DOS SENHORES SENADORES

01 Assinatura:	Nome: PEDRO SIMON
02 Assinatura:	Nome: VALDIR RAUPP
03 Assinatura:	Nome: GILBERTO GOELLNER
04 Assinatura:	Nome: TASSO LEEZE
05 Assinatura:	Nome: CESAR BORDES
06 Assinatura:	Nome: Liberman Figueira
07 Assinatura:	Nome: NEY MACAÍHAO
08 Assinatura:	Nome: RICHARDO TEODORO
09 Assinatura:	Nome: Reginaldo Duarte
10 Assinatura:	Nome: GILBERTO KRSTIANHO
11 Assinatura:	Nome: JORGE ALMEIDA
12 Assinatura:	Nome: Nelson Freitas
13 Assinatura:	Nome: ALVALA DA SILVA
14 Assinatura:	Nome: Nelson Freitas
15 Assinatura:	Nome: ELIAS RIBEIRO
16 Assinatura:	Nome: ALAÍDE MOTA
17 Assinatura:	Nome: SERES SARRASSENKO
18 Assinatura:	Nome: JUVENAL SOARES
19 Assinatura:	Nome: AMIR LAMARCA
20 Assinatura:	Nome: ALZAMIR
21 Assinatura:	Nome: ANTONIO PAES DE BARROS
22 Assinatura:	Nome: GILBERTO CORRÊA
23 Assinatura:	Nome: (M MACIEL)
24 Assinatura:	Nome: João Baptista Pimenta
25 Assinatura:	Nome: CACAU
26 Assinatura:	Nome: LEONAR
27 Assinatura:	Nome: ALBERTO SILVA
28 Assinatura:	
29 Assinatura:	
30 Assinatura:	

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988:

.....

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

.....

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.827, DE 2005

Da Comissão de Educação, ao Projeto de Lei da Câmara nº 70 de 2005 (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa de Presidente da República, que dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (permite que a União crie novas unidades de educação

profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal).

Relator: Senador **Reginaldo Duarte**

I – Relatório

Chega a esta comissão o Projeto de Lei da Câmara Nº 70, de 2005, originado do Projeto de Lei nº 3.584, de 2004, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, para permitir que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal.

O atual § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, determina que a “expansão da oferta de educação profissional mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão as responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.” (grifo nosso)

A alteração proposta substitui a palavra “somente” por “preferencialmente”, autorizando-se a União a criar novas unidades de ensino profissional sem o instrumento da parceria e, por consequência, com o ônus de sua manutenção.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

A educação profissional, à qual todos os cidadãos têm direito, e, de forma especial, os adolescentes e jovens, é tradicionalmente oferecida pelas redes públicas federal e estadual, excepcionalmente pelos municípios e crescentemente por entidades privadas. Ela tem sido organizada em articulação ou integração com o ensino médio, quando se traduz em habilitações técnicas, e, mais recentemente, em nível superior, por meio dos mais variados cursos tecnológicos, equiparados aos de graduação. Também oferecida na modalidade de qualificação ou requali-

ficação, independente de alguma etapa ou nível da escolaridade formal.

No âmbito federal, desenvolveu-se, a partir do início do século XIX, uma rede de escolas técnicas e agrotécnicas, localizadas na maioria das capitais dos estados e de municípios que capitalizaram as demandas de formação profissional, paralelas a seu desenvolvimento agrícola, industrial e do setor terciário da economia.

Os estados, por sua vez, também passaram a criar seus estabelecimentos de ensino profissional, sem que pudessem atender aos reclamos da crescente demanda das comunidades e dos setores produtivos. Estes últimos, por meio do sistema patronal de formação profissional, principalmente do Senai e do Senac, multiplicaram suas ações, com a oferta gratuita ou semi-gratuita de cursos de aprendizagem em nível fundamental e técnico de nível médio. Em 1971, houve uma tentativa por parte do Governo militar de instituir a profissionalização compulsória no nível médio, transformando-se todas as escolas de 2º grau em estabelecimentos profissionalizantes. As reações foram de toda sorte e resultaram, de um lado, na banalização de muitos cursos profissionais, e, de outro, na revogação da própria lei, anos depois.

No início da década de 1990, com a crescente dificuldade de os concluintes do ensino médio ingressarem nas universidades, retomou-se o movimento de reivindicação por cursos profissionais de nível médio. No Governo Collor de Mello, foi programada a criação de duzentas novas escolas técnicas federais no País, que se somariam às cerca de cinquenta então existentes. Evidentemente, a União, já sobrecarregada com despesas na educação superior, não suportou essa nova responsabilidade.

Daí a origem da norma draconiana de 1994: corte absoluto de qualquer novo investimento em educação profissional e opção pelas parcerias, conforme o § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948.

Passou a década de 1990. A maioria das escolas técnicas, graças à evolução da demanda e à qualificação de seu corpo docente, se transformou em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETS. Muitos deles abriram extensões ou “unidades descentralizadas”, para atender à demanda sem ferir a legislação.

Centenas de novos estabelecimentos foram reformados no modelo de parceria, inclusive para receber recursos federais para investimento em construção e equipamentos.

O presente projeto, ao substituir a palavra “somente” por “preferencialmente”, não anula o desiderato anterior pelo qual se prioriza a responsabilização da educação profissional pelos entes subnacionais e pelo setor produtivo. Mas ele corrige o rigor extremo da legislação atual, que ousamos dizer, contraria o art. 211 da Constituição Federal e os arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Fica claro, por esses últimos dispositivos, que o dever do Estado se expressa pela responsabilidade da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios de oferecer, em regime de colaboração, educação escolar gratuita em todos os níveis, etapas e modalidades.

A única restrição se faz aos municípios, que só poderão ter despesas no ensino médio, inclusive profissional, e no superior, se estiver atendida toda a demanda por educação infantil e fundamental e, assim mesmo, com recursos acima dos 25% vinculados pelo art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

O caráter do gasto da União, esse sim, é supletivo, ou seja, não cabe ao Governo Federal assumir sozinho todos os encargos em qualquer nível, etapa ou modalidade de ensino.

Considero, portanto, o atual projeto uma iniciativa de retorno da União a seu compromisso de garantir educação pública em regime de colaboração com os entes federados e em associação às entidades civis que se dispuserem a cooperar na resposta à crescente demanda pela formação profissional da população.

III – Voto


Pelo exposto, meu voto é favorável ao PLC nº 70, de 2005.

Sala da Comissão, 25 de outubro de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 70/05 NA REUNIÃO DE 25/10/05
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

 (Senador Gerson Camata)**BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)**

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI
RELATOR	

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Art. 211. A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os estados e os municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os estados, o Distrito Federal e os municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, ou pelos estados aos respectivos municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no **caput** deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma

da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios;

II – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III – prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV – estabelecer, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V – coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI – assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII – baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII – assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os estados incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II – definir, com os municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III – elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus municípios;

IV – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI – assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

VII – assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31-7-2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos estados e aos municípios.

Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos estados;

II – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV – autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI – assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31-7-2003)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com referência ao **Parecer nº 1.827, de 2005**, da Comissão de Educação, lido anteriormente, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005** (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994* (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal).

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/LID/ Nº 448/2005

Brasília, 26 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao meu nome, para ocupar a vaga de titular na Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 263/05, que institui abono aos militares das Forças Armadas.

Atenciosamente, – **Deputado Dimas Ramalho**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 408/2005

Brasília, 27 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Gilvam Borges, como membro suplente, nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, em substituição ao Senador Wellington Salgado e na de Assuntos Econômicos, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– A Presidência designa o Sr. Senador Gilvam Borges como suplente para compor a Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 409/2005

Brasília, 27 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o meu remanejamento para a suplência, em vaga existente, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, e a indicação do Senador Gilvam Borges, como membro titular, em vaga aberta, na referida Comissão.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 246, DE 2005

(Nº 735/2005 na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora Joísa Campanher Dutra para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Brasília, 26 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Joísa Campanher Dutra

CURRICULUM VITAE

Rio de Janeiro, Outubro de 2005.

CURRICULUM VITAE**JOÍSA CAMPANHER DUTRA****I – DADOS PESSOAIS:**

- Brasileira, Casada, 35 anos.
- Telefones: 21-2559-5815, 21-8208-9240, 21-2294-0088, e-mail: joisa@fgv.br

II – FORMAÇÃO ACADÊMICA:

- Doutorado em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas – 2001.
 - Área de Interesse: Regulação, Leilões, Microeconomia, Economia Experimental e Organização Industrial.
- Mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - 1995.
- Graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – 1990.

III – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

- Coordenação do Centro de Economia Experimental da Fundação Getúlio Vargas, destinado a realizar pesquisas aplicadas nas áreas de Regulação, Leilões e Contratos – 2001/.

- Assessoria ao Ministério da Fazenda para o Acompanhamento de Licitação de Trechos Rodoviários – 2005/.
- Assessoria ao Ministério da Fazenda para o Acompanhamento dos Leilões de Energia – 2004/.
- Análise Experimental de Relações Contratuais entre Distribuidora e Postos de Revenda de Serviços – 2004/2005.
- Projeto e Implementação de Experimento em Tomada de Decisão – 2001/.
 - Experimentos Econômicos em Leilões;
 - Experimentos Econômicos em Microeconomia Aplicada (Mecanismos de Provisão Privada de Bens Públicos, Organizações e Contratos).
- Professora da Fundação Getúlio Vargas. –2002/.
 - Disciplinas ministradas: Teoria Microeconômica (Curso de Graduação em Economia); Economia da Regulação (pós-graduação); Leilões (pós-graduação); Teoria de Organizações e Contratos (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial e Graduação em Economia).
- Analista de Regulação na Agência Nacional de Petróleo. – 2001/2.
 - Regulação de Transporte de Gás Natural.
- Consultoria na Área de Avaliação de Sistemática de Leilões e Compras Governamentais – 2001.
- Consultorias na Área de Regulação do Setor Elétrico – 2000.
- Professora do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (1997/99).


IV – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

- Línguas Estrangeiras: Inglês (fluência: 1 ano de residência nos Estados Unidos), Francês (regular), Espanhol (regular).
- Informática: processadores de texto, planilhas eletrônicas, bancos de dados, pacotes econométricos e pacotes matemáticos.

V – PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

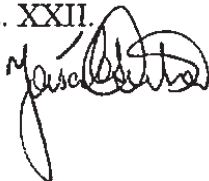
- DUTRA, Joísa Campanher; MENEZES, Flavio Marques. "Hybrid Auctions" , Economics Letters 77, 301-307, 2002.

V.I. Demais tipos de produção bibliográfica e Técnica

- DUTRA, Joísa Campanher; MENEZES, Flavio Marques. Energy Auctions in Brazil, 2005. (Artigo de Discussão).
- ARAÚJO, Aloisio Pessoa, CASTRO, Luciano I, . DUTRA, Joísa C. e LINS, G. Leilões de Energia no Brasil, 2005. (Artigo de Discussão).
- DUTRA, Joísa Campanher; MENEZES, Flavio Marques. Electricity Auctions in Brazil, 2005. (Artigo de Discussão).
- DUTRA, Joísa Campanher; MENEZES, Flavio Marques. Hybrid Auctions I: Theory , 2001.
- DUTRA, Joísa Campanher; MENEZES, Flavio Marques. Hybrid Auctions II: Experimental Evidence, 2001. (Artigo de Discussão). 
- DUTRA, Joísa Campanher; MENEZES, Flavio Marques. Avaliação da sistemática de leilões, licitações e compras governamentais. 2001.

V.II. Trabalhos completos em eventos

- DUTRA, Joísa Campanher; MENEZES, Flavio Marques. Cheap Talk and the Private Provision of Public Goods: An Experimental. In: North American Meeting of the Economic Science Association, United States, September, 2005.
- DUTRA, Joísa Campanher; MENEZES, Flavio Marques. An Experimental Investigation of a Hybrid Auction Mechanism. In: Workshop "Auctions and Public Service Procurement", University of Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, April 2005.
- DUTRA, Joísa Campanher; MENEZES, Flavio Marques. An Experimental Investigation of a Hybrid Auction Mechanism. In: XXIII ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 2001, Salvador. Anais do XXIII Encontro Brasileira de Econometria. 2001. v. I, p. 491-510.
- DUTRA, Joísa Campanher; MENEZES, Flavio Marques. A Hybrid Auction: Combining Sealed Bid and Ascending Auctions. In: XXII ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 2000, Campinas. XXII.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEGAR FOTOF

X *Joisa Campanher Dutra*

ASSINATURA DO IMPRESSO DO TÍTULO ELEITORAL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
JOISA CAMPANHER DUTRA

DATA DE NASCIMENTO **04/02/1970** Nº INSCRIÇÃO **926534903/96** ZONA **017** SEÇÃO **0289**

MUNICÍPIO, UF
RIO DE JANEIRO /RJ DATA DE EMISSÃO **23/03/93**

JUIZ ELEITORAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FISCAS

CPF DO N.º
573571100 87

NOME COMPLETO
JOISA CAMPANHER DUTRA

ASSINATURA
Joisa Campanher Dutra

DATA DE NASCIMENTO
04.02.70

TERA VALIDADE COMPLETAR COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

ESTO CARTÃO É O DOCUMENTO CAMPANHEIRO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FISCAS - CPF E DE SUO CADASTRO NAS CATEGORIAS DE INSCRIÇÃO DE PESSOAS FISCAS, PRODUZIDA LOCAL NA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CADASTRO DE PESSOAS FISCAS

52710324-7

10/04/82

B R A S I L

60000/8801

NOME DA INSTITUIÇÃO ASSINADA DO FUNDO PÚBLICO INSCRIÇÃO DE PESSOAS FISCAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL
CGPT/INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO FÉLIX PACHEGO

112

Joisa Campanher Dutra

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **10964126-6** DATA DE EXPEDIÇÃO **31/05/94**

NOME **JOISA CAMPANHER DUTRA SARAIVA**

FILIAÇÃO **JORGE DA SILVA DUTRA**

MARIA LUIZA CAMPANHER DUTRA

NATURALIDADE **RIO DE JANEIRO** DATA DE NASCIMENTO **04/02/1970**

DCG ORIGEM **C.CASM LIV BR 93 FLS 102**

TERM **18662 C 8 RIO DE JANEIRO RJ**

573571100/87

CPF

Joisa Campanher Dutra

ASSINATURA DO TITULAR

112

LEI Nº 116 DE 23/03/83

TRANSMISSÃO DE FAX

Para/To: JOISA
 De/From: clauda
 Data/Date: 20/10/2005
 Nº de páginas/Number of pages 02 (Inclindo esta/including this)
 Assunto: Certidão - Original segue via correio
 Obs.: Caso ocorram problemas na recepção desta transmissão, queira por gentileza ligar para (51) 2126-0082 ou (51) 2126-0083

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
 4ª REGIÃO - RS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos para todos os fins de direito que o Sra. Econ. JOISA CAMPANHER DUTRA, filha de JORGE DA SILVA DUTRA e MARIA LUIZA CAMPANHER DUTRA, portador da Carteira de Identidade: 0319037032 e CPF: 573.571.100-87 encontra-se registrado neste Conselho desde 15/10/1991 sob Nº 5016-D, estando em dia com suas anuidades até o exercício de 2005. Entendemos que pode o profissional gozar de direitos prerrogativas conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, regulamentada pelo Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, com as modificações dadas pela Lei nº 6.021, de 03 de janeiro de 1974, e Lei 6.537, de 19 de junho de 1978, a exercer a profissão de Economista, cumprido qualquer sanção disciplinar imposta pelo CORECON da 4ª Região/RS até a presente data. O referido é verdade. Eu, Wagner Mello Ribas, conferi e certifiquei. Conselho Regional de Economia da 4ª Região/RS.

Porto Alegre, 20 de outubro de 2005.

Wagner Mello Ribas -
 Setor de Fiscalização

RUA SIQUEIRA CAMPOS, 1134 • 6º ANDAR • SALAS: 601 A 606 • CEP 90010-001 • FONE: (51) 2126-0082 • FONE/FAX: (51) 2126-0083
 HOME PAGE: www.corecon.rs.gov.br • E-MAIL: corecon@corecon.rs.gov.br

Aviso nº 1.157 – C. Civil

Brasília, 26 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
 Senador Efraim Morais
 Primeiro Secretário do Senado Federal
 Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário

Encaminho a essa secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Joísa Campanher Dutra para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado
 Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

MENSAGEM Nº 247, DE 2005

(Nº 734/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, submeto

à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Edvaldo Alves de Santana para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Brasília, 26 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE

Nome: **Edvaldo Alves de Santana**

Data de nascimento: 03 de janeiro de 1952

Natural de Aracaju/SE

Endereço: SQN 310; Bloco L; apto 501; Brasília/DF – CEP 70762-050

Fone (61) 426-5625; (61) 9970-0527

1. Formação Acadêmica e Resumo de Cargos e Funções

- Economista; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – 1981
- Engenharia Elétrica: PUC/Rio de Janeiro - 1976
- Pós-Graduação:
 - Mestrado - Engenharia da Produção - UFSC - 1986
 - **Doutorado - Engenharia da Produção - UFSC - 1994**

Cargo atual na UFSC: Professor Titular (desde 1995)

Cargos já ocupados na UFSC

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia
Chefe do Departamento de Economia

2. Atividades no Setor Elétrico**NA ANEEL – a partir de julho de 2000**

- **Cargo Atual na ANEEL: Superintendente de Estudos Econômicos do Mercado, desde julho de 2000**
- Coordena todas as atividades associadas à Comercialização de Energia no âmbito do Mercado de Atacado (CCEE);
- Coordena, na ANEEL todas as atividades ao desenvolvimento da sistemática dos leilões de venda ou compra de energia;
- Coordena as atividades associadas à elaboração e aprovação das regras e procedimentos de comercialização de energia elétrica;
- Coordenou a equipe técnica que preparou o Novo Estatuto do ONS (2004);
- Coordenou os trabalhos associados à elaboração da Convenção e estatuto da CCEE;
- Coordena os trabalhos de preparação dos leilões de Compra e Venda da energia que resultará do leilão;
- Coordena as atividades de previsão e análise do mercado de energia elétrica;
- Coordena e emite o Despacho aprovando, tecnicamente, do ponto de vista da defesa da concorrência, as operações de fusões e aquisições no âmbito do setor elétrico;
- Coordena e aprova o registro dos contratos de compra e venda de energia elétrica para as transações do ambiente de contratação livre;
- É o presidente da Comissão do Leilão de energia existente, já tendo presidido as comissões dos dois últimos leilões;
- Conselheiro do MAE por 60 dias - até 30 de setembro de 2001



NA ELETROSUL – Entre abril de 1975 e outubro de 1992

- Realização e coordenação da montagem eletromecânica em subestações e usinas;
- Chefe do setor de orçamento e custos de obras;
- **Chefe da Divisão de Análise de Investimentos na antiga Eletrosul – 1976 a 1992;**
- **Assistente do Coordenador de Planejamento Empresarial;**
- **Consultor de tarifas e planejamento da operação do DNAEE (hoje ANEEL) – 1986 a 1992**
- Consultor da Copel na análise de riscos para *project finance*

3. Atividades no Setor Financeiro

- Diretor do Banco Fleming-Graphus – entre 1997 e 2000 (Consultor entre 1996 e 1997)
 - Coordenador, assessorando o BNDES ou investidores, na avaliação econômica e financeira de empresas (Escelsa, Cerj, CEEE, Grupos de Empresas chamado de “Paulistinhas” e Gerasul)
 - Membro da equipe da avaliação econômico da CVRD
 - Participação em equipes de estruturação de *project finance* de energia elétrica e gás natural em diversos projetos de geração em vários países
- Consultor da Copel na análise de riscos para *project finance*
- Consultor do Governo do Rio Grande do Sul para a reestruturação da CEEE e da CRM

4. Trabalhos científicos mais importantes

4.1. REVISTAS CIENTÍFICAS INDEXADAS DE PRIMEIRA LINHA

SANTANA, E.A., BESNOSIK, R.I., et. al., “Management of Technology in the Brazilian Power Sector”, **Science and Public Policy**, v.22, n. 1, p. 2-8, 1995

SANTANA, E.A., OLIVEIRA, C.A.N.V., “A economia dos custos transação e a reforma da indústria de energia elétrica do Brasil”, **Estudos Econômicos**, v. 29(3), p. 367-393, 1999.

SANTANA, E.A. e OLIVEIRA, C.A.N.V., “Análise da indústria de energia elétrica: abordagem através da economia dos custos de transação”, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.29 (2), p. 273-293, 1999.

SANTANA, E.A., “Contrato satisfatório e teoria do incentivo – aplicação ao setor elétrico”, **Revista Brasileira de Economia**, v. 55 (4), p. 661-694, 2002.

SANTANA, E.A., “A assimetria de informações como fonte de ineficiência para a operação do mercado de energia elétrica do Brasil” (Aprovado para publicação na **Revista Brasileira de Economia**), em processo de revisão.

ALGUNS TRABALHOS PUBLICADOS EM CONGRESSOS COM REVISORES



SANTANA, E.A., **“Teoria do Agente-Principal, Regulação e Performance da Indústria de Energia Elétrica no Brasil”**, in: Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia, v. 1, p. 403-421, Salvador, 1995.

SANTANA, E.A., **“Power Sector Performance in Brazil”**, in: Proceeding of The Third Asian Pacific International Symposium on Combustion and Energy Utilization”, v. III, p. 781-786, Hong Kong, 1995.

SANTANA, E.A., **“Teoria dos Jogos: Induzindo à Não-Cooperação em Situações Conflitantes”**, in: Anais do XV ENEGEP, v. 3, p. 1342-1346, São Carlos, SP, 1995.

SANTANA, E.A. e SEABRA, F., **“The role of coal-generation in the expansion of electricity systems in Brazil: a multicriteria analysis”**, in: anais da Thirteenth Annual International Pittsburgh Coal Conference, vol. 1, p. 391-396, University de Pittsburgh, USA, setembro de 1996.

SANTANA, E.A., SEABRA, F. e WENDHAUSEN, J., **“Environmental Issues and Economic Performance of the Coal Industry in Brazil”**, in: Anais da Thirteenth Annual International Pittsburgh Coal Conference, vol. 1, p. 397-402, University de Pittsburgh, USA, setembro de 1996.

SANTANA, E.A., **“Regulação e Performance do Setor Elétrico: Análise do Caso Brasileiro”**, in: Anais do VII Congresso Brasileiro de Energia, vol 2, p. 1139-1150, Rio de Janeiro, 1996.

SANTANA, E.A., e DAVALLOS, R.V., **“Effects of an Energy Market Place on the Evaluation of Spot Prices Hourly of Energy Generation Systems”**, in: Anais Tenth World Productivity Congress, Santiago, Chile, outubro de 1997.

SANTANA, E.A. e DAVALLOS, R.V., **“The Monte Carlo Simulation Method for Calculating Spot Prices Hourly of Electricity in Energy Generation Systems”**, in: Proceeding to The Fourth Asian Pacific International Symposium on Combustion and Energy Utilization, *paper nº 150*, Bangkok, Thailand, dezembro de 1997.

SANTANA, E.A. e DAVALLOS, R.V., **“Evaluation of the customer response in the Calculating spot prices hourly in energy generation systems”**, in: Anais do III Portuguese Conference on Automatic Control, Coimbra, Portugal, p. 261-265, setembro de 1998.

CAPÍTULOS DE LIVROS

SANTANA, E.A. e OLIVEIRA, C.A.N.V., **“Regulação e coordenação: duas fontes de ineficiência da indústria de energia elétrica do Brasil”**, in: Borenstein, C.R. e SANTANA, E.A., et. all. (Regulação e gestão competitiva da indústria de energia elétrica do Brasil, setembro de 1999, Ed. Sagra Luzzatto, 1999).

SANTANA, E.A., e OLIVEIRA, C.A.N.V., **“A economia dos custos de transação e a reforma da indústria de energia elétrica do Brasil”**, in Borenstein, C.R. e Santana, E.A., et. all. (Regulação e gestão competitiva da indústria de energia elétrica do Brasil, Ed. Sagra Luzzatto, 1999)



SANTANA, E.A. e GOMES, A.A.C., “**Reestruturação das indústrias de rede: uma avaliação do setor elétrico brasileiro**”, in Borenstein, C.R. e Santana, E.A., et. all. (Regulação e gestão competitiva da indústria de energia elétrica do Brasil, Ed. Sagra Luzzatto, 1999)

ALGUMAS TESES ORIENTADAS E DEFENDIDAS

ALVIM, J., “O uso de derivativos na indústria de energia elétrica – resultados recentes”, **Dissertação de Mestrado**, Engenharia de Produção, UFSC, novembro de 2001.

AMADO, T.F., “Tarifas de uso de distribuição para unidades geradoras com base na metodologia nodal”, **Dissertação de Mestrado**, Departamento de Economia, UNB, 2003.

BEHR, R., “Privatização e performance de empresas do setor elétrico brasileiro – casos da Escelsa e Gerasul”, **Tese de Doutorado**, Engenharia de Produção, UFSC, janeiro de 2002.

CARELLI, E., “Análise de práticas anticompetitivas por meio do método de Cournot na geração de energia elétrica no Brasil”, **Tese de Doutorado**, UFSC, 2005.

DAVALOS, R. V., “Um modelo de cálculo dos preços instantâneos dos suprimentos de energia elétrica utilizando algoritmos genéticos e o método de simulação de Monte Carlo”, **Tese de Doutorado**, Engenharia de Produção, UFSC, julho de 1997.

FERREIRA, F.C., “Regulação econômica, fronteira eficiente e clusters dinâmicos: desenvolvimento e aplicação para o cálculo do fator X”, **Tese de Doutorado**, Engenharia de Produção, UFSC, 2003.

GOMES, A.A., “A reestruturação das indústrias de rede: uma avaliação do setor elétrico brasileiro”, **Dissertação de Mestrado**, Curso de Engenharia de Produção, UFSC, março de 1998.

GREGÓRIO, T.A., “O preço mínimo de uma concessão e a privatização no setor elétrico brasileiro”, **Dissertação de Mestrado**, Engenharia de Produção, UFSC, 2000.

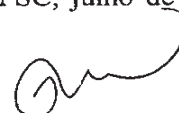
ISHIHARA, C.A., “Utilização de derivativos financeiros na mitigação dos riscos de comercialização de energia elétrica no Brasil”, **Dissertação de Mestrado**, Departamento de Economia, UNB, 2002.

LEITE, A. S., “Modelo de mercado de capacidade com *hedge* para o setor elétrico brasileiro”, **Tese de Doutorado**, Engenharia de Produção, UFSC, 2003.

LOTERO, R.C., “A eficiência econômica na reestruturação do setor elétrico brasileiro: uma abordagem através da economia dos custos de transação”, **Tese de Doutorado**, Engenharia de Produção, UFSC, 1999.

MENDES, P.H.V., “Padrões de concorrência e competitividade no mercado de telefonia móvel celular”, **Dissertação de Mestrado**, Economia, UFSC, dezembro de 2001.

MONTEIRO, A.V., “A dinâmica das mudanças estratégicas: estudo de multicaseos em institutos de pesquisa governamentais”, **Tese de Doutorado** em Engenharia de Produção, UFSC, julho de 1999.



OLIVEIRA, C.A.C.N.V., "O surgimento das estruturas híbridas de governança na indústria de energia elétrica no Brasil: a abordagem institucional da economia dos custos de transação", **Dissertação de Mestrado**, Curso de Economia, UFSC, abril de 1998.

SOUZA, P.R.C., "Evolução da indústria de energia elétrica brasileira sob o enfoque de mudanças no ambiente de negócios: um enfoque institucionalista", **Tese de Doutorado**, Engenharia de produção, UFSC, 2002.

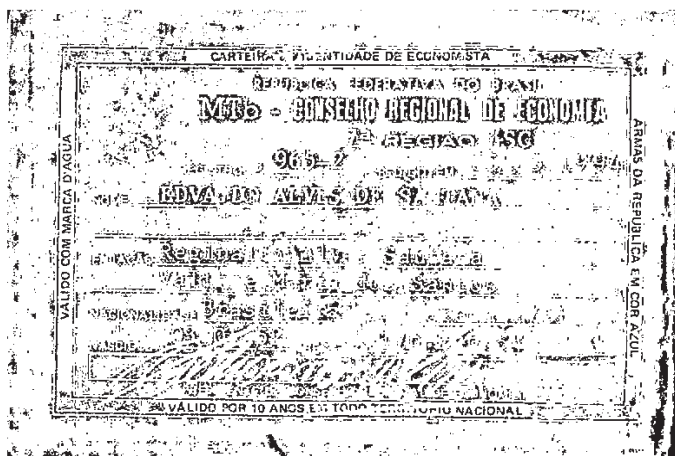
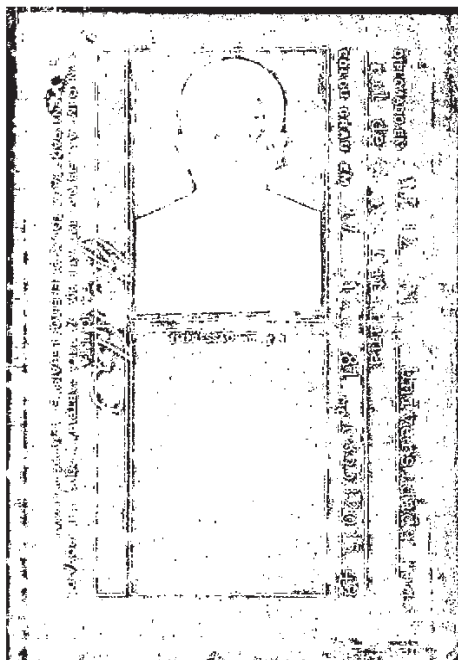
THEOTÔNIO, R.C.R., "Princípio de análise da reforma do setor elétrico brasileiro: um estudo comparativo", **Dissertação de Mestrado**, Engenharia de Produção, UFSC, setembro de 1999.

VALENTE, J.W., "Reflexos do ecodesenvolvimento no planejamento do setor elétrico brasileiro; o caso da Usina Hidrelétrica de Itá", **Dissertação de Mestrado**, Curso de Administração, UFSC, novembro de 1996.

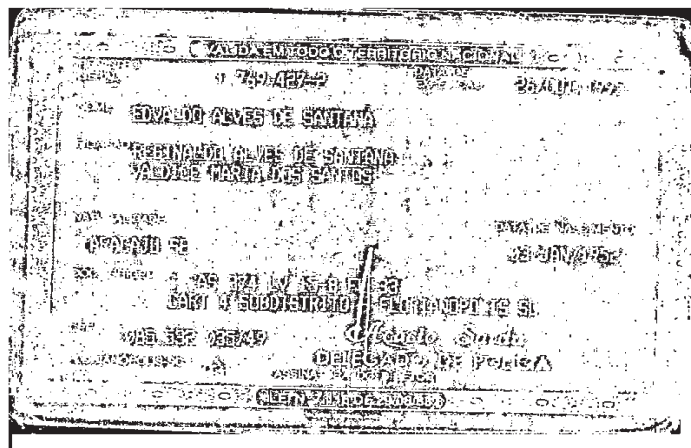
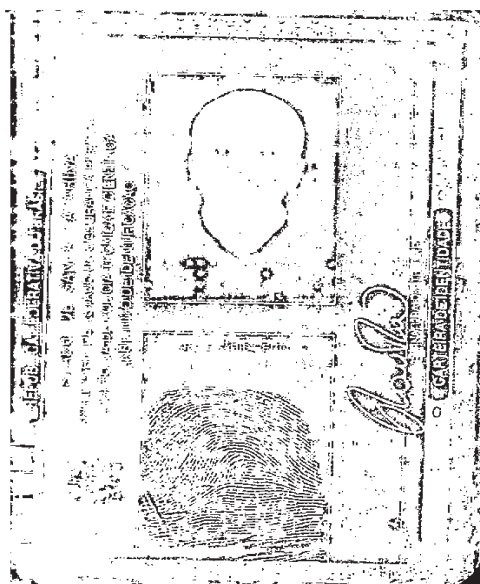
VINHAES, E., "A reestruturação da indústria de energia elétrica brasileira: uma avaliação da possibilidade de competição através da teoria dos mercados contestáveis", **Dissertação de Mestrado**, Curso de Economia Industrial, UFSC, 1999.

VINHAES, E., "Estrutura de governança e comportamento estratégico em sistemas elétricos reestruturados: uma abordagem institucional do poder de mercado na indústria de energia elétrica brasileira", **Tese de Doutorado**, Curso de Engenharia de Produção, UFSC, 2003.


Edvaldo Alves de Santana



Cart. Profissional



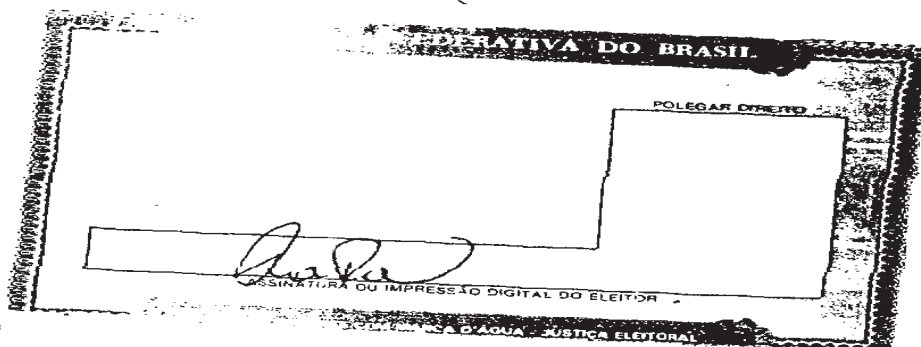
Identidade e CPF

aw



aw

Título de Eleitor (Frente e Verso)



Aviso nº 1.156 – C. Civil.

Brasília, 26 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Edvaldo Alves de Santana para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– As mensagens que acabam de ser lidas vão à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável logo que possível, já que hoje irei ao Estado de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– V. Ex^a será muito bem recebido lá, Senador Paulo Paim.

O Senador Paulo Paim está inscrito, assim como a Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para comunicação inadiável. Preciso me ausentar para receber, com muita honra, o Senador Paulo Paim no nosso querido Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra por cinco minutos para comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º do Regimento Interno.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessa-renko por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a disporá de 15 minutos... Hoje, reduziremos para 10 minutos porque a sessão é deliberativa e estamos em contenção de tempo.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, dez mais dois.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Com a palavra V. Ex^a, que terá dois minutos de tolerância.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, peço o registro, nos Anais do Senado da República, do artigo do Dr. Agaciel da Silva Maia, publicado no **Correio Braziliense**, intitulado: “Violência contra a mulher: Basta!” Vou ler apenas alguns trechos, apresentar alguns dados e pedir que ele seja registrado na íntegra nos Anais do Senado.

O Dr. Agaciel sempre acompanha todas as nossas ações na organização das mulheres no Brasil, de um modo geral, que fazemos a partir do Interlegis, em atuações em Brasília ou mesmo em outros Estados: a questão da mulher com relação às programações listadas pelas Sra.s Senadoras e Deputadas, pelos Parlamentares de modo geral. O Dr. Agaciel tem sido uma pessoa de postura ímpar em termos de contribuições para que, realmente, eventos se realizem da melhor forma possível a partir do Senado da República com relação à questão da discriminação e violência contra a mulher.

Este artigo é uma das ações do Dr. Agaciel. Resaltamos aqui este artigo, pedindo a ele que sempre faça essas e outras ações. Os artigos que ele vem escrevendo com relação à questão da mulher têm sido de extrema relevância. Já temos recebido várias comunicações, *e-mails*, telefonemas, sempre saudando a importância dessas ações como os artigos publicados pelo Dr. Agaciel.

Vou ler um pequeno trecho no artigo do Dr. Agaciel:

A violência física e psicológica contra as mulheres é um dos grandes males da sociedade atual. Afinal, em muitas partes do mundo, os códigos legais e as práticas habituais ainda tratam as mulheres como cidadãs de segunda classe, negando-lhes o direito à propriedade, a viajar livremente e a ter acesso a recursos econômicos. Em muitos países as mulheres não têm representação equivalente aos homens nos cargos de liderança. (...)

Aí não vamos longe, Sra.s Senadoras, Srs. Senadores. Aqui, no Brasil, mesmo a maior representação político-eleitoral que temos é no Senado da República, e somos só 10% de mulheres no Senado. A representação nas assembleias, Senador Sibá Machado, Senadora Ana Júlia, é muito pequena. Há algumas assembleias legislativas no Brasil nas quais não têm mulher. A grande maioria das câmaras não tem mulher. São pouquíssimas as prefeitas; governadoras só temos duas. E essa questão do poder ainda é muito difícil para nós mulheres. Isso sem falar na discriminação na família, no trabalho, em outras situações.

Há alguns dados que o Dr. Agaciel cita, como por exemplo:

(...) A Sociedade Mundial de Vitimologia, instituição sediada na Holanda, em alentada pesquisa sobre a condição feminina em 54 países, concluiu que as mulheres brasileiras são as que mais sofrem com a violência no âmbito familiar. Os números são estarrecedores: 23% das mulheres estão sujeitas à violência doméstica, no Brasil. Além disso, em cerca de 70% dos incidentes de violência contra a mulher, o agressor é o próprio marido ou companheiro. Em mais de 40% dos incidentes, ocorrem lesões corporais graves. No entanto, apenas 2% das queixas referentes a esses crimes resultam em punições (...).

Cita, ainda, o Dr. Agaciel:

Levantamento realizado pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH) constatou que 72% dos assassinatos de mulheres no Brasil foram cometidos por homens que privam de sua intimidade.

É estarrecedor!

No final do artigo o Dr. Agaciel diz que se deve levar em conta que, em todo mundo, pelo menos uma em cada três mulheres já foi espancada. Isso realmente é terrível!

É cruel essa situação em que se encontra a mulher. Mas, por outro lado, nós sabemos, também, que existe um esforço louvável. Aqui, no Senado, por exemplo, temos aprovado vários projetos que com certeza, em termos de legislação, favorecerão, contribuirão para que a violência contra a mulher seja reduzida.

Digo sempre que nós, mulheres, queremos poder, sim, em igualdade de condições com os companheiros homens. Vamos insistir para obter essa igualdade e buscá-la. Existe a Lei de Cotas, mas é pouquíssimo! Cito aqui, mais uma vez, que na Espanha 50% do Parlamento e dos ministérios são compostos de mulheres e a Vice-Presidente da Espanha é uma mulher.

No Chile, onde haverá eleições em dezembro, Michelle Bachelet tem todas as condições para ser a Presidente da República daquele país. Estive dias atrás no Chile com Michelle Bachelet e com a Deputada socialista Isabel Allende, num debate que durou mais de quatro horas – entre discussões e questionamentos – na sede da Cepal, em Santiago do Chile, e realmente ficou comprovada a competência daquela mulher para ser a Presidente.

Queremos poder, sim. Já vou conceder um aparte ao Senador Sibá Machado, mas antes, encerrando esta questão, quero dizer que, na próxima vez em que eu assomar à tribuna – espero que seja amanhã –, tratarei de uma questão que hoje está sendo buscada: para as quatro vagas a serem ocupadas no Tribunal Superior do Trabalho de nosso País há uma lista com-

posta de quatro homens e duas mulheres, pessoas do mais alto renome. São nomes da maior competência, de enorme compromisso que estamos apoiando para que venham a ser Ministros do Tribunal Superior do Trabalho. Temos também uma grande mulher, uma lutadora, uma batalhadora nessa área, que é a Dr^a Dora Maria da Costa. Vamos começar a assumir, cada vez mais, com mais determinação, o poder em todos os Poderes deste País: no Legislativo, nos Parlamentos, no Executivo e nos Tribunais, no Judiciário de um modo geral. Vamos conquistar poder, sim, de igual para igual, com os companheiros homens.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Serys, ouvi V. Ex^a tratando desse assunto que considero de altíssima importância e fiquei aqui pensando no caso de meu Estado: a Assembléia Legislativa é composta de 24 cadeiras e apenas duas são ocupadas por mulheres; as Prefeituras de meu Estado são 22, sendo duas ocupadas por mulheres Prefeitas; Deputados Federais são oito, e só tem uma mulher; das três cadeiras do Senado nenhuma mulher – quer dizer, neste momento. Até aí os 30% estão colocados com a Ministra Marina Silva. Mas o que eu queria mesmo era retratar o seguinte: é que observamos que em algumas profissões a presença da mulher por si só já chama a atenção porque se vê que não é lugar dela. Eu fico pensando assim: piloto de avião; deve existir, mas confesso a V. Ex^a que eu ainda não vi. Motorista de carreta, eu nunca vi, mas já vi mulher dirigindo um caminhão menor e confesso que por ver eu me assustei. Eu disse: não, isso não é lugar para uma mulher. Na hora o meu íntimo estava fazendo isso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mas V. Ex^a vai superar isso, nobre Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Motorista de táxi. Por ser um automóvel qualquer, tudo bem. Mas por ser um táxi, uma mulher dirigir um táxi?... E assim por diante... Então, as mulheres que conseguem fazer carreira na política ou mesmo na empresa, que conseguem fazer sucesso num comando de respaldo social são aquelas que também conseguem ter um mínimo de relacionamento de comando na ordem doméstica, na casa, quando há um equilíbrio entre o casal ou mesmo quando ela supera o esposo. Eu sempre cito a minha mãe, toda vez, porque agora eu percebo que quem dava as coordenadas das coisas na minha casa era a minha mãe. Meu pai nunca chegava, punha ordem nas coisas, dava o comando. Era a minha mãe, tanto é que foi ela que nos arrastou para a vida da militância social e assim por diante. Então, eu quero dizer para V. Ex^a que precisa haver uma nova forma já que tantas igrejas promovem a unidade do casal, essa coisa do centro familiar como centro social, precisa haver um trabalho pesado nessa relação de melhor equidade

entre o casal para que possa prosperar também o papel da mulher em outros espaços sociais. Neste caso, parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza, nobre Senador. V. Ex^a ouviu os dados estarecedores com relação à violência contra a mulher. Já que V. Ex^a lembrou muito bem lembrado a situação da sua família, eu lembraria aqui também da minha. A minha mãe e o meu pai são uns meninos – como eu falo – que têm 88 anos e estão dispostos, eles vão e vêm do sítio, fazem todo o trabalho, estão às vésperas de 90 anos, mas parecem ter 30. O meu pai é uma pessoa extremamente ágil; ainda hoje ele faz todos os trabalhos e a minha mãe também. Mas eu lembro também muito bem que, quando nós morávamos na roça, com todas as dificuldades, quem brigava, quem ia levar os filhos na escola para estudar, a cavalo ou em carroça, era a minha mãe. Ela não abria mão disso. O meu pai, às vezes, ficava cansado: “Ah, não vale a pena. Não vai levar a lugar nenhum...” Pois ela insistia e ia e, hoje, eu e os meus irmãos somos todos formados e pós-graduados, eu estou aqui, todos os meus irmãos são professores de universidades, são grandes pesquisadores no Brasil.

Então, esta questão, Senador, é extremamente relevante. A força dentro de casa tem que ser igual para igual. É aquilo que sempre digo: não tem que ser mais nem menos. Nós, mulheres, não queremos ser mais do que os homens, de jeito nenhum, mas não queremos ser menos. Nós queremos ser apenas iguais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, eu tenho mais um tempinho sem concessão, ainda de direito. (Risos.) É que essa buzina aí já começou a tocar, não é?

Como eu já citei, eu quero aqui dizer que nós realmente precisamos conquistar o poder de igual para igual porque somos uma fatia da sociedade que é a maior. Nós somos 52% da sociedade e somos tidas como minoria, pessoas que não têm, talvez, a capacidade necessária. Nós temos absolutamente a mesma capacidade, a mesma competência e o mesmo compromisso dos homens, que são 48% da sociedade. Aliás, são todos, indistintamente todos, nossos filhos. Ou será que tem alguém que não é filho de uma mulher? Todos, absolutamente todos, os 48%. Nós somos mulheres, 52%, e 48% são homens, nossos filhos.

Portanto, nós não estamos exigindo nenhum absurdo. Nós estamos exigindo direitos absolutamente iguais. Chega de discriminação! Chega de violência contra a mulher! É inadmissível que os nossos filhos sejam violentos contra nós. E jamais construiremos uma democracia séria, decente, realmente com igualdade de direitos na sociedade enquanto não respeitarmos todas as nossas mulheres, nossas filhas, nossas

irmãs, nossas mães, nossas companheiras. Enfim, exigimos e queremos respeito e exigimos direitos absolutamente iguais. É a mulher brasileira, é a mulher latino-americana, é a mulher do mundo inteiro e, para isso, queremos poder político, sim!

Eu hoje presido o Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha, pelo Senado da República. Temos esse movimento na América-Latina e no Caribe, são 26 países, mas isso tudo é muito pouco. Nós precisamos da contribuição, da parceria dos companheiros homens para podermos superar realmente essa questão.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Slhessarenko, quis Deus estar presidindo nossa sessão o Senador Paim. Deus escreve certo por linhas tortas. Eis o quadro! Olha, este Brasil, em 505 anos, Senador Sibá Machado, teve muitos Presidentes homens. Por instantes, uma mulher dirigiu este País e escreveu a lei mais bela: a da libertação dos escravos. Então esta é uma homenagem que V. Ex^a sintetiza: a esperança. Porque, em poucos dias, a Princesa Isabel fez uma das leis de maior dignidade, de igualdade, e assim nasceu a democracia. Que seja uma inspiração e que V. Ex^a encontre, no exemplo da Princesa Isabel, essa grandeza para nossas Senadoras.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – A libertação dos escravos. Mas agora eu conclamo os companheiros homens. Os homens, como toda a sociedade brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. Fazendo soar a campainha.) – Mais um minuto para V. Ex^a concluir.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Os homens generosos, fraternos, solidários que nos ajudem na conquista da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Eu teria de falar aqui ainda – mas o tempo não permite, então devo voltar à tribuna amanhã – sobre um projeto de nossa autoria já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que estabelece o ano 2006 como o Ano Nacional de Santos Dumont. É o ano do centenário. Eu diria que o mundo inteiro está aguardando a posição do Brasil. Existe toda essa discussão acerca dos irmãos Wright, que teriam sido os inventores do avião. Nós não queremos discutir quem foi, pois temos certeza de que foi Santos Dumont. Por isso, nós precisamos, no ano que vem, no seu centenário, dedicar, no Brasil, um ano para lembrar, rememorar como exemplo para nossos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Mais um minuto para V. Ex^a concluir.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ...jovens, para nossas crianças, realmente, o significado da vontade e da determinação de uma pessoa quando busca um ideal com convicção, com sabedoria, com conhecimento e com compromisso. E o exemplo é Santos Dumont, não temos nenhuma dúvida disso. E nós voltaremos a falar. O projeto é de nossa autoria. Já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Eu voltarei, amanhã, a

esta tribuna para falar dessa questão relativa a Santos Dumont e também sobre Dora Maria da Costa, como já anunciei aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Violência contra a mulher: Basta!

Agaciel da Silva Maia (*)

A violência física e psicológica contra as mulheres é um dos grandes males da sociedade atual. Afinal, em muitas partes do mundo os códigos legais e as práticas habituais ainda tratam as mulheres como cidadãs de segunda classe, negando-lhes o direito à propriedade, a viajar livremente e a ter acesso a recursos econômicos. Em muitos países as mulheres não têm representação equivalente aos homens nos cargos de liderança. Isso faz com que elas não disponham, com frequência, do poder necessário para tomar decisões básicas e fazer escolhas bem fundamentadas sobre a sua própria saúde. Está evidente que, infelizmente, as mulheres nunca escaparão da violência se continuarem dependentes financeiramente dos homens e restringirem seu valor social ao cumprimento dos papéis de esposas e mães. Faz-se necessária e inadiável uma profunda mudança de atitude da sociedade para com as mulheres.

A Sociedade Mundial de Vitimologia, instituição sediada na Holanda, em alentada pesquisa sobre a condição feminina em 54 países, concluiu que as mulheres brasileiras são as que mais sofrem com a violência no âmbito familiar. Os números são estarrecedores: 23% das mulheres estão sujeitas à violência doméstica no Brasil. Além disso, em cerca de 70% dos incidentes de violência contra a mulher, o agressor é o próprio marido ou o companheiro. Em mais de 40% dos incidentes, ocorrem lesões corporais graves. No entanto, apenas 2% das queixas referentes a esses crimes resultam em punições. A gravidade da situação se confirma quando essas informações são cotejadas com os resultados de pesquisas realizadas por outras instituições voltadas para a defesa dos direitos da mulher. Levantamento realizado pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH) constatou que 72% dos assassinatos de mulheres no Brasil foram cometidos por homens que privavam de sua intimidade.

Durante o ano de 2004, o Ano da Mulher, instituído pelo Senado Federal, foi divulgada pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz demonstrando que 53% das mulheres vítimas de agressões graves de origem sexual viviam com o agressor há mais de dez anos. O que tais observações mostram, em síntese, é a associação entre violência, casa e casamento. Trata-se de uma associação, para dizer o mínimo, bizarra, mas deixa transparecer que a cultura brasileira caracteriza-se por certa incapacidade crônica, visando dotar os indivíduos dos necessários freios a determinados apetites, que, assim desabridos, não se detêm sequer em presença de pessoas com as quais se tenha muita coisa em comum. E ao pensarmos na violência contra as mulheres termos, sem dúvida, a idéia da medida em que parece ser muito fácil não enxergar no próximo senão um meio para a consecução de fins, antes de um fim em si mesmo.

A par disso, há que se levar em conta que, em todo o mundo, pelo menos uma em cada três mulheres já foi espancada, obrigado a fazer sexo ou sofreu alguma forma de abuso. O agressor é, geralmente, um membro da família. É saudável constatar que, cada vez mais, a violência de gênero é vista como um sério problema de saúde pública, além de constituir grave violação dos direitos humanos. A sociedade precisa prevenir e expurgar esses crimes. E para se evitar esses crimes é necessário buscar a melhora da auto-estima e a sensação de poder pessoal das mulheres; aumentar o acesso das mulheres e meninas à educação e intensificar o acesso e controle das mulheres sobre os recursos econômicos. A capacitação feminina é não só uma meta louvável por si só, mas constitui também uma estratégia importante para a eliminação da violência contra a mulher.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, que dispõe de 10 minutos, acrescidos de mais dois minutos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti, quem concederei a palavra logo depois.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Mozarildo a permuta. Desejo voltar, o mais rápido possível, à CPI da Compra de Votos, pois considero a acareação que está sendo feita lá muito importante para o desfecho dos trabalhos daquela Comissão.

Vim à tribuna hoje para retratar o trabalho, o esforço do Governo Federal, especificamente o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal no que tange à ação para coibir fraudes, desmatamentos ilegais na Amazônia e tantos tipos de crimes ambientais que ocorrem ali.

Ocorreu, em 2003, a Operação Setembro Negro, de que resultaram 17 prisões, sendo diversos servidores do órgão e 13 madeireiros. Muitas outras coisas foram feitas naquele momento.

Em seguida, veio a Operação Faroeste, em dezembro 2004, que envolveu também um aparato policial muito forte, resultando em diversas prisões e tantas outras coisas.

Depois, houve a Operação Curupira I, em junho de 2005, neste ano. O Estado-alvo foi o Mato Grosso. Também houve diversas prisões e tantas outras coisas.

Depois, foi realizada a Operação Curupira II, em agosto de 2005, que envolveram os Estados de Rondônia, Mato Grosso, São Paulo e Santa Catarina.

Sr. Presidente, foi concluída recentemente a Operação Ouro Verde, que contribuiu para a redução do desmatamento e a exploração florestal ilegal em toda a Amazônia, desmontando uma organização criminosa especializada em falsificar, comercializar e utilizar ATPFs – Autorização para Transporte de Produtos Florestais – para acobertar o uso de madeira extraída de forma ilegal nos Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia.

Os responsáveis pela operação foram a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Ibama. O efetivo envolvido foi: 400 agentes da Polícia Federal, 27 analistas ambientais do Ibama e dois Procuradores Federais do Ibama. Os alvos da operação foram

pessoas que falsificaram ATPFs, comerciantes e distribuidores dessas ATPFs falsas, madeireiros que utilizaram as ATPFs falsas, empresas de transporte de cargas e outros intermediários envolvidos nas operações ilícitas e servidores da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará.

Serão cumpridos dezenas de mandados de prisão e 78 mandados de busca e apreensão em seis Estados: Pará, Rondônia, Maranhão, Tocantins, Goiás e Mato Grosso.

O resultado das medidas moralizadoras adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ibama desde 2003 foi:

- apreensão de cerca de 250 mil m3 de madeira em tora;
- apreensão de 96 tratores, 63 caminhões;
- 627 motosserras, que eram utilizadas nos desmatamentos ilegais;
- emissão de aproximadamente R\$800 milhões em multas;
- prisão de 186 pessoas envolvidas, sendo 63 servidores públicos e 123 pessoas dentre empresários, madeireiros, despachantes e contadores;
- moralização da aprovação de planos de manejo que provocou redução de mais de 65% na emissão dessas ATPFs falsas.

Exemplos das operações: Operação Belém I e Operação Belém II. Responsável: Ibama.

Operação Belém I, de maio a outubro de 2003. Foco: investigar as fraudes com ATPFs calçadas. Resultado: descoberta de 1.263 ATPFs calçadas.

Operação Belém II. A partir de setembro de 2004. Foco: investigar as fraudes com ATPFs falsificadas. Resultado: descoberta de 724 ATPFs falsas.

Outros resultados das Operações:

- expedição de 462 autos de infração e multas no valor de R\$4,5 milhões;
- identificação de 2 rotas principais de distribuição de ATPFs falsas;
- suspensão da entrega de ATPFs para 500 empresas madeireiras;
- suspensão do cadastro de 622 empresas (52% do total);
- identificação de 129 empresas fantasmas;
- execução de 26 mandados de prisão contra madeireiros e despachantes – não os considero empresários, eu os considero bandidos;

- demissão de 2 servidores do Ibama (considero-os agentes do crime envolvidos no serviço público), sendo um Procurador Federal;

- instalação de trinta e três sindicâncias investigatórias e quinze processos administrativos disciplinares envolvendo servidores do Ibama do Estado do Pará.

Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, parabenizar a Polícia Federal; porque me impressiona a realização de um trabalho sigiloso dessa natureza. Como é que não vaza uma notícia dessas, de que as pessoas serão presas? Assim, não serão avisadas antecipadamente para que possam, digamos, cobrir pistas ou coisa parecida. Neste caso, tenho que parabenizar a Polícia Federal pelo trabalho. Para mim tem sido a cada dia motivo de admiração.

Eu aprendi a detestar a Polícia Federal na época da ditadura. Eu fui ensinado. Atualmente, tenho outro juízo de valor em relação aos policiais federais e quero aqui lhes dizer que, no meu entendimento, estão prestando grandes serviços à Nação brasileira.

Há determinação da Ministra do Meio Ambiente de não poupar ninguém. Ninguém. Não tem essa de dizer: “ah, é Fulano de tal”. Não tem essa. Vai lá, pega quem tem que pegar. Essa é a decisão da direção do Ibama, é a decisão do Governo Federal.

Eu só espero que as coisas mudem. Ao longo da história da ocupação daquela região, nunca conseguimos trazer uma notícia boa para a tribuna do Senado.

Por dois dias consecutivos, foi debatida a medida provisória que tratou da nova regulamentação de benefícios para os Estados daquela região ampliando a Zona Franca de Manaus para Municípios do Estado do Amapá também. O debate foi caloroso, mas, devido à compreensão de todos, foi aprovado.

Isto é o que acho que a gente, neste momento, tem que entender: essas pessoas que teimam em seguir o caminho do crime para crescer na vida economicamente poderiam contribuir com um trabalho legalizado, organizado dentro dos parâmetros da lei e tornar-se ricas. Por que têm de insistir nisso? Por que ter esse tipo de notícia?

Ouçõ com atenção o Senador Mozarildo Cavalcanti.

A Sra. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Sibá Machado, eu também gostaria de fazer um aparte.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Com prazer, Senadora.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Sibá Machado, comungo da admiração que

V. Ex^a manifestou pela Polícia Federal. Considero-a uma das instituições mais sérias do País, mas fico preocupado quando ouço repetidamente o seguinte: o Governo determinou à Polícia Federal que faça isso; a Ministra mandou que não poupasse ninguém. Isso dá a impressão de que a Polícia Federal faz jogo deste ou daquele Governo. A Polícia Federal é uma instituição permanente, independentemente de quem seja ou tenha sido o Presidente da República. É muito importante, até para a imagem da Polícia Federal, dizer que ela está cumprindo a lei, está investigando, está fazendo as operações necessárias, usando os mecanismos de inteligência, mas não por determinação deste ou daquele órgão do Governo, embora a Polícia Federal seja uma instituição governamental. Concordo também que precisamos passar a limpo, começando pelos órgãos encarregados de fiscalizar o que acontece na Amazônia e em outros pontos do Brasil, porque dentro deles existem, lamentavelmente, funcionários que são responsáveis por esse tipo de ação não legal. Espero que possamos realmente estabelecer uma norma. Evidentemente sempre há alguma forma de fugir, de maneira a equilibrar e normatizar para o bem as atividades na Amazônia e não ficarmos criminalizando essa região.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Mozarildo, acho que não me expressei direito. Quando falo que a Polícia segue determinadas orientações, estou me referindo a orientações de Governo. Se chega, por exemplo, uma denúncia até a Ministra Marina Silva e ela não a encaminha, então está havendo um cerceamento. Mas ela encaminha a denúncia. O que eu quero dizer é que a Polícia Federal não faz nada sem ser provocada. Ela tem que ser provocada. No passado, havia uma orientação do Governo da época no sentido de que ela seria transformada em polícia política e não na polícia que todos nós queremos que ela seja. Havia uma orientação, sim. Então, nesse caso, ela é uma instituição pública a serviço do Estado brasileiro, mas que recebe ordem de quem está no comando político.

Assim, de novo, parabenizo a Ministra Marina Silva por não engavetar nenhum tipo de denúncia que lhe chega.

Entendo V. Ex^a e compreendo a razão do seu aparte.

Concedo o aparte à Senadora Ana Júlia.

A Sra. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Sibá Machado, eu também vou falar sobre este assunto. Quero deixar claro – nós tivemos acesso ao *site*, é fácil ver, qualquer um pode ver – que isso teve início com uma operação chamada Belém 1, quando mudou a gerência do Ibama. Foi aí que se começou a

investigar as ATPFs falsas. Houve a operação Belém 1 e a Belém 2. Eu quero dizer que os órgãos do Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, tiveram papel importante, sim, porque foi a partir da mudança da gerência, foi a partir das ações que impediram – e muito – a ilegalidade que a Polícia Federal passou a investigar e pôde chegar a essa quadrilha que estava agindo de forma predatória em relação a nossa região e desviando recursos públicos. V. Ex^a sabe que não fica um único centavo em impostos quando essas operações ilegais são realizadas. Isso explica, Senador Sibá Machado, por que o gerente do Ibama em Belém, Sr. Marcílio Monteiro, é tão perseguido por alguns bandidos. É exatamente porque ele foi um dos que mais contribuiu para desbaratar essas e outras quadrilhas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia Carepa, mais uma vez, agradeço o aparte de V. Ex^a e a parabenizo.

Por um lado, ficamos tristes em ter que dar uma notícia ruim: um crime contra a sociedade e um crime contra a natureza.

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a V. Ex^a mais um minuto para concluir.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

A notícia boa é que há uma decisão do Governo do Presidente Lula que determina que essas coisas sejam investigadas e tratadas com rigor.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PT, conforme documento encaminhado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a tem direito à palavra por cinco minutos, com mais dois de tolerância, e falará neste exato momento. Em seguida, como orador inscrito, terá a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, desculpe-me, Senador Mozarildo Cavalcanti, por não ter a gentileza de falar depois do pronunciamento de V. Ex^a. A CPI está trabalhando e sou a próxima inscrita para fazer questionamentos a respeito daquele famoso contrato da GTech com a Caixa Econômica, cuja investigação se arrasta há tanto tempo, trazendo muito prejuízo para o País.

Hoje volto à tribuna para trazer o mesmo assunto que tratei na terça-feira, mas um pouco mais alentada. Espero que, efetivamente, possamos comemorar na Câmara a aprovação da MP nº 255, com as modifica-

ções negociadas e todas as questões incluídas, para continuar na lógica que o Governo Lula vem adotando de desonerar de forma focada, de forma a fazer com que setores produtivos importantes, alavancadores do desenvolvimento e da geração de emprego, continuem tendo uma atenção diferenciada na questão da redução.

Espero que as questões que aprovamos aqui ontem sejam convalidadas pela Câmara, como a da continuidade da desoneração dos setores voltados para a exportação, toda a desoneração voltada para os setores que absorvem e implementam ciência, tecnologia, informática; a questão de reduzir a zero a alíquota do PIS, do Cofins, do computador, para podermos agilizar e ampliar a inclusão de digital no País.

Espero que todas essas questões, acrescidas das modificações para a micro e a pequena empresa, que também fazem uma grande absorção de mão-de-obra, como o alongamento do parcelamento da dívida das Prefeituras com o INSS, que isso tudo, efetivamente, possa ser aprovado na Câmara para que continue em vigor e não traga prejuízo para os setores produtivos.

Volto à tribuna porque no dia de ontem, Senador Paim, tivemos uma importantíssima reunião, como eu tinha anunciado já na terça-feira, com o Ministro Furlan, eu e o Deputado Carlito Meres, com todo o setor da indústria e do comércio da construção civil. Estamos exatamente finalizando todas as negociações, as conversas. O Ministro inclusive já sinalizou que está em elaboração uma segunda edição da Medida Provisória do Bem. Vamos ter agora, concluindo ou encaminhando, numa outra lógica, as desonerações tributárias, que nesta nova fase estarão voltadas, de forma muito mais eficiente e concentrada, para aqueles produtos de consumo de massa, de consumo exatamente para a população de mais baixa renda. Então, vamos sair agora um pouco dessa lógica da desoneração tributária de setores produtivos, visando à exportação, à questão da desoneração dos bens de capitais, da desoneração dos produtos na área de ciência, tecnologia e informática.

A próxima Medida Provisória do Bem virá em termos de desoneração fundamentalmente de produtos de consumo popular, que estarão voltados para a questão da alimentação, cesta básica. E a novidade é exatamente o que tratamos com o Ministro Furlan ontem, sobre o setor habitacional, que já foi beneficiado, de alguma forma, por várias outras medidas, inclusive a que votamos ontem e que está na Câmara, que desonera os impostos na aquisição, compra e venda de imóveis residenciais para pessoa física. Mas, nesta MP do Bem 2, nós deveremos ter a concretização dessa reivindicação importantíssima para a população

de baixa renda, que é a cesta básica dos materiais de construção. Ou seja, desonerar, reduzir, eliminar a carga tributária daquele material de que a população de baixa renda se utiliza para fazer a pequena reforma, o famoso “puxadinho”, a pintura da casa, a construção.

É uma proposta que tem um impacto imenso, significativo, Senador Paim, porque aproximadamente 70% do que se edifica no País, daquilo que se constrói em termos de moradia é de moradia autogerida. É aquela moradia que não é do sistema de financiamento da habitação; não são os condomínios nem os grandes conjuntos habitacionais. Não! É aquela moradia autofinanciada, feita no mutirão, no fim de semana, pela própria pessoa. Isso é quase 70% do que se constrói.

Nós temos aqui um impacto muito grande com essa desoneração. Os dados são assustadores.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Eu pediria apenas mais um ou dois minutinhos, Sr. Presidente.

O déficit habitacional para a população de até três salários mínimos, Senadora Ana Júlia, é da ordem de quase seis milhões de unidades. Ou seja, para suprir esse segmento, seria necessária a construção de quase 6 milhões de residências, enquanto que a população com mais de 10 salários mínimos tem apenas um déficit de 2%. O déficit habitacional da população de até 3 salários mínimos é de 85%. Então, toda essa política terá como público-alvo famílias com renda de até três salários mínimos e é exatamente voltada para esse setor e para a modalidade de construção autogerida.

A carga tributária é elevadíssima: uma habitação popular de 42 m² tem uma carga tributária, em média, de 37%, entre impostos federais e impostos estaduais.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um minuto para concluir, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Portanto, toda e qualquer medida de desoneração tributária para essa habitação popular vai ter uma grande repercussão social. Por isso é que estamos muito animados com a audiência ontem com o Ministro Luiz Fernando Furlan. Tanto a indústria quanto o comércio de material de construção saíram com uma perspectiva muito positiva. E os dados são que, se conseguirmos concretizar essa desoneração, com o que o Governo Lula está hoje investindo em habitação popular – no ano de 2004, foram quase 230 mil atendimentos; este ano a meta é chegar a 352 mil –, teremos, com o mesmo recurso, potencial de ultrapassar a casa de meio milhão de habitações populares no próximo ano.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria aqui deixar registrado, mais uma vez, este assunto, que considero do maior interesse da grande maioria da população. Acredito que, a partir da votação de ontem – e espero que a Câmara dos Deputados termine a Medida Provisória nº 255 –, possamos, efetivamente, caminhar para a MP do Bem II, beneficiando o setor da habitação popular em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti por dez minutos, com dois minutos de tolerância.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, ontem nós aprovamos aqui mais uma medida provisória, a Medida Provisória nº 255, onde foram embutidos, digo assim, aqueles itens da chamada “MP do Bem”, que foi rejeitada na Câmara. É uma medida provisória que tem 138 artigos. Tratam de tudo, inclusive de terras na Amazônia: terras na Amazônia, desoneração de tributos, adoção de incentivos da Zona Franca de Manaus nas áreas de livre comércio.

Enfim, eu acho que a metodologia que nós estamos aceitando é terrível para a democracia e é terrível para a instituição parlamentar – tanto Câmara quanto Senado. Eu acho que nós, na verdade, somos um sistema imperial que envia MPs onde se enxerta tudo, e acabamos tendo que votá-las, porque elas contêm itens bons, que queremos aprovar, mas não conseguimos derrubar os ruins.

Então, com exceção de duas ou três medidas provisórias que caíram ou caducaram, o resto foi aprovado. E eu lamento, como amazônida, que tenhamos aprovado assim, quase que na escuridão, alguns artigos de muita influência para o futuro da nossa Região. Remendamos um pouquinho aqui, é verdade, mas eu esperava que um assunto dessa ordem, para uma região que corresponde a 60% do território nacional, pudesse ter sido debatido com mais cautela, como é o projeto chamado Gestão das Florestas Públicas ou, como eu prefiro chamar, Aluguel das Florestas Nacionais, que é o que vai ser na prática.

Mas eu queria também dizer, Sr. Presidente, que enquanto isso outras medidas de iniciativa parlamentar não andam nesta Casa. E não andam não é porque o Senador, o Deputado não queira que não ande, não. Medidas, por exemplo, em relação à Amazônia há várias aprovadas aqui pelo Senado. Começa com uma, de minha iniciativa, que é uma Emenda Constitucional aprovada aqui que destina 0,5% da arrecadação com Imposto de Renda e com o Imposto Sobre Produtos

Industrializados – 0,5% – para as instituições federais de ensino superior na Amazônia. Ora, Sr. Presidente, 0,5% é muito pouco que se tira da arrecadação federal para se destinar às instituições federais – e aí se incluem as universidades e os centros federais de ensino tecnológico. Pois bem, essa PEC está mofando na Câmara. Será que é porque os Deputados da Amazônia não têm interesse? Será que é porque os Deputados das outras regiões estão brecando? Não. Não acredito. Há algo por trás disso que não tem explicação.

Outro assunto, polêmico, mas que é apenas aprovação de um plebiscito – já que agora saímos de um plebiscito para decidir se faríamos ou não a proibição da fabricação e venda de armas, está na Câmara há vários anos. E há também alguns projetos de minha autoria, aprovados aqui pelo Senado, que tratam de convocar plebiscito. Vejam bem: não é ainda criar o Estado, mas convocar plebiscito para ver se a população concorda ou não que se criem novos Estados na Amazônia. E quais são os Estados que se está propondo sejam redivididos? Eu vou repetir: está se tentando permitir que a população diga se quer ou não quer. Quais são eles? São o Estado do Tapajós, no oeste do Pará – o que é uma luta centenária naquela região –, e três territórios federais no oeste do Estado do Amazonas. E é bom lembrar aqui que o Amazonas sozinho é maior do que os sete Estados do Sul e Sudeste juntos, e, portanto, é um Estado gigantesco, fazendo fronteira com países problemáticos como a Colômbia, o Peru, a Venezuela. No entanto, não se aprovam esses projetos lá na Câmara, e são decretos legislativos para convocar o plebiscito, e não para criar o Estado. Não anda!

Outro projeto de minha autoria aprovado aqui é o que cria um adicional tarifário para a aviação regional. Na origem, eu o apresentei para a aviação regional na Amazônia. Por quê? Porque uma aviação regional na Amazônia é muito mais um serviço social do que um empreendimento comercial. Depois se ampliou para todas as regiões. Quer dizer, não só regional da Amazônia, mas todas as regionais: do Nordeste, do Centro-Oeste e até do Sul. Pois bem, esse projeto também não anda na Câmara. As iniciativas parlamentares não caminham.

Outro projeto meu não aprovado ainda é o que autoriza o Poder Executivo – vejam bem, autoriza só; quer dizer, o Presidente faz quando ele quiser –, a criar um colégio militar em Roraima, e o Senador Tião Viana, como Relator, acrescentou Rio Branco, no Estado do Acre – um em Roraima e outro no Acre. No Brasil, praticamente todos os colégios militares, com exceção de um em Manaus, estão localizados na Região Nordeste, Sul e Sudeste e aqui no Distrito Federal. Então,

criar um colégio militar na Amazônia é até um ato de brasilidade. Não se aprova. Um projeto autorizativo.

No entanto, quando o projeto é de iniciativa do Poder Executivo, isto é, do Presidente da República, vem para cá ou sob forma de medida provisória ou com regime de urgência constitucional, e nós temos que aprovar.

Então, eu fico inconformado de como o Legislador quer, conhecendo a minha região, quer mudar. Quer dizer, na campanha do Presidente Lula, eu ouvi uma frase que me empolgou – talvez tenha sido a frase que me levou a votar nele no segundo turno, porque, no primeiro turno, não votei nele; votei no Ministro Ciro Gomes. Uma frase me empolgou a votar nele: foi quando ele disse que precisávamos dizer o que era possível fazer na Amazônia, porque até aqui só se dizia o que não se pode fazer na Amazônia. No entanto, eu não vi isso até agora, principalmente quando a iniciativa é Parlamentar.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, sou muito impressionado, sinceramente, com as atividades que as Forças Armadas, no caso específico, o Exército brasileiro realiza em favor da comunidade. Tudo que é feito é bom, pode acreditar. Quando eles tinham recursos para colocar o seu batalhão de engenharia no reparo, na construção de estradas, eles cumpriam essa missão. Mas a missão maior que eu vejo é a história daqueles que passaram por colégios militares. Grandes vultos nacionais tiveram assento nos bancos dos colégios militares. A Região Amazônica é uma região do nosso País muito desprotegida, como V. Ex^a tem salientado. Precisamos defender a Amazônia, precisamos fazer alguma coisa por ela, e fazer pelo processo educativo. Eu fui Relator do Projeto Sivam. Na época, era um projeto altamente condenado. Eu enxerguei naquele projeto algo de soberania nacional. Enxerguei a possibilidade de educação a distância, de termos, a partir dali, um projeto de desenvolvimento para a Amazônia; e enfrentei e acabou o projeto sendo aprovado, e está lá o Sivam/Sipam funcionando – e poderia até estar funcionando melhor se maiores recursos lhe fossem dados. Quero endossar esse pleito de V. Ex^a e do Senador Tião Viana para que se implantem colégios eleitorais lá. Tenho dito aqui, Senador Mozarildo Cavalcanti, que esse Programa Primeiro Emprego não foi para frente, mas que iria se os recursos a ele destinados fossem entregues às Forças Armadas pra recrutar aqueles brasileiros que querem servir ao seu País. Tomara que esse decreto legislativo abra os olhos do Poder Executivo e ele,

então, crie ou instale esses dois colégios na Região Amazônica. Cumprimento V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Eu que agradeço o aparte de V. Ex^a, que enriquece o meu pronunciamento. Na verdade, Senador Ramez Tebet, estou colocando esses pontos de projetos de minha autoria, mas há vários projetos de outros Senadores aqui e que estão dormitando há mais de uma legislatura na Câmara dos Deputados. Por quê? Porque o Governo manobra para não aprovar. Essa é que é a verdade. Como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia, que é subordinada à Comissão de Relações Exteriores, acertei, já que foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente um requerimento do Senador Leomar Quintanilha para ouvir os Governadores da Amazônia sobre essa questão da estiagem e da seca na Amazônia, acertei com ele que façamos conjuntamente e ouçamos os outros aspectos da Amazônia, porque de repente o Governo Federal legisla muito de cima para baixo e impõe as coisas sem sequer ouvir os Governadores. Temos realmente de tornar o nosso modelo federativo um modelo federativo para valer, que dê realmente autonomia aos Estados, que dê condições de tratamento igualitário. Não se deve tratar igualmente os desiguais. Quando falo igualitário é no sentido de priorizar, de dar melhor atendimento aos mais fracos. Não há região mais pobre neste País do que as regiões Norte e Nordeste. Portanto, não podemos ter o mesmo tratamento do Sul e do Sudeste. Precisamos de um modelo federativo que seja compensatório. Se São Paulo arrecada muito, não significa que tudo tenha de ficar em São Paulo. Se somos uma Federação, as regiões mais pobres devem ser compensadas. Já são relativamente compensadas pelo Fundo de Participação dos Estados, pelo Fundo de Participação dos Municípios, mas a situação deve ser melhorada, Sr. Presidente, porque, se verificarmos a repartição do bolo, no final de cada ano, perceberemos que cada vez se aplica mais nas regiões mais ricas e menos nas regiões mais pobres. Então, os mais pobres continuam cada vez mais pobres e os mais ricos cada vez mais ricos. Dessa forma, não se pode pensar em eliminar as desigualdades regionais ou as desigualdades sociais neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a fica inscrito como suplente na prorrogação da Hora do Expediente por cinco minutos. Já há três ora-

dores inscritos, mas, provavelmente, será assegurada a palavra a V. Ex^a. Fique tranqüilo que V. Ex^a será chamado depois dos três que já estão inscritos com o mesmo expediente de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a me inscreva também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a é o segundo inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vou ter oportunidade de falar nas comunicações inadiáveis. Obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que primeiro quero fazer nesta tarde é parabenizar a Comissão de Assuntos Sociais. Ao mesmo tempo, quero fazer um agradecimento a essa comissão importantíssima nesta Casa pela aprovação de um projeto, hoje, que reputo da maior importância para a população rural do nosso País, em especial para aquele trabalhador que precisa de amparo quando chega na idade mais avançada; para aquele trabalhador que precisa da sua aposentadoria, que passa a ser, na verdade, o seu sustento a partir desse momento.

A aposentadoria rural tem sido, sem sombra de dúvida, o esteio, o meio de sustentação não só de muitas famílias de trabalhadores rurais, mas de cidades de regiões rurais do nosso País. Determinadas regiões têm o seu comércio, a sua economia movimentada em torno do recebimento, por seus moradores, da aposentadoria, que muitos acusam de causadora do déficit previdenciário. Mas nós sabemos que não deveria estar sequer na Previdência, que não é questão previdenciária; é questão social. O Governo Federal tem obrigação de custear, porque está fazendo justiça a brasileiros que merecem, que são os trabalhadores rurais do nosso País.

Hoje, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou um projeto de nossa autoria que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios. Sr. Presidente, V. Ex^a estava lá e foi um dos que contribuíram de forma brilhante para a aprovação dessa lei, assim como tantos outros Senadores que estavam presentes na Comissão de Assuntos Sociais. Essa lei deverá perder prazo de vigência no dia 30 de julho do próximo ano, de 2006. E a partir daí, os trabalhadores rurais não poderiam mais ter esse benefício da Previdência apenas comprovando seu tempo de trabalho e a idade. Ele também precisaria comprovar o tempo de contribuição.

Então, a nossa proposta é no sentido de prorrogar até o ano de 2009. E aí tivemos o apoio dos colegas, inclusive daqueles que compõem a base do Governo e tiveram a orientação da liderança do Governo para aprovar. Eu parabeno essa visão do Governo de que era necessário fazer essa prorrogação. Foi aprovado em caráter terminativo e deve ser encaminhado à Câmara dos Deputados, e vamos acompanhar para que esse projeto tenha uma tramitação rápida na Câmara dos Deputados.

Quero aqui agradecer, Sr. Presidente, a um político baiano que foi quem me sugeriu essa lei. É preciso termos não só justos como honestos neste momento. Foi um Deputado Estadual das minhas relações pessoais e políticas, Deputado Gilberto Brito, que nos trouxe essa preocupação. Achei que era mais do que justa. Apresentei esse projeto e, felizmente, foi aprovado.

Parabeno o Deputado Gilberto Brito que me fez a sugestão e todos os Senadores que tiveram a sensibilidade de aprovar e, de forma especial, ao Senador Valdir Raupp foi também o Relator dessa matéria, que teve também a compreensão de que ela era importante, e o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Antonio Carlos Valadares, que inclusive inverteu a pauta para essa aprovação no dia de hoje.

Sr. Presidente, acho que, quando comemoramos e damos os créditos ao próprio Governo e à sua base...

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador César Borges, V.Ex^a me concede um aparte antes de passar para outro assunto?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois, não. Com muita satisfação, Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Quero parabenizá-lo pelo projeto que aprovou. E não pude aprovar hoje na Comissão de Assuntos Sociais, porque estava na CPMI. Quero lembrar a importância da sua posição, sobretudo quando vemos no nosso Estado que aquelas populações daqueles pequenos municípios são dependentes dessas aposentadorias, como é difícil para essas pessoas comprovarem aquilo que, às vezes, é impossível de comprovação. É de uma grande sensibilidade social de V. Ex^a e lhe dou os parabéns.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Antes de conceder um aparte ao Senador Mão Santa, essa é uma dificuldade que há, e nós que conhecemos o interior do Estado da Bahia e o interior do País sabemos da dificuldade que a nossa população rural passa. É claro que, com o aperfeiçoamento dos métodos administrati-

vos, a contribuição ocorrerá a partir do empregador, do produtor rural, mas, sem sombra de dúvida, hoje não temos condições de deixar fora dessa possibilidade de não comprovação da contribuição, mas sim pelo tempo de trabalho, uma população tão grande.

Quero destacar a presença do Senador Mão Santa, da Senadora Iris de Araújo, que estava na Comissão, e que ajudaram na aprovação com seu voto favorável.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, penso que Roma foi grandiosa porque teve doze Césares. O Nordeste só tem um, mas ele é extraordinário. Deus me permitiu governar o Estado do Piauí quando V. Ex^a governava a Bahia. V. Ex^a talvez tenha sido o mais ousado governante nordestino, porque implantou, na Bahia, a indústria automobilística, uma indústria exitosa. Mas hoje V. Ex^a se qualifica como um dos mais importantes legisladores deste País. Quando olhou para o trabalhador rural, V. Ex^a reviveu Franklin Delano Roosevelt, que deixou uma mensagem para todos os povos do mundo: olhai o campo. As cidades poderão ser destruídas e ressurgirão do campo. Se o campo for destruído, abandonado, arrasado, as cidades serão destruídas pela fome. V. Ex^a, com sensibilidade, deu ao homem do campo condições de melhorar sua vida e de lá se fixar. O campo brasileiro está sendo abandonado. Basta compararmos o valor de um copo de leite e de uma água importada, a Perrier! Eu me lembro, sou testemunha da história dos governos revolucionários, que não foram tão ruins assim. Houve coisas boas. Alberto Silva, que acaba de chegar, por exemplo, foi uma bênção do poder revolucionário, quando o escolheram para governar o Piauí com João Paulo dos Reis Velloso, um Ministro que deve ser um exemplo para o Brasil, para São Paulo e para o PT. Vinte anos de luz e de mando sem uma indignidade, uma imoralidade, uma corrupção. Lembro-me de quando foi criado o Funrural, em 7 de setembro, no Governo do Presidente Médici. Vi a satisfação do trabalhador rural que ganhava esse benefício. Agora V. Ex^a consegue ampliá-lo. Receba os aplausos deste Senador, com a presença de Alberto Silva, do Piauí. Quando governei o Estado em nome do povo piauiense, admirando a liderança de V. Ex^a, outorguei-lhe a comenda maior: a Grão Cruz Renascença, instituída também pelo Governador Alberto Silva.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Reparto esses elogios com todos os Senadores, especialmente com aqueles que compõem a Comissão de Assuntos Sociais. Procuramos, como todos, cumprir o nosso dever com o Brasil e com o seu povo. Lamentamos muitas vezes não ver

o Governo agir com sensibilidade maior. Neste caso, não tenho crítica alguma a fazer.

Concedo um aparte ao nobre Senador Paulo Paim, cuja atuação foi importante para a aprovação desse projeto.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador César Borges, rapidamente quero cumprimentar V. Ex^a. Sem sombra de dúvida, esse projeto é importantíssimo. Os milhões de trabalhadores rurais que há em todo o Brasil não teriam mais direito à aposentadoria por tempo de serviço se a lei de V. Ex^a não fosse aprovada com poder terminativo. Vai direto à Câmara. Tomara que a Câmara a aprove em regime de urgência urgentíssima, ou seja, ainda este ano. Confesso a V. Ex^a que eu tinha uma viagem para o Pará hoje, pela manhã, e entidades dos trabalhadores rurais me pediram que interagisse junto ao Governo e estivesse lá com V. Ex^a para ajudar na defesa. Felizmente, nem foi preciso, porque todos os Senadores foram sensíveis mediante o argumento de V. Ex^a e do Senador Valdir Raupp, e o projeto foi assinado e aprovado por unanimidade. Parabéns a V. Ex^a. Quem ganha não é apenas V. Ex^a e o Senado da República. Quem ganha são milhões de trabalhadores rurais. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Também transiro esses votos de parabéns para V. Ex^a, que teve uma posição muito firme a favor do projeto. Agradeço a V. Ex^a, que, como membro do Partido dos Trabalhadores, esteve lá para dizer que o Governo também aprovava esse projeto. É preciso se fazer justiça quando há méritos, e é o que procuro fazer neste momento.

Sr^a Presidente, para encerrar, gostaria que o Governo tivesse mais sensibilidade com todos, principalmente na área social, que foi a bandeira de luta levantada por ele. E hoje assistimos ao empobrecimento da classe média e ao crescimento das classes menos favorecidas da nossa população. Diminuem as classes B e C e aumentam a D e a E. Lamentavelmente, esse é o resultado da política econômica que aí está.

Sr^a Presidente, também quero falar sobre os Municípios brasileiros, que estão empobrecidos. Isso é visto a olho nu. Quem for a qualquer Município brasileiro vai encontrar as prefeituras em situação extremamente difícil. Felizmente, tivemos aqui, nas duas últimas semanas, duas boas notícias. A primeira foi que ontem aqui aprovamos uma renegociação da dívida previdenciária. Não foi a ideal, mas foi a possível. Passou-se para 240 meses no lugar de 60, mas o Governo insistiu em manter a taxa Selic como sendo a correção dessa dívida. Com isso, lamentavelmente, muitos Municípios ainda terão dificuldades, mas foi um avanço.

Um outro ponto foi que o Tribunal de Contas da União praticamente obrigou o Governo – e vamos acom-

panhar no Tribunal o cumprimento disso – a pagar aos Estados e aos Municípios a dívida que acumulou por nunca ter dividido com essas entidades federativas, nem Estados nem Municípios, os tributos arrecadados pela Receita Federal no âmbito do Refis 2, que chega a R\$6,1 bilhões arrecadados. Estima-se que a Estados e Municípios seja devido R\$1,6 bilhão. E desde junho passado a Receita Federal deveria ter concluído o modelo para calcular a participação de Estados e Municípios no Refis. Não o fez, Sr^a. Presidente.

V. Ex^a representa muitos Municípios em seu Estado, e creio que deve querer ver este dinheiro na mão dos Estados. E foi preciso que o Tribunal de Contas da União, por parecer do Ministro Benjamin Zymler, desse a seguinte sentença ou observação: “Em que pesem eventuais limitações de ordem técnica, não me parece razoável a postergação das transferências constitucionais de receita, ainda mais quando tais problemas perduram desde 2003”. Disse ainda o Ministro que se trata de uma “grave infração da norma legal”.

Queremos parabenizar o Tribunal de Contas da União e vamos estar presentes, cobrando, para que o Governo atenda de imediato o Tribunal e faça essa repartição para mitigar, diminuir um pouco a necessidade que hoje têm os Municípios brasileiros e os Estados de cumprir as suas obrigações. Eu iria dar vários exemplos, mas, respeitando a tolerância de V. Ex^a, agradeço e encerro.

Sr^a Presidente, voltarei à tribuna para tratar ainda do assunto dos Municípios.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador César Borges pela aprovação do projeto. Fiz um aparte há poucos minutos, mas foram de tanta importância a discussão e os apartes também recebidos, que S. Ex^a acabou não podendo entrar no assunto que eu vou abrir mais um pouco: a questão dos Municípios.

A nossa preocupação na Bahia é muito grande. Nós temos cobrado, aqui desta tribuna, em primeiro lugar, que se honre o compromisso feito com o Senado durante a discussão da reforma tributária de aprová-la, pois dentro dela estava embutido 1% a mais do Fundo

de Participação dos Municípios, que era algo absolutamente essencial para que eles recuperassem o que vêm perdendo desde 1988. A partir da Constituição de 1988, eles vêm tendo mais responsabilidade e menos receita, por conta do compartilhamento das receitas ter sido alterado não somente por este Governo, mas por outros que o antecederam, a ponto de receitas compartilhadas, que naquela época atingiam quase 80%, serem hoje reduzidas praticamente à metade, por uma razão simples, já explanada várias vezes aqui por mim e por outros Senadores, que é a questão de fazer as bondades do Governo com um dinheiro que não é dele, que não pertence a ele, que é resultante do IPI e do Imposto de Renda. De outro lado, o Governo acelera a cobrança das contribuições sociais, do PIS e do Cofins, aumentando seu caixa, não tendo que dividi-lo com ninguém.

Então, esta é, olhando historicamente, talvez, uma das razões principais da situação tão ruim por que passam todos os municípios hoje. Essa posição colocada pelo Senador César Borges é extremamente importante, porque o Governo Federal arrecadou, durante os últimos anos, o Refis II e ficou com aquilo que cabia aos Estados e Municípios. Ou seja, isso toca não só aos Municípios, mas também aos Estados. Com isso, o Estado deixa de repassar quase R\$2 bilhões, em minha avaliação, sendo R\$900 milhões ou R\$1 bilhão para os municípios e o restante, que deve ser um valor semelhante, para os Estados.

O Governo já foi informado, já foi, digamos assim, condenado pelo Tribunal de Contas da União a pagar. Evidentemente, essa alegação de que precisa de um cálculo, de uma fórmula para fazer, em meu entendimento, não é procedente, porque não deve ser das coisas mais difíceis separar, apartar o que seja Imposto de Renda e o que seja Imposto sobre Produtos Industrializados. Aplica-se uma regra fixa, faz-se um cálculo simples de regra de três, o que seja, para se ver o que é do Estado e o que é do Município, e recolhe-se este recurso. Chamávamos a atenção, na semana passada, para a necessidade de assim proceder.

Na semana passada, um jornal da Bahia, **A Tarde**, informou que cerca de 80 dos municípios de nosso Estado, Senador César Borges, não têm recursos ou prevêem que não terão recursos para pagar o décimo terceiro salário. Chamávamos, então, a atenção para o fato de que era importante que se fizesse isso nesse momento. V. Ex^a também chamou a atenção para a questão do que foi aprovado ontem aqui e que deve ser aprovado hoje na Câmara, que é a renegociação das dívidas com o INSS, do aumento do prazo de 60 para 240 meses. Mas há uma coisa que quero deixar muito clara, porque cheguei a anunciar aqui para todos os

Prefeitos que nós, que o Governo tinha, efetivamente, de alguma forma, aceitado trocar o indexador de selic para TJLP. Para raciocinarmos, a selic está em torno de 19% e a TJLP é mais ou menos a metade.

Impingir aos municípios esse custo de 18% ou 20% ao ano é tornar a dívida impagável, e a selic não é referência para financiamento, mas é referência para controle de inflação, em bom português. Então, não há a menor razão de que seja adotada a selic como referência, como taxa de juros, como indexador.

No substitutivo do Relator, apresentado ontem, na sua primeira versão constava a TJLP, e no fim dessa mesma versão já constava a versão da selic outra vez. Evidentemente, tenho absoluta convicção de que o Senador Amir Lando, consciente dos problemas dos municípios, tinha adotado essa posição em relação a esse indexador e depois modificado, por força das pressões da área do Governo, com certeza.

Mas quero deixar claro que a luta toda, de todos os Senadores com os quais conversei, foi no sentido de abolir esse absurdo que é se indexar pela selic por uma coisa eminentemente do sistema financeiro e utilizar a questão da TJLP. Esse é um ponto que considero importante. Considero, de qualquer forma, um avanço ter-se conseguido colocar o prazo de 240 meses, mas considero que essa questão do indexador não foi boa para a própria saúde desse financiamento para que os municípios possam pagar efetivamente. Na nossa avaliação, há cerca de 3.500 municípios em condições financeiras difíceis e o que se tem que imaginar, nesse tipo de financiamento com o INSS, é que se deve ter a compreensão para o momento que vivem e que considero extremamente importante que seja, então, levado em conta.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Nobre Senador Rodolpho Tourinho, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento. Acho que esta é uma defesa que nós temos que travar aqui de forma intransigente. A sanha arrecadadora do Governo Federal, avançando sobre tributos que pertencem aos Municípios e Estados, isto nós não podemos aceitar. Nós temos outros exemplos que devem ser colocados. Eu quero, por exemplo, dizer a V. Ex^a, que é estudioso do assunto, que a DRU, que veio da reforma tributária, que, na verdade, não avançou – esta reforma tributária que está aí não acresceu um por cento no Fundo de Participação dos Municípios – serviu para desvincular 20% das receitas da União, mas não serve para desvincular as aplica-

ções nem dos Estados e nem dos Municípios, levando, praticamente, Governadores e Prefeitos a ficarem engessados dentro dos seus orçamentos e dentro das responsabilidades que estão impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Outro exemplo está no Fundeb, que querem transformar em Fundef. Quer dizer, Estado e Município mantêm o Fundef e o Governo Federal não dá a sua parte. E por mais que haja protesto, que se fale, o Governo Federal mantém uma estrutura que sempre termina fazendo isso que V. Ex^a disse, que é cartaz com chapéu dos outros. Com recurso de Estado e Município, o Governo Federal se desobriga de seus deveres com o povo brasileiro. Muito obrigado e parabênz V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. RODOLPHO ROURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Eu queria também citar um outro aspecto que foi importante, positivo, ontem nessa Medida Provisória nº 255, sobretudo para a Bahia, pois temos também – desculpe-me pela insistência, Senador César Borges, por voltar a citá-lo – temos também um programa que é muito importante, que é o Pró-Táxi.

O Pró-Táxi é um programa muito importante para a Bahia. Inclusive, no Governo de V. Ex^a houve um impulso muito grande. Hoje, esse financiamento, que é concedido a todos taxistas, em cerca de trinta municípios da Bahia, é feito com recursos próprios do Fundo. Penso que o Estado já pouco aplica nele pela própria rotatividade da carteira.

Ontem, na chamada MP do Bem, foi mantida a isenção do IPI para os taxistas. Isso é muito importante, porque o IPI pesa muito na composição do preço. E nós já temos também, na Bahia, nesse Programa, a questão do ICMS também tratada de forma semelhante, a exemplo do financiamento. Então, essa Medida vem consolidar, efetivamente, essa manutenção da isenção do IPI, vem consolidar uma posição de financiamentos novos. Já foram financiados cerca de R\$85 milhões para táxi, com prioridade para pólos turísticos, como Porto Seguro, Feira de Santana, Camaçari, Ilhéus, Barreiras, Itabuna, Valença, Itacaré, Juazeiro, Ibotirama, entre outros. Foram financiados muitos veículos, o que significa uma grande contribuição para o turismo na Bahia, um setor muito importante e que tantos benefícios tem trazido ao nosso Estado, no qual apostamos muito também para o futuro.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço a V. Ex^a que possa dar cumprimento a um pedido da Liderança da Minoria para que eu possa utilizar o meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – É o senhor que está inscrito para falar pela Liderança da Minoria.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o candidato Ciro Gomes perdeu-se bastante na sua campanha para a Presidência por não saber usar a linguagem apropriada a um candidato. Em todos os lugares, ele, às vezes, se saía bem, mas deixava uma frase que destruía todo o seu trabalho. Agora vem me atacar, bem como ao Bispo Cappio, e ainda mente, quando diz que teve o apoio da CNBB. Dom Geraldo Majella, Arcebispo Primaz da minha terra, figura respeitável no clero brasileiro e internacional, se diz decepcionado com o Ministro e com o Governo Lula principalmente.

Logo se vê outra manchete: “Planalto acha que Ciro atrapalha sua relação com a Igreja”. E eu disse aqui ontem que o Lula não estava satisfeito, por mais que ele fizesse o tratamento bajulatório.

Ora, chegou o momento, Sr. Presidente, de o Dr. Ciro Gomes, que não é um homem idoso – quem sou eu para falar dos idosos? –, mas tem idade suficiente para fazer o bem em vez de fazer o mal, não falar impropérios, podendo usar uma linguagem adequada. O Dr. Ciro Gomes deve à opinião pública brasileira explicações melhores.

Um outro jornal, de ontem, traz a matéria intitulada: “Ciro desagrada o Planalto ao falar sobre o rio São Francisco”. O Bispo do Município de Barra, Dom Cappio, já declarou que quem deve conversar com ele é o Presidente da República e não Jaques Wagner ou Ciro Gomes. É preciso dar a dimensão devida.

Este Governo não quer tomar jeito. Ainda ontem, infelizmente, o Sr. Gilberto Carvalho se saiu muito mal na acareação. Isso está prejudicando inclusive os seus integrantes. Hoje todos sabem que, quando o Palácio do Planalto participa de alguma ação, é algo errado, é algo que a moralidade condena, é algo do tipo Ciro Gomes.

Ele disse que me interpelou no Supremo. Confesso que ainda não recebi a interpelação, se ela realmente foi feita, mas é muito fácil responder a qualquer interpelação do Ministro Ciro Gomes sobre o problema do rio São Francisco. A transposição é criminosa

contra o País, como criminosa têm sido algumas atitudes do Governo.

Desse modo, advirto o Ministro Ciro Gomes: modifique a sua linguagem. Seu temperamento não é fácil de ser modificado, mas não queira que tragam para cá problemas, como não quero trazer, em consideração à sua ex-esposa, que merece todo o nosso respeito.

Trato deste assunto só porque ele disse que a CNBB ficou ao lado dele, contra o Bispo. É mentira! E tenho aqui o jornal em que o Presidente da CNBB, o Arcebispo da Bahia, D. Geraldo Majella, talvez um dos prelados de maior credibilidade, em todos os tempos, no Brasil, fala sobre isso.

Sr. Presidente, a interpelação, se vier, será muito bem aceita por mim, porque nenhum Ministro do Supremo deveria sequer aceitá-la preliminarmente. Mas, se aceitá-la, quem vai sair decepcionado é o Sr. Ciro Gomes. Nos termos da licitação do projeto, ele realmente não demonstra pelo menos propriedade, para não dizer, falta de seriedade na sua consecução.

Sr. Presidente, reajo a essas palavras do Sr. Ciro Gomes e espero, na segunda ou terça-feira, voltar a esta tribuna para mostrar o ponto de vista de um dos brilhantes Procuradores, Lucas Furtado, sobre a atual situação brasileira.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, o Ministro Ciro Gomes é um homem inteligente, mas, muitas vezes, beira a leviandade ao falar. Solidarizo-me com V. Ex^a, porque seus desarranjos verbais estão ficando exagerados. Se depois ele não os confirma, isso termina maculando até a imagem de homem bravo do Ministro da Integração Nacional, que tem que cuidar dos assuntos afetos à sua Pasta e, a meu ver, procurar menos atrito com o Congresso Nacional. E, quando procurar atrito, deve procurar de vez, daqueles em que se vai até o final.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, que é um bom fecho para o meu discurso, demonstrando mais uma vez a incompetência, a intolerância deste Governo.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Com enorme consciência e cumprindo aquilo que era uma determinação da nossa Bancada, ou seja, separar os casos, graves os dois, mas separar os dois casos: caixa dois, para um lado; e a corrupção, que se pratica de maneira endêmica, epidêmica, doentia neste Governo do Presidente Lula, para o outro.

Apresento a V. Ex^a, Sr. Presidente, neste momento, requerimento constituindo Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de investigar o financiamento das campanhas eleitorais no período compreendido entre 1998 e 2004. Digo isso depois de ter sabido – estava pronto antes – que, lá, na acareação da tal CPI do Mensalão, os três acareados confirmaram dinheiro espúrio na campanha do Presidente Lula, essa que o elegeu Presidente da República, os três.

Portanto, Sr. Presidente, até para as coisas ficarem bem claras e não pensarem que este aqui é o Senado do “rabo preso”, tenho orgulho de dizer que, sem grande procura, sem grande busca, com a determinação de obter no mínimo 35 assinaturas para garantir mesmo a irreversibilidade da implantação da Comissão Parlamentar de Inquérito, estou apresentando um requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para o caixa dois com 37 assinaturas das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Parece-me muito nítido que não é nada chorado, nada pingado. Não são 27 Senadores chorados ou pingados; são 37 Senadores que estão dispostos a verificar se têm ou não coragem de efetivamente ir fundo nessa questão do caixa dois, porque essa conversa de máfia nova-iorquina, comigo não vai colar. Essa história de “ninguém é bom, ninguém presta” e de, portanto, misturar tudo num saco só não cola tampouco.

Assim, estou encaminhando a V. Ex^a o requerimento, pedindo-lhe que confira as assinaturas: são 37. Há oportunidade ainda de outros Senadores firmarem as suas assinaturas. Acredito que isso passe de 50 ou chegue a 81. Ah, sim, a Senadora Ana Júlia vai assassiná-lo – creio que o PT todo vai fazê-lo. O PT não vai decepcionar a Senadora Ana Júlia Carepa. Devemos assiná-lo e irmos a fundo na passagem a limpo desse Partido.

Ontem, eu já tinha número, Sr. Presidente, mas não tinha os 35, Senadora Heloísa Helena, que é um número mágico. A Bancada estabeleceu 35, um número mágico. Nasci dia 15 de novembro, então, apresentamos com 35. Se tivesse nascido no dia 14, apresentávamos com outro número. Então, são 35 assinaturas. Com isso, ela é irreversível.

Outros Senadores assinarão o requerimento. Temos 38 assinaturas agora, com a assinatura da Senadora Ana Júlia Carepa.

Portanto, aguardamos agora as providências imediatas da Mesa. O Presidente Renan Calheiros, aliás, já as anunciou. Ou seja, demandados os Líderes, que cumpram com seu dever básico, que é indicar os nomes imediatamente.

É conversa mais do que fiada essa de que não há Senadores para tantas CPIs. Não é verdade! Só tem uma CPI funcionando aqui. Só uma. Pode haver tantas quantas o espírito da lei permitir. O legislador não inventou essa regra à toa. O legislador é sábio. Quando disse que podia, é porque pode. Se não pudesse, o legislador não deixaria. Eu não vou me arvorar agora a tutor, a crítico ou a revisor do espírito, da cultura e do preparo daqueles que me antecederam, elaborando as leis da Casa. Portanto, Sr. Presidente, aqui está a CPI.

Li coisas engraçadas, li coisas terríveis, li coisas do tipo: “disseram que assinaram, mas não era para apresentar”. Então, faço um pedido: quando eu apresentar de novo, não assinem, se houver essa dúvida. Porque eu, em recolhendo, apresento.

Está apresentado aqui, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – O requerimento de V. Ex^a será encaminhado ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, para as providências legais cabíveis.

Por permuta com a Senadora Ana Júlia Carepa, concedo a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é claro que serei breve, mas, na brevidade de minhas palavras, faço um apelo às autoridades econômicas do Governo, um apelo ao Banco do Brasil, para que entenda a situação dramática que vivem os agricultores e os pecuaristas brasileiros, muito especialmente os de Mato Grosso do Sul, onde surgiu o foco de febre aftosa, que está sendo um desastre para a economia nacional, influyendo no Produto Interno Bruto, prejudicando as exportações do Brasil – e o prejuízo é incalculável.

Sr. Presidente, é inacreditável, mas o Banco do Brasil resolveu suspender as linhas de crédito existentes para as pessoas que trabalham no campo. Em um momento como este, suspendem-se as linhas de crédito, com toda certeza, para que o Banco do Brasil faça aquilo não deveria fazer, que é pensar exclusivamente nos juros exorbitantes que cobram inclusive

do setor da agricultura e da pecuária. Se a situação é ruim, para que emprestar dinheiro?

Senador Antero Paes de Barros, V. Ex^a é de Mato Grosso e também sente as conseqüências daquilo que começou em meu Estado – o Brasil inteiro sente. Era a hora de o Banco do Brasil abrir mais o crédito, era a hora de estabelecer uma linha emergencial para os produtores, que, em razão da febre aftosa, e de 41 países terem fechado as portas para a compra de carnes do Brasil, enfrentam uma situação dramática, pois o produto não tem preço.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a é de Alagoas, um Estado grande como o meu na generosidade de seu povo, mas que não tem a característica econômica de Mato Grosso do Sul. V. Ex^a, que é uma mulher sensível, deve estar percebendo que essa não é uma maneira de ajudar o Brasil.

Sr. Presidente, telefonei ontem para meu amigo Ricardo Conceição, diretor desse setor, que me disse: “Senador, estão suspensos. Até segunda ou terça-feira, daremos uma opinião; vamos ver o que fazer”. Perguntei: “Mas por que suspenderam?” “Para uma avaliação da situação” – respondeu ele. “Mas a avaliação é dramática, Ricardo Conceição.” A situação é dramática, Presidente do Banco do Brasil! A situação é dolorosa, Ministro Antonio Palocci! Ajudem aqueles que produzem. Não puxem o tapete em um instante de maior gravidade. Abram linhas de crédito emergencial. É esse o dever do Governo. Na Europa, os governos subsidiam os produtores. Aqui, até para abrir crédito, pensam nos juros que o Governo pode auferir de lucro. Essa é a verdade verdadeira e deve ser dita. Por isso, venho aqui como representante do meu Estado.

Agora mesmo, conversava com o Deputado Federal Waldemir Moka, que foi Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, na gestão anterior, e hoje é um de seus membros. S. Ex^a está constantemente em contato com o Ministro da Agricultura e com as autoridades, assim como nós também estamos, mas não é possível ficar só conversando. É preciso resolver o assunto.

Por isso, venho a esta tribuna fazer um apelo: chega de jogar a culpa; é muito fácil jogar a culpa nas costas daqueles que produzem. Não quero dramatizar ou politizar a situação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas a situação é dramática em Mato Grosso do Sul e em todo o Brasil. Abram linha de crédito, concedam linha emergencial. É isso que o Governo, se tiver sensibilidade, tem que fazer.

Sr. Presidente, estou falando aqui, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, por deferência...

(Interrupção do som.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – ...de alguns Senadores, porque tenho que viajar. Estou encerrando minha fala. Estou vendo que já se passaram cinco minutos. Falar mais do que isso é improdutivo, mas não vou deixar esta tribuna sem saudar o Ministro Roberto Rodrigues, que ontem esteve na Comissão de Agricultura, onde realizamos uma grande reunião. S. Ex^a explicou sua luta, disse que vai lutar enquanto tiver esperança. Confiamos, ainda, em que haja um fio de esperança para ajudar aqueles que produzem em Mato Grosso do Sul e no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros. PSDB – MT) – Concedo a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Ana Júlia Carepa.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devolvi o requerimento ao Senador Arthur Virgílio. Eu o assinei, e quero fazer o registro. Havia dito isso em várias outras oportunidades, portanto, não é novidade. Se quisermos realmente fazer uma apuração a sério sobre financiamentos de campanha, devemos fazer, mas devemos fazer de todas as campanhas e de todos os partidos, sem exceção. E, quando digo sem exceção, estou me incluindo. Portanto, deve ser de todos, ou não será sério. Se quiserem investigar uns e não investigar outros, não será sério, e não é isso o que a sociedade brasileira quer. Ela quer que se investigue tudo, e não passar a mão na cabeça de ninguém, seja filiado a qualquer partido. Pode ser ao meu ou ao do meu maior opositor, não interessa! Por essa razão, assinei. Mas precisamos ser sérios.

Gostaria de registrar, na tarde de hoje – e isso já foi feito, inclusive em plenário –, a operação desencadeada ontem em vários Estados brasileiros –, a Operação Ouro Verde. Esses documentos estão no *site* do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério Público Federal, da Polícia Federal. Essa operação teve início com as operações Belém I e Belém II. A investigação sobre os Títulos Públicos Federais falsos começou quando se alteraram as gerências do Ibama em vários lugares do Brasil. Mas essa, especificamente, na gerência Ibama-Belém, uma das três gerências do Ibama no Estado do Pará, ocupada pelo Sr. Marcílio Monteiro – pessoa qualificada, que tem especialização na área e que, por isso mesmo, tem sido alvo de denúncias.

Em junho, meu nome foi veiculado em matéria de uma revista já conhecida do povo brasileiro, por suposto esquema entre madeireiros que exploravam madeira ilegalmente e o Partido dos Trabalhadores. É impressionante como a irresponsabilidade dá credibili-

dade ao indivíduo, que, obviamente, está apenas sendo instrumentalizado por alguns que nos fazem oposição e por muitos que se sentiram extremamente incomodados pela ação firme das novas gerências do Ibama, em especial no Estado do Pará, sobretudo da gerência do Ibama-Belém, de combater o desmate ilegal, o tráfico ilegal de madeiras. E aí dão credibilidade ao indivíduo que já foi preso por emissão de notas fiscais falsas e condenado pela Justiça Federal, exatamente porque o gerente do Ibama-Belém teve a coragem de negar um projeto de manejo, que o grileiro diz que é dele, mas não é, porque, na verdade, ele tem terra nenhuma. Além de não ser dono das terras, ele ainda tentou fraudar o projeto, como consta no parecer do Procurador do Ibama, tirando uma folha de um processo e incluindo-a, na tentativa de enganar.

Vejam bem: esse senhor acusou exatamente o Sr. Marcílio. Veio à CPI da Biopirataria, da Câmara dos Deputados e foi ouvido. Deram crédito a este cidadão, a este meliante. Agora, o Deputado Aírton Faleiro é mais um dos atacados porque é mais um dos que combatem a ação predatória da nossa floresta, que defendem o desenvolvimento sustentável na nossa Amazônia, projetos como o Pró-Ambiente, o Pró-Manejo.

O Deputado Aírton Faleiro me diz que este cidadão, condenado, que devia estar cumprindo pena, passeia toda semana na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, talvez se articulando com Deputados que nos fazem oposição, Senadora Íris de Araújo, para continuar com as calúnias.

Mas eu fico muito orgulhosa porque, agora, começa vir à tona os reais motivos dos ataques ao gerente do Ibama-Belém e a mim. E por que a mim? A todo o momento tentam ligá-lo a mim porque há oito anos ele foi meu marido e é pai da minha filha caçula, não pela capacidade e competência, apesar de ser um quadro político dos mais preparados, com especialização feita no NAEA, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, da Universidade Federal do Pará. Então, é por isto. Assim, na tentativa de me atacar, usam o gerente do Ibama. Por qualquer coisa, por meio de qualquer pessoa que tiver ligação a mim, assessor ou até o meu irmão, coitado, que dizia para mim – ele não é do PT: “Não. O que é isto, Ana?” – eles me chamam de Ana – “A imprensa aumenta mas não inventa.”

Quando essa revista inventou uma denúncia envolvendo o meu irmão, eu perguntei a ele: “E agora, Tuca?” Ele disse: “É. Infelizmente, tenho que dar a mão à palmatória e reconhecer que tu tinhas razão: a imprensa também inventa.” Até porque ele se propôs, no mesmo momento em que o funcionário da revista falou com ele, uma acareação com esse advogado, para provar que o que estava dizendo era mentira.

É óbvio que o funcionário da revista não quis fazê-lo porque seria desmentido. E, como tem alguns órgãos de imprensa brasileira que estão pouco se lixando pra verdade, isso acontece.

E essa operação, tão importante para o nosso Estado e para a Amazônia, já prendeu quarenta e três pessoas; há mais gente para ser presa. E esse é um dos motivos do ataque. Mas tem mais, tem mais. Todos sabem aqui que eu presidi uma Comissão Especial, proposta pelo Senador Renan Calheiros, Presidente. Essa comissão acompanhou as investigações sobre o assassinato da nossa querida irmã Dorothy, de quem tive o prazer de ser amiga. Também me indispus com muita gente, me indispus com aqueles que estavam acostumados a derrubar a floresta impunemente e com muitos que, até hoje, infelizmente, não são investigados, mas fazem parte de um consórcio, o consórcio da morte, o consórcio de pessoas que financia a violência, que financia pessoas como o Rayfram, que está preso porque atirou na irmã Dorothy. Mas, quem financiou a violência não foi ele, apenas um instrumento de poderosos.

Então afirmo, mais uma vez, que a CPI da Biopirataria...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, peço os meus minutos regulamentares.

Tentam usar a CPI da Biopirataria. E chega um documento à CPI da Pirataria, assinado por entidades da região. A primeira delas é o Sindicato de Produtores Rurais de Anapu. E várias outras entidades: Cooperativa de Produtores e Reflorestadores de Uruará; Associação de Produtores de Anapu; Cooperativa de Produtores do Xingu... Ninguém conhece essas entidades. Mas isso chegou na semana passada à CPI. E, nesta semana, também chegou à CPI, para nós, um ofício do Sindicato dos Produtores Rurais de Anapu, com CNPJ, um Sindicato filiado a Faepa – Federação de Agricultura do Estado do Pará –, exatamente desmentindo, dizendo que ela foi usada indevidamente, que ela jamais assinou nenhum tipo de documento, que ela desconhece qualquer coisa que esteja aqui. É um documento apócrifo.

Eu estou solicitando ao Presidente da CPI da Biopirataria, que esses covardes assassinos – porque para mim é assassino quem financia a morte –, que esses covardes, devastadores da floresta, tenham a coragem de assinar e mostrar a cara, para que eu possa processar um a um. Um a um! Este é o real motivo dos ataques contra mim, contra gerentes do Ibama no Pará. E não só no Pará, em outras regiões. O Gerente

do Ibama em Rondônia também está sendo atacado. Também é um dos Estados onde se deu a Operação Ouro Verde. Uma verdadeira quadrilha desbaratada, com falsificação de ATPFs. Portanto, está se tornando algo comum para todos aqueles que passam a combater o desmatamento ilegal, que passam a combater a violência, que passam a ter ações de controle dos planos de manejo seguindo orientação do próprio Ministério Público Federal, que instou o Ibama a não mais autorizar planos de manejo florestal quando existirem títulos precários de terra, que era o caso. Pois bem, essas pessoas são as que mais estão sendo atacadas.

Então, venho à tribuna para anunciar que, além do pedido que estou fazendo à CPI para que esses covardes tenham a coragem de assinar e aparecer a fim de que possam ser processados pelas calúnias, também estou pedindo a investigação desses meliantes, inclusive desse cidadão presidente de um sindicato do qual se desconhecem os associados. Quero saber, inclusive, quem sustenta esse cidadão que passeia pela Assembléia Legislativa do Pará, esse meliante chamado Mário Rubens, até porque esse documento apócrifo tem a cara dele. Ele chega a fazer denúncias tão absurdas que ele dá um tiro no pé porque envolvem o órgão estadual de terras do Pará, cujo Governo é do PSDB há 12 anos, e o Ibama na época do Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Isso mostra a leviandade.

(Interrupção de som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, peço mais um minuto para concluir.

Quero cumprimentar a Ministra do Meio Ambiente, o Ibama, os Gerentes do Ibama que estão lá na ponta, como o Gerente do Ibama de Belém, Sr. Marcílio, o Gerente do Ibama de Santarém, o Gerente do Ibama de Marabá, os chefes de escritório do Ibama em vários lugares, como o de Altamira. Foi dito na CPI que ele estava tendo enriquecimento ilícito porque agora andava num carrão. O carrão era do Ibama. Portanto, cumprimento essas pessoas que têm contribuído exatamente para a diminuição do desmatamento da nossa região, juntamente com o Ministério Público Federal e com ações da Polícia Federal, para que realmente possamos dar um basta nessa turma de bandidos que assalta a Amazônia e assassina trabalhadores e freiras que têm como única arma a Bíblia.

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carepa, o Sr. Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Reginaldo Duarte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Duarte. PSDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante para saudar os Presidentes dos Tribunais de Justiça dos países de língua portuguesa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria exatamente de saudar os Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos países de língua portuguesa que nos visitam. Estão presentes o Presidente Cristiano André, do Tribunal Supremo de Angola; o Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, do Supremo Tribunal de Justiça do Brasil; o Presidente Benfeito Mosso Ramos, do Supremo Tribunal de Justiça de Cabo Verde; a Presidenta Maria do Céu Silva, do Supremo Tribunal de Justiça de Guiné-Bissau; o Presidente Sam Hou Fai, do Tribunal de Última Instância de Macau; o Presidente Mário Mangaze, do Tribunal Supremo de Moçambique; o Presidente José Moura Nunes da Cruz, do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal; a Presidenta Maria Alice Rodrigues Vera Cruz de Carvalho, do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe; o Presidente Cláudio de Jesus Ximenes, do Tribunal de Recurso do Timor Leste.

Queria dizer do nosso orgulho por receber essa visita, do significado importante de aproximarmos nossas culturas, nossas tradições, nossas experiências, em especial as referentes ao sistema judiciário dos países de língua portuguesa, e os recebo, portanto, não apenas como Líder do Governo, mas também em nome das Senadoras e Senadores, que têm muita honra em recebê-los.

Encerro meu pronunciamento com a fala de um poeta brasileiro que, seguramente, V. Ex^{as} conhecem, que é Caetano Veloso, que diz: “Minha pátria é minha língua”. Portanto, sintam-se em casa, sintam-se no Brasil, sintam o prestígio, o carinho e o afeto que todos nós temos por esses países amigos, de diversas culturas, mas todos com uma identidade fundamental que é a nossa pátria, a nossa língua, que é o português.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Duarte. PSDB – CE) – A Presidência dá as boas-vindas aos ilustres visitantes e lhes deseja uma boa estada entre nós.

Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, pela Liderança do PSDB, por cinco minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela Liderança de PSDB. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, também gostaria de saudar os Ministros dos países de língua portuguesa que se fazem presentes no plenário do Senado da República.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos ouvintes, se o PT governasse tão bem quanto sabe sabotar a verdade, o País estava a salvo. O que impressiona é a tranquilidade com que os petistas sabem

negar evidências. Ontem, foi um *show* na CPI dos Bingos, na acareação dos irmãos do Celso Daniel com o Secretário de Lula, Gilberto Carvalho. Ele levou os expectadores e os Senadores à loucura com sua serenidade estudada e impassível. É espantoso como os petistas trabalham nas CPIs. São ágeis, trabalham em grupo, negam em equipe, um grita aqui, outro levanta uma outra suspeita acolá. É assustador como estão insultando o bom senso dos cidadãos. Vai ser difícil assistir a esse *show*, a esse teatro de cinismo. Eu fico de boca aberta de espanto e vejo o Senador Jefferson Péres, do PDT, perguntar, desesperado com a cara-de-pau do Gilberto Carvalho: “Mas, Sr. Gilberto, o senhor acha que esses irmãos de Celso Daniel estariam denunciando a ocultação da verdade no assassinato do irmão para servir apenas a objetivos políticos? O senhor acha possível que dois irmãos arrisquem a vida e lutem por três anos para mostrar que Celso foi assassinado por que ia entregar a verdade da corrupção em Santo André? A verdade da caixinha do PT na Prefeitura apenas para servir a interesses dos inimigos do PT? Só se eles fossem dois malucos!” E o Gilberto fica impassível. Nas fitas que virão aí, os petistas estão dizendo, na gravação, mais ou menos o seguinte: “Temos de pensar em uma tática para impedir as investigações, temos que chamar o Zé Dirceu. Isso no telefone. E nada... Gilberto, impassível”. A Senadora Ideli Salvatti, a sabotadora-mor, trabalha para impedir tudo, pois já se prepara para dizer que tudo foi montagem nas fitas. Nessas fitas que vão aparecer. No entanto, o formato de todos os crimes que o PT cometeu no Governo nasceu lá em Santo André e em outras prefeituras, o formato de tudo que veio depois. Como, aliás, denunciou há anos o Paulo Venceslau, um petista honesto que foi expulso do Partido por ordem de Lula. É impressionante. É impressionante. Até quando a opinião pública vai suportar esse insulto à inteligência, porque a tática é a mesma de hoje no Executivo: amontoar dinheiro para o PT ficar no poder para sempre. Nada mudou. Começou com o sangue em Santo André e acaba agora nesse lamaçal que estamos vendo.

Esse foi o comentário do jornalista Arnaldo Jabour na rádio CBN hoje. Eu o li na íntegra para que fique definitivamente registrado nos Anais desta Casa.

Agora, sem aspas, uma informação: ainda há pouco, na CPI do Mensalão, o Deputado Moroni Torgan, durante a acareação na CPI, indagou quantas testemunhas serão necessárias para cassar o Presidente Lula. Ele lembrou que apenas na acareação em curso existem três testemunhas de que recursos ilegais de caixa 2 pagaram a campanha presidencial do PT em 2002 : o ex-tesoureiro do PT, Delúbio So-

ares, o empresário Marcos Valério e o ex-Deputado Valdemar Costa Neto, Presidente do PL. Ele usou o termo “cassar” de forma figurativa. Logo depois falou em entrar com representação contra Lula, que é o caminho constitucional para se chegar ao *impeachment*. Questionou, ainda, se existe diferença entre caixa 2 de Presidente da República e caixa 2 de Deputado. Para Deputado, a CPI está constatando o que todo mundo está vendo.

Eu faço o registro porque se trata de um momento histórico e importante este que acaba de ocorrer na CPI: o Deputado do PFL do Ceará, Moroni Torgan, arrancou, na acareação, três depoimentos de pessoas que confirmaram que deram recursos não contabilizados – como eles gostam de dizer –, portanto, de caixa 2, para a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva.

Gostaria – falo em nome pessoal – de fazer um apelo ao meu Partido, o PSDB, para que esteja realmente atento no sentido de reivindicar a instalação do processo para apuração dos fatos, para apuração do crime de responsabilidade, porque a boa democracia é aquela que apura tudo, inclusive os crimes do Presidente da República.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Reginaldo Duarte, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, do PT de São Paulo, Líder do Governo, por permuta com o Senador Marco Maciel. Em seguida, falará o Senador Reginaldo Duarte, do PSDB do Ceará, que está inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, começo trazendo um depoimento pessoal que talvez ajude a entender o sentimento que tenho toda vez que vejo um filho ou uma filha de um homem público ser utilizado como instrumento para atacar o mandato de quem quer que seja.

Comecei a militar muito cedo, ainda adolescente e fiz, àquela época, no início da minha juventude, uma opção pela luta democrática contra a ditadura militar. Desde então, fui militante de esquerda por convicção, por opção, por decisão pessoal.

Meu pai era um militar que acreditava nas Forças Armadas, que acreditava no País, desempenhou funções importantes ao longo de toda a sua carreira. Chegou a ser General do Exército e Comandante da Escola Superior de Guerra.

Desde cedo, aprendi em casa que eu tinha o meu caminho, a minha identidade e ele a dele e que a democracia por que eu lutava para conquistar no Brasil existia dentro de casa. Tive a opção absolutamente segura do que eu achava que deveria ser o caminho da sociedade brasileira. Meu pai soube respeitar a minha decisão, e convivemos respeitosamente, com todas as nossas divergências políticas e ideológicas, ao longo de mais de 35 anos de militância.

Portanto, todas as vezes que vejo o filho de alguém ser atingido simplesmente pelo vínculo materno ou paterno, tenho um profundo sentimento de injustiça e subo a esta tribuna para me posicionar com toda transparência.

Ao longo da minha vida este sentimento se fortaleceu. Fiquei viúvo em 1982. A minha companheira, Jane, tinha uma filha, Juliana, que ajudei a criar. Depois que ela faleceu, não tive a possibilidade de continuar a exercer a paternidade. E lutei também por isso muito tempo. Acabei de aprovar essa licença paternidade para filhos adotivos como parte da minha experiência de vida. Então, o sentido da paternidade para mim é muito especial, tem um significado muito profundo de continuidade da vida. Esse sentimento não pode ser agredido, nem mesmo em processos políticos tumultuados, difíceis, como esses que estamos atravessando.

Vim à tribuna outro dia para me posicionar em relação à matéria que eu tinha lido, a qual fazia uma crítica à filha do Governador Geraldo Alckmin. A crítica era a de que ela estaria presente em uma audiência em que houve favorecimento à loja Daslu. Eu disse que achava aquele favorecimento fiscal indevido, acho que não deveria ter sido concedido, mas seguramente o favorecimento não ocorreu porque a filha do Geraldo Alckmin estava na audiência e era gerente dessa loja; foi dado porque a Daslu é uma loja dos ricos, dos muito ricos, uma loja que tem poder e capacidade de negociação com o Estado. Seguramente se ela estivesse na audiência com uma entidade ou uma loja da 25 de Março aquele benefício de arrecadação de ICMS não teria sido dado.

Da mesma forma, vim a esta tribuna para dizer que a discussão travada para saber se a filha do Prefeito de São Paulo, José Serra, tinha ou não uma sociedade com a irmã do Sr. Daniel Dantas não seria assunto de interesse público se não houvesse alguma irregularidade relacionada com essa empresa.

E também vim a esta tribuna para dizer que achava absolutamente inaceitáveis as críticas que se faziam ao filho do Presidente, o Fábio, porque era uma empresa exitosa, na área de informática, de software, e que mais de uma empresa tentou comprá-la. Final-

mente ela foi vendida por um valor significativo. Como se tratava de ação entre empresas privadas, não estava envolvido dinheiro público, não havia interesse público, eu não via outra intenção, com a importância que se tentou dar àquele assunto, a não ser a de atacar a figura do pai dela.

E por este caminho, as famílias dos homens públicos vão ficando sem muitas alternativas. De um lado, se vierem a trabalhar no setor público, seguramente serão acusados de nepotismo. Eu, particularmente, acho inaceitável o vínculo familiar como critério de acesso ao Estado. Isso vem da tradição monárquica. Na República, o princípio republicano fundamental é o da meritocracia, isto é, as pessoas devem ter acesso ao Estado pela sua competência, mediante concurso público. Mesmo nos cargos de confiança não recomendo que esta relação se estabeleça.

Portanto, a opção é a iniciativa privada, mas se também na iniciativa privada a suspeição é permanente por causa do vínculo familiar, estamos cometendo, eu diria, uma agressão a direitos e garantias individuais.

Tenho repetido desta tribuna que o Parlamento – e eu tenho uma identidade muito grande com a reflexão de Tocqueville – é, acima de tudo, a Casa da defesa das garantias e prerrogativas individuais. Nesse processo que estamos vivendo, de tantas denúncias e apurações de práticas absolutamente inaceitáveis que ocorreram na vida pública e dos problemas de financiamento de campanha, nós já não pode continuar esse tipo de situação. Defendemos uma reforma político-eleitoral profunda no País, que infelizmente a Câmara ainda não votou.

Nesse cenário, é preciso que mantenhamos alguns valores fundamentais: o direito de defesa, a presunção da inocência, o devido processo legal e a isenção investigativa.

Desde o século XIII, na Carta Magna da Inglaterra esses princípios foram constituindo a base de uma sociedade democrática do Estado de direito e das garantias e direitos individuais. E estão na Constituição Brasileira. É sobre isso que eu quero falar.

Hoje, eu li nos jornais, em várias matérias, em quase todos os veículos, que o Procurador da República Luciano Sampaio Gomes Rolim estava apresentando o relatório de uma investigação de mais de um ano e meio que representaria uma ação por improbidade administrativa contra o ex-Ministro e Deputado Federal José Dirceu e seu filho José Carlos Becker de Oliveira, o Zeca Dirceu. A primeira coisa que me chamou a atenção foi o fato de uma investigação de um ano e meio ser divulgada exatamente no dia em que o Conselho de Ética se reunia e publicada antes da votação. O Sr. Procurador disse que foi coincidência.

Uma resposta como essa está de acordo com o princípio fundamental da isenção investigativa? Pergunto: se há um inquérito que ainda não foi apresentado ao Procurador-Geral da República – que ele, só ele pode representar contra um Parlamentar, portanto não há sequer um inquérito instalado – como resultado de um processo de investigação, como o Procurador dá uma entrevista 24 horas antes, sem sequer ter apresentado ao Procurador-Geral da República o produto de seu trabalho, na véspera da decisão do Conselho de Ética?

Pergunto se estamos avançando na construção de uma sociedade democrática, em que o Estado de direito, as garantias e prerrogativas individuais devem ser preservadas em todos os cenários, em todos os contextos. Seguramente, não. Seguramente, não!

Agora, do que trata a denúncia? Li, evidentemente pela imprensa, já que não tive acesso aos autos. Eu fui logo atento: será que há desvio de dinheiro público? Será que há interesses privados que foram beneficiados com a transferência de dinheiro do povo brasileiro? O próprio Procurador diz que não, que não há nenhum indício de desvio de dinheiro público. Então, do que trata a denúncia? O Sr. José Carlos Becker, o Zeca Dirceu, teria se beneficiado da condição de filho para liberar emendas de Parlamentares que beneficiavam Prefeituras da região próxima da Cidade de Cruzeiro do Oeste.

O Sr. Zeca PT – ou Zeca Dirceu, a diferença é pequena nesse caso – exercia alguma função pública nesse caso? Exercia. Ele foi primeiro Secretário de Indústria e Comércio do Município antes de ser prefeito de Cruzeiro do Oeste. Ele foi Secretário de Indústria e Comércio. Não se menciona isso. Nenhuma matéria diz que ele foi Secretário do Município. Também não diz que, a partir de 2002, ele exercia a função de coordenação do escritório regional em Umuarama, da Secretaria de Emprego e Renda do Governo do Paraná, ainda que já algum tempo atrás, há bastante tempo, o Governador Roberto Requião tenha dito que ele exercia função, desempenhava essa atividade, sob a responsabilidade do Governo do Estado.

Se ele era o Coordenador do Escritório Regional de Emprego e Renda nessa região, é evidente que uma das suas funções públicas era disputar recursos para a região. E que recursos ele trabalhou junto ao Governo Federal, com outras autoridades regionais, especialmente os Prefeitos da região, buscando liberar emendas parlamentares, de Parlamentares que não eram necessariamente do PT – Parlamentares de todos os Partidos – que, de alguma forma, pretendiam liberar recursos orçamentários para investir naquelas Prefeituras, sobre o escritório no qual ele tinha respon-

sabilidade de Estado? Segundo consta, esse trabalho ajudou a liberar emendas para as Prefeituras locais.

Onde está a denúncia? O suplente de Deputado Federal, coordenador de um escritório, se não tivesse o nome do pai, isso não seria tratado em nenhum lugar. Se ele não tivesse esse sobrenome, não teria que responder por essa atitude. Não houve desvio de dinheiro público.

Há uma outra parte da denúncia que me parece muito grave. Ele teria conseguido uma audiência pública com o Presidente Lula para tratar de uma feira de exposição na região – Expovest. Foi fazer o convite ao Presidente, pedir a sua presença na feira que trataria das atividades agrícolas e industriais na região.

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– O Presidente concedeu a entrevista, a audiência. Pergunto: concedeu por que era o chefe do Escritório Regional do Governo do Estado Paraná, em Umua-rama? Não sei. Mas não tenho dúvida de que, se o Presidente pudesse receber o Zeca Dirceu, que ele conhece acho que desde que ele nasceu – não desde que nasceu, porque naquela época o Zé Dirceu estava na clandestinidade, mas conhece há muitos e muitos anos, viu crescer –, seria uma deferência que qualquer homem público faria com um colaborador do seu Governo.

Pergunto ao País o seguinte: quantas e quantas horas esse menino não teve a presença do pai porque estava no Governo, no PT ou na vida pública? Quantas e quantas horas essa criança cresceu sem a presença do pai, porque ele tinha um compromisso com o serviço público? O Presidente da República recebeu o filho do coordenador da sua campanha para fazer um convite para uma exposição e é criminalizado, com tom de um processo gravíssimo. Sinceramente, lamento que esse tipo de expediente esteja acontecendo no País.

Espero que o Conselho Superior do Ministério Público analise esse caso. Que a imprensa brasileira avalie bem as atitudes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. Fazendo soar a campainha) – Prorrogo, pela segunda vez, o tempo do seu brilhante pronunciamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Não estou aqui, pedindo da tribuna, que o filho de qualquer homem público tenha uma imunidade porque é filho. Se ele cometer algum ato de ilegalidade, de improbidade, de desvio de dinheiro público, tem que pagar, porque não pode ser protegido, não deve ser protegido, porque não é republicano ele ser protegido. Mas ele não pode ser perseguido simplesmente porque tem o mesmo vínculo familiar. Estes dois valores

são fundamentais: não perseguir e não proteger. Portanto, falo com a veemência deste protesto, porque acho que essa notícia, no dia de hoje, da forma como foi apresentada, um inquérito que nem sequer foi encaminhado ao Procurador-Geral da República, mas foi divulgado na véspera do Conselho de Ética, tinha uma intenção. Uma intenção que é incompatível com a democracia, com o Estado de direito, com o contraditório, com a isenção investigativa e com o devido processo legal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte, pelo PSDB do Estado do Ceará.

V. Ex^a terá assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do Regimento, e prorrogarei, antecipadamente, por mais dois minutos.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no próximo dia 29 de outubro, serão comemorados os 60 anos de ascensão à Presidência da República do cearense e brasileiro José Linhares.

José Linhares, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu a Presidência da República após a queda de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945 e comandou o processo que, 13 anos depois da última eleição, permitiu aos brasileiros escolherem candidatos à Presidência da República e também os membros do Congresso Nacional.

Por força da legislação editada pelo Presidente José Linhares, os brasileiros puderam participar de um processo eleitoral com regras bem definidas e que permitiu a eleição de Senadores e Deputados com poderes constituintes para escreverem a nova Constituição, que vigorou até 1988.

José Linhares nasceu na Fazenda Sinimbu, Município de Baturité, no Estado do Ceará, no dia 28 de janeiro de 1886. Formou-se em Direito na Escola de São Paulo e passou a exercer a profissão na cidade do Rio de Janeiro. Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1937.

Em 29 de outubro de 1945, as Forças Armadas do Brasil, sob o comando do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, depuseram Getúlio Vargas da Presidência da República e convidaram o Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, para assumir o cargo e comandar o processo eleitoral que iria redemocratizar o País.

No breve período em que ocupou o mais alto cargo da hierarquia brasileira, José Linhares editou a Lei Constitucional nº 3, de 12 de novembro de 1945, que decretava, no seu art. 1º, que os representantes eleitos a 2 de dezembro de 1945 para a Câmara dos

Deputados e para o Senado se reuniram sessenta dias após as eleições em Assembléia Constituinte, para votar, com poderes ilimitados, a Constituição do Brasil. Essa norma legislativa, entre outras editadas à época pelo Presidente José Linhares, permitiu ao País se colocar, depois de um longo período, no caminho da redemocratização.

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a transcrição do discurso proferido pelo Presidente José Linhares na antevéspera do pleito, falando pelo rádio para todo o território nacional, no qual fez aos brasileiros o apelo para que comparecessem às urnas e exercessem o

direito de escolher o seu Presidente, pela primeira vez de maneira realmente direta, já que não havia candidato do Governo ou da Oposição, e os Congressistas escreveriam a Carta Magna que permitiria a consolidação do processo democrático em curso no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno)*

**Discurso proferido pelo Presidente José Linhares, em 30 de
novembro de 1945 exortando os brasileiros a comparecerem às
urnas**

“Havendo de realizar-se, depois de amanhã, a eleição do Presidente da República e dos membros do Senado e da Câmara federais, dirijo-me aos brasileiros de todas as condições, partidos e crenças, a operários e patrões, para concitar ao cumprimento exato do dever cívico em que esta eleição importa. O Tribunal Superior Eleitoral instruiu suficientemente o eleitorado para o exercício do voto; e, nas várias circunscrições do País, as autoridades respectivas se encontram aparelhadas para facilitar ao eleitor o ato de votar de acordo com as preferências de cada um.

É este um acontecimento da maior importância para os destinos da Pátria, após a nossa eficiente contribuição na vitória das Nações Unidas e, mui particularmente, em seguida ao movimento restaurador levado a termo pelas Forças Armadas de Terra, Mar e Ar, com o mais nobre e devotado desprendimento.

Retomamos o rumo democrático, que é a nossa vocação americana, precisamente quando a Democracia se impõe aos povos como a única orientação da vida pública capaz de os salvar da opressão imperialista que vinha destruindo conquistas de confraternização universal inspiradas pelo Cristianismo e pela sabedoria das nações. Nós, os brasileiros, somos uma nacionalidade formada segundo essa inspiração dignificadora, mantida em dois regimes institucionais com a convicção inequívoca que tem definido o caráter nacional. As crises intercorrentes sobrevindas ao contrário de enfraquecê-la, tem-na reforçado, dando-lhe energias para se restabelecer, mais lúcida, mais firme e mais confiante.

Voltando a gozar os benefícios da liberdade individual, é para os direitos que nos competem serem exercidos com o pensamento exclusivo dos supremos interesses da Nação. O fato de existirem partidos disputando a Presidência da República e a representação parlamentar significa um vivificador despertar da consciência cívica dos brasileiros, procurando nortear-se por princípios e idéias de felicidade coletiva.

A eleição para Presidente da República ocorre, desta vez, sem que haja nem candidato oficial nem candidato de oposição. Os que vão submeter-se à escolha do eleitorado procedem da vontade popular, sem qualquer influência ou auxílio do novo Poder Público, desde sua ascensão na madrugada de 30 de outubro, colocado eqüidistante de todos eles e, apenas, procurando assegurar as manifestações do pensamento político. Nesta disposição, Chefe do Governo Federal na qualidade de Presidente do Supremo Tribunal Federal, entreguei à magistratura o governo dos Estados e Municípios, com a recomendação de imparcialidade, bem conhecida do País inteiro e bem cumprida em todo o seu território, a magistrados habituados Aguiar-se pelas determinações lei e pelas inspirações da justiça.

Apesar de os partidos, naturalmente, se atribuírem o melhor acerto nos programas propostos à Nação, a nenhum cabe negar a honestidade do seu competidor e o intento de conduzir o Brasil à sua merecida prosperidade interna e prestígio internacional. É por isso, dever de uns e outros respeitarem-se mutuamente, conduzindo-se no correr do pleito com a serenidade requerida por seus fins superiores, que são reintegrar o Brasil na estrutura legal, indispensável `sua existência econômica, financeira e política.

Atos que dificultem e possam frustrar este objetivo são incompatíveis com o patriotismo e a obrigação de para ele concorrer.

A eleição é livre. Beneficiado pela segurança do voto secreto, o eleitor nenhum constrangimento deverá ter em designar para os cargos submetidos ao sufrágio aqueles que melhor lhe pareçam merecê-lo. Devemos proceder, em 2 de dezembro, a uma eleição na qual, por exemplo, o funcionário público nenhum receio terá de comprometer o seu lugar no serviço público. Podem, pois, todos levar às urnas o escolhido da sua consciência cívica, com a máxima liberdade. Nestas condições, aquele que se eximir ao voto estará furtando-se ao cumprimento de um dever precípua. A vitória do candidato pode depender de uma cédula. Não há, portanto, criar o risco da derrota por comodismo, negligência ou outro igual sentimento.

Assim será o votar em branco. Este retraimento significa uma defecção jamais excusável. No período de liberdade de pensamento e opinião em que, felizmente, nos encontramos, só há um caminho para

o homem brasileiro no dia da eleição: votar. Segui-lo, ainda é mais para fazer, quando vimos todos poderem votar livremente e todos deverem compreender que, votando, colaboram na nova fase de proteção da lei e da justiça, ora aberta à Nação em geral e a cada um individualmente.

Faremos, desta forma, uma experiência, que servirá de exemplo às vindouras gerações. Por ela daremos a medida de nossa educação de povo e seremos julgados, tanto pelos demais povos, como por nós próprios. Depende, por isso, da nossa cordura, da nossa honradez cívica irmos às urnas, no próximo domingo, isentos de ambições e propósitos que não sejam reconstituir a nossa Pátria nos moldes democráticos em que ela sempre quis viver, desde a sua existência inicial entre as Nações.

Tendo dirigido a organização da lei vigente e da justiça Eleitoral, criando Tribunais que vão presidir o pleito e, amanhã, apurar a eleição, regozijo-me, como Chefe de Estado, como brasileiro e como juiz que tem dedicado a sua existência a aplicar a lei e a fazer justiça, pelo acontecimento, inédito entre nós, de que vamos todos participar com o necessário espírito de libertação, com todo ardor cívico, a fim de tornar o Brasil maior, credor, que é, das nossas atividades realizadoras”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra à oradora inscrita do PMDB do Estado de Goiás, Senadora Iris de Araújo.

V. Ex^a, de acordo com o Regimento, dispõe de dez minutos para usar da tribuna, prorrogáveis por mais dois; mas é que claro que jamais ousarei cortar a palavra da bela Senadora.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa; Sr^{as} e Srs. Senadores, sob o impacto do referendo que manteve o comércio de armas no Brasil e em meio às repercussões ainda intensas das denúncias do mensalão, a Organização das Nações Unidas (ONU) começou ontem em Genebra, na Suíça, a sabatar a política brasileira de direitos humanos, para fazer cumprir o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, ratificado pelo País em 1992.

O Comitê dos Direitos Humanos da ONU recebeu, com cinco anos de atraso, o relatório que o Brasil deveria ter feito sobre a situação dos direitos civis e políticos e promete responder com uma lista de recomendações e críticas ao Governo. Pelas regras, o Brasil deveria ter entregue o último informe à ONU em 2000.

Mas, Sr. Presidente, especialmente ontem, a ONU surpreendeu e foi bastante incisiva ao cobrar

do Governo brasileiro uma informação que todos nós gostaríamos de ter: quantos no Brasil já foram, de fato, condenados até hoje pelo crime de corrupção?

A pergunta constrangeu e deixou atônitos os representantes do País na sabatina. A resposta do Governo, como se poderia esperar, foi simplesmente a de que não há como saber, Senador Presidente, quantos já foram julgados e condenados por corrupção, nem pelas demais violações aos direitos humanos.

Esses fatos e informações, Sr^{as} e Srs. Senadores, que inundam a imprensa hoje, nos deixam perplexos devido a duas constatações fundamentais. A primeira: o Governo não está nem aí para a corrupção, porque, se tivesse a mínima preocupação, pelo menos, desde o seu início, teria começado um levantamento minucioso sobre o destino judicial dos acusados de praticar atos ilícitos. Eu me refiro a todos os Governos, logicamente. A segunda constatação: a ausência surpreendente de números sobre condenados por irregularidades é sinal claro de que são raros – muito raros! – os que estão pagando pelos seus crimes atrás das grades, o que coloca o Brasil numa situação lamentável em nível internacional no que diz respeito às medidas concretas para combater a praga chamada Corrupção.

Um dos argumentos apresentados pelos representantes do Brasil na ONU, o de que não existiriam

meios de obter números sobre condenados por corrupção, por si só demonstra a completa ausência de iniciativas para debelar o mal pela raiz, e o resultado está aí: a enxurrada de denúncias que presenciamos todos os dias. Trata-se de um retrato incontestável de que o Governo não quis criar instrumentos de prevenção e fiscalização, de tal forma que os malfeitores encontraram um cenário livre para colocar em prática esses desprezíveis métodos que movimentaram ou movimentam fortunas.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permita-me um aparte, Senadora?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não, Senador, com o maior prazer, gostaria de ouvi-lo.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senadora Iris de Araújo, cumprimento-a pela escolha do tema. Creio que não há obrigação maior para um Parlamentar correto do que o combate implacável à corrupção. Os danos causados ao País e ao povo brasileiro pela corrupção são incomensuráveis. Cito alguns dados fornecidos pela Transparência Internacional, presidida por Peter Eigen, na Alemanha: se tivéssemos o mesmo índice de corrupção da Dinamarca, que é o quinto país no *ranking*, com uma nota de 9,5, enquanto a nota do Brasil é 3,6, teríamos uma renda **per capita** 70% maior do que é hoje, ou seja, o brasileiro ganharia 70% a mais, em média, do que ganha hoje. Veja o desastre que é a corrupção para o povo do País. Especialistas recentemente afirmaram que deixamos de movimentar anualmente cerca de R\$328 bilhões em função da corrupção. Os grandes conglomerados, as grandes empresas escolhem para investir em países que apresentam os menores índices de corrupção. Os investimentos apresentam um retorno mais expressivo, e por isso a escolha. É exatamente por essa razão que perdemos, no Brasil, bilhões de dólares de investimento anualmente, deixando de gerar emprego, receita, renda, de promover um desenvolvimento econômico adequado, que é exigência do povo brasileiro. Por isso, V. Ex^a está de parabéns. Cada pronunciamento com esse teor, com esse conteúdo, com essa qualidade é uma contribuição para que se tente moralizar o País.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço ao nobre Senador Alvaro Dias a contribuição que faz ao meu pronunciamento. Em seguida, apresentarei, Senador, números em relação ao assunto apresentado por V. Ex^a, talvez mais especificamente.

A corrupção, Srs. Senadores, não se traduz apenas num desfalque nos cofres públicos, mas, sobretudo, num grande rombo social, que impede, como disse o Senador, que as nossas crianças tenham acesso à alimentação e à educação, limita as oportunidades para

os nossos jovens e produz a morte em nossos idosos, que padecem em abrigos tristes e desumanos.

Trata-se de uma prática mais cruel do que a inflação, Presidente Mão Santa: produz desemprego em escala muito maior. O Banco Mundial compara a roubalheira pública a um incêndio florestal: a corrupção muitas vezes não pode ser contida. Mas, sem lhe dar combate, seu poder de destruição não tem limites e torna insustentável a vida nacional, como está agora.

Um economista estudioso do tema observa que o roubo do corrupto é medido em milhões, mas o custo social é avaliado em bilhões! Fora que, em muitos casos, nem se pode quantificar, porque o resultado é a perda de vidas e o valor de vidas é imensurável.

Fosse outra a nossa realidade, certamente, não faltariam recursos para socorrer as desesperadas vítimas da seca que agonizam desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul com suas plantações destruídas e o gado morrendo a míngua por falta de água.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu gostaria de solicitar a condescendência de V. Ex^a, Sr. Presidente, para terminar o pronunciamento.

A corrupção está por trás daqueles 10%, 20%, até 30% a mais pagos a empreiteiros quando essas altas somas de dinheiro poderiam estar sendo aplicadas na construção de hospitais para socorrer as vítimas de doenças infecto-contagiosas ou salvar os trabalhadores que tombam na carnificina do trânsito selvagem.

As pequenas empresas são as mais apenadas: a corrupção favorece, Senador Ney Suassuna, meu Líder, mesmo aos cartéis e às grandes corporações, que podem pagar propina a legisladores e funcionários corruptos para defender seus pecaminosos interesses.

Por sua lógica, a inflação tirava dinheiro dos pobres e o concentrava nas mãos dos ricos.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Iris, prorroguei por mais cinco minutos o tempo de V. Ex^a na tribuna em homenagem à mulher na política do Brasil. V. Ex^a engrandece o nosso Partido, cujo Líder, Senador Ney Suassuna, está presente. V. Ex^a representa os Parlamentares do grande PMDB, bem como a Governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus. Lá no meu Piauí, sem dúvida nenhuma, a melhor Prefeita é Ivana Fortes, de Buriti dos Lopes, também do PMDB.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Procurarei fazer jus à homenagem que V. Ex^a presta às mulheres.

A corrupção é ainda mais faminta. Não tira apenas dos pobres, mas dos desvalidos – que dependem exclusivamente da ação do poder público – e concentra esses recursos nas mãos de gordos empresários, de funcionários sem caráter e intermediários desonestos.

Estudos realizados pelo Banco Mundial nos dão a dimensão do bem que faria ao País caso a corrupção fosse, ao menos, minimizada.

Senador Alvaro Dias, atenção aos dados: fosse a corrupção diminuída à metade, haveria redução de 51% nos índices de mortalidade infantil; a desigualdade na distribuição da renda teria redução de 54%; e a porcentagem da população que vive com menos de US\$2 por dia teria uma queda de 45% – isso tiraria da pobreza 32 milhões de pessoas.

Um outro aspecto igualmente grave: o Brasil caiu oito pontos no *ranking* de competitividade deste ano elaborado pelo Fórum Econômico Mundial e ficou na posição de número 65 entre as 117 nações avaliadas. Isso significa que a corrupção nos coloca, outra vez, lá embaixo no que diz respeito ao Índice de Crescimento da Competitividade.

São números que devem levar todos os Poderes à profunda reflexão, Sr. Presidente, em especial o Poder Judiciário, de quem sempre se cobram as necessárias celeridade e imparcialidade para dar sentença aos crimes que florescem sem julgamento nem punição.

Há até quem afirme que a honestidade não é mais uma característica da maioria dos agentes públicos, mas uma exceção praticada por poucos. Sinceramente, não quero acreditar – eu me recuso a acreditar – que isso seja verdade, porque isso significaria, Senador Ney Suassuna, estraçalhar o próprio sentido de esperança que movimenta a vida.

Quero crer, sim, que haveremos de ser fortes no combate a este mal, por meio da efetiva vigilância popular, principalmente tendo como arma definitiva o voto popular, capaz de transformar situações as mais complexas.

O Brasil necessita de uma cara nova! Requer de suas mulheres e homens de bem a posição de combate e de luta, por meio da participação efetiva no redefinir dos rumos nacionais, para que prevaleçam a ética, a honestidade, a justiça e o bem comum.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será inscrito como Líder do PMDB.

Concederemos a palavra, por permuta com o Senador João Alberto Souza, ao Senador Gilvam Borges,

do PMDB do Estado do Amapá. V. Ex^a, regimentalmente, tem direito a dez minutos.

Quero crer que a mão abençoada de Cristo, que fez um discurso de um minuto que irradia amor no mundo inteiro e tinha 56 palavras. Que V. Ex^a também receba também às bênçãos da mão de Cristo, se inspire e utilize da melhor maneira o tempo.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prosperidade a V. Ex^a.

Que não seja a tábua de Moisés que ao descer do monte quebrou na cabeça daqueles que estavam fazendo bezerro de ouro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assumo o mandato de Senador com a consciência de que nunca devemos desistir de procurar a justiça. Quero deixar claro que não estou ocupando o mandato de ninguém, estou ocupando o lugar que era meu e foi usurpado por quase três anos; mandato que me foi espoliado nas eleições de 2002.

O Sr. Capiberibe é um hábil marqueteiro e levou o Senado, várias vezes, a manifestações de solidariedade auto-intitulando-se injustiçado; quando na verdade o perseguido e o injustiçado fui eu.

Fizeram-se manifestos, abaixo-assinados, reuniões e comícios de solidariedade para defender uma fraude. Na verdade, era eu que amargava a injustiça e estava com meu direito lesado.

Ao ver que as pesquisas na eleição de 3 de outubro de 2002 apontavam minha vitória, o Sr. Capiberibe montou um esquema de compra de votos e fraude para arrancar o meu mandato. Na proclamação dos resultados, a diferença entre nós resultou em 0,9% – menos de 1% – dos votos, Sr. Presidente. Todos os jornais, todas as pesquisas de intenção de votos me davam dois pontos à frente.

Agir com fraude nas eleições do Amapá não é algo novo na biografia do Sr. Capiberibe. Há precedentes!

O que ele agora fez comigo, fez com o Senador Papaléo, que ganhou as eleições de 2000 para Prefeito da Capital até o fim das apurações, entretanto, pasmem V. Ex^{as}, a apuração parou por duas horas e reabriu para incorporar sete urnas do Bailique, uma ilha totalmente isolada, recomeçando a apuração nos últimos cinco minutos. Papaléo perdeu as eleições por 700 votos e Capiberibe fez a festa da vitória. Uma eleição em que até morto votou. Papaléo não pôde recuperar seu mandato e recebeu a crueldade dos foguetes de Capiberibe.

Eu não me conformei com o que aconteceu comigo e resisti. Se estou assumindo o mandato, faço-o pela minha inconformação com a injustiça, minha persistência, confiança na Justiça do meu País e, so-

bretudo, muita fé em Deus. Foram muitos julgamentos. Capiberibe, apoiado pelo Governo e por setores importantes da esquerda, protelou o meu direito como pôde. Ganhei em quase todas. As provas foram examinadas e reexaminadas exaustivamente, e não deixaram dúvidas. O Tribunal Superior Eleitoral reconheceu que Capiberibe fraudou as eleições. E o Supremo Tribunal Federal confirmou a existência da fraude.

O Sr. Capiberibe difundiu a história de que foi cassado pela compra de apenas dois votos, de duas eleitoras, por R\$26,00 cada! Essa assertiva não é verdadeira!

Aliás, a compra de um único voto já demonstra uma falta moral, pois, como bem afirmou o TSE, aqueles votos eram apenas a ponta de um *iceberg*.

Foram apreendidos cinco mil nomes. Foram cinco mil eleitores cooptados, conforme a apreensão feita. Antes de deixar o Governo do Estado para concorrer ao Senado, sacou no Banco do Brasil e na Caixa Econômica R\$360 milhões.

Há um processo nesta Casa e na Procuradoria, e, aí, vêm as histórias: dois votos, R\$26,00. Doía-me o coração, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando eu não podia dizer aos meus Pares que tudo aquilo era uma farsa e uma mentira, porque sei que esta é uma Casa política e que as manifestações partidárias afloram. Compreendemos que a cultura da elegância sempre prevalece no Parlamento, mas ninguém me perguntou: “Gilvam, isso é verdade?” Ninguém examinou o processo.

Qual é a verdade, então? Os advogados do Sr. Capiberibe montaram uma filmagem onde ofereciam R\$40 mil às duas testemunhas para mentirem diante do TSE, dizendo que haviam sido pagas por mim e que nunca venderam seus votos. Não deu certo. A fita juntada aos autos do processo foi totalmente degradada e revelou a armação engendrada pelo Sr. Capiberibe.

Não são afirmações minhas. O processo, constituído por mais de duas mil páginas, está aqui. Mais de duas mil páginas! São três tribunais: TRE do Amapá; TSE em Brasília, a Suprema Corte, e esta Casa.

Com solidariedade compreensível, muitos colegas Parlamentares diziam: “Ampla defesa”. Dois anos e oito meses de ampla e profunda defesa.

Não deu certo. A fita juntada nos autos do processo foi totalmente aniquilada.

Essas não são afirmações minhas, Sr^{as} e Srs. Senadores. O processo constituído foi analisado e reexaminado, com provas. Uma semana antes da eleição, quando Capiberibe obteve notícias, pelas pesquisas, de que estava derrotado, montou vários pontos para compra de votos, em casas aonde as pessoas iam, apresentavam seus títulos e recebiam dinheiro.

Uma dessas casas, descoberta pela Polícia Federal, funcionava sob o comando do *staff* de Capiberibe, chefiada por sua Secretária de Educação, seu Chefe da Casa Militar durante sete anos e outras figuras ocupantes de cargos de alto escalão em seu Governo no Amapá.

A casa foi cercada por juízes eleitorais, pelo Procurador Regional Eleitoral, policiais federais, civis e militares, além de servidores da Justiça Eleitoral. As pessoas que lá estavam resistiram por mais de duas horas, até que as autoridades, observando a presença de muita fumaça saindo pelas janelas, entraram na casa e encontraram, além das cinzas de muitos documentos, grande quantidade de material de propaganda eleitoral, R\$15 mil em espécie, separados em envelopes relacionados a listas com nomes de mais de cinco mil eleitores. E a mentira propagava: dois eleitores e R\$26,00. Vendeu-se uma grande mentira a esta Casa e ao País.

Essas listas continham dados pessoais como: número do título eleitoral, local e seção de votação.

Havia também, ali, um caderno de controle de saída de dinheiro, com as especificações dos envelopes – nome de eleitores, número de títulos, no qual contabilizava-se a saída de mais de R\$101 mil em compra de votos. E a mentira prosperava: R\$26,00.

A pretexto de estarem realizando uma cerimônia religiosa, muito material foi queimado, inclusive muito dinheiro.

As testemunhas por eles apontadas são as que, flagradas, confessaram que estavam vendendo seus votos.

Todo esse material, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi encontrado escondido no forro e na casinha do cachorro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço mais alguns minutos. Eu esperava que o Senador Mão Santa, que já não tem mais a mão pecadora, que deixou de me proporcionar a possibilidade de concluir este pronunciamento ontem, depois de dois anos e oito meses pela primeira vez na tribuna, não me deu a honra de nela permanecer. Mas, compreendo Ex^a, que teve que ceder ao titular desta Casa, o Presidente Renan Calheiros.

Eu, hoje, quero agradecer à CNBB, a OAB, ABI e tantas outras organizações que colheram mais de um milhão de assinaturas e proporcionaram a criação da primeira lei de iniciativa popular, que hoje combate a corrupção eleitoral.

Por ocasião da aprovação art. 41-A da lei das eleições, nesta Casa do Parlamento, muitos foram os

pronunciamentos em sua defesa, dentre os quais, resalto as seguintes palavras:

Confesso que é profundamente difícil ter coragem para enfrentar isso. Em algumas eleições, nós, da Região Norte, testemunhamos, no dia da eleição, o sorriso largo, a arrogância de alguns setores da elite que dominam politicamente aquela região dizendo: “É no dia da eleição que a ganhamos; é no dia da eleição que agimos e que a levamos do jeito e da maneira que queremos”.

Estas são as palavras do Senador Tião Viana em defesa da lei de combate à compra de voto.

(Interrupção do som.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Peço-lhe, Excelência, a oportunidade de mais alguns minutos.

O Senador Tião Viana incorporou, levantou o estandarte em nome do Governo e de seus Pares, foi um aguerrido defensor da fraude. Mas isso passou. Conversei com o Senador Tião Viana e disse a S. Ex^a que isso são coisas do passado.

Eu recebia, no TSE, em todos os julgamentos, membros do Governo, Senadores, lá, no julgamento, calado, quieto, tranqüilo, seguro.

O Sr. Capiberibe governou o Amapá por quase 8 anos, contando com os mais bem pagos e eficientes advogados do Brasil. Dizia-se financiador da campanha do Lula. Era homem forte e poderoso. Teve como assessor o Sr. Jorge Viana, hoje Governador do Acre.

Seus advogados, contratados pela Casa Civil da Presidência da República do atual Governo, advogados paulistas, ligados ao PT, são réus, acusados de recebimento irregular de recursos amapaenses em ações populares, feitas por juízes e procuradores aposentados.

Essas ações tramitam na Justiça do Estado do Amapá.

No Amapá, o relator do processo opinou pela cassação e, após empate, o resultado se deu por voto de Minerva, em favor dos Capiberibes. Porém, o mais relevante daquele julgamento é o fato de a juíza que iniciou o voto divergente ser sobrinha do Sr. Capiberibe.

(Interrupção do som.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço-lhe paciência para que eu concluir; faltam apenas duas páginas.

Não resignado, Sr. Presidente, recorri e fui vitorioso em todos os recursos; mesmo assim, perdi quase três anos de meu mandato, três anos perdidos.

Mantive essa luta árdua e só fui vitorioso, repito, pela persistência, por não me amedrontar, por lutar,

confiando em Deus e na ajuda de advogados amigos como a Dr^a Neiva Nunes, o Dr. Fernando Aquino, a Dr^a Ana Lúcia Aquino, Dr. Oswaldo Degrazia e Dr. João Batista Almeida, que, quase de graça, me defenderam. A Deus, e a eles, meu agradecimento maior.

Repito: estou aqui porque resisti. Sofri insultos, frutos do engano e da mentira.

Senador Ney Suassuna, gostaria de conceder um aparte a V. Ex^a, mas estou aperreado, porque a campanha já tocou quase quinze vezes.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Não se preocupe, Senador, trata-se de nova técnica. A campanha é automática, não é o Presidente quem a está acionando.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, quero a permissão de V. Ex^a, estou concluindo, peço-lhe um pouco mais de paciência. São três anos de silêncio.

Ouvi, aqui, ontem, mais de trinta pronunciamentos. A elegância da Casa e a gentileza se faziam presentes.

Senador Leonel Pavan, uma palavra rápida, se V. Ex^a puder, porque o Presidente está...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Serei breve Senador. Não vou usar a palavra para defender o Capiberibe.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Verdade, porque pode ficar para amanhã.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Mas quero dizer que, no período em que ele aqui esteve, ele foi um grande Senador. Tenho certeza de que V. Ex^a também será um grande Senador. Desejo-lhe boas-vindas. Porém, quero aqui defender o Senador Mão Santa, que é um dos grandes Parlamentares do nosso País. Quanto ao ocorrido ontem, quero dizer a V. Ex^a que S. Ex^a não tem a autoridade que tem o Presidente Renan Calheiros. Mas, ontem, S. Ex^a fazia cumprir o Regimento. Gostaria que o nosso querido Mão Santa não tivesse nada a ver com a briga do seu Estado, porque é um Senador pelo qual temos o maior respeito.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – O Senador Mão Santa é uma pessoa querida, estimada, um grande filósofo, um grande administrador. Todos os dias está nesta Casa, e por S. Ex^a tenho o maior respeito.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que vou estar aqui todos os dias, durante uns 60 dias, porque quero conversar com alguns colegas Senadores. Todos os dias vou-me inscrever.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permita-me, nobre Senador, dar-lhe as boas-vindas em nome do PMDB. Tive a honra de conviver com V. Ex^a nesta Casa em outro mandato, portanto, digo, com certeza,

que esta Casa vai admirá-lo, como eu o admiro, inclusive por ter convivido com V. Ex^a. Seja bem vindo. O PMDB lhe dá as boas-vindas.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Repito: estou aqui porque resisti. Sofri insultos, frutos do engano e da mentira.

Capiberibe nunca se defendeu de ter comprado votos. Dizia apenas que foram só dois votos por R\$26,00. Atacou o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal, chamando seus Ministros de incompetente e venais. Uma audácia, um absurdo.

Vim a esta tribuna, não para tripudiar ninguém, mas para dizer ao Senado da legitimidade do meu mandato e da farsa que foi vendida a esta augusta Casa.

O Sr. Capiberibe disse que foi preso e torturado pela Revolução. Eu desafio que tragam a esta tribuna um certificado ou qualquer prova de que o Sr. Capiberibe foi preso por causa da ditadura militar. E ainda, que encontrem seu nome no livro **Tortura Nunca Mais**, como um dos torturados. Tudo falso, tudo *marketing*.

(Interrupção do som.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Vejam senhores: sabemos que, hoje, no Brasil, a biografia de exilado e torturado não serve, por si só, para aferir a honra, ética, moral e respeito de uma pessoa. Caiu; o mito caiu.

Capiberibe possui contra si mais de cem processos na Justiça, além de três condenações em ações populares por improbidade administrativa.

Agora, peço uma reflexão ao Senado. O Sr. João Capiberibe declarou que gastou R\$28 mil na campanha eleitoral. Só na casa do cachorro, a polícia apreendeu mais de R\$15 mil! Pois bem, só aqui nesta fatura, em seu nome, está uma compra de grandes quantidades de camisetas. Quem faz isso não pode dizer que foi injustiçado. O País vive momento de moralidade. Por muito menos muitos Deputados estão sendo cassados!

Por aí se pode julgar a falsidade das acusações que me fizeram.

Vou exercer meu mandato com dignidade, sem ser escravo do ódio, de ressentimentos, com honra e com trabalho, fiel ao meu Partido – o PMDB –, reservado o meu direito de ampla defesa dos ataques que sofri.

As peças do processo que aqui estão provam que meu mandato é fruto da vontade do povo do Amapá que sempre me apoiou.

Enquanto era ofendido e tripudiado, reunia minhas forças espirituais por meio de caminhadas, como a de Santiago de Compostela, fortalecendo-me em Deus para superação dos males que estavam a me causar.

Minha última palavra, Sr. Presidente, é: obrigado, meu querido Amapá. Neste momento meu coração e minha gratidão a você.

Muito obrigado aos nobres Senadores. Sei que ninguém vai olhar esse processo. Não interessa. Ninguém vai me perguntar a enormidade da fraude dos R\$360 milhões e dos cinco mil eleitores. Ninguém vai me perguntar. A esta Casa, que é política, não interessa essa avaliação, como o Senador estava falando. Aqui não existem Senadores pequenos.

A partir de amanhã, estarei à disposição, porque iremos uns apartear os outros e gostaria de conversar depois com os Líderes do PT, que estiveram nessa grande frente, liderando esse grande movimento.

Muito obrigado. Que Deus nos abençoe e nos proteja! Não há ressentimento, só amor em meu coração. Tudo passou. Agora é daqui para frente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, ouço V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero fazer um apelo à Presidência da Casa, em particular às Lideranças da Oposição, ao Senador José Agripino, para que pudéssemos retomar esse ambiente de votação, de negociação, para preservar interesses que são fundamentais ao Estado e à sociedade brasileira.

Temos na pauta, e já há muito tempo no Senado Federal, a Convenção-Quadro sobre o Controle do Tabaco, que estabelece restrições. É uma convenção internacional, da qual o Brasil é signatário, que precisa ser aprovada até o dia 07 de novembro. Como quarta-feira da semana que vem é feriado, a rigor teríamos a sessão deliberativa de hoje e eu diria, otimistamente, a da próxima terça-feira. Devíamos fazer um esforço no Senado Federal para mobilizar os Senadores e garantir quórum, porque temos na pauta duas medidas provisórias que não são polêmicas: uma é sobre organização administrativa e a outra trata de uma operação de crédito. Nesse caso, poderíamos votar a Convenção-Quadro.

Pergunto ao Líder José Agripino e à Oposição sobre a disposição para caminharmos nessa direção, porque o combate ao fumo é um grande desafio da Medicina moderna. Os gastos que o sistema previdenciário de saúde pública tem com os mais de quatrocentos resíduos tóxicos existentes nos cigarros,

portanto prejudicando a saúde dos fumantes, já é de conhecimento da Medicina.

O Brasil deu alguns passos importantes no combate à propaganda. Agora precisamos acertar essa Convenção-Quadro, que mobiliza a economia e a sociedade internacional nessa perspectiva de qualidade de vida e defesa da saúde pública.

No Brasil, todos os Ministérios fizeram um acordo no sentido de preservar os produtores de reconversão produtiva. Vejo que será importante se for possível construirmos essa possibilidade.

É o apelo que faço à Presidência e à Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Líder José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nobre Líder Aloizio Mercadante sabe que conta comigo sempre que está em jogo o interesse nacional e o interesse coletivo.

S. Ex^a conversou comigo e, pessoalmente, não tenho nada contra votar as duas MPs que estão travando a pauta e que não envolvem grandes polêmicas.

O que não há hipótese de a Oposição concordar em votar é a Lei de Florestas, uma matéria polêmica que está na sequência. Se essa matéria anteceder a votação da matéria a que se refere o Líder Mercadante, no tocante à questão do tabaco, do fumo, eu sou muito franco em dizer a V. Ex^a que eu não estaria habilitado a responder pela Oposição de que estaremos de acordo. Eu, pessoalmente, não estarei de acordo.

Se, no entanto, for possível votar as MPs e votar a Convenção-Quadro, a que se refere o Senador Mercadante, no que diz respeito à questão do tabaco, poderíamos conversar com o Líder Arthur Virgílio e os demais Líderes da Casa e tentar construir um acordo.

Consulto V. Ex^a, portanto, em que ordem está a Lei de Florestas nessa sequência a que me referi.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É o Item nº 3 da pauta, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Seremos obrigados a votar a Lei de Florestas para votar a...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exatamente porque as medidas provisórias têm, de acordo com a Constituição, prioridade sobre projeto de lei, no caso o das florestas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Devo dizer a V. Ex^a que sou, inclusive, Relator do vencido do Projeto de Lei de Florestas e não me encontro em condições de apresentar o relatório. Então, humildade diante dos fatos. Tenho toda a boa vontade, conversaria com os colegas da Oposição para votar as duas MPs e até a Lei do Tabaco. Se envolver a votação da Lei de Florestas,

não adianta insistir nesse tema, até porque é notório o quórum baixo. Tenho certeza de que, pela polêmica que a matéria envolve, haveria pedido de verificação de quórum e, dificilmente, a sessão se sustentaria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ver se é possível retirar a urgência constitucional do Projeto de Gestão das Florestas Públicas, ainda que o considere muito importante, sobretudo pelo esforço que vem o País fazendo no sentido de impedir a devastação da floresta e criar novas regras de gestão e manejo florestal.

Como o prazo da Convenção-Quadro vence no dia 07, poderíamos, quem sabe, retirar a urgência constitucional e, depois, estabelecer urgência dos Líderes para recolocá-la na pauta na condição de urgência e votá-la, porque é uma matéria que está há bastante tempo tramitando. Ela foi aprovada quase que por unanimidade na Comissão, tendo recebido apenas dois votos contra. Eu imaginava que já tivéssemos um entendimento mais aprofundado.

De qualquer forma, vou fazer as consultas e verificar se é possível, porque acho que é um prejuízo muito grande ao País, à geração futura e à juventude se o Brasil não participar desse esforço internacional de combate ao fumo, ao cigarro, com todas as seqüelas e doenças que esse vício traz a uma parcela importante da sociedade.

Então, vou fazer um esforço no sentido de que possamos votar as duas MPs e a Convenção-Quadro e de retirar a urgência constitucional do Projeto de Lei das Florestas.

Darei o retorno o mais breve possível em relação a essa matéria.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Tião Viana, com a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Caro Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, expresse a mesma preocupação posta pelo Senador Aloizio Mercadante – sei que também pelo Senador José Agripino e pela Senadora Heloísa Helena –, porque tenho acompanhado todos os movimentos e o esforço que tem tido a Casa, por meio de V. Ex^a, para que pudéssemos achar e construir uma solução no que diz respeito à ratificação do acordo da

Convenção-Quadro. É uma matéria que, desde 2003, vem tramitando. Da Câmara dos Deputados, veio ao Senado Federal.

O Senador Heráclito Fortes – é bom que se diga – teve compreensões diversas a respeito da matéria no início, mas dou meu testemunho do esforço sobre-humano de um homem que teve a devida sensibilidade, que não abriu mão das suas convicções de defender um setor da sociedade que tinha um enfoque desse problema e que conseguiu construir uma alternativa que hoje foi votada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. S. Ex^a aceitou e assinou comigo um requerimento para a matéria vir em regime de urgência para o Plenário.

Cem mil brasileiros morrem todos os anos em decorrência do uso inadequado dos derivados do tabaco no Brasil – câncer de laringe, câncer de esôfago, câncer de estômago, câncer de rim, câncer de bexiga, câncer de pulmão, câncer de pâncreas e outras doenças respiratórias – e, no mundo, cinco milhões de pessoas.

O Brasil terá um gravíssimo prejuízo econômico se essa matéria não for votada. Os trabalhadores rurais precisam que ela seja aprovada, porque políticas compensatórias ocorrerão para que eles não tenham prejuízo financeiro no futuro. Está feito um acordo no sentido de que ninguém seja prejudicado até 2012. O Senador Heráclito Fortes fez esse esforço.

V. Ex^a, Sr. Presidente, demonstrou total sensibilidade em acatar uma solução que corresponda ao direito das partes antagônicas no tema. Agora, temos o impedimento de três medidas provisórias. Apelo a V. Ex^a para que encontremos uma saída. Parece que há um impasse político do Líder do PFL com uma unidade da Federação. Ora, somos a Casa da Federação. Temos de ser solidários e buscarmos uma saída, visto que esta matéria não pode deixar de ser votada.

Temo muito, Sr. Presidente, o fato de, na semana que vem, termos um feriado, extremamente traiçoeiro, numa quarta-feira, que possa inibir a presença de Parlamentares e inviabilizar uma votação dessa dimensão. O apelo que faço aos Senadores – nem é a V. Ex^a, que tem sido sensível ao tema – é para que encontremos uma saída no processo legislativo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente, quando possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, pela ordem. Em seguida, à Senadora Heloísa Helena, com muito prazer.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, serei muito breve.

Trata-se, Sr. Presidente, de um encaminhamento que vou fazer à Mesa com referência à votação de ontem. Quero que conste não só da Ata como também dos Anais da Casa que, no transcorrer da votação do Projeto de Lei de Conversão de nº 25, mais notadamente na Emenda de nº 130, de autoria do eminente Presidente José Sarney, que tratava de isenções para o Estado do Amapá, o meu voto foi registrado diferente daquele que busquei digitar. O meu voto era o “sim”.

Gostaria de fazer este registro por ser a expressão da minha vontade ao votar e para que fique assinalado em Ata e nos Anais da Casa.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Ex^a, a manifestação de vontade óbvia de V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos acompanhar a proposta feita pelo Líder do PFL, mas há uma dúvida: retirada essa urgência, o projeto das florestas será lido novamente, voltará à estaca zero? Volta para as comissões? É isso que queremos saber, manifestando o entendimento de que não adianta vir com essa urgência amanhã, porque ela não será mais aceita. É essa a hipótese?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Retirando a urgência, o projeto volta a ter uma tramitação ordinária, normal, e a urgência poderá ser recolocada a qualquer momento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Voltaria à comissão? Qual comissão? Ela está em Plenário, qual seria o retorno dela?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ela continuaria tramitando em Plenário.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Voltaria para a comissão?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, não, ela continuaria em Plenário e a urgência poderia ser colocada novamente pelos Líderes, representando o Plenário, ou pelo Presidente da República.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Penso que tem de haver um acordo no sentido de não se aceitar mais a urgência, que ela tenha uma tramitação a mais normal possível. É esse o entendimento do PFL.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, nos termos dos arts. 403 e 172 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a, para uma questão de ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero registrar total sensibilidade à questão do Senador José Agripino, que é legítima, porque esta é a Casa da Federação.

Mas diz o seguinte o art. 172:

A inclusão em Ordem do Dia de proposição em rito normal, sem que esteja instruída com pareceres das comissões a que houver sido distribuída, só é admissível nas seguintes hipóteses:

(...)

II – por ato do Presidente, quando se tratar:

(...)

c) de projeto de decreto legislativo referente a tratado, convênio ou acordo internacional, se faltarem dez dias, ou menos, para o término do prazo no qual o Brasil deva manifestar-se sobre o ato em apreço.

O meu entendimento é que se construa o acordo com o Líder José Agripino – o que é possível –, que se votem as duas MPs e que essa matéria se anteponha, seja anterior, inclusive, à MP das Florestas Públicas.

É a questão de ordem que formulo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para responder à questão de ordem do Senador Tião Viana, seria importante lembrar a existência do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, que diz exatamente o seguinte:

(...)

Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Temos o dever de fazer uma correção do Regimento do Senado, e eu sou o Relator da proposta, para que esse antagonismo entre Regimento e Constituição não se estabeleça.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A questão de ordem de V. Ex^a é pertinente. Poderemos até colocar na Ordem do Dia, mas não podemos deliberar sobre a matéria, infelizmente.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos de acordo com a proposta que fizemos, se for possível, e eu concordo com a retirada da urgência. Agora, sou Relator desta matéria e serei o juiz da oportunidade da votação, até porque precisarei construir o consenso dentro do pensamento dos partidos políticos desta Casa. Se for possível retirar a urgência, concordo em que se votem as duas MPs e se vote o tratado que diz respeito ao tabaco. E que se pare aí e, na próxima semana, se volte a discutir a questão da Lei de Florestas, consultadas as opiniões do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se V. Ex^a pudesse repetir.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Se for possível, legalmente, regimentalmente, retirar-se a urgência e fazer-se a inversão da pauta, portanto, na prática, concordo que se votem as duas MPs. Conversei, inclusive, com o Senador Arthur Virgílio, que está de acordo com essa mesma posição – falo pelo PSDB também. Então, votaríamos a retirada da urgência e, portanto, a matéria volta à tramitação normal. Não sou contra a volta à urgência, se ela for construída e se votarmos a Convenção-Quadro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A urgência poderia ser retirada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ou pelo Plenário, representado pelos Líderes partidários. A matéria voltaria à apreciação da CCJ, até que uma nova urgência pudesse trazê-la de volta ao Plenário. Poderíamos votar as duas medidas provisórias e, em seguida, a Convenção-Quadro em regime de urgência, porque ela ainda não chegou à Mesa. Teríamos que votar primeiro um requerimento de urgência, para trazer a Convenção-Quadro para o Plenário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Veja V. Ex^a a que ponto chega a boa vontade da Oposição: garantir a urgência da Convenção-Quadro, tendo em vista o desleixo do Governo em agora querer a aprovação a toque de caixa! Mas, pelo fato de entender que a luta antitabaco é de interesse mundial, a Oposição concorda com isso, mas registra a displicência do Governo no encaminhamento dos seus interesses. Mesmo assim, concorda. Mas a discussão da Lei de Florestas é uma causa à parte.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Heráclito Fortes, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de me manifestar.

O Senador José Agripino tem razão. Estamos a praticamente uma semana do limite para que a ratifi-

cação brasileira da Convenção-Quadro, se aprovada, chegue ao organismo internacional.

A dificuldade que encontramos, no início da discussão da matéria, foi porque, na intenção original, ela geraria desemprego. Eu já disse na Comissão de Agricultura e quero repetir aqui: que realizamos um trabalho com a participação da Bancada do Paraná, uma audiência pública na cidade de Irati – o Senador Alvaro Dias, aqui presente, não pôde comparecer em função de outros compromissos em Brasília, mas se manifestou a respeito – com a presença do Senador Flávio Arns, do Senador Osmar Dias, de toda a Bancada do Rio Grande do Sul e de todos os Estados, inclusive o Estado de V. Ex^a, que acompanhou **pari passo** essa questão.

Trata-se, portanto, de uma conquista desta Casa a votação dessa Convenção nos moldes em que foi aprovada, sem que haja nenhuma interferência externa com relação à opção de plantio por parte do produtor brasileiro e, por conseguinte, a garantia de que não haverá desemprego. Não poderíamos impor a agricultores brasileiros que têm uma vida toda dedicada ao plantio do tabaco e seus derivados substituí-la simplesmente para atender a tratados internacionais.

O que houve foi exatamente um entendimento: o Governo reconheceu que, nos termos em que a proposta inicial estava posta, não haveria possibilidade alguma de êxito. Daí por que louvo aqui a atitude do Líder do meu Partido e dos partidos de Oposição que se juntam nesse esforço de aprovar a Convenção com prazo suficiente para que surta seus efeitos.

E, por dever de justiça, faço aqui uma declaração de reconhecimento ao trabalho do Senador Tião Viana, porque foi o único Senador da base do Governo, e que defendia os princípios da Convenção-Quadro, a procurar este Relator, a discutir e a lutar para que esse objetivo fosse alcançado.

Faço isso, Senador Tião Viana, no estrito dever de justiça. Não tive, por parte de nenhum outro Parlamentar, manifestações dessa natureza. Dessa forma, credito grande parte do que se conseguirá hoje, com certeza e com a compreensão dos companheiros, à perseverança de V. Ex^a. Houve um momento em que eu, como Relator, não acreditava que tivéssemos êxito. E V. Ex^a sempre defendia a tese de que deveríamos lutar até o fim.

Quero deixar bem claro que tinha um compromisso com o Senador de fazer a entrega do relatório sete dias atrás, e S. Ex^a pediu, confiando no destino que eu daria ao meu relatório, que eu segurasse até que tivéssemos uma solução segura que garantisse a participação internacional do Brasil, como também a manutenção do emprego dos brasileiros que vivem nas regiões onde o fumo tem predominância.

Muito obrigado a V. Ex^a, a quem também parabeno pela compreensão de, no tempo certo, colocar essa questão em debate nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço sua intervenção e a manifestação, mais um vez, do espírito público que move V. Ex^a neste momento importante da vida nacional.

Estamos aguardando a manifestação do Presidente da República com relação à retirada da urgência do projeto citado, pois somente Sua Excelência pode fazê-lo neste caso, especificamente. Se isso acontecer, em função do gesto do Líder José Agripino e do gesto de V. Ex^a, poderemos avançar hoje na pauta, pois está por chegar uma nova medida provisória que, conseqüentemente, trancará a pauta da próxima terça-feira e da próxima quinta-feira também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, esclareço que a Ministra Dilma Rousseff manteve contato comigo ontem e hoje mostrando o interesse do Governo. E quero crer que o Governo fará o esforço possível para que isso seja conseguido, até porque o documento que recebemos ontem com a assinatura de seis dos Srs. Ministros de Estado é uma demonstração concreta do interesse e de que o Governo sabe da importância da ratificação desses tratados.

Desse modo, tenho a esperança de que o Governo realmente cumpra a sua intenção na aprovação da Convenção-Quadro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência da República solicita cinco minutos para dar uma resposta ao Líder do Governo.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Governo, quando quer, ninguém pode.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Bancada dos Senadores gaúchos, com certeza, por representar o maior produtor de fumo do País – o Rio Grande do Sul é o principal exportador de fumo –, estabeleceu aqui a maior resistência em relação à aprovação da Convenção-Quadro.

Mas não é isso que, para mim, é o destaque. O destaque, Sr. Presidente, não é pela resistência feita por todos os Srs. Senadores, mas pela postura do Senado da República, que estabeleceu sobre esse tema um amplo debate, inclusive com audiências nos Estados. E nós deixamos claro, durante todo o tempo, que o Senado da República não apoiaria e não aprovaria a Convenção-Quadro se não houvesse uma posição clara de Governo.

A Bancada gaúcha só concordou com isso depois do documento que nos foi entregue, ontem à noite, pelo

Senador Heráclito Fortes, assinado por seis Ministros, que inclusive diz o seguinte:

O Brasil interpreta que, no contexto dos parágrafos 15 e 16 do preâmbulo, e dos Artigos 4(6), 17 e 26(3) da Convenção-Quadro para Controle de Tabaco da Organização Mundial da Saúde, não há proibição à produção do tabaco ou restrição a políticas nacionais de apoio aos agricultores que atualmente se dedicam a essa atividade.

Sr. Presidente, todos queríamos buscar um acordo para a aprovação da Convenção-Quadro. Mediante este documento, que peço seja registrado nos Anais da Casa, nós decidimos, por unanimidade – Senador Tião Viana, que trabalho brilhante o de V. Ex^a! –, concordar com esse encaminhamento. Mas queríamos que esse documento, cujo cumprimento vamos cobrar efetivamente, que será depositado também, no ato da ratificação da Convenção, fruto de procedimento do

Senado, na ONU, que esse documento vá junto, demonstrando a posição do Governo brasileiro. Assim, os agricultores que estão produzindo fumo hoje não serão prejudicados.

Essa explicação, Sr. Presidente, é muito importante. Sei que a Casa vai votar hoje, porque ninguém vai pedir aqui verificação de quórum. No entanto, lá no nosso Estado, centenas de agricultores estão ligando e passando telegramas, preocupados. Então, faço este esclarecimento: ninguém será prejudicado com a aprovação da Convenção-Quadro que vai acontecer aqui na Casa no dia de hoje.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Encaminho documento para os Anais da Casa.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º do Regimento Interno.)

Aviso nº 1151 /2005 – C. Civil - PR

Brasília, 26 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor

HERÁCLITO FORTES

Senador

Senado Federal -Ala Sen. Afonso Arinos, gab. 01

Brasília - DF

Assunto: **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Vossa Excelência o documento anexo, que reflete o apoio do Governo Federal à ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

A Convenção-Quadro para Controle do Tabaco é o primeiro tratado internacional de saúde pública, negociado por 192 países durante quatro anos (1999 – 2003), sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde (OMS).

A iniciativa global que resultou na elaboração desta Convenção foi motivada pelo amplo reconhecimento dos graves danos sanitários, sociais e econômicos decorrentes do tabagismo - que ocasiona cinco milhões de mortes anuais, e principalmente de que as tendências de crescimento do consumo dos produtos derivados do tabaco são determinadas por dinâmicas de mercado articuladas por companhias fumageiras transnacionais, sobretudo nos países pobres.

Dessa forma, os 192 países membros da OMS negociaram para que a Convenção contivesse várias iniciativas intersetoriais e abrangentes para reverter a situação. Seu texto está dividido em 11 capítulos, estabelecendo obrigações de natureza internacional baseadas em um regime multilateral de colaboração. Do capítulo II ao capítulo VII, a Convenção envolve uma variedade de temas intersetoriais como: propaganda e patrocínio; educação e conscientização da população; mensagens de advertências sanitárias nas embalagens dos produtos; proibição de fumar em ambientes fechados; controle do mercado ilegal de cigarros; tratamento da dependência da nicotina; regulação dos produtos de tabaco quanto aos seus conteúdos, emissões e atividades de promoção; além de cooperação nas áreas científica, educacional e sanitária. O capítulo I e os capítulos de IX a XI versam sobre soluções de controvérsias, desenvolvimento da Convenção e disposições finais.

A Convenção foi adotada por Consenso na 56ª Assembléia Mundial de Saúde, em maio de 2003, e entrou em vigor quando 40 países a ratificaram, em fevereiro de 2005, fazendo história como o tratado da ONU que mais rapidamente ganhou adesões e entrou em vigor. Já contava com 89 ratificações em 21 de outubro de 2005.

É importante ressaltar que a adesão à Convenção não admite reservas (artigo 30), o que garante a coerência e a coesão do regime multilateral proposto. Além disso, limita unicamente aos Estados Partes a possibilidade de aderirem aos protocolos específicos a serem negociados no futuro. Isto implica em que apenas os países que a tiverem ratificado poderão participar e influenciar na negociação desses instrumentos complementares, que abrangerão áreas de grande relevância transfronteiriça, tais como: propaganda e patrocínio e o comércio ilícito de produtos de tabaco. Do mesmo modo, só os Estados Partes da Convenção poderão deliberar na Conferência das Partes (COP) e exercer influência na consolidação desse novo regime multilateral.

O Brasil tem até 7 de novembro de 2005 para depositar a sua ratificação na ONU, prazo limite para que possa participar da primeira COP com poder de voto. †

Porque é importante para o Brasil ratificar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

1. Existe consenso na comunidade internacional de que a redução do consumo de tabaco precisa constar nas agendas de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável dos países, por ser esse um produto capaz de levar 50% de seus consumidores à morte e gerar gastos elevados em saúde pública.
2. Antes mesmo de iniciarem-se as discussões internacionais que resultaram nos termos acordados para a Convenção-Quadro, nosso País já se destacava por possuir uma forte e abrangente política de controle do tabagismo.
3. Não obstante ser um dos maiores produtores e o maior exportador mundial de fumo, as medidas implementadas no País para o controle do tabaco foram capazes de promover a redução da prevalência de fumantes na população, acima de 15 anos, de 32% em 1989 para 19% em 2003.
4. Por isso mesmo, os 192 países membros da OMS elegeram o Brasil para a presidência de todo o processo de negociação da Convenção, que ocorreu entre os anos de 1999 e 2003.
5. Após o sucesso obtido no acordo do texto da Convenção, o Brasil destacou-se novamente sendo o segundo país a assiná-lo, em junho de 2003, sinalizando para o mundo o firme propósito de ratificar o documento e continuar cooperando nos esforços globais para deter a epidemia do tabagismo.
6. Em seguida, o Decreto Presidencial de 1º de agosto de 2003 evidenciou novamente o compromisso brasileiro com a Convenção, quando foi criada a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, de caráter interministerial e com o objetivo precípuo de construir uma agenda de Estado para o cumprimento das obrigações da Convenção.
7. Todavia, agora que a Convenção já está em vigor, tendo sido ratificada por 89 países, corremos o sério risco de perder o prazo de 7 de novembro para o depósito de nossa ratificação à Convenção-Quadro, o que retiraria do Brasil o direito de participar da Conferência das Partes (COP) como país membro, ou seja, sem poder deliberar e exercer influência na consolidação do tratado.
8. Se isso ocorrer, não apenas perderemos nossa posição de liderança mundial nas políticas de combate ao fumo, mas também passaremos por uma situação constrangedora no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU frente aos países que confiaram a presidência do processo de negociação do texto em vigor ao Brasil.
9. Além disso, em virtude da complexidade das relações econômicas entre as nações nos dias de hoje, a não ratificação da Convenção pode resultar em

vulnerabilidade ao País no âmbito de negociações comerciais multilaterais em andamento.

10. Portanto, precisamos continuar a participar ativamente da Convenção, negociando seus termos ao lado de outros países produtores, para evitar que brechas legais ou subjetividades permitam a inclusão de cláusulas, emendas ou protocolos que possam vir a ser interpretados e utilizados para justificar práticas discriminatórias ao interesse nacional no âmbito do livre comércio.
11. Um outro aspecto importante é que a própria Convenção - no seu Preâmbulo e nos artigos 4, 17 e 26 - reconhece que a redução do consumo global de tabaco pode vir a afetar a estabilidade econômica de quem depende do cultivo ou do comércio desses produtos e, em razão disso, prevê a cooperação entre os Estados Partes para a busca de alternativas economicamente viáveis ao fumo, especialmente nos países em desenvolvimento.
12. Isto é especialmente interessante para o Brasil que, independentemente de ratificar ou não a Convenção, sentirá os efeitos da redução da demanda mundial de fumo e, por isso, deve começar a se preparar desde já para lidar com essa nova realidade.
13. Aliás, essa deve ter sido uma das motivações para que oito dos quinze maiores produtores mundiais de fumo já tenham ratificado o tratado, com destaque para a China - maior produtor - e a Índia - terceiro maior produtor, que optaram por garantir os benefícios previstos de cooperação técnica e financeira internacional para a busca de alternativas economicamente viáveis à produção de fumo.
14. Por sua vez, a perspectiva de redução da demanda mundial de tabaco e, conseqüentemente, das exportações brasileiras, confirma-se a cada nova ratificação, principalmente por grandes importadores. Até o momento, sete dos dez principais países consumidores do tabaco brasileiro já ratificaram a Convenção: Alemanha, África do Sul, Filipinas, Japão, Países Baixos, Reino Unido e China. De tal forma, esses países confirmam o compromisso de adotar medidas para reduzir o consumo interno de tabaco, influenciando no futuro do comércio internacional do produto.
15. Finalmente, é importante esclarecer que as medidas previstas na Convenção não implicam em nenhuma obrigação implícita aos países membros para que restrinjam políticas nacionais de apoio à produção e tampouco medidas que visem a suprimir o direito de cultivo do tabaco. Isto é particularmente importante porque significa que os produtores que hoje cultivam fumo no Brasil poderão continuar a fazê-lo, se assim o desejarem.

Posição do Governo Brasileiro sobre a Ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

O Governo Brasileiro reafirma seu compromisso em construir uma agenda de Estado de caráter intersetorial para implementar e fortalecer ações para a prevenção e controle do tabagismo, bem assim de continuar a cooperar com as iniciativas globais previstas pela Convenção-Quadro.

Além disso, destaca o propósito de manter mecanismos para disponibilizar auxílio técnico, científico e de financiamento para a diversificação da produção e manutenção da viabilidade econômica dos agricultores que hoje cultivam o fumo e que desejarem livremente dirigir-se a outras atividades.

Nesse sentido, e com o intuito de tranquilizar os cidadãos envolvidos com a produção de tabaco no meio rural e facilitar o processo de decisão pela ratificação da Convenção-Quadro, apresentam-se duas propostas concretas: apresentar declaração de interpretação de dispositivos da Convenção-Quadro que esclareçam seus objetivos e criação do Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo. Essas propostas foram detalhadas a seguir.

Declaração de interpretação de dispositivos da Convenção-Quadro

No momento de sua ratificação à Convenção-Quadro, alguns países têm ressaltado formalmente certos pontos do texto de modo a reafirmarem a interpretação que dão aos temas destacados. Assim, criam uma espécie de "salvaguarda preventiva" no âmbito da Convenção, evitando comprometerem-se com temas considerados inaceitáveis por suas constituições ou pelo respectivo interesse nacional.

De tal modo, e tendo em vista o receio manifestado por diversas autoridades e por representações de agricultores das regiões fumicultoras, de que a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco poderia implicar em restrições ao direito de cultivo de fumo em território nacional, propõe-se o depósito da seguinte declaração em anexo ao documento que formalizar a ratificação brasileira:

"A respeito das questões relativas ao apoio a atividades alternativas ao fumo economicamente viáveis, propostas pela Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, adotada pela Assembléia Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003, o Brasil faz a seguinte declaração interpretativa:

O Brasil interpreta que, no contexto dos parágrafos 15 e 16 do preâmbulo, e dos Artigos 4(6), 17 e 26(3) da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, não há proibição à produção do tabaco ou restrição a políticas nacionais de apoio aos agricultores que atualmente se dedicam a essa atividade.

Além disso, declara ser imperativo que a Convenção seja instrumento efetivo para a mobilização de recursos técnicos e financeiros internacionais para auxiliar os países em desenvolvimento a viabilizarem alternativas econômicas à produção agrícola do tabaco, como parte de suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

Por fim, o Brasil também declara que não apoiará propostas que visem a utilizar a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde como instrumento para práticas discriminatórias ao livre comércio.

Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo

Considerando-se que:

1. a Convenção-Quadro já está em vigor desde fevereiro de 2005, e que seus efeitos serão inevitavelmente percebidos no Brasil nos próximos anos;
2. embora a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco **não preveja qualquer tipo de restrição ao direito de os agricultores cultivarem tabaco**, a redução do consumo mundial do produto poderá afetar a estabilidade econômica em médio e longo prazo dos agricultores que hoje dependem do seu cultivo;
3. oitenta e cinco por cento da produção brasileira de tabaco destina-se à exportação e que boa parte dos maiores importadores do tabaco nacional já ratificaram a Convenção-Quadro;
4. a produção nacional de tabaco é realizada preponderantemente por pequenos fumicultores, que têm nesta atividade sua principal fonte de renda familiar;
5. existem cerca de 190 mil famílias de fumicultores no País, 90% das quais concentradas na região Sul;
6. além da cooperação internacional prevista pela Convenção-Quadro, esforços internos deverão ser empreendidos para mobilizar auxílios técnico, científico e financeiro para a diversificação da produção e manutenção da viabilidade econômica dos agricultores que hoje dependem do fumo.

Propõe-se a considerar o lançamento de um **Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo**, baseado em 4 eixos estratégicos: financiamento, acesso à tecnologia, agregação de valor à produção local e garantia de comercialização, conforme detalhes a seguir e cujos recursos para sua efetiva implementação sejam garantidos por meio de alteração do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, por respectivos projetos de lei a serem devidamente encaminhados ao Congresso Nacional.

Objetivos: Apoiar os agricultores presentes em regiões fumicultoras tradicionais - que estiverem dispostos a diversificar suas atividades - de maneira a que a possível queda do consumo mundial de tabaco ocorra sem sobressaltos à estabilidade econômica e social dessas regiões.

Metas: Diversificar a economia rural nas áreas de produção de fumo, possibilitando a implantação de novas atividades agropecuárias.

Observação: as metas deverão ser ajustadas anualmente, conforme indicar o monitoramento de mercado e a adesão de beneficiários ao Programa.

Linhas de Ação:

1) Financiamento

Atualmente, os agricultores produtores acessam financiamento de custeio agrícola para cultivo de fumo nas linhas de crédito rural tradicionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a juros de 8,75% ao ano.

Entretanto, desde 2003, estes mesmos agricultores também podem acessar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para custeio das lavouras (PRONAF – Custeio), que cobra juros de 4% ao ano, desde que o recurso seja destinado exclusivamente para a implantação de outras culturas agropecuárias (milho, feijão, leite, soja, mandioca, etc). Ainda ao amparo do PRONAF, a linha PRONAF - Investimentos passou a oferecer aos fumicultores recursos a juros de 3% ao ano para a aquisição de equipamentos agrícolas e pecuários, desde que não sejam destinados à atividade de fumicultura.


O Programa deverá continuar a promover políticas específicas de financiamento com o mesmo princípio da não penalização dos fumicultores, mas com incentivos para a diversificação de atividades e a transição paulatina e sustentável dos agricultores que desejarem adotar um novo perfil produtivo.

2) Acesso à Tecnologia

Acesso à informação e aos novos conhecimentos é extremamente importante em estratégias de diversificação produtiva. Nesse sentido, a pesquisa agropecuária e a assistência técnica são indispensáveis.

2.1) Pesquisa Agropecuária

Fortalecer e ampliar as iniciativas de pesquisas de universidades e de instituições públicas e privadas que sejam direcionadas à diversificação agropecuária das regiões tradicionalmente vocacionadas ao cultivo de fumo. A pesquisa deve visar a aspectos econômicos e comerciais inerentes ao perfil do fumicultor brasileiro, ou seja, buscar soluções tecnológicas para a viabilização econômica de agricultores que possuem pequenas áreas disponíveis para o cultivo e que necessitarão inserir-se em mercados de produtos de maior valor agregado.

Ressalta-se que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa já tem diversas iniciativas de pesquisa agropecuária em regiões fumicultoras (fruticultura, olericultura, 

cereais orgânicos, avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite, floricultura e outras) e pode ter projetos de pesquisa apoiados com maior intensidade com vistas a sua consolidação junto às comunidades de agricultores fumicultores.

2.2) Assistência Técnica

O acompanhamento técnico será promovido através de protocolos e acordos específicos voltados para o atendimento deste público diferenciado, a serem firmados com instituições públicas e privadas de prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme a Política Nacional de ATER, em vigor.

3) Organizar e Agregar Valor à Produção Local

A estratégia é aumentar a renda disponível para as famílias de agricultores por meio da organização e agregação de valor à produção rural primária, viabilizando economicamente pequenas propriedades. O beneficiamento e a industrialização dos produtos também permitirá a criação de novos postos de trabalho, diretos e indiretos, nas comunidades e nos municípios das regiões fumicultoras, multiplicando o valor da produção rural.

3.1) Apoio ao Cooperativismo e Associativismo:

Organizar os produtores em cooperativas para obterem escala produtiva e, deste modo, alcançarem melhores condições para negociar a compra de insumos e a venda da produção, de preferência agregando valor aos produtos (agroindustrialização).

3.2) Implantação de novas agroindústrias:

Incentivar cooperativas e novas agroindústrias das cadeias da carne, leite, ovos, frutas, flores que queiram instalar-se nas tradicionais regiões produtoras de fumo.

3.3) Estímulo e capacitação aos agricultores fumicultores para participarem em novos mercados de produtos de alto valor agregado

A estratégia consiste em investir na pesquisa tecnológica de novos produtos e métodos de produção, e correspondente assistência técnica e financiamento, para a inserção dos agricultores em novos mercados de produtos de maior valor agregado, como os produtos orgânicos, com selo social, ou produtos especialmente dirigidos a consumidores diferenciados.

4) Garantia de Comercialização

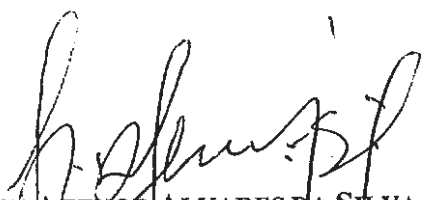
O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é uma ação estruturante do Fome Zero e é destinado ao agricultor com dificuldades de inserção no mercado. O PAA tem comprovada eficácia para apoiar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento a populações em situação de insegurança alimentar.

Os agricultores fumicultores poderão ter a compra de seus novos produtos garantida pelo PAA, de forma a obterem sua inserção paulatina e sustentável no mercado. Para tanto, recursos específicos deverão ser assegurados no contexto do Programa de Diversificação, de acordo com a adesão verificada ao Programa e o monitoramento de mercado. 7


Conclusão

Pelos motivos apresentados, entendemos ser possível a tranqüila, porém urgente, conclusão do processo de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Congresso Nacional, a fim de que o Brasil possa participar com poder de voto da primeira Conferência das Partes em fevereiro de 2006.


Brasília, de outubro de 2005



JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA
Ministro de Estado da Saúde Interino




MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO
Ministro de Estado do Desenvolvimento
Agrário



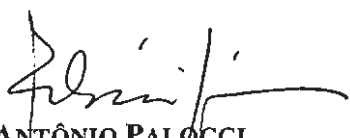
DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da
Presidência da República



CELSO AMORIM
Ministro de Estado das Relações Exteriores



ROBERTO RODRIGUES
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



ANTÔNIO PALOCCI
Ministro de Estado da Fazenda

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, que usa a palavra para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino e, em seguida, ao Senador César Borges.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como Líder, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde ontem, com as acareações – uma ocorreu na CPMI dos Bingos no dia de ontem, e outra

está ocorrendo neste momento na Comissão Parlamentar de Inquérito do Mensalão –, fatos graves estão sendo produzidos a partir de declarações de pessoas envolvidas em investigações que nos levam a obrigações indelegáveis.

Não quero me referir, neste momento, à estranheza que me causou a postura do Dr. Gilberto Carvalho ontem, de quem eu esperava, até porque se anunciava a postura de um sacerdote... Nunca vi sacerdote partir para acusar os dois irmãos de desconhecerem a paternidade de uma filha do ex-prefeito Celso Daniel e acusar frontalmente um dos irmãos de lobista. Nunca vi um sacerdote ser agressivo como foi o Dr. Gilberto

Carvalho em relação aos dois irmãos, que agiram com firmeza e que o desafiaram a se submeter ao polígrafo, assunto que tem de ser debatido, analisado, e que será produto de deliberação por parte da Comissão Parlamentar dos Bingos. No entanto, esse assunto deve ser debatido naquela Comissão e, na hora oportuna, eu me manifestarei lá.

Sr. Presidente, refiro-me agora à preocupação que tenho com fatos que acabaram de acontecer durante a acareação que está reunindo o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Marcos Valério, a Sr^a Simone Vasconcelos e o Sr. Waldemar da Costa Neto na CPMI do Mensalão. O Sr. Waldemar da Costa Neto confirmou ter recebido dinheiro, o que foi confirmado pelo Sr. Delúbio Soares, pela Sr^a Simone, pelo Sr. Marcos Valério, que teriam entregue a ele, sim, senhor, dinheiro sem origem, dinheiro de caixa dois. E que o Sr. Waldemar Costa Neto disse ter usado para pagamento de contas da campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, por fatos semelhantes, Deputados foram levados ao Conselho de Ética e processos de cassação estão em curso. O fato está declarado, o fato está posto e o fato é crime eleitoral, tipificado no Código Eleitoral, mais especificamente em seu art. 350, que lerei para conhecimento de V. Ex^a.

Senador César Borges, vou repetir: na CPI do Mensalão, o Sr. Waldemar Costa Neto disse que usou o dinheiro recebido – Marcos Valério e Delúbio Soares confirmaram ter dado a Waldemar Costa Neto dinheiro de caixa dois – para pagar contas da campanha do Presidente Lula. Por questões como essa, Deputados já foram cassados e outros processos estão em curso no Conselho de Ética e vão ensejar processo de cassação para o Plenário da Câmara dos Deputados.

No caso, quem está em voga é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O processo acontece com os Deputados, mas com o Presidente não acontece nada? A legislação protege o Presidente da República? A legislação impede que algo se faça para preservar a moralidade quando em jogo está a Presidência da República? Ela é inexpugnável? O Presidente é inatingível, ninguém pode mexer com ele? É pecado mexer com o Presidente, mesmo quando ele pratica crime eleitoral? Para mim, não, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Nem para mim.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Lerei a legislação pertinente para vermos se houve ou não crime eleitoral. O art. 350 do Código Eleitoral diz exatamente o seguinte: “Omitir, em documento público ou

particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita para fins eleitorais.” Repito: “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita para fins eleitorais”.

Isso significa que, na prestação de contas do Presidente Lula, deve constar o dinheiro referido por Waldemar Costa Neto, confirmado por Delúbio e Marcos Valério. Caso contrário, a infração ao art. 350 é claríssima.

E qual é a pena pela infração ao art. 350 do Código Eleitoral, que vale para V. Ex^a, para mim e tem de valer para o Presidente. Qual é a pena? Reclusão de até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa se o documento é público, e reclusão de até três anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa, se o documento é particular.

E o que mais? Tem mais. A Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, estabelece o seguinte em seu art. 1º, alínea “e”: “Os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crimes contra a economia popular, a fé pública, a Administração Pública, o patrimônio público, mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de três anos, após o cumprimento da pena”. Ou seja, há inelegibilidade por três anos. Está dito aqui – claro, estou lendo artigos da Lei Eleitoral.

Senador César Borges, Senador Mão Santa, Senador Alvaro Dias, estou fazendo considerações sobre um fato gravíssimo, que acabou de ser objeto de um depoimento numa acareação pública televisionada para o Brasil inteiro, no qual um ex-Deputado que renunciou ao mandato declarou ter pago contas do Presidente da República com dinheiro escuso – algo confirmado pelo Sr. Delúbio Soares e pelo Sr. Marcos Valério. Estou lendo artigos do Código Eleitoral que enquadram Sua Excelência.

O responsável pela prestação de contas de uma campanha não é ninguém senão o candidato. Não é ninguém senão o candidato. Já fui candidato várias vezes como V. Ex^{as} também e, portanto, sabemos que é o candidato.

O que quero comunicar a esta Casa? Não costumo fazer, Sr. Presidente, nada de forma irrefletida, nada. Agora, também não engulo coisas e nem me calo diante da claríssima evidência de crime eleitoral em hipótese alguma. Comunico, portanto, que vou levar esse fato à Comissão Executiva do meu partido, e estou convencido de que algo tem de ser feito. Acredito que uma representação terá de ser feita pelo meu

partido político junto ao Ministério Público, porque, pelo depoimento de hoje, crime eleitoral foi praticado por Sua Excelência, o Presidente da República, que, como qualquer cidadão brasileiro, tem de pagar. O meu partido vai ter a coragem de tomar essa providência para que quem deve pague; pague e pague conforme estabelece a lei.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, talvez com um pouco de atraso, mas sem ser intempestivo, queríamos também falar aqui sobre a convenção-quadro.

Tive a oportunidade de participar de uma belíssima audiência pública, realizada na cidade de Cruz das Almas, no Estado da Bahia, presidida pelo nobre Senador Heráclito Fortes, que teve a delicadeza de ouvir os produtores da cultura de fumo do Estado da Bahia, assim como os que existem em Alagoas, na região de Arapiraca. O Senador Heráclito Fortes esteve numa belíssima audiência, como já disse, onde todos se manifestaram: o Governo, os produtores, os agentes públicos e privados ligados a essa cultura importante que, na Bahia, gera milhares de empregos, mas que gera muito mais empregos em outros Estados brasileiros, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina.

Ficou muito claro que ninguém vai defender o tabagismo, mas também que ninguém pretende permitir que empregos se percam num país onde é fundamental a geração de emprego, de riqueza e de renda, como os gerados pela indústria do fumo. Essa posição ficou bastante clara. Ninguém é contra a convenção-quadro, o que se quer é impedir que milhares de famílias percam o seu ganha-pão com o impedimento dessa cultura.

Ao conversar com o Senador Heráclito Fortes hoje, tomei conhecimento da disposição do Governo, do compromisso do Governo assinado por sete Ministros. Por meio do relato do Senador Heráclito Fortes, tomei conhecimento de que havia uma segurança. Conversei com alguns produtores do meu e de outros Estados que, tendo lido o relatório, sentiram-se seguros com o que estava sendo, naquele momento, aprovado pela Comissão de Agricultura.

Quero, portanto, tranquilizar os produtores do Estado da Bahia e dizer-lhes que estamos atentos. O relato do Senador Heráclito Fortes vem ao encontro de suas preocupações. Não terão por que temer por sua atividade, ela está bem resguardada.

Sr. Presidente, ratificando a convenção-quadro, o Brasil estará, sem dúvida, avançando no combate ao tabagismo. É um desejo de todos nós preservar a saúde do cidadão brasileiro. Portanto, vamos aprovar a convenção-quadro com entusiasmo, mas preservando nossos agricultores, que vivem da labuta, da cultura do fumo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Na ausência do Senador José Jorge e com base no art. 14 do Regimento, solicito a V. Ex^a a palavra como Líder da Minoria, na condição de Primeiro Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a por cinco minutos. Em seguida começaremos a Ordem do Dia na forma sugerida pelo Senador José Agripino.

Concedo a palavra a V. Ex^a, pela Liderança, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado a V. Ex^a.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Wellington Salgado.

É lido o seguinte:

Ofício SF/GSHH nº 222/05

Brasília, DF, 27 de outubro de 2005

Ref. Registro do P-SOL

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a gentileza de determinar providências para que conste nos Anais desta Casa a publicação do registro definitivo do Partido Socialismo e Liberdade (P-SOL) junto ao Tribunal Superior Eleitoral, conforme documentos em anexo.

Pela atenção dispensada ao assunto, antecipadamente agradeço.

Atenciosamente, – Senadora **Heloísa Helena**.

Nº 189, sexta-feira, 30 de setembro de 2005

Diário da Justiça - Seção 1

ISSN 1415-1588

121

Tribunal Superior Eleitoral

SECRETARIA DAS SESSÕES

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA Nº 58/2005 - Elaborada nos termos do Regimento Interno, para julgamento a partir da próxima sessão, respeitado o prazo de 48 horas, coniado desta publicação, do(s) processo(s) abaixo relacionado(s).

REPRESENTAÇÃO Nº 714

ORIGEM : MACAPÁ - AP
RELATOR : MINISTRO GOMES DE BARROS
REPRESENTANTE : DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
ADVOGADOS : ANTÔNIO TAVARES VIEIRA NETTO (OAB 137906-SP) E OUTROS
REPRESENTADOS : DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB E OUTRO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5672

ORIGEM : VITÓRIA DA CONQUISTA - BA (3ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO
AGRAVANTE : JOSÉ RAIMUNDO FONTES
ADVOGADOS : MÁRCIO LUIZ SILVA (OAB 12415) E OUTROS
AGRAVADA : COLIGAÇÃO UMA CONQUISTA MELHOR
ADVOGADA : KALLINE DE SOUZA ASSUNÇÃO (OAB 196108-BA)

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5686

ORIGEM : SÃO VICENTE - SP (34ª ZONA ELEITORAL)
RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO
AGRAVANTE : EDITORA JORNAL VICENTINO LTDA
ADVOGADO : GILBERTO ANTONIO RODRIGUES (OAB 96184-SP)
AGRAVADO : LUIZ CARLOS PEDRO
ADVOGADO : JIVANILDO GOMES DA SILVA (OAB 83175-SP)

Brasília, 28 de setembro de 2005. FERNANDO MACIEL DE ALENCASTRO, Secretário das Sessões.

SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA, ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 121/2005

RESOLUÇÕES

22.082 - PETIÇÃO Nº 371 - CLASSE 18ª - MINAS GERAIS (Belo Horizonte).

Relator : Ministro Cesar Asfor Rocha.
Requerente : Partido Humanista da Solidariedade (PHS), por seu presidente.

Ementa: PARTIDO POLÍTICO. ESTATUTO. ALTERAÇÃO. DEFERIMENTO. - Atendidas as formalidades normativas, deve-se deferir o pedido de registro das alterações promovidas no estatuto do partido.

Vistos, etc.

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, deferir o pedido, nos termos do voto do relator, que fica fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Excm. Sr. Ministro Marco Aurélio. Presentes os Srs. Ministros Humberto Gomes de Barros, Cesar Asfor Rocha, Luiz Carlos Madeira, Marcelo Ribeiro e o Dr. Antônio Fernando Souza, procurador-geral eleitoral.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 13 de setembro de 2005.

22.083 - REGISTRO DE PARTIDO Nº 303 - CLASSE 28ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília).

Relator : Ministro Gilmar Mendes.
Requerente : Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), por seu presidente nacional.

Ementa: REGISTRO DEFINITIVO DE PARTIDO POLÍTICO. PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL).

Atendidos os requisitos da Lei nº 9.096/95, é de se deferir o registro definitivo da agremiação partidária.

Vistos, etc.

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, deferir o pedido de registro definitivo do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), nos termos do voto do relator, que fica fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Excm. Sr. Ministro Carlos Velloso. Presentes os Srs. Ministros Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Cesar Asfor Rocha, José Delgado, Luiz Carlos Madeira, Caputo Bastos e o Dr. Mário José Gisi, vice-procurador-geral eleitoral.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 15 de setembro de 2005.

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 120/2005

ACÓRDÃO

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 345 - CLASSE 26ª - SÃO PAULO (295ª Zona - Peruíbe).

Relator : Ministro Marco Aurélio.
Recorrente : Casimiro Manoel Alonso Geronimo e outros.
Advogado : Dr. Wellington Castilho Filho - OAB 128.828/SP - e outra.

Ementa: CÂMARA MUNICIPAL - NÚMERO DE CADEIRAS - RESOLUÇÃO Nº 21.702 DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - CONSTITUCIONALIDADE.

Na decisão da ilustrada maioria do Supremo, em relação à qual guardo reservas, a Resolução-TSE nº 21.702, estabelecendo o número de cadeiras nas diversas Câmaras Municipais do País, é harmônica com a Constituição Federal.

Vistos, etc.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos das notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Excm. Sr. Ministro Marco Aurélio. Presentes os Srs. Ministros Cesar Peluso, Carlos Ayres Brito, Humberto Gomes de Barros, Cesar Asfor Rocha, Luiz Carlos Madeira, Marcelo Ribeiro e o Dr. Antônio Fernando Souza, procurador-geral eleitoral.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 13 de setembro de 2005.

RECURSO ORDINÁRIO Nº 893 - CLASSE 27ª - TOCANTINS (Araguaína - 2ª Zona - Palmas).

Relator : Ministro Luiz Carlos Madeira.
Recorrente : Procuradoria Regional Eleitoral do Tocantins.
Requerido : Ronaldo Dimas Nogueira Pereira.
Advogado : Dr. Edson Domingues Martins - OAB 16.544/DF.

Ementa: RECURSO ORDINÁRIO. ELEIÇÃO 2004. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELEITIVO. ABUSO E CAPTAÇÃO ILEGAL DE SUFRÁGIO. NÃO DEMONSTRADA A ILICITUDE. NEGADO PROVIMENTO.

Vistos, etc.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos das notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Excm. Sr. Ministro Carlos Velloso. Presentes os Srs. Ministros Marco Aurélio, Humberto Gomes de Barros, Cesar Asfor Rocha, Luiz Carlos Madeira, Caputo Bastos e o Dr. Antônio Fernando Souza, procurador-geral eleitoral.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 6 de setembro de 2005.

MEDIDA CAUTELAR Nº 1.181 - CLASSE 15ª - SÃO PAULO (São Paulo).

Relator : Ministro Fernando Neves.
Requerente : Antonio Carlos Oliveira Ribas de Andrade e outro.

Advogados : Drs. Alberto Lopes Mendes Rolio, Antônio Vilas Boas Teixeira de Carvalho e outros.

Requerida : Coligação Cajamar.

Advogado : Dr. Admar Gonzaga Neto.

Ementa: Medida cautelar - Representação com base no art. 41-A da Lei nº 9.504/97. Mandado de segurança - Agravo regimental - Liminar - Concessão - Cassação da sentença na parte que aplicava o art. 15 da LC nº 64/90 - Recurso especial - Efeito suspensivo. Sentença - Efeito imediato - Art. 15 da LC nº 64/90 - Art. 216 do Código Eleitoral - Não-aplicação. Medida cautelar indeferida.

Vistos, etc.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em indeferir a medida cautelar, nos termos das notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Excm. Sr. Ministro Nelson Jobim. Presentes os Srs. Ministros Sepúlveda Pertence, Ellen Gracie, Sálvio de Figueiredo, Barros Monteiro, Fernando Neves, Luiz Carlos Madeira e o Dr. Geraldo Brindeiro, procurador-geral eleitoral.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 2 de outubro de 2002.

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR Nº 1.700 - CLASSE 15ª - MINAS GERAIS (Aricanduva - 135ª Zona - Itamarandiba).

Relator : Ministro Luiz Carlos Madeira.
Agravante : Orlando Cordeiro de Oliveira.
Advogado : Dr. Mauro Jorge de Paula Bomfim - OAB 43.712/MG - e outro.

Agravado : José Carlos Martins Cordeiro.
Advogado : Dr. Paulo Eduardo Almeida de Mello - OAB 8.399/MG - e outros.

Ementa: Medida Cautelar. Pedido de liminar. Efeito suspensivo a Recurso Especial retido. Indeferimento de liminar e da própria cautelar. Agravo Regimental.

Ausência dos pressupostos autorizadores da Medida Excepcional. A jurisprudência desta Corte já assentou no sentido de ser cabível processo eleitoral, a retenção de recurso interposto em face de decisão interlocutória.

Agravo Regimental que não infirma os fundamentos da decisão pugnada.

Não-provimento.

Vistos, etc.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos das notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Excm. Sr. Ministro Marco Aurélio. Presentes os Srs. Ministros Cesar Peluso, Carlos Ayres Brito, Humberto Gomes de Barros, Cesar Asfor Rocha, Luiz Carlos Madeira, Marcelo Ribeiro e o Dr. Antônio Fernando Souza, procurador-geral eleitoral.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 13 de setembro de 2005.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 4.491 - CLASSE 2ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília).

Relator : Ministro Luiz Carlos Madeira.
Agravante : Nelson Tadeu Filipeili.
Advogado : Dr. Fabio Bodo Paganello - OAB 11842/DF - e outros.
Agravado : Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores.
Advogado : Dr. Bruno Henrique de Oliveira Ferreira - OAB 15345/DF.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. PROPAGANDA ANTECIPADA (ART. 36, § 3º, DA LEI 9.504/97). REGULARIZAÇÃO POSTULATÓRIA EM FASE RECURSAL. REPRESENTAÇÃO PROPOSTA COM BASE NOS ARTS. 96 LEI Nº 9.504/97 E 22 DA LC Nº 64/90. AUSÊNCIA DE INFÉNCIA INICIAL. CONVERSÃO EM REAIS DOS VALORES FIXADOS À UFIR. POSSIBILIDADE DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FUNDAMENTOS NÃO INFRIMIDOS.

1 - É cabível a regularização postulatória em sede recursal, no âmbito do TRE.

2 - Não é inepta a representação proposta com base nos arts. 96 Lei nº 9.504/97 e 22 da LC nº 64/90. É suficiente que a lei descreva os fatos e leve ao conhecimento da Justiça Eleitoral eventuais fatos de ilícito eleitoral.

3 - A extinção da UFIR, como índice de correção monetária, acarreta a não-atualização dos valores em reais das multas previstas na legislação eleitoral. Possibilidade da conversão em moeda corrente.

4 - Para a caracterização do dissídio, é necessário que seja feito cotejo analítico e que haja similitude fática entre os julgados.

5 - Ausente o prequestionamento da alegada violação ao art. 5º Constituição Federal.

6 - É necessário que os fundamentos da decisão agravada sejam especificamente infrimados, sob pena de subistirem suas conclusões.

7 - Agravo Regimental a que se nega provimento.

Vistos, etc.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos das notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Excm. Sr. Ministro Carlos Velloso. Presentes os Srs. Ministros Marco Aurélio, Cesar Peluso, Humberto Gomes de Barros, Cesar Asfor Rocha, Luiz Carlos Madeira, Geraldo Grossi e o Dr. Antônio Fernando Souza, procurador-geral eleitoral.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 18 de agosto de 2005.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5.522 - CLASSE 2ª - MATO GROSSO (7ª Zona - Diamantino).

Relator : Ministro Caputo Bastos.
Embargante : Lúcio Barboza dos Santos.
Advogado : Dr. Lauro Ribeiro Pinto de Sá Barreto - OAB 75754/RJ.

Embargado : Francisco Ferreira Mendes Júnior.
Advogada : Dra. Benedita Rosalina Pereira - OAB 3380/MT.

Ementa: Agravo de instrumento. Ausência. Procuração. Recurso existente. Agravo regimental. Improvimento.

Embargos. Alegação. Omissão. Improcedência.

1. O traslado da procuração na formação do agravo de instrumento demonstra-se indispensável para comprovar a regularidade da representação processual, o que se averigua por intermédio do instrumento do mandato, exigência que se aplica, inclusive, na Justiça Eleitoral. Embargos rejeitados.

Vistos, etc.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos das notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Presidência do Excm. Sr. Ministro Marco Aurélio. Presentes os Srs. Ministros Gilmar Mendes, Cesar Peluso, Humberto Gomes de Barros, José Delgado, Luiz Carlos Madeira, Caputo Bastos e o Dr. Mário José Gisi, vice-procurador-geral eleitoral.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 25 de agosto de 2005.

1º OFÍCIO DE NOTAS
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
AUTENTICAÇÃO

10 OUT 2005

AUTENTICAÇÃO ESTA CÓPIA QUE CONFERE
COM O ORIGINAL (LEI Nº 9.303/94)
TABELÃO DE SUBSTITUTO DE ESCRIVENTE

1º OFÍCIO DE NOTAS
João Ribeiro da Silva
Escrivente
BRASÍLIA-DF

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Wellington Salgado.

É lido o seguinte:

Ofício nº 117/05

Brasília, 27 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Luiz Soares pelo Senador Papaléo Paes, como membro suplente na Comissão de Assuntos Sociais, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria.

Cordialmente, – **Senador Alvaro Dias**, Respondendo pela Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Wellington Salgado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.215, DE 2005

Nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005, que “dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal).”

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2005.
– Senador **Gerson Camata**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA AO PLC Nº 70/05
NA REUNIÃO DE 25/10/05, OS SENHORES SENADORES:

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7 EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1-(VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO A RNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Wellington Salgado.

São lidos os seguintes:

Brasília, 26 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Saúde, por meio do Requerimento nº 741, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

Brasília, 26 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado das Comunicações, por meio do Requerimento nº 790, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

Brasília, 26 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Saúde, por meio do Requerimento nº 808, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 26 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Educação, por meio do Requerimento nº 899, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 26 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Saúde, por meio do Requerimento nº 830, de 2005.

Cordialmente, – Senadora **Heloísa Helena**.

Brasília, 26 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Previdência Social, por meio do Requerimento nº 842, de 2005.

Cordialmente, – Senadora **Heloísa Helena**.

Brasília, 26 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, por meio do Requerimento nº 940, de 2005.

Cordialmente, – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência determina reiteração dos referidos requerimentos de informação e fixa o prazo máximo de dez dias para o seu atendimento, nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Wellington Salgado.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.216, DE 2005

Requeiro, com fundamento no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 35/00, que “determina a obrigatoriedade de a embalagem, o rótulo e a propaganda de bebida alcoólica conterem advertência sobre a proibição de sua venda a menores de dezoito anos e prejudicialidade à saúde”, com o Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2003, que “altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para modificar a definição de bebidas alcoólicas e algumas normas relativas às advertências sobre o seu consumo e à propaganda em serviços de radiodifusão e de sons e imagens e em serviços de televisão por assinatura” e o Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2004, que “altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para ampliar as restrições à propaganda das bebidas alcoólicas e modificar sua definição e as normas relativas às advertências sobre o seu consumo”, por tratarem da mesma matéria.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 2005. – Senador **Sérgio Cabral**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Wellington Salgado.

É lido o seguinte:

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1.217, de 2005

Requerem voto de pesar pelo falecimento de Orestes Gomes, pioneiro em Brasília e ex-servidor do GDF, ocorrido no Ceará, no dia 18 de agosto de 2005.

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento ocorrido em Fortaleza, no dia 18 de agosto de 2005, do pioneiro de Brasília, Sr. Orestes Gomes, para onde veio dois anos antes da inauguração da nova Capital.

Requeremos, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família de Orestes Gomes.

Justificação

Ex-servidor do Governo do Distrito Federal, Orestes Gomes foi pioneiro em Brasília. Para aqui veio dois anos antes da inauguração da nova Capital e aqui exerceu cargos no Departamento de Fiscalização e Licenciamento de Obras do Governo do Distrito Federal. Além do seu ofício de servidor público, foi repórter da Radiobrás e fazia a cobertura da Presidência da República.

Aposentado, retomou ao seu Estado natal, o Ceará, onde faleceu.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **Cristovam Buarque**, Senador **Paulo Octávio** – Senador **Valmir Amaral**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu requerimento que solicita criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com objetivo de investigar o financiamento das cam-

panhas eleitorais, no período compreendido entre 1998 e 2004.

A exemplo do procedimento adotado com os pedidos anteriores, determino à Secretaria-Geral da Mesa a conferência das assinaturas e dos demais requisitos constitucionais e regimentais para posterior encaminhamento por esta Presidência.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como percebo que as Lideranças estão em diálogo para chegar a um entendimento sobre a votação de item importante da Convenção-Quadro sobre o tabaco e estou inscrito para falar, pergunto se posso, durante esses instantes em que se conclui esse entendimento, usar da palavra como orador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, foi feito um acordo – e contamos com a boa vontade da Oposição – para que pudéssemos deliberar sobre duas medidas provisórias e tivéssemos, como consequência disso, a retirada da urgência, que pode ser recolocada a qualquer momento pelo Presidente da República. A Presidência da República nos solicitou cinco minutos e já se vão mais de trinta minutos. De modo que estamos dependendo disso, verdadeiramente.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Quem sabe, se V. Exª permitir, eu poderia usar da palavra por, no máximo cinco minutos – prometo não utilizar mais do que isso –, para dar o tempo suficiente para essa finalidade,

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há como negar esse direito a V. Exª.

Com satisfação, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos últimos dias foram feitas inúmeras reflexões e houve momentos de grande tensão, como o ocorrido hoje nas Comissões Parlamentares de Inquérito, onde alguns Parlamentares usaram da palavra de maneira muito veemente. O Senador Alvaro Dias, há pouco, comentava esses episódios. O Deputado Moroni Torgan corretamente procurou colocar situações que, de alguma maneira, nos remetem a uma reflexão que gostaria de formular.

Primeiro, esclareço que hoje disse assertivamente que o tempo de resposta às perguntas que havia formulado aos depoentes, na CPMI, deveria ser respeita-

do, porque de nenhuma forma descumpri o tempo da reunião, presidida pelo Deputado Paulo Baltazar, com a presença do Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel. Eu havia apenas sugerido ao Deputado Ibrahim Abi-Ackel que também expressasse a sua opinião.

Como um Parlamentar quis protestar contra aquele direito de resposta, eu, muito assertivamente, disse que não estava desrespeitando o tempo. Ocorre que me levantei, naquele momento, com a intenção de ir ao Palácio do Planalto cumprimentar o Presidente Lula pelo seu aniversário, e esse ato não teve qualquer outro significado que não esse.

Gostaria de transmitir que, há poucos dias, no jornal **Valor Econômico**, o professor Renato Janine Ribeiro fez uma exposição que considero muito relevante e que guarda relação com o momento presente. Ele mencionou que...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Logo que concluir...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É exatamente para fazer um esclarecimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito, diga.

O SR. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a começou a relatar um episódio que lhe envolveu na Comissão e que deixou a todos nós estarecidos. E, de repente, trancou a sua saída com um abraço ao Presidente da República e todos nós estamos curiosos, porque V. Ex^a representa aqui o símbolo da paz neste Senado e as informações que me chegam pela imprensa é de que V. Ex^a teria perdido o seu costumeiro *fair play* e quase ido às vias de fato com um companheiro parlamentar. Não sei o que lhe levou a essa exasperação, mas, de antemão, congratulo-me e solidarizo-me com V. Ex^a e informo que qualquer exagero da parte de V. Ex^a será antecipadamente compreendido, uma vez que V. Ex^a, repito, aqui é um mensageiro da paz e do entendimento. Eu não traria esse assunto ao Plenário, mas V. Ex^a, de maneira sutil, o fez. Gostaria apenas que a Nação ficasse mais esclarecida por parte de V. Ex^a do que realmente aconteceu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Fiz questão de, inclusive, dar a mão ao parlamentar para indicar que não havia ali nada que não fosse chamar a atenção dele e de maneira assertiva, porque não estava eu, de maneira alguma, desrespeitando o Regimento da CPI.

Mas o que gostaria de aqui expor é a idéia de Renato Janine Ribeiro de propor para o Brasil o mes-

mo que aconteceu na África do Sul, quando, em 1995, Nelson Mandela, eleito Presidente, sugeriu fosse formada uma comissão de reconciliação e da paz, comissão essa presidida pelo Bispo Desmond Tutu, que acabou ouvindo cerca de 20 mil pessoas.

Essa comissão teve o propósito de escutar todas as pessoas que, porventura, tivessem cometido qualquer crime ou ato de desrespeito aos direitos da pessoa humana, inclusive crimes de tortura, de morte, de corrupção, crimes os mais diversos. E aquelas pessoas responsáveis por esses desvios de procedimentos, por atos ilícitos, por crimes, na medida em que relatassem os episódios, passavam a ter uma atenuação das penas previstas em lei por aquelas ofensas.

Ora, nós, ao longo dessas Comissões Parlamentares de Inquérito, fomos descobrindo como surgiram procedimentos não adequados, ofensivos à lei, seja de prática de fundos não-contabilizados, de caixa dois. Uma prática que permeou a ação de muitos Partidos – praticamente quase todos os Partidos representados no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, fico pensando se não seria o caso de caminharmos numa direção semelhante. Ainda esta semana, a partir dos episódios relacionados ao PSDB, em Minas Gerais, o Senador Arthur Virgílio, Líder do Partido, propôs a instalação de uma nova CPI simplesmente para o exame dos casos de caixa dois ocorridos nos mais diversos Estados e na política nacional. Pois bem, quem sabe pudéssemos pensar em um caminho como aquele proposto por Nelson Mandela e lembrado por Renato Janine Ribeiro.

Essa é a sugestão, Sr. Presidente Renan Calheiros, que deixo à reflexão de nossos Pares para que venhamos a pensar em como podemos fazer um verdadeiro raio-X de tudo o que aconteceu na história recente do País e, daí, propor caminhos novos, uma nova legislação, inclusive de reforma política, para a solução dos problemas que têm caracterizado e entristecido muitos de nós brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Leonel Pavan, acho que estamos esgotando o tempo previamente definido para aguardar uma solução com relação à retirada da urgência. A boa vontade é grande, mas, como a retirada da urgência não chega, não há o que fazer.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex^a pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Já que estamos aguardando o tempo, queria dizer a V. Ex^a que estou inscrito. Então, eu faria o pronunciamento enquanto se aguardava.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permite-me V. Ex^a que eu possa fazer uma pequena exposição sobre o meu Estado? (Pausa.)

Sr. Presidente, todos sabem que Santa Catarina é um Estado dos mais privilegiados do Brasil, pelas suas riquezas naturais. Em recente viagem do Governador do Estado, Luiz Henrique, e do Prefeito de Imbituba, José Roberto Martins, o Beto, do PSDB, à Turquia, juntamente com representantes da Embratur e da Santur, a empresa de turismo de Santa Catarina, bem como inúmeros de empresários daquela cidade do Estado de Santa Catarina, Imbituba foi escolhida, por unanimidade, para sediar o Encontro Mundial de Turismo.

Será a primeira vez que esse congresso acontecerá no Brasil e reunirá 25 países que estarão representando 31 baías. É bom dizer que esse encontro reunirá cidades que possuem as mais belas baías do mundo.

Ao colocar em votação, foi escolhida, por unanimidade, a cidade de Imbituba para sediar o quarto encontro das mais belas baías do mundo. O evento já havia ocorrido na França, no México, no Canadá e, recentemente, na Turquia.

Essa decisão orgulha o povo de Santa Catarina e, sem dúvida alguma, os moradores de Imbituba e o nosso Prefeito José Roberto Martins. Santa Catarina é um Estado que recebe um número muito grande de turistas, tanto nacionais como estrangeiros, e, ao se aproximar a próxima temporada, as cidades turísticas e o Governo do Estado estão se preparando para receber milhares de turistas brasileiros e estrangeiros.

Deixo, então, registrado aqui os meus cumprimentos ao povo de Imbituba, ao Prefeito Beto Martins, ao Governo do Estado e a todos aqueles que foram à Turquia reivindicar esse encontro, onde, por unanimidade, escolheu-se, entre as mais belas baías do mundo, a querida cidade de Imbituba, que tem a Praia do Rosa, uma praia famosa onde se realiza aquele evento maravilhoso das baleias-franca e onde, no inverno, milhares de pessoas vão curtir as belezas naturais e a dança das baleias-franca.

Esse é o registro, Sr. Presidente Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Líder José Agripino, demais Senadores, essa é mais uma demonstração do Governo no sentido da busca de entendimento.

Creio que todo o Senado considera que é indispensável ter um Projeto de Gestão das Florestas. Há uma expectativa muito grande em relação ao manejo da Amazônia, à proteção ambiental, e esse é um esforço a mais que o País está fazendo para estabelecer um Estado de Direito.

Trata-se de matéria que já estamos discutindo há muito tempo nesta Casa. Estamos retirando a urgência constitucional na expectativa de que, posteriormente, possa ser pactuada uma urgência dos Líderes para se recolocar esse projeto como prioridade para a votação e assegurar-se que o Brasil seja signatário da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, patrocinada pela ONU, organismo multilateral no qual temos uma participação muito relevante. O Brasil estaria dando uma demonstração desse compromisso mundial de combate ao fumo e todas as suas seqüelas.

Dessa forma, peço ao Sr. Presidente e aos demais Senadores que seja dado prosseguimento à sessão, votando-se as medidas provisórias. Falei pessoalmente com o Presidente e S. Ex^a já está encaminhando, em mãos, a autorização para que se retire a urgência constitucional do Projeto de Gestão das Florestas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mantemos o acordo e quero dizer a V. Ex^a que conversei com o Senador Arthur Virgílio e com o Senador Alvaro Dias. O PSDB também concorda com o acordo feito para votarmos as duas medidas provisórias.

Ouvi os Senadores Heráclito Fortes e César Borges, diretamente envolvidos na Convenção-Quadro. S. Ex^{as} estão de acordo e mantemos o entendimento para que seja votada a Convenção-Quadro após a votação das duas MPs.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mais uma vez, agradecemos muito a V. Ex^a, ao Senador Arthur Virgílio e a todos os Líderes desta Casa, especialmente ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 256, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 256, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de quatrocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e quatro reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada devido ao término do prazo regimental da sessão.

À Medida Provisória foram apresentadas 35 emendas.

Foram proferidos pareceres no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Pastor Amarildo (PSC-TO), pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, favorável à Medida Provisória e pela aprovação parcial das Emendas de nºs 20 e 31, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2005, que oferece, e pela rejeição das demais emendas. O Plenário daquela Casa, no entanto, rejeitou as Emendas nºs 20 e 31 e o Projeto de Lei de Conversão, aprovando, assim, a Medida Provisória.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 9 de agosto, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 5 de outubro;

– a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 5 de setembro, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por mais sessenta dias pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 33, de 2005, e se esgotará no dia 18 de novembro;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 7 de outubro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Relator-Revisor, Senador João Ribeiro, para fazer a síntese do relatório. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, Relator revisor designado.

PARECER Nº 1.828, DE 2005–PLEN

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 256 busca estimular as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, como forma de garantir a auto-suficiência na produção de petróleo. Para essa finalidade, são destinados R\$45.750.734,00.

De outro lado, ela substitui o trecho ferroviário Aguiarnópolis-Babaçulândia, em Tocantins.

Aproveito para homenagear o Senador João Ribeiro, que tem empenho nessa medida provisória e lutou por essa verba relacionada à Ferrovia Norte-Sul, em operação por conta do alagamento iminente decorrente do início da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e respectiva barragem, no Rio Tocantins. O valor dessa verba é de R\$116.870.000,00. O Senador João Ribeiro dedicou-se muito a esse tema e à viabilização desses investimentos e recursos.

Ela também pretende conservar rodovias não pavimentadas na BR 230/AM/PA; na BR 163/PA; e na BR 174/MT, assim como a realização de obras rodoviárias consideradas urgentes, decorrentes das condições climáticas desfavoráveis que vieram a agravar a situação dos trechos rodoviários na BR 050/MG, na BR 381/MG/SP, na BR 116/ SP/PR e na BR 116/ CE. O valor é de R\$263.330.000,00.

Portanto, feita essa justificativa, encaminho o voto de atendimento aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, como exige a Constituição Federal, e de adequação financeira e orçamentária, o que também está fundamentado no nosso parecer.

Assim sendo, quero analisar as emendas. Dentre as 35 emendas apresentadas ao crédito, constatamos que as de nºs 09, 13, 15, 16, 19, 21 e 24 não devem ser admitidas, tendo em vista que oferecem como fonte de cancelamento categorias de programação que não constam da proposta, conforme estipulam determinações constantes no art. 29, II, da Resolução 01, de 2001, do Congresso Nacional.

Quanto às Emendas de nºs 01 a 08, 14, 17, 18, 20, e de 25 a 35, não obstante reconheçamos serem todas de pleitos meritórios, opinamos por sua rejeição, tendo em vista que, em se tratando de crédito extraordinário, o atendimento das despesas por elas amparadas procede-se de forma imediata. Portanto, eventual aprovação de qualquer emenda poderia ocasionar intransponível transtorno de natureza operacional.

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 256, de 2005, por sua adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mercadante, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu gostaria de saber de V. Ex^a quais são os Estados beneficiados nesses créditos.

Serei mais prático e direto: há créditos para o Estado do Piauí?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O primeiro crédito diz respeito à produção de petróleo e gás natural, portanto, é de interesse geral da Nação e estimula todo o sistema produtivo do País. Repito: é de interesse nacional.

O segundo crédito diz respeito à Ferrovia Norte/Sul, que também é de grande interesse para o Estado do Piauí, especialmente para escoar parte da sua produção agrícola, na medida em que esse projeto, inclusive impulsionado pelo Presidente Sarney, possa ser consolidado. Apesar de o trecho da Ferrovia Norte/Sul ser entre Aguiarnópolis e Babaçulândia, o projeto diz respeito, sim, especialmente ao Maranhão e ao Piauí, já que se destina à Ferrovia Norte/Sul.

Em relação aos créditos rodoviários propriamente ditos, estão previstos recursos para o Amapá, Pará, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Ceará.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Está entendido, Senador Aloizio Mercadante, está entendido. Era só uma dúvida que eu tinha aqui, mas está entendido. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Heráclito.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2005

De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 256, de 21 de julho de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de R\$425.950.734,00, para os fins que especifica”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Senador

I – Relatório

Com base no art. 62, combinado com § 3º do art. 167, da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 256, de 21 de julho de 2005, abrindo crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, para atender à programação constante do Anexo I.

De acordo com a exposição de motivos, a aprovação da medida provisória “permitirá à Agência Nacional do Petróleo – ANP a realização de estudos geológicos e geofísicos destinados ao conhecimento dos potenciais de produção de combustíveis fósseis no território brasileiro”.

Tais estudos destinam-se à redução do risco ambiental de exploração de combustíveis fósseis no País, ao aumento da atratividade e da própria atividade exploratória, à descoberta de novas áreas para ofertas em licitações, ao desenvolvimento e utilização de novas tecnologias de análise e ao incentivo à indústria nacional. Esses estudos, segundo consta, são necessários para a geração de informações sobre o potencial de áreas de exploração, as quais servirão de base para avaliação e oferta em processo licitatório.

Considerando-se que o prazo entre o início de estudos dessa natureza e a efetiva prospecção de combustíveis fósseis costuma ser longo e, ainda, que as atuais reservas de combustíveis só permitem a auto-suficiência no abastecimento do País até 2015 no máximo, há necessidade de se promover estudos quase que continuamente, o que denota a urgência da retomada dessas atividades o mais breve possível.

Ainda de acordo com a exposição de motivos, a parcela da suplementação em favor do Ministério dos Transportes objetiva a construção do trecho ferroviário Aguiarnópolis-Babaçulândia, da Ferrovia Norte-Sul, pela VALEC, no intuito de substituir o trecho atualmente em operação, em virtude do alagamento

iminente decorrente do início da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e respectiva barragem, no rio Tocantins; a conservação de rodovias não pavimentadas nas BR-230/AM/PA, BR-163/PA e BR-174/MT, além da realização de obras rodoviárias urgentes, que demandam uma ação imediata do Governo, em decorrência das condições climáticas desfavoráveis que vierem a agravar a situação de trechos rodoviários nas BR-050/MG, BR-381/MG/SP, BR-116/SP/PR e BR-116/CE.

Diversos fatores, nesse caso, justificam a urgência e a relevância do pleito, como o estado precário de algumas rodovias e o risco de deterioração, ou o encarecimento de obras para preservação, relativo a trechos da ferrovia Norte-Sul por alagamento, o qual não pode ser adiado.

Informa, por último, que o crédito extraordinário de que trata a medida provisória em exame será atendido com recursos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004 e de anulação parcial de dotações orçamentárias, sendo R\$22.000.000,00 da primeira fonte e R\$403.950.734,00 da última. Conforma-se, desse modo, com as disposições constitucionais do art. 62 e do § 3º do art. 167.

Valer registrar que, de um total de R\$403.950.734,00, oferecidos como fonte de cancelamento, para viabilizar o crédito, nada menos que R\$397.950.734,00, ou seja, 93% do total das fontes provêm de programações inserida na lei orçamentária vigente por meio de emendas de relator (geral e de subcomissão) e de bancadas diversas, conforme apurado em pesquisa levada a efeito no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI – disponibilizado pelo Prodasen (v. planilha em anexo).

À medida provisória foram apresentadas, tempestivamente, 35 emendas.

É o relatório.

II – Voto do Relator

II.1 Do Atendimento dos Pressupostos Constitucionais

O art. 62 da Constituição Federal confere ao Presidente da República, em caso de relevância e urgência, competência para adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional.

Outra regra que aqui deve ser invocada diz respeito ao § 3º do art. 167 da Lei Magna, segundo o qual a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis

e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

Confrontando as disposições constitucionais acima mencionadas com as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo para a adoção da presente medida provisória como veículo para a abertura do crédito extraordinário, pode-se constatar que resultam cabalmente demonstradas a urgência, relevância e imprevisibilidade de que cuidam os mencionados dispositivos.

II.2 Da Adequação Financeira e Orçamentária

A teor das disposições insertas no § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002 –CN, “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

Tendo em foco esses aspectos, deve-se registrar que, na medida em que utiliza como fonte de financiamento do crédito extraordinário parcela de recursos classificados como de natureza financeira, como tal entendido os provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União em 2004, para atender a despesas primárias, resulta patente que haverá interferência negativa na produção do resultado primário previsto no art. 16 da lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2005 (LDO/2005).

Ressalte-se, entretanto, que, em se tratando de crédito extraordinário, cuja aplicação deve ser imediata, em face das circunstâncias que envolvem sua abertura, as normas que cuidam da matéria sequer exigem a disponibilidade de fontes de financiamento, a teor das disposições constitucionais do art. 167, inciso V, que, ao exigirem a existência de disponibilidades orçamentárias apenas para os créditos suplementares e especiais, excepcionam dessa exigência os créditos extraordinários.

II.3 Do Atendimento aos Requisitos de se Expor a Motivação da Medida Provisória

A Exposição de Motivos nº 115/2005–MP, de 2005, que acompanha a medida provisória supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, acerca do envio de documento ex-

pondo os motivos justificadores da adoção da medida provisória.

II.4 Da Análise do Mérito

O instituto do crédito extraordinário, constitucionalmente, tem o objetivo de atender, única e exclusivamente, a programações cujas despesas não sejam passíveis de previsibilidade e que se revistam do caráter de urgência. Portanto, em se tratando de despesas de realização imediata, que não podem submeter-se ao processo legislativo ordinário, o seu mérito subjaz à importância dos fatos que requerem imediata intervenção do poder público.

No que diz respeito à parcela do crédito alocado à Agência Nacional do Petróleo, as razões encontram-se associadas à imperiosa necessidade de ser transposto o gargalo manifestado na curva empírica da produção nacional de petróleo, que aponta que o atual nível de produção “somente poderá ser suficiente para garantir a auto-suficiência até algum momento entre 2008 e 2009, após o que a produção cairá continuamente por um período de mais de 30 anos, gerando uma crescente dependência de abastecimento externo”, conforme se explicita na exposição de motivos. Desse modo, a prospecção torna-se fundamental para que a perspectiva de produção, no nível de auto-suficiência, seja mantida.

Diz mais a exposição de motivos, em trecho abaixo transcrito:

Cabe ressaltar que a interrupção da agregação contínua de novas reservas resultará na descontinuidade das atividades do setor e, por consequência, em um substancial custo para a sociedade, como a elevação dos custos nos investimentos, interrupção da auto-suficiência, perda de empregos e arrecadação. Ademais, como o Brasil está situado em um nível de produção semelhante à sua demanda interna, a manutenção desta situação exige tão somente o crescimento da produção ao mesmo nível do crescimento da demanda. Uma perda temporária da auto-suficiência, ainda que por poucos anos, demandará um crescimento das reservas e da produção em taxas maiores que as taxas de crescimento da demanda, o que se torna continuamente mais desafiador à medida que a base de cálculo, entenda-se o nível de produção, torna-se mais elevado.

Quanto à parcela do crédito alocado ao Ministério dos Transportes, as justificativas relacionam-se com a

implementação de ações imprescindíveis à manutenção do tráfego da ferrovia Norte-Sul e à realização de obras rodoviárias urgentes, em decorrência das condições climáticas adversas na região Amazônica.

A exposição de motivos assim aduz as justificativas:

A suplementação extraordinária em favor do Ministério dos Transportes permitirá: à Valec a construção do Trecho Aguiarnópolis-Babaçulândia pertencente à ferrovia Norte-Sul, que visa à substituição do trecho em operação por conta do alagamento iminente decorrente do início da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e respectiva barragem, no rio Tocantins; e, no DNIT, a conservação de rodovias não pavimentadas nas BR-230/AM/PA, BR-163/PA e BR-174/MT, assim como a realização de obras rodoviárias urgentes, que demandam uma atuação do Governo Federal em decorrência das condições climáticas desfavoráveis que vieram a agravar a situação de trechos rodoviários nas BR-050/MG, BR-381/MG/SF, BA-116/SP/PR e BR-116/CE, corredores estratégicos de transportes do Brasil.

II.5 Da Análise das Emendas

Ao analisar as 35 emendas apresentadas ao crédito, constatamos que as de nºs 9 a 13, 15, 16, 19, 21 a 24 devem ser inadmitidas, tendo em vista que oferecem como fonte de cancelamento categoria de programação que não consta da proposta, conforme estipulam as determinações constantes do art. 29, inciso II, da Resolução nº 1, de 2001-CN.

Quanto às emendas nºs 1 a 8, 14, 17, 18, 20 e 25 a 35, não obstante reconheçamos serem todos os pleitos meritórios, opinamos por sua rejeição, tendo em vista que, em se tratando de crédito extraordinário, o atendimento das despesas por ele amparadas procede-se de forma imediata. Portanto, eventual aprovação de qualquer emenda poderia ocasionar intransponível transtorno de natureza operacional.

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 256, de 2005, por sua adequação financeira e orçamentária, e, no mérito por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 2005. –



ANEXO AO PARECER Nº , de 2005

MPV 256/2005 - CANCELAMENTO

Autor	Emenda	UO (Cod/Desc)	Funcional	Ação + Subtítulo	Valor da Emenda	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Valor do Cancelamento
RELATOR GERAL	81000655	39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	26.782.0220.3504.0002	RECUPERAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS - DIV. GO.MG - UBERLÂNDIA - NA BR-050MG - MINAS GERAIS	4.200.000,00	4.200.000,00	2.004.987,00	0	0	0	1.335.734
RELATOR GERAL	81000656	39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	26.782.0220.3505.0002	RECUPERAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS - ENTRA. BA-306 (P. CHOROCHO) - DIVISA BA.MG - NA BR-116/BA - BAHIA	60.987.000,00	60.987.000,00	45.987.000,00	12.355.205,14	0	0	10.000.000
RELATOR GERAL	81000657	39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	26.782.0220.3506.0002	RECUPERAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS - FORTALEZA - DIVISA PE.CE - NA BR-116/CE - CEARÁ	21.798.445,00	21.798.445,00	24.298.445,00	22.614.615,00	10.510.094,80	10.510.094,80	6.000.000
				TOTAL PROGRAMA 0220							17.335.734,00
RELATOR GERAL	81000200	39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	26.782.0230.1336.0105	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-381 NO ESTADO DE MINAS GERAIS - TRECHO GOVERNADOR VALADARES - BELO HORIZONTE - MG	143.000.000,00	178.505.000,00	128.505.000,00	116.393.131,92	63.307.787,76	46.631.828,98	90.000.000
BANCADA DE MINAS GERAIS	71140017	39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	26.782.0230.1588.0002	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-153 NO ESTADO DE MINAS GERAIS - TRECHO DIVISA GO.MG - ENTRONCAMENTO BR-385 (KM 28,5 AO KM 58) - MG	19.364.000,00	19.364.000,00	10.364.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	9.000.000
RELATOR GERAL	81000705	39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	26.782.0230.3550.0002	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-493 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TRECHO ENTRADA BR-101 (MANILHA) ENTRADA BR-116 SANTA GUILHERMINA - RIO DE JANEIRO	10.000.000,00	10.000.000,00	5.000.000,00	566.390,63	0	0	5.000.000
BANCADA DE MINAS GERAIS	71140015	39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	26.782.0230.7152.0004	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-265 NO ESTADO DE MINAS GERAIS - CONSTRUÇÃO DO TRECHO DIVISA RJ.MG - ILICINEIA - DIVISA MG.SP	28.944.000,00	28.944.000,00	23.944.000,00	7.800.000,00	0	0	5.000.000
RELATOR GERAL	81000199	39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	26.782.0230.7544.0103	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NA BR-493 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TRECHO APCO METROPOLITANO (PORTO DE SEPETIBA - BR-101) - RJ	24.000.000,00	34.260.000,00	14.260.000,00	0	0	0	20.000.000
RELATOR GERAL	81000201	39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	26.782.0230.7630.0103	DUPLOCAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-101 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TRECHO SANTA CRUZ - ITACURUSSÁ - RJ	51.000.000,00	79.405.000,00	54.405.000,00	0	0	0	25.000.000
				TOTAL PROGRAMA 0230							154.000.000
BANCADA DE MINAS GERAIS	71140021	39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	26.782.0231.11W3.0002	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-384 NO ESTADO DE MINAS GERAIS - TRECHO ENTRONCAMENTO BR-497 - ENTRONCAMENTO BR-461 - MG	21.244.000,00	21.244.000,00	16.244.000,00	0	0	0	5.000.000
				TOTAL PROGRAMA 0231							5.000.000
BANCADA DO MATO GROSSO SUL	71130001	39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	26.782.0232.7634.0002	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-267 NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - TRECHO DIVISA SP.MS (KM 0) - ENTRONCAMENTO MS-195/PORTO MURTINHO (KM663,4)	18.424.000,00	18.424.000,00	12.424.000,00	0	0	0	6.000.000
				TOTAL PROGRAMA 0232							6.000.000
RELATOR GERAL	81000204	39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	26.782.0235.105T.0101	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-101 NO ESTADO DA PARAIBA - TRECHO DIVISA PB.RN - DIVISA PB.PE - PB	96.200.000,00	123.420.000,00	65.394.000,00	0	0	0	30.000.000

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do nobre Relator-Revisor é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados.

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão a medida provisória e as emendas, em turno único.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nosso objetivo, nesta hora, é destacar a postura de colaboração da Oposição, especialmente do PFL e do PSDB, em relação à necessidade de ações administrativas que beneficiem o País.

É evidente que já estamos cansados e habituamos-nos mesmo a combater a afronta à Constituição, que é costumeira da parte do Governo em função de medidas provisórias que não guardam relação com os pressupostos básicos e indispensáveis para a sua edição: os da relevância e da urgência.

Mas nós nos defrontamos sempre com o mesmo impasse: ou votamos e permitimos que o Governo alcance seus objetivos em relação a determinadas matérias – objetivos administrativos –, ou não votamos, para a preservação da tese de que devemos ser guardiões da Constituição e defensores das prerrogativas do Poder Legislativo, costumeiramente usurpadas pelas imposições do Executivo, e seremos acusados de estarmos comprometendo as ações administrativas do Governo por mero interesse de natureza partidária. Fazemos essa opção em favor do País, até porque a Oposição já tem elementos de sobra para opor-se ao Governo, sobretudo nesse combate implacável, absolutamente imprescindível, à corrupção que se instalou no País.

Esta medida provisória tem um prazo que se esgota no dia 18 de novembro, e, por isso, há a necessidade de sua votação, até para desobstrução da pauta, como se entendeu aqui, a fim de possa votar ainda hoje a convenção que diz respeito à produção de fumo no País.

Esta medida provisória abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor de R\$425 milhões: R\$116 milhões serão destinados a ferrovias; R\$263 milhões irão para as estradas, as nossas esburacadas estradas do País. Como poderia a Oposição negar a aprovação

de crédito em mais uma tentativa de recuperação das rodovias brasileiras? Além das estradas, temos R\$45 milhões para a Agência Nacional do Petróleo.

No caso das rodovias, terão prioridade na aplicação dos recursos os trechos que passam por importantes regiões agropecuárias, como a BR–163 (Cuiabá/Santarém), que recebe R\$20 milhões; a BR–230, que foi contemplada com R\$30 milhões, no trecho que passa no Pará e no Amazonas; a BR–174, no Mato Grosso; a BR–50, entre Uberlândia e Uberaba; a Rodovia Fernão Dias, BR–381, que faz a ligação entre Belo Horizonte e São Paulo; a rodovia Régis Bittencourt, a BR–116, entre São Paulo e o meu Estado, o Paraná. As duas últimas ficaram com a maior parte dos recursos: R\$135 milhões e R\$35 milhões, respectivamente.

Esta medida provisória autoriza a abertura de crédito de R\$22 milhões para a duplicação de um trecho da BR–116, entre Fortaleza e Pacajus, no Ceará. Esse trecho é um dos mais movimentados do Estado. Ainda para os transportes, a proposta libera R\$116 milhões para o trecho Aguiarnópolis/Babaçulândia, no Tocantins, pertencente à Ferrovia Norte-Sul.

O crédito para a Agência Nacional do Petróleo viabiliza estudos para a avaliação do potencial produtivo de petróleo e gás em áreas terrestres. A Agência Nacional de Petróleo espera descobrir jazidas localizadas em áreas terrestres como as existentes nos Estados do Amazonas e do Ceará.

Os estudos destinam-se ainda à redução do risco ambiental da exploração, ao aumento da atratividade e da própria atividade exploratória, à descoberta de novas áreas para ofertas em licitações, ao desenvolvimento e utilização de novas tecnologias de análise e ao incentivo à indústria nacional.

Portanto, Sr. Presidente, o PSDB, a Oposição, vota favoravelmente na expectativa e na esperança de que esses recursos possam ser bem utilizados pelo Governo, já que a competência administrativa não tem sido regra, lamentavelmente, na gestão do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer a V. Ex^a a confiança em mim depositada por ter sido indicado para relatar esta Medida Provisória, assim como ao Senador Aloizio Mercadante, que me deu a oportunidade de aqui estar, pois tenho grande interesse nesta medida provisória, como colocou o Senador Aloizio Mercadante.

Sr. Presidente, vou me concentrar no item Ferrovia Norte-Sul porque, desta tribuna, por várias vezes, já me manifestei sobre esta questão. Sei que a

medida provisória, como um todo, é extremamente importante – estradas e sua recuperação, o gasoduto –, e fundamental.

Estive, meu caro Líder Aloizio Mercadante, sábado passado, na cidade de Babaçulândia, onde pessoalmente fui verificar as obras da Ferrovia Norte-Sul. Esta ferrovia, hoje em território tocantinense, sai da cidade de Aguiarnópolis e chega a Babaçulândia e, quiçá, se Deus quiser, a traremos até Araguaína talvez no próximo ano, ainda no Governo do Presidente Lula. Aliás, quando da visita do Presidente Lula ao Tocantins, Sua Excelência manifestou o desejo de ver concluída a Ferrovia Norte/Sul. É claro que existem dificuldades, o Governo não pode fazer tudo que deseja.

Também nesta oportunidade, cumprimento o Ministro do Transporte, Alfredo Nascimento, que tem feito um grande trabalho. Sabemos que no Ministério dos Transportes realmente há muitos problemas, é um local complicado, de muitas denúncias, mas o Ministro Alfredo Nascimento colocou ordem na casa, graças a Deus, por ser um Ministro arrojado e trabalhador.

Agradeço pela compreensão dos nobres Pares em relação à aprovação deste crédito para esta medida provisória, sobretudo ao Deputado Pastor Amarildo, Relator da medida provisória na Câmara dos Deputados. Quero registrar ainda a posição da Bancada tocantinense aqui no Senado, com as presenças dos Senadores Eduardo Siqueira Campos, Leomar Quintanilha e a minha.

S. Presidente, a Ferrovia Norte-Sul é extremamente importante para o Brasil, repito. Por isso, nós a queremos construída. Com a liberação desses recursos, chegaremos a Babaçulândia. Vamos brigar por mais recursos a fim de que ela chegue até as cidades de Araguaína, Colinas, Anápolis, e adentrar a região norte do Estado de Goiás, e se encontrar com o trecho que virá de Aguiarnópolis. Portanto, precisaremos de mais ou menos US\$1 milhão para concluir todo o trecho ferroviário. É muito dinheiro, penso que não será fácil, mas que possamos construir um trecho em Goiás e um outro no Tocantins, para que consigamos colocá-la nas PPPs, para que apareçam empresas com condições de investir e de concluir essa obra tão importante para o Tocantins e para o Brasil.

Sr. Presidente, está presente a esta sessão o Prefeito de Babaçulândia, Argemiro, com quem estivemos no sábado passado, juntamente com o Senador Eduardo Siqueira Campos, da nossa Bancada Federal, com o ex-Governador Siqueira Campos, que foi sempre um batalhador em prol desta obra tão importante. Que V. Ex^a leve a notícia ao povo de Babaçulândia – tenho a certeza de que muitas pessoas estão nos ouvindo, já que a TV Senado é assistida por todo o Brasil – da liberação de

um crédito de R\$116,870 milhões, para que essa obra chegue até à nossa querida e histórica cidade de Babaçulândia, que V. Ex^a governa e administra tão bem.

Meus cumprimentos a V. Ex^a, aos vereadores e à população daquela cidade.

Meu agradecimento a esta Casa.

Parabéns ao Presidente Lula, ao Ministro Alfredo Nascimento, por essa decisão tão importante, e ao nosso Líder aqui no Senado, Senador Aloizio Mercadante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação da medida provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^a e os Srs. Senadores que a aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação as emendas, de parecer contrário.

As Sr^a e os Srs. Senadores que as aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 256, DE 2005

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de R\$ 425.950.734,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e quatro reais), para os fins que específico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de R\$ 425.950.734,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e quatro reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço patrimonial da União do exercício de 2004, no valor de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais); e

II – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 403.950.734,00 (quatrocentos e três milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

ÓRGÃO : 39900 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39152 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I L	P T E	VALOR
0230 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIA FEDERAL								
								44.000.000
ATIVIDADES								
26 782	0120 1A31	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS NA BR-163/PA (CREDITO EXTRAORDINARIO)						20.000.000
26 782	0220 1A31 0015	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS NA BR-163/PA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO PARA						20.000.000
		TRECHO CONSERVADO (KM) 1727	F	4	2	90	0	311
26 782	0120 1A31	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS NA BR-215/PA (CREDITO EXTRAORDINARIO)						20.000.000
26 782	0220 1A31 0015	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS NA BR-215/PA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO PARA						20.000.000
		TRECHO CONSERVADO (KM) 1411	F	4	2	90	0	311
26 782	0220 1A31	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS NA BR-238/AM (CREDITO EXTRAORDINARIO)						18.000.000
26 782	0220 1A31 0015	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS NA BR-238/AM (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO AMAPARA						10.000.000
		TRECHO CONSERVADO (KM) 1516	F	4	2	90	0	311
26 782	0220 1A34	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS NA BR-174/MT (CREDITO EXTRAORDINARIO)						18.000.000
26 782	0220 1A34 0015	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS NA BR-174/MT (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO MATO GROSSO						10.000.000
		TRECHO CONSERVADO (KM) 653	F	4	2	90	0	311
								141.330.000
0230 CORREDOR LESTE								
PROJETOS								
26 782	0230 1A35	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-050 NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)						6.330.000
26 782	0230 1A35 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-050 NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - TRECHO DIVISA GO/MG - DIVISA MG/SP - MG						6.330.000
		TRECHO ADEQUADO (KM) 4	F	4	1	90	0	311
26 782	0230 1A36	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)						135.000.000
26 782	0230 1A36 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - TRECHO BELO HORIZONTE - DIVISA SP/MG - MG						45.000.000
		TRECHO ADEQUADO (KM) 13	F	4	3	90	0	311
			F	4	3	90	0	311
			F	4	3	90	0	311
			F	4	3	90	0	311
26 782	0230 1A36 0103	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - TRECHO GOVERNADOR VALADARES - BELO HORIZONTE						90.000.000
			F	4	3	90	0	311
								48.000.000
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO								
PROJETOS								
26 782	0231 1A37	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-116 NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						35.000.000
26 782	0231 1A37 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-116 NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO) - TRECHO SAO PAULO - DIVISA SP/PR - SP						35.000.000
		TRECHO ADEQUADO (KM) 23	F	4	3	90	0	311
26 782	0231 1A38	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						5.000.000
26 782	0231 1A38 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO) - TRECHO DIVISA MG/SP - ENTRONCAMENTO BR-116 - SP						5.000.000
		TRECHO ADEQUADO (KM) 13	F	4	3	90	0	311

2215 CORREDOR NORDESTE							22.000.000
		PROJETOS					
26.782	0215 1A44	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-116 NO ESTADO DO CEARA - CREDITO EXTRAORDINARIO					22.000.000
26.782	0215 1A44 01C1	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-116 NO ESTADO DO CEARA - CREDITO EXTRAORDINARIO					22.000.000
		TRSE 15 SORTEALEZA - FACULDADE					
		TRECHO ADEQUADO 100G/L	P	4	2	W	0 111
							22.000.000
TOTAL - FISCAL							220.330.000
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							220.330.000

ORGAO : 39600 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39251 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I:

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ABOLIDOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

FLNCD	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAD/SUBTITULO/PRODUTO	QTD	VAL	UNIT	VAL	UNIT	VAL
0123	MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL							17.335.734
26.782	0123 3E04	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIV. COMGO - UBERLANDIA - NA BR-040/MG						1.335.734
26.782	0123 3E04 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIV. COMGO - UBERLANDIA - NA BR-040/MG - MINAS GERAIS						1.335.734
26.782	0123 3E05	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTR. BA-106 (PI. CHORROCHICO) - DIVISA BA/MG - NA BR-116/BA						18.000.000
26.782	0123 3E05 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTR. BA-106 (PI. CHORROCHICO) - DIVISA BA/MG - NA BR-116/BA - BAHIA						18.000.000
26.782	0123 3E16	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTR. BR-073 - BARRACAO - NA BR-230/PR						6.000.000
26.782	0123 3E16 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTR. BR-073 - BARRACAO - NA BR-230/PR - PARANA						6.000.000

7230 CORREDOR LISTA		PROJETOS				154.800.000
16 782	0230 1E48	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-153 NO ESTADO DE MINAS GERAIS				9.000.000
75 782	0230 1E48 0002	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-153 NO ESTADO DE MINAS GERAIS - TRECHO DINTSA GOVING - ENTRADA RABENILU BR-332 - RUA 250 AO KM 274 - MG	F 4	2	90	9.000.000
26 782	0230 1E34	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE MINAS GERAIS				90.000.000
26 782	0230 1E34 3105	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-381 NO ESTADO DE MINAS GERAIS - TRECHO GOVERNADOR VALADARES - BELLO HORIZONTE - MG	F 3	3	90	90.000.000
26 782	0230 1E50	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-493 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TRECHO ENTRADA BR-101 (MANILHA) ENTRADA BR-118 SANTA GULHERMINA				5.000.000
26 782	0230 1E50 0002	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-493 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TRECHO ENTRADA BR-101 (MANILHA) ENTRADA BR-118 SANTA GULHERMINA - RIO DE JANEIRO	F 4	3	90	5.000.000
16 782	0230 7152	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-245 NO ESTADO DE MINAS GERAIS				5.000.000
26 782	0230 7152 0004	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-245 NO ESTADO DE MINAS GERAIS - CONSTRUÇÃO DO TRECHO DINTSA P. 100 - ILGONEX - DINTSA P. 105 SP	F 4	2	90	5.000.000
26 782	0230 7444	CONSTRUÇÃO DE CONTOORNOS RODOVIARIOS NA BR-493 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO				28.000.000
26 782	0230 7444 0002	CONSTRUÇÃO DE CONTOORNOS RODOVIARIOS NA BR-493 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TRECHO ARCO METROPOLITANO PORTO DE SEPEITIBA - BR-101 - RJ	F 4	3	90	28.000.000
26 782	0230 7630	DUPLICAÇÃO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO				25.000.000
26 782	0230 7630 0105	DUPLICAÇÃO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TRECHO SANTA CRUZ - ITACORUBA - RJ	F 4	3	90	25.000.000
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO						5.000.000

6231 CORRECTOR TRANSMETROPOLITANO

5,000,000

		PROJETOS								
26 782	0231 31W3	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-364 NO ESTADO DE MINAS GERAIS								5.000.000
26 782	0231 11W3 0002	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-364 NO ESTADO DE MINAS GERAIS - TRECHO ENTRONCAMENTO BR-497 - ENTRONCAMENTO BR-461 - MG								5.000.000
0231 CORREDOR SUDOESTE										5.000.000
		PROJETOS								6.000.000
26 782	0232 7434	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-267 NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL								6.000.000
26 782	0232 7434 0002	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-267 NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - TRECHO DIVISA SP/MS (KM 01 - ENTRONCAMENTO MS-104/PORTO MURTINHO/KM 463,4)								6.000.000
0232 CORREDOR NORDESTE										100.000.000
		PROJETOS								10.000.000
26 782	0233 185T	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-101 NO ESTADO DA PARAÍBA								10.000.000
26 782	0233 185T 0101	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-101 NO ESTADO DA PARAÍBA - TRECHO DIVISA PB/RN - DIVISA PB/PE - PE								10.000.000
26 782	0233 7435	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-101 NO ESTADO DE PERNAMBUCO								40.000.000
26 782	0233 7435 8101	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-101 NO ESTADO DE PERNAMBUCO - TRECHO DIVISA PE/PE - DIVISA PE/AL - PE								40.000.000
26 782	0233 7436	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-101 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE								30.000.000
26 782	0233 7436 0101	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-101 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - TRECHO NATAL - DIVISA RN/RB - RN								30.000.000
0234 CORREDOR OESTE-NORTE										17.000.000
		PROJETOS								5.000.000
26 782	0236 1E49	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO ESTADO DO MATO GROSSO								5.000.000
26 782	0236 1E49 0002	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO ESTADO DO MATO GROSSO - BR-364/070/163/071 - CONTORNO NORTE-SUL DE CUIABÁ - MT								5.000.000
26 782	0236 11UW	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-210 NO ESTADO DO PARAÍ								5.400.000
26 782	0236 11UW 0004	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-210 NO ESTADO DO PARAÍ - TRECHO MARABÁ - ALTAMIRA - ITAITUBA								5.400.000
26 782	0236 1490	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-143 NO ESTADO DO PARAÍ								6.000.000
26 782	0236 1490 0101	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-143 NO ESTADO DO PARAÍ - TRECHO DIVISA MT/PA - SANTAREM - PA								6.000.000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS										104.615.000
		PROJETOS								10.000.000
26 784	0237 5750	CONSTRUÇÃO DAS ECLUSAS DE TUCURUÍ NO ESTADO DO PARAÍ								10.000.000
26 784	0237 5750 0101	CONSTRUÇÃO DAS ECLUSAS DE TUCURUÍ NO ESTADO DO PARAÍ - NO RIO TOCANTINS - PA								10.000.000
26 782	0237 7224	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-215 NO ESTADO DE TOCANTINS								11.000.000
26 782	0237 7224 0107	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-215 NO ESTADO DE TOCANTINS - TRECHO PEDRO AFONSO - DIVISA TO/MA - TO								11.000.000
26 782	0237 7443	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-363 NO ESTADO DO PARAÍ								7.000.000
26 782	0237 7443 0007	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-363 NO ESTADO DO PARAÍ - TRECHO BRAGANÇA - VISU - PA								7.000.000
TOTAL - FISCAL										403.930.734
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										403.930.734

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 2:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 257, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 257, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, e de Encargos Financeiros da União, no valor global de um bilhão, duzentos e quatorze milhões de reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada devido ao término do prazo regimental da sessão.

À Medida Provisória foram apresentadas 13 emendas.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Benedito Lira (PP-AL), em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, e pela rejeição das emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 4 de agosto, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 5 de outubro;
- a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 5 de setembro, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por mais sessenta dias pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 34, de 2005, e se esgotará no dia 18 de novembro;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 7 de outubro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, Relator-Revisor da matéria.

PARECER Nº 1.829, DE 2005–PLEN

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com base no art. 62, da Constituição Federal, o Presidente da República adota e submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 257, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, e de Encargos Financeiros da União, no valor global de um R\$1,214 bilhão, para os fins que especifica”.

1. Ministério de Desenvolvimento Agrário.

O valor de R\$700 milhões destina-se à obtenção de imóveis rurais para reforma agrária, a fim de garantir a paz no campo e cumprir a meta anual de novos assentamentos estabelecida no II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Informa que a suplementação visa assegurar ao Incra a continuidade da implantação de assentamentos rurais.

2. Ministério da Integração Nacional.

O valor de R\$154 milhões tem por fim viabilizar o atendimento às populações vítimas das estiagens prolongadas ocorridas nas Regiões Sul e Nordeste e das inundações registradas nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, mediante a utilização de carros-pipa, recuperação da infra-estrutura afetada pelas inundações e a concessão do Auxílio Emergencial Financeiro, instituído pela Lei nº 10.954, de 2004, que se destina ao socorro e à assistência às famílias com renda mensal de até dois salários mínimos, atingidas por desastres, nos Municípios em estado de calamidade pública ou em situação de emergência, reconhecidos pelo Governo Federal, por intermédio de portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional.

3. Encargos Financeiros da União.

O valor de R\$360 milhões, que visa a atender despesas imprevisíveis e urgentes no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro, decorrentes da estiagem ocorrida em todos os Estados da Região Sul do Brasil, a partir do final de 2004, ampliando substancialmente o número de ocorrências de perdas pelos agricultores amparados pelo “Proagro Mais”.

4. Recursos para Viabilização do Crédito.

O presente crédito extraordinário será viabilizado com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União, do exercício de 2004, no valor de R\$360 milhões; de anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$364 milhões, e de ingresso de operações de crédito decorrente do lançamento de Títulos da Dívida Agrária, no valor de R\$490 milhões.

Foram apresentadas 13 emendas à proposição em análise.

Este é o relatório.

Voto do Relator

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição, prevê que o parecer quanto à análise do crédito extraordinário aberto por medida provisória deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria.

A medida provisória atende aos aspectos constitucionais e pressupostos de relevância e urgência.

Quanto ao mérito, percebe-se que o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas de extrema necessidade, sendo, dessa forma, atendido no mérito.

Quanto à adequação orçamentária e financeira, percebe-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes.

Não representa prejuízo à obtenção do resultado primário, fixado no art. 16 da LDO de 2005, já que o superávit realizado pelo Poder Executivo supera, em muito, a meta fixada pela LDO de 2005.

No tocante às emendas apresentadas ao crédito extraordinário, em que pese o nosso reconhecimento do mérito de cada uma delas, devem ser rejeitadas, pois a eventual aprovação dessas proposições comprometeria a integridade do crédito extraordinário e prejudicaria a eficácia das inadiáveis ações nele propostas.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 257, de 2005.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O parecer é favorável.

O parecer preliminar do Relator revisor: Senador Rodolpho Tourinho, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão a Medida Provisória e as emendas, em turno único.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero dizer que, nós do PSDB, fomos parcialmente atendidos, porque, por inúmeras vezes, eu, particularmente, e inúmeros Senadores do nosso Partido e até de outros Partidos temos usado a tribuna e as Comissões do Senado, apelando ao Governo para que designe recursos para o seguro rural, para atender aos nossos agricultores que sofreram com as calamidades naturais, como estiagem, granizo.

Alertávamos o Governo para o fato de que, se não fossem designados recursos para os nossos produtores rurais, principalmente aos pequenos, da agricultura familiar, haveria um prejuízo enorme, causando desemprego, e teríamos agricultores passando fome. Então, tanto o PSDB, quanto o PFL e o PDT, principalmente a bancada da Oposição, alertavam o Governo. Sabíamos que o Palocci não queria abrir mão e designar os recursos para atender aos agricultores, mas nós fomos intransigentes, usamos a tribuna aqui e nas Comissões, para pedir ao Governo que designasse recursos para atender aos nossos agricultores.

Porém, o que estamos vendo aqui, se olharmos a soma total, é um valor bastante significativo, R\$1.214 bilhão. Todavia, prevê a liberação de apenas R\$154 milhões para a reconstrução de infra-estrutura de Estados das Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste afetados por inundações neste ano. Parte da verba será utilizada para a concessão de auxílio emergencial financeiro às famílias dos Estados do Sul e Nordeste, atingidas por estiagens.

Quero dizer que R\$154 milhões é pouco para esses dois itens, porque só Santa Catarina teve um prejuízo de mais de R\$60 milhões, só o nosso Estado. Porém, antes pouco do que nada. Queremos dizer que o PSDB é a favor e fica contente, apesar de não totalmente atendido, porque usamos por inúmeras vezes da palavra tentando trazer do Governo Federal recursos para a nossa agricultura, tentando sensibilizar o Governo Federal. E estamos vendo hoje que parte de nossos pedidos está sendo atendida. Digo parte porque o valor alocado para essas áreas, principalmente as atingidas por calamidades naturais, é muito pequeno. Os agricultores precisariam de uma atenção maior.

De qualquer forma, quero dizer ao Senador Aloizio Mercadante que o PSDB, que não faz aquela opo-

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
0135 ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS									700.000.000
		ATIVIDADES							
21.631	0135 85AK	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							700.000.000
21.631	0135 85AK 0001	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							700.000.000
		AREA OBTIDA (HA): 588235	P	5	2	90	0	164	490.000.000
			P	5	2	90	0	375	210.000.000
TOTAL - FISCAL									700.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000.000

ORGÃO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
 UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ANEXO I

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S P E C I A L	O R D I N A R I O	M O D O	I N I C I A L	P E R M A N E N T E	VALOR
1029 - RESPOSTA AOS DESASTRES								154.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
08 244	1029 0A01	AUXÍLIO EMERGENCIAL FINANCEIRO (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)						34.000.000
08 244	1029 0A01 0001	AUXÍLIO EMERGENCIAL FINANCEIRO (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL	S	3	2	90	0	34.000.000
		ATIVIDADES						
06 182	1029 2B96	RECUPERAÇÃO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	S	3	2	90	0	105.000.000
06 182	1029 2B96 0001	RECUPERAÇÃO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL	S	3	2	90	0	105.000.000
06 182	1029 2B97	SOCORRO E ASSISTÊNCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	3	2	90	0	15.000.000
06 182	1029 2B97 0001	SOCORRO E ASSISTÊNCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL	F	3	2	90	0	15.000.000
		TOTAL - FISCAL						120.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE						34.000.000
		TOTAL - GERAL						154.000.000

ORGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
 UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO I

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S P E C I A L	O R D I N A R I O	M O D O	I N I C I A L	P E R M A N E N T E	VALOR
0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS								360.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS						
28 846	0909 0A15	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PROAGRO (DECRETO Nº 175, DE 1991) (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)						360.000.000
28 846	0909 0A15 0001	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PROAGRO (DECRETO Nº 175, DE 1991) (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL	F	3	1	90	0	360.000.000
		TOTAL - FISCAL						360.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						360.000.000

ORÇAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
 UNIDADE : 7420J - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA
 AGRARIA/INCRA - MIN. DO DESENV. AGRARIO

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	B S F	G N P	R P L	M O D	I L T	P T E	VALOR
0135 ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS									222.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
21 846	0135 0062	CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AS FAMILIAS ASSENTADAS - IMPLANTACAO							222.000.000
21 846	0135 0062 0001	CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AS FAMILIAS ASSENTADAS - IMPLANTACAO - NACIONAL	P	5	0	90	0	100	222.000.000
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA REFORMA AGRARIA									142.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
21 846	0137 0427	CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AOS ASSENTADOS RECUPERACAO							142.000.000
21 846	0137 0427 0001	CONCESSAO DE CREDITO-INSTALACAO AOS ASSENTADOS RECUPERACAO - NACIONAL	P	5	0	90	0	100	142.000.000
TOTAL - FISCAL									364.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									364.000.000

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item 3:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do
 art. 64, § 1º, da Constituição Federal.)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
 art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005
 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera

as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada devido ao término do prazo regimental da sessão.

A Presidência presta os seguintes esclarecimentos ao Plenário:

– a matéria tramita em regime de urgência constitucional, e foi despachada simultaneamente às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Eco-

nômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e

– ao Projeto foram apresentadas 23 emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, primeira comissão do despacho, no prazo único previsto no art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, as quais foram publicadas na forma regimental.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Rodolpho Tourinho.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 245, DE 2005
(Nº 738, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Dirijo-me a Vossas Excelências a fim de solicitar seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada, a urgência pedida com apoio no § 1º do art. 64 da Constituição para o Projeto de Lei nº 62, de 2005 (nº 4.776/05 na Câmara dos Deputados), que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, e dá outras providências”, enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 454, de 2005.

Brasília, 27 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Em votação a mensagem de retirada de urgência constitucional que acaba de ser lida.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Retirada a urgência constitucional, o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que já se encontra instruído pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Tem a palavra, pela ordem, o eminente Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que fosse incluído na pauta de apreciação o item nº 5, que diz respeito à reorganização dos quadros dos TRES e TSE. É uma matéria que cria e extingue cargos; foi apreciada nesta Casa e tem parecer do Conselho Nacional de Justiça, manifestando-se favoravelmente. Deve ser um dos primeiros pareceres do Conselho Nacional de Justiça.

Trata-se de uma matéria importante, tendo em vista a aproximação do processo eleitoral. É uma solicitação do Tribunal Superior Eleitoral.

Seria de bom alvitre aproveitarmos o destrancamento da pauta para apreciarmos esta matéria e a Convenção-Quadro.

É o pedido que encaminho a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nobre Senador José Agripino, houve entendimento dos Srs. líderes. Passo a fazer a leitura e o encaminhamento de votação da matéria requisitada por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– **Item 5:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais*.

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciado devido ao término do prazo regimental da sessão.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, que será lida pelo Sr. Secretário em exercício, Senador Rodolpho Tourinho.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 1/2005

Brasília, 21 de setembro de 2005

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Refiro-me ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005, nº 4.692 na Casa de Origem, em tramitação no Senado Federal, de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal dos tribunais eleitorais.

2. O parágrafo 4º do art. 103-B da Constituição Federal, introduzido pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, atribui competência ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ para controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.

3. De outra parte, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para 2006, em seu art. 88, adiante transcrito, prevê a manifestação do CNJ em projetos de lei similares de iniciativa do Poder Judiciário, em tramitação no Poder Legislativo.

“Os projetos de lei sobre transformação de cargos, a que se refere o art. 85, § 2º, desta lei, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

I – declaração do proponente e do ordenador de despesas, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II – simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos e inativos, detalhada, no mínimo, por elemento de despesa; e

III – manifestação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no caso do Poder Executivo, e dos órgãos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, sobre o mérito e o impacto orçamentário e financeiro;

IV – em se tratando de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, parecer sobre o mérito

e o atendimento aos requisitos deste artigo, respectivamente, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os art. 103-B e 130-A da Constituição;

V – o disposto no inciso anterior aplica-se aos projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União em tramitação no Poder Legislativo na data da publicação desta lei “.

4. Realizado, pela Secretaria do Conselho Nacional de Justiça, o exame da documentação apresentada pelo eminente Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, foram considerados atendidos os requisitos descritos nos incisos I a III do mencionado art. 88, e as premissas e metodologia de cálculo utilizadas na simulação do impacto da despesa resultante do Projeto de Lei foram, em 2004, demonstradas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o que culminou com a inclusão dos correspondentes limites no Anexo V da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, LOA-2005.

5. Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Finanças e Tributação concluiu pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei, Relator o Deputado Cláudio Antônio Vignatti.

6. Quanto ao mérito do Projeto, constato que, de fato, os Tribunais da Justiça Eleitoral vêm mantendo o mesmo quadro de pessoal instituído pela Lei nº 8.868, de 1994, portanto há mais de 10 anos, enquanto nesse período houve incremento de quase 30% no quantitativo de eleitores, com decorrente aumento da demanda por serviços eleitorais.

7. Pretende-se, então, com o Projeto de Lei, suprir a carência de pessoal nos Quadros da Justiça Eleitoral, com reflexos positivos na redução da dependência frente aos chamados terceirizados, especialmente na sensível área de informática, e à plethora de servidores requisitados de outros órgãos públicos.

8. Sobre os quantitativos de cargos efetivos, funções comissionadas e cargos em comissão constantes do Projeto de Lei, a documentação examinada demonstra que resultam de fundamentado estudo técnico, compreendendo desde o levantamento **in loco** do volume de serviço até o estabelecimento de premissas, diretrizes, critérios e parâmetros de

reorganização administrativa e dimensionamento de pessoal.

9. Na formulação da proposta foram considerados pela Justiça Eleitoral:

a) organização em forma de sistemas, sob a coordenação central das unidades administrativas do TSE, conforme preceitua o art. 11 da Lei nº 8.868/1994;

b) equilíbrio de quadros entre os diversos Tribunais, sem forma rígida, em vista de dimensões distintas e peculiaridades existentes;

c) estruturas rasas, com três níveis hierárquicos nos organogramas das Secretarias dos Tribunais, para aproximar os planos decisório e operacional, agilizar a tomada de decisão e evitar o emperramento dos trabalhos;

d) seções como células operacionais básicas para a realização dos serviços nas unidades organizadas em linha, vedado seu desdobramento em segmentos de menor porte;

e) quantitativo dos cargos efetivos de acordo com o volume de trabalho;

f) cargos em comissão e funções comissionadas quantificados, se de direção e chefia, segundo as unidades da estrutura; e se de assessoramento e assistência, com base no volume e natureza do serviço; e

g) evolução do eleitorado, número de zonas eleitorais, área e dispersão geográficas das Unidades da Federação.

10. Diante dessas considerações, concluo que o Projeto de Lei apresentado pelo Tribunal Superior Eleitoral atende aos requisitos estabelecidos nos incisos do art. 88 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 e está indicado à aprovação pelos eminentes membros das Casas do Congresso Nacional.

11. Renovo a Vossa Excelência expressões de reconhecimento e apreço. – Ministro **Nelson Jobim, Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a leitura da mensagem do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Nelson Jobim, está atendido o disposto no art. 88 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, especialmente o seu inciso V.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005

(Nº 4.692/2004, na Casa de origem)

(Do Tribunal Superior Eleitoral)

Extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

O Congresso Nacional decreta:

Ar. 1º Nos quadros de pessoal dos tribunais eleitorais, ficam:

I – extintos os cargos efetivos de auxiliar judiciário vagos e declarados em extinção, os ocupados, constantes do Anexo I desta lei;

II – criados os cargos efetivos constantes do Anexo I desta lei;

III – criados os cargos em comissão constantes do Anexo II desta lei; e

IV – extintas e criadas as funções comissionadas constantes do Anexo III desta lei.

Parágrafo único. A extinção dos efetivos ocupados dar-se-á quando ocorrer a sua vacância, nos termos do art. 33 da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assegurando-se a seus ocupantes todos os direitos e vantagens estabelecidos.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o provimento, mediante concurso público, dos cargos efetivos criados nos termos do art. 1º desta lei, bem como baixará as demais instruções necessárias à aplicação desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações consignadas à Justiça Eleitoral no Orçamento da União.

Art. 4º A implementação do disposto nesta lei observará o que determinam o art. 169 da Constituição

ANEXO I

(Art. 1º, incisos I e II, da Lei nº , de de)

CARGOS EFETIVOS

Quantitativo	Criados		Extintos ou em extinção
	Analista Judiciário	Técnico Judiciário	Auxiliar Judiciário
Quadro de Pessoal			
Tribunal Superior Eleitoral	135	141	5
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	12	20	-
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	18	27	-
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	15	9	-
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	16	20	-
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	37	70	-
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	45	57	-
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	34	19	-
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	27	49	-
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	9	17	-
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	26	51	-
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	23	39	-
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	18	20	-
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	42	91	14

Tribunal Regional Eleitoral do Pará	32	71	-
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	21	45	-
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	42	63	-
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambu- co	44	26	-
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	11	13	-
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	25	100	12
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Gran- de do Norte	20	35	-
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Gran- de do Sul	51	77	1
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	11	26	-
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	12	4	-
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Ca- tarina	30	65	-
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	69	98	-
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	10	25	-
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	14	11	-
TOTAIS	849	1.289	32

ANEXO II

(Art. 1º, inciso III, da Lei nº , de de)

CARGOS EM COMISSÃO

Quantitativo	Criados		
	CJ-3	CJ-2	CJ-1
Quadro de Pessoal			
Tribunal Superior Eleitoral	4	13	12
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	1	2	6
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	0	3	8
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	1	2	6
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	0	3	8
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	2	5	11
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	2	5	11
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	0	3	8
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	0	3	7
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	1	3	11
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	1	3	11
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	0	3	8
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	0	3	8
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	3	5	13

Tribunal Regional Eleitoral do Pará	1	3	11
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	0	3	8
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	2	5	11
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambu- co	2	5	11
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	0	3	8
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	3	5	13
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Gran- de do Norte	0	3	8
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Gran- de do Sul	2	5	11
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	0	1	8
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	1	2	6
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Ca- tarina	1	3	11
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	3	5	13
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	0	1	8
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	0	1	8
TOTAIS	30	101	263

ANEXO III

(Art. 1º, inciso IV, da Lei nº , de de)

FUNÇÕES COMISSIONADAS

Quantitativo	Criadas		Extintas	
	FC-6	FC-4	FC-5	FC-4
Quadro de Pessoal				
Tribunal Superior Eleitoral	115	1	52	-
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	40	-	23	13
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	49	-	27	7
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	40	-	23	13
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	49	-	27	7
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	59	8	32	-
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	59	-	32	12
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	49	-	27	7
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	49	-	27	2
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	55	-	28	5
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	55	-	28	5
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	49	-	27	7
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	49	-	27	7
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	72	7	35	-

Tribunal Regional Eleitoral do Pará	55	-	28	5
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	49	-	27	2
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	59	-	32	2
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	59	-	32	7
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	49	-	27	2
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	72	2	35	-
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	49	-	27	2
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	59	3	32	-
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	42	-	27	12
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	40	-	23	13
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	55	-	28	5
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	72	12	31	-
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	42	-	27	7
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	42	-	27	12
TOTAIS	1.533	33	818	154

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Rodolpho Tourinho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.218 , DE 2005

Requeremos, nos termos do Art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a apreciação do PDS 602, de 2004 (MSG 411, de 2003, na origem), que “Aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003, e dá outras providências

Sala das Sessões, 27 de outubro de 2005. – Senador **Tião Viana**, – PT/AC.

Handwritten signatures and dates: 17, 16, 15, and 21.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Como houve acordo entre os Srs. Líderes, a matéria entra na Ordem do Dia de hoje e passará à leitura e posterior discussão.

Passa-se à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 602, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que *aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.*

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Rodolpho Tourinho.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.830, DE 2005

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle e Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 602, de 2004, visa à ratificação, pelo Brasil, da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo País em 16 de junho de 2003. A Convenção-Quadro para Controle do Tabaco foi discutida e aprovada pela 56ª Assembléia Mundial de Saúde promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em maio de 2003 e instituída mediante resolução.

Para que a Convenção seja ratificada pelo Brasil, ela deve ser aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, por meio do Projeto de Decreto Legislativo sob análise. A Câmara dos Deputados o aprovou por unanimidade em maio de 2004, em caráter de urgência. No Senado Federal, o PDS nº 602, de 2004, foi inicialmente encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Na CRE, foi nomeado relator o Senador Fernando Bezerra. Entretanto, por ter sido solicitada tramitação em regime de urgência, a proposição foi devolvida pelo relator e encaminhada ao Plenário. Posteriormente, em vista da desistência do pedido de urgência, a matéria foi devolvida à CRE e ao relator.

Por força da aprovação do Requerimento nº 139, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Guerra, e antes da apreciação do PDS na CRE, o projeto foi encaminhado à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Da mesma forma, foi aprovado o Requerimento nº 144, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) também fosse ouvida. Assim, após a análise por esta Comissão, a matéria será apreciada pela CAS e, posteriormente, retornará à CRE.

A Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco apresenta medidas a serem adotadas pelos países participantes, voltadas tanto para a redução do consumo quanto para a diminuição da oferta de tabaco.

Entre as medidas relativas à redução do consumo, destacam-se:

- a) aplicação de políticas tributária e de preços que incentivem a redução do consumo;
- b) adoção de normas eficazes para a proteção contra a exposição à fumaça do tabaco em locais fechados de trabalho, meios de transporte público, lugares públicos fechados;
- c) adoção de normas para a regulamentação do conteúdo e das emissões dos produtos do tabaco;
- d) aplicação de medidas que exijam que fabricantes e importadores de produtos do tabaco revelem às autoridades governamentais a informação relativa ao conteúdo e às emissões desses produtos, além da divulgação ao público das informações sobre os seus componentes tóxicos e suas emissões;
- e) eliminação, nas embalagens, de expressões que possam criar no consumidor a falsa impressão de que determinado produto do tabaco seja menos nocivo do que outros, tais como baixo teor de alcatrão, **light** ou suave;
- f) colocação obrigatória, nas embalagens, de advertências, inclusive com o uso de imagens, sobre os efeitos nocivos do tabaco, além de informações sobre os componentes e as emissões relevantes do produto;
- g) uso de instrumentos de comunicação para promover a conscientização do público sobre os riscos à saúde decorrentes do consumo e da exposição à fumaça do tabaco, bem como sobre os benefícios que advêm do abandono do consumo;
- h) caso a Constituição permita, os países procederão à proibição total de toda forma de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco;
- i) caso a Constituição não permita a proibição total, deverão ser aplicadas restrições a toda forma de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco.

Com relação às medidas relacionadas à redução da oferta de tabaco, destacam-se:

- a) adoção de normas de rastreamento que visem inibir o comércio ilegal de produtos do tabaco (contrabando, fabricação ilícita, falsificação), com a criação de mecanismos que permitam a determinação da origem e do ponto de desvio dos produtos e facilitem a fiscalização, a documentação e o controle do movimento dos

produtos de tabaco, bem como a determinação da situação legal daqueles produtos;

- b) proibição da venda de produtos de tabaco a menores de dezoito anos de idade;

- c) adoção de medidas de incentivo à promoção de alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte.

Quanto aos recursos necessários à sua implementação, a Convenção-Quadro prevê o recebimento, pelos países em desenvolvimento e economias em transição, de recursos externos, financeiros e técnicos para auxiliá-los no cumprimento das metas da convenção. As fontes de recursos serão as organizações intergovernamentais regionais e internacionais e as instituições de financiamento e desenvolvimento.

Conforme dispõe a Convenção-Quadro, será também estudada a possibilidade de estabelecimento de um fundo global de natureza voluntária ou outros mecanismos de financiamento para canalizar recursos financeiros adicionais, conforme necessário, para os países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, a fim de ajudá-los a alcançar os objetivos da convenção.

II – Análise

A Convenção-Quadro para Controle do Tabaco foi discutida e aprovada pela 56ª Assembléia Mundial de Saúde promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em maio de 2003, e instituída mediante resolução. O tratado foi assinado por 168 países. A Convenção entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005, após ser ratificada por mais de quarenta países. Até meados de outubro de 2005, 92 nações já haviam promovido sua ratificação, tornando-se Partes da Convenção-Quadro.

Para participar da primeira sessão da conferência das partes, quando serão discutidos mecanismos para implementação da convenção, incluindo o apoio financeiro internacional, o Brasil, que assinou a Convenção-Quadro em 16 de junho de 2003, precisa encaminhar o documento de ratificação à sede da Organização das Nações Unidas (ONU) até 7 de novembro de 2005. Para isso, o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, já aprovado pela Câmara dos Deputados, deve ser confirmado pelo Senado Federal.

O objetivo da convenção, expresso em seu artigo 3º, é “reduzir contínua e substancialmente a prevalência do consumo de tabaco e da exposição à fumaça do tabaco” e, assim, proteger as gerações presente e futuras das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo de produtos derivados do tabaco e pela exposição à fumaça do tabaco”. Para tanto, preconiza a “integração das medidas para o controle do tabaco, a

serem implementadas pelas Partes em níveis nacional, regional e internacional”.

É de se ressaltar que grande parte das medidas preconizadas pela convenção já foram adotadas pelo Brasil, sobretudo a partir dos esforços empreendidos pelo então ministro José Serra, em cuja gestão se iniciaram, sob a liderança brasileira, as negociações internacionais que nela resultaram.

O projeto de decreto legislativo que temos sob análise reveste-se de alta importância. O tabaco causa males alarmantes. O tabagismo é reconhecido como uma doença resultante da dependência da nicotina. Ele está relacionado a cerca de cinquenta doenças diferentes, destacando-se as doenças respiratórias obstrutivas crônicas, as neoplasias e as doenças cardiovasculares. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o tabagismo é a principal causa de morte evitável em todo o mundo. Em torno de cinco milhões de pessoas morrem no mundo a cada ano devido às enfermidades relacionadas ao tabaco. A Organização Mundial da Saúde calcula que, se a tendência de consumo não for revertida, serão cerca de dez milhões de mortes por ano a partir de 2030, sendo que setenta por cento delas ocorrerão nos países em desenvolvimento.

O Banco Mundial estima que todos os problemas causados por doenças relacionadas ao tabaco causem uma perda de duzentos bilhões de dólares por ano, sendo que metade deste total se concentra nos países em desenvolvimento.

No Brasil, cerca de duzentas mil pessoas morrem por ano por doenças relacionadas ao tabaco, ou seja, são quinhentas e cinquenta mortes por dia. As mortes e as doenças causam enorme sofrimento para os fumantes e suas famílias. As perdas econômicas também são significativas. Há aumento dos gastos com o tratamento de doenças causadas pelo tabaco e prejuízos devido à morte de cidadãos em idade produtiva.

Sem dúvida, os custos sociais e econômicos do tabagismo são altos. No entanto, medidas para restringir a oferta e a demanda de produtos do tabaco afetarão negativamente os produtores de fumo. Os impactos econômicos e sociais das medidas contidas na Convenção-Quadro sobre esses cidadãos devem ser levados em consideração.

A Convenção-Quadro apresenta medidas que devem ser adotadas pelos países signatários com vistas a oferecer alternativas econômicas aos trabalhadores do fumo, expressas no item 6 do artigo 4º, a saber: “devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam

gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas partes que sejam países em desenvolvimento e nas que tenham economias em transição”.

A preocupação da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco com os efeitos sobre as populações que sobrevivem do cultivo da planta é pertinente. No Brasil, o tabaco é cultivado principalmente por pequenos produtores rurais. Segundo dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, setenta e quatro por cento da produção brasileira de fumo concentra-se em propriedades de até cinco hectares, sendo que as propriedades com até um hectare são responsáveis por vinte e cinco por cento da produção. A preocupação com esses produtores não deve ser somente da convenção. Há a necessidade de se promover programas governamentais de apoio a essas populações e de investir na busca de culturas alternativas específicas para os atuais pólos de produção de tabaco.

Como forma de subsidiar a elaboração deste Parecer, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizou Audiências Públicas nas principais regiões produtoras do país. Visitamos Irati, no Paraná, Camaquã, no Rio Grande do Sul, Florianópolis, em Santa Catarina, e, por fim, estivemos em Cruz das Almas, no Estado da Bahia.

Em todas essas visitas, ficou clara a preocupação dos pequenos produtores familiares com a aprovação desta Convenção-Quadro. Todos temiam que a Convenção retirasse deles a atividade econômica que há anos proporciona renda às suas famílias. A mobilização desses segmentos foi um dos fatos mais notáveis de todo este processo. E foi no contato direto com milhares daqueles agricultores que percebi o outro lado da questão. Verifiquei que, se o vício do tabaco causa a morte, a cultura do fumo é o ganha-pão de muitas famílias, ou seja, promove a vida. Não se pode retirar o meio de sustento dessas famílias de uma hora para outra, sem oferecer-lhes alternativas com rentabilidade econômica compatível. E, diga-se de passagem, a rentabilidade da cultura do fumo é proporcionalmente mais elevada que a de outras daquelas regiões.

É necessário que os governos Federal, estaduais e municipais incentivem o desenvolvimento de alternativas ao fumo. O incentivo poderia ocorrer no âmbito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, através de linhas de crédito destinadas à conversão de atividades e de financiamentos à instalação de agroindústrias nas regiões produtoras de tabaco. É fundamental, também, a participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, por meio do desenvolvimento de variedades adaptadas

às condições de clima e solo das regiões onde hoje se cultiva o fumo, e que possam prover rentabilidade econômica equivalente.

Por esse motivo, realizamos diversas reuniões com representantes do Governo, que também participaram das Audiências Públicas, clamando por uma sinalização de que os produtores de fumo não seriam prejudicados pela aprovação da Convenção-Quadro.

Depois de muitas discussões, quero ressaltar o significativo avanço das negociações que nos possibilitará, acredito eu, chegar a um consenso. O governo foi sensível aos apelos desta Casa, que verbalizava a preocupação de milhares de pessoas e, na última quarta-feira, dia 26, nos enviou documento assinado por seis ministros de Estado, com proposta que podemos considerar adequada sob todos os aspectos.

Assinaram o documento a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o Ministro da Saúde Interino, José Agenor Álvares da Silva; o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues; o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto; o Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim; e o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci.

Pela proposta, o Brasil, ao depositar a ratificação da Convenção-Quadro na ONU, encaminhará, em anexo, declaração interpretativa dizendo que o Tratado não implicará em restrições ao direito de cultivo de fumo no território nacional. Nem restrição a políticas nacionais de apoio aos agricultores que se dedicam a essa atividade.

É de tal importância este documento, que faço questão de incorporá-lo ao meu relatório, posto que ele também significa o compromisso do atual Governo com o que ali está explicitado.

O Governo se compromete ainda, pelo texto, “a manter mecanismos para disponibilizar auxílio técnico, científico e de financiamento para a diversificação da produção e manutenção da viabilidade econômica dos agricultores que hoje cultivam o fumo e que desejarem livremente dirigir-se a outras atividades”.

Como proposta concreta, o Governo propõe-se a lançar um “Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo”, baseado em quatro eixos estratégicos: financiamento, acesso à tecnologia, agregação de valor à produção local e garantia de comercialização. O Governo se comprometeu a encaminhar ao Congresso Nacional Projetos de Lei para alterar o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, com vistas a implementar o novo Programa de Governo.

O Programa proposto terá como objetivo apoiar os agricultores de regiões fumicultoras tradicionais que

estiverem dispostos a diversificar suas atividades, de forma que seja possível a queda do consumo mundial de tabaco sem que ocorra sobressaltos à estabilidade econômica e social dessas regiões. A meta do programa será a diversificação da produção de fumo, possibilitando a implementação de novas atividades agropecuárias nas regiões produtoras.

Destacamos como ponto positivo do programa proposto, o financiamento de culturas alternativas pelo Pronaf, com taxas de juros mais baixas. Também merece o nosso reconhecimento a proposta de fortalecimento e ampliação de iniciativas de pesquisa agropecuária em universidades e instituições públicas e privadas, com a finalidade de buscar soluções tecnológicas para a viabilização econômica de culturas alternativas ao fumo em propriedades de pequeno porte. Ressaltamos que para que essas culturas mantenham a rentabilidade proporcionada pelo tabaco é preciso que sejam inseridas em mercados de produtos de alto valor agregado.

O novo programa prevê, também, medidas relativas à assistência técnica, o apoio ao cooperativismo e ao associativismo rural, o incentivo à implementação de agroindústrias de produtos não vinculados à cadeia do fumo, além da criação de um sistema de garantia de comercialização, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal.

Diante do acordo firmado com o Governo Federal, e considerando a redução do consumo de produtos do tabaco, ocorrerá gradativamente, na medida em que, graças às políticas adotadas, menor número de jovens se tornarão fumantes, entendemos que a situação econômica e social dos produtores de fumo será preservada. Como a redução do consumo mundial de tabaco é irreversível, é melhor que a transição para outras culturas seja feita de forma planejada e que conte com recursos financeiros, conforme propõe o novo programa de Governo.

Além disso, cabe salientar que, atualmente, a legislação brasileira já contempla a maior parte das medidas propostas pela Convenção-Quadro. Como exemplo, podemos citar as normas que proíbem a venda de cigarros a menores de dezoito anos, bem como a exigência da colocação, nas embalagens, de imagens e alertas sobre os males causados pelo consumo do tabaco, além de pesadas restrições à publicidade de produtos do fumo.

Devemos também considerar que os efeitos da redução do consumo de produtos do tabaco beneficiarão milhões de cidadãos ao combater as consequências nocivas do tabagismo. Deve-se, então, auxiliar aqueles que terão algum prejuízo com as medidas propostas na Convenção-Quadro para tra-

zer ganhos para a vasta maioria da população, que sofre com os efeitos do tabagismo e arca com seus enormes custos.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, e recomendamos expressamente que, ao depositar a ratificação da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, o Governo Brasileiro encaminhe a seguinte declaração interpretativa:


“A respeito das questões relativas ao apoio a atividades alternativas ao fumo economicamente viáveis, propostas pela Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, adotada pela Assembleia Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003, o Brasil faz a seguinte declaração interpretativa:

O Brasil interpreta que, no contexto dos §§ 15 e 16 do preâmbulo, e dos arts. 4(6), 17 e 26(3) da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, não há proibição à produção do tabaco ou restrição a políticas nacionais de apoio aos agricultores que atualmente se dedicam a essa atividade.

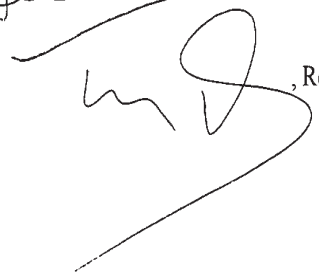
Além disso, declara ser imperativo que a Convenção seja instrumento efetivo para a mobilização de recursos técnicos e financeiros internacionais para auxiliar os países em desenvolvimento a viabilizarem alternativas econômicas à produção agrícola do tabaco, como parte de suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

Por fim, o Brasil também declara que não apoiará propostas que visem a utilizar a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde como instrumento para práticas discriminatórias ao livre comércio.

Sala da Comissão,



, Presidente



, Relator

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O parecer conclui favoravelmente ao projeto, com recomendações.

A Presidência informa às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, neste momento, o Senado Federal inicia a discussão e passará, em seguida, à votação do primeiro Tratado Internacional de Saúde Pública que se tem registro na história mundial.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Rodolpho Tourinho.

É lido o seguinte:

ADENDO AO PARECER PDS Nº 602/2004

(Do Senador Pedro Simon)

Requer o acompanhamento pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da implementação da Convenção-Quadro para o controle do Tabaco.

Excelentíssimo Senhor Presidente
da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
Senador Sérgio Guerra

Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, requero que haja um acompanhamento direto e fiscalizatório, por parte desta douta comissão, por membro por ela designado, de todo o procedimento de implantação dos termos do acordo internacional, denominado Convenção-Quadro para o controle do Tabaco – PDS nº 602/2004, de forma a assegurar a devida e equânime aplicação de seus termos.

Justificação

Conforme entendimento desta comissão, e com o apoio do Poder Executivo, podemos consignar e apoiar a adesão de nosso País a este importante tratado internacional. Esta proposta que solicitamos constar do Parecer Final pela aprovação, proferido pelo ilustre Senador Heráclito Fortes, brilhantemente constituído após exaustivos e prolíficos debates e audiências públicas por todo o Brasil; vem ao encontro da atividade precípua do Congresso Nacional e, em especial, deste colegiado, no controle e acompanhamento das ações públicas.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2005.
– Senador **Pedro Simon**.

-11

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 662, DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/10/05, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador Sérgio Guerra</u>	
RELATOR: <u>Senador Heráclito Fortes</u>	
LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
LÚCIA VÂNIA	1- REGINALDO DUARTE
FLEXA RIBEIRO	2- ALVARO DIAS
SÉRGIO GUERRA	3- LEONEL PAVAN
GILBERTO GOELLNER	4- EDISON LOBÃO
DEMOSTENES TORRES	5- VAGO ³
HERÁCLITO FORTES	6- RODOLPHO TOURINHO
PMDB	
RAMEZ TEBET	1- WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	2- ROMERO JUCÁ
LEOMAR QUINTÂNILHA – PC do B	3- AMIR LANDO
GERSON CAMATA	4- MÃO SANTA
(VAGO) ⁴	5- VALDIR RAUPP
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PPS/PL/PT/PSB/ ²)	
FLÁVIO ARNS	1- SERYS SLHESSARENKO
AELTON FREITAS	2- DELCIDIO AMARAL
SIBÁ MACHADO	3- MAGNO MALTA
ANA JÚLIA CAREPA	4- SÉRGIO ZAMBIASI
JOÃO RIBEIRO	5- MARCELO CRIVELLA
PDT	
OSMAR DIAS	1- JUVÊNCIO DA FONSECA - PSDB

1 – O Senador Mário Calixto deixou o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

2 – O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

3 – A Senadora Roseana Sarney encontra-se licenciada do cargo durante o período de 16.06.2005 a 16.10.2005.

4 – O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17.09.2005 a 13.01.2006.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Designo o Senador Heráclito Fortes para emitir parecer pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

PARECER Nº 1.831, DE 2005–PLEN

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais do que nunca, a possibilidade dessa votação neste final de tarde demonstra, Senador Aloizio Mercadante, que, por meio do diálogo e do entendimento, o Congresso Nacional pode discutir e resolver questões que, se a princípio parecem de difícil entendimento e solução, com a disposição das partes, é possível que se consigam avanços.

A Convenção-Quadro ora discutida nesta Casa chegou ao Senado após aprovação em caráter simbólico na Câmara com uma discussão equivocada. O Senado, como órgão revisor, teve a preocupação de ouvir as partes envolvidas na questão.

A grande delicadeza do problema, Sr. Presidente, é que os dois lados possuíam suas razões: os produtores e os que combatem o uso do fumo no País.

Ocorre que quase 90% do que prega a Convenção-Quadro, pela política tabagista adotada no Brasil, de maneira muito mais efetiva na administração de José Serra no Ministério da Saúde, já haviam sido atendidos. De repente, criou-se um impasse no qual havia uma ameaça de demissão, de desemprego em massa para os produtores da área fumageira.

O Governo endureceu o jogo por seus representantes na discussão, principalmente os do Ministério da Agricultura. E os Senadores, principalmente os das regiões cuja produção de tabaco têm grande percentual de participação nas economias, defenderam o emprego daqueles que se dedicam ao plantio do fumo. O Rio Grande do Sul, foi capitaneado pelos Senadores Pedro Simon, Sergio Zambiasi e Paulo Paim; o Paraná, pelos irmãos Alvaro e Osmar Dias e pelo Senador Flávio Arns; em Santa Catarina, o Senador Jorge Bornhausen comandou esta luta, contando com a parceria do Senador Leonel Pavan e da Senadora Ideli Salvatti; da Bahia, o Senador César Borges, que, para minha alegria, me acompanhou à cidade de Cruz das Almas, assim como o Senador Rodolpho

Tourinho que ora preside a sessão e o Senador Antonio Carlos Magalhães; em Alagoas, com a Senadora Heloísa Helena solicitando uma audiência pública a ser feita naquele Estado, reivindicação recebida dos produtores daquele Estado, com os Senadores Renan Calheiros e Teotônio Vilela Filho. Tivemos também a participação de Sergipe, na pessoa dos Senadores Almeida Lima, Maria do Carmo Alves e Antônio Carlos Valadares, que faziam reivindicação legítima em nome daqueles que dedicaram sua vida ao plantio e à produção do tabaco.

Quero deixar aqui bem claro um fato: durante toda a discussão, embora o Governo se manifestasse pela ratificação, nem o Presidente da Comissão, Senador Sérgio Guerra, que teve um papel destacado, nem este Relator foram procurados de maneira efetiva por nenhum ministro de Estado, nem tampouco por parlamentares. Destaco uma exceção, que foi o Senador Tião Viana. Este, desde o início, mostrou-se interessado e, por convicção, favorável à assinatura do tratado, embora concordasse comigo que deveríamos ter cautela com relação à questão do desemprego.

Creio que aí, quando montamos esse elo, envolvendo integrantes do Governo e integrantes da Oposição, conseguimos, pela primeira vez, avançar. No primeiro ponto, tiramos o conflito do campo político-partidário, evitando que as tensões da luta do dia-a-dia nesta Casa contaminassem essa questão, que é de saúde pública, e não uma questão de outro cunho, quer seja ideológico, político ou partidário.

O atual Ministro da Saúde, para surpresa minha, numa carta intempestiva feita à Ministra da Casa Civil, cobrou a sua atuação no plenário do Senado no sentido de que cessasse a morosidade com que a tramitação vinha ocorrendo. Estranhamente, S. Ex^a é da outra Casa, estranhamente é Parlamentar; não sabe que esta é uma Casa soberana, uma Casa autônoma. E estranhamente, Sr. Presidente, em nenhum momento, o Ministro da Saúde procurou qualquer um dos integrantes da Comissão, pelo menos que eu tivesse conhecimento como Relator, para mostrar o seu ponto de vista.

É muito bonito dizer que se é contra, mas não mostrar argumentos, nem tampouco vir para o campo da luta defender os seus princípios. Criou-se – e o Senador Tião Viana sabe muito bem – uma expectativa de

que o Governo subsidiaria aqueles que optassem por mudança de plantio, sem dizer a origem dos recursos, esperando que uma Cide do tabaco fosse implantada no Brasil. Nós sabemos que o Governo mostra dificuldades no cumprimento do Orçamento, não honrando nem os compromissos existentes. Imaginem os que estariam por vir!

Por outro lado, tínhamos um exemplo que chegou na hora, a crise na agricultura provocada pela febre aftosa. Há quinze anos, no Brasil, assinou-se um tratado semelhante em que os organismos internacionais prometeram recursos para os países que aderissem ao combate à aftosa. Nenhum tostão chegou aqui.

Então, como Relator desta matéria, não poderíamos, de maneira alguma, Senador Rodolpho Tourinho, assumir compromisso que não tivéssemos a garantia de que seria honrado. Não poderíamos, de maneira alguma, colocar em jogo a vida dos produtores e, acima de tudo, o destino das suas famílias.

Nas visitas que fizemos a Irati, a Florianópolis, a Camaquã e a Cruz das Almas, tivemos a oportunidade de, no contato direto, Senadora Heloísa Helena, sentir o problema e a dor de cada um: o desespero com a perspectiva de perder, pela proibição, quer seja imediata ou gradativa do plantio do tabaco, toda a sua vida e toda a sua existência – homens de 70 anos que não tinham mais condições de se adaptar a novas atividades, e seus filhos e netos que foram criados dentro daquele sistema.

Tivemos, portanto, o cuidado de procurar um texto justo e que atendesse os dois lados. O Brasil reivindicava a participação que consideramos justa. Pelos avanços obtidos por iniciativa própria, tivemos a liderança do início da negociação. E não era justo que apenas por má condução momentânea, jogássemos por terra um assunto de importância internacional para o Brasil.

Não podíamos confundir os erros internos praticados pelo Governo ou por algum ministro com o desejo brasileiro de integração intercontinental e de globalização. O Brasil, que concorre, espera e sonha em um dia participar do Conselho de Segurança da ONU, não podia dar essa motivação. E nós, Senadores da República, não podíamos também permitir, nem de longe, que o emprego de milhares de brasileiros ficasse comprometido.

Finalmente, a Ministra Dilma Rousseff – quero aqui fazer justiça – entrou no processo e começou, de maneira lógica, a coordenar um trabalho no sentido de que se encontrasse solução para o problema.

Tive negociações pessoais com o Ministro Miguel Rosseto e quero dizer aqui da minha satisfação de poder, nesses diálogos com o Sr. Ministro, ver a sensatez com que S. Ex^a se comportou.

Conversei, Sr. Presidente, com a área econômica e, de maneira justificada, não vi, em nenhum momento, a área econômica querer se comprometer em criar novos subsídios nem tampouco abrir mão das receitas que possui.

O Brasil, repito, é o segundo maior produtor de tabaco e o primeiro exportador no mundo. A simples extinção desse plantio significaria que as nossas fábricas se fechariam, iriam para países vizinhos ou seriam abastecidas por produtos importados, por matéria-prima importada. Os consumidores de tabaco passariam também a consumir os importados ou os contrabandeados.

Houve, felizmente, por parte do Senador Tião Viana, a sensatez para que se conseguisse um texto no qual não há nenhum compromisso desta Relatoria – e o Governo concorda com isto – de comprometer o plantio do tabaco no Brasil.

O que existirá é a política que todos defendemos: política de conscientização da população brasileira quanto à necessidade da diminuição do consumo do cigarro, pelos males que todos nós conhecemos, pela prejudicialidade do tabaco. Daí a uma medida que, acima de tudo, nos tiraria a soberania de uma decisão interna havia uma distância muito grande.

De forma que, diante dos entendimentos havidos e do documento firmado por seis Ministros de Estado, hoje pela manhã propus ao Senador Sérgio Guerra, Presidente da Comissão, que fizéssemos, atendendo aos interesses dos produtores e ao interesse do País, uma reunião na Comissão de Agricultura para discutir o texto e aprová-lo.

Senador Sérgio Guerra, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Lembraria ao Sr. Senador que não são permitidos apartes durante a apresentação do relatório.

Posteriormente, porém, estará franqueada a palavra para a discussão, Senador Sérgio Guerra. V. Ex^a pode se inscrever.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Infelizmente, Senador Sérgio Guerra, fico lhe devendo essa oportunidade que ilustraria muito o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, diante do exposto, quero, como Relator na Comissão de Assuntos Sociais e de Relações Exteriores, manter o relatório que apresentei hoje na Comissão de Agricultura e pedir aos companheiros a aprovação desta matéria que é fundamental para o País.

Quero agradecer, mais uma vez, aos Senadores Simon, César Borges, à Bancada do Rio Grande do Sul e à Bancada dos Estados envolvidos na problemática, que me estimularam e me deram forças para perseguir esse objetivo. Agradeço, de maneira especial, ao Presidente Sérgio Guerra, que me deu as condições necessárias para que, através dos deslocamentos feitos e das oitivas em audiências públicas, pudéssemos extrair um retrato real desse problema tão grave que seria criado para o Brasil.

Baseado nessas convicções e na certeza de que conseguimos, por meio desse texto, atender às duas partes, é que solicito aos companheiros de Senado a sua aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Os pareceres são favoráveis.

Em discussão o projeto, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a enorme satisfação de participar da discussão desta matéria. Estamos votando no Senado Federal brasileiro o primeiro tratado internacional de saúde pública, mediado pela Organização das Nações Unidas, reconhecido por ela, dirigido e tendo como grande articulador a Organização Mundial da Saúde.

A matéria diz respeito à vida de milhões de pessoas no planeta, pois morrem cinco milhões de cidadãos todos os anos em razão das consequências do uso do tabaco, e morrem no Brasil cem mil brasileiros todos os anos. É uma situação trágica que, por si só, demonstra a grandeza e a importância dessa matéria.

Antes de discuti-la, porém, gostaria de expressar um justo reconhecimento ao Senador Heráclito Fortes pela honestidade intelectual com que pautou a relatoria desse tema, pela responsabilidade e sensibilidade para com a saúde pública e, ao mesmo tempo, pela demonstração de maturidade que deu ao afirmar, no diálogo com quem pensava de maneira divergente, que podemos, sim, preservar as nossas convicções, respeitar as diferenças e conduzir nossos trabalhos com absoluta transparência e lealdade. S. Ex^a foi de uma lealdade integral na condução dessa matéria. Nunca escondeu a sua preocupação com o setor produtivo brasileiro vinculado à atividade do tabaco e, em nenhum momento, se omitiu diante da importância do tema e da necessidade de levá-lo à votação.

Houve um mal-entendido, uma crítica que foi veiculada por setores da imprensa à dignidade da condução parlamentar dessa matéria, levantando a hipótese de influência de instituições financeiras para cooptar a consciência de alguns Senadores na condução do tema. Para ser justo com o trabalho desenvolvido, faço questão de ler uma explicação sobre isso.

A Sr^a Paula Johns, Coordenadora da Rede Tabaco Zero, uma rede de organizações não-governamentais que representa o tema, fez questão de esclarecer uma declaração que lhe foi atribuída relativa aos Parlamentares. Dirigiu ao próprio Senador Heráclito Fortes a seguinte carta:

Venho por meio desta prestar esclarecimentos e me posicionar sobre a matéria veiculada no Jornal o Estado de São Paulo em 29 de setembro de 2005, onde foi utilizada a palavra 'mensalão' um termo altamente inadequado para se referir aos senadores envolvidos na tramitação do PDS nº 602/2004 no Senado.

Enquanto coordenadora de uma aliança de organizações e entidades da sociedade civil, acompanho as tramitações das negociações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Senado desde que a matéria chegou na casa. Ao longo dos 18 meses em que a matéria tramita no Senado sempre fui bem recebida e ouvida pelos senadores que representam a casa, os quais sempre estiveram prontos a disponibilizar o precioso tempo

de suas agendas atribuladas para ouvir os argumentos que tinha a apresentar.

Uma vez que ocorreu um gravíssimo equívoco de interpretação de críticas minhas feitas à velocidade em que a matéria tramitava no Senado, que foram veiculadas no jornal supracitado, associando as críticas a outras questões que tramitam na Casa, provavelmente alimentado pelo calor da crise política enfrentada pelo país no momento, me sinto obrigada a esclarecer que jamais foi minha intenção colocar em dúvida nada que diga respeito à reputação dos senadores.

Lamento profundamente que possa ter provocado um mal estar na casa e que tenha sido interpretada de forma errônea e aproveitado a oportunidade para me retratar e reiterar o meu profundo respeito pela casa e pelos senhores senadores.

Foi um gesto de retificação adequado da Sr^a Paula Johns ao Senador Heráclito Fortes, que demonstrou a maturidade do Senado, a naturalidade diante de opiniões divergentes e da representação dos legítimos interesses da sociedade.

Por um lado, eu defendi a aprovação acelerada da matéria, e S. Ex^a, por outro, cobrava prudência para que não houvesse impacto negativo sobre aqueles que vivem da cultura do tabaco e de sua comercialização.

O fato, Sr. Presidente, é que em fevereiro de 2006 nós teremos a conferência das partes. O Banco Mundial e outros organismos internacionais, com o patrocínio da ONU e da Organização Mundial de Saúde, estarão mediando políticas compensatórias de financiamento para que aqueles que têm a atividade vinculada ao tabaco possam buscar alternativas à altura, para que não tenham prejuízo em suas vidas econômicas, em seus países e no desenvolvimento socioeconômico de suas regiões.

O Brasil estaria fora, se essa matéria não fosse aprovada, além de sofrer com os agravantes de saúde pública: do câncer de boca, de laringe, de esôfago, de pâncreas, de rins, de bexiga, o câncer de pulmão, o classicamente conhecido enfisema pulmonar, que depois se tornou doença pulmonar obstrutiva crônica e, mais adiante, limitação crônica ao fluxo aéreo. Essas doenças matam milhões

de pessoas no mundo inteiro com falta de ar, com a perda da qualidade de vida em razão dos danos causados pelo cigarro. Falo das doenças respiratórias distintas, dos distúrbios de ordem vinculada à sexualidade das pessoas, dos distúrbios vinculados a outras doenças degenerativas, tais como os acidentes vasculares cerebrais, as doenças circulatórias. São todas doenças vinculadas ao tabaco. Agora, podem ter certeza de que existe uma norma internacional que foi adotada, por meio de um tratado, dizendo que o Brasil irá fazer parte dessa busca por políticas compensatórias para a redução assegurada da utilização do tabaco.

Cumprimento também, por justiça, o Senador Sérgio Guerra, que demonstrou sensibilidade na condução do tema, o Presidente Renan Calheiros, e a Senadora Heloísa Helena, como parceira na luta pela saúde pública e que, comigo, buscou esticar a corda a favor da apreciação da matéria. Cumprimento, também, todos os Líderes partidários que tiveram a sensibilidade de defendê-la hoje. O Senador José Agripino, que está hoje com problemas sérios no Estado do Rio Grande do Norte, abriu mão temporariamente dessa decisão para aprovar a matéria em tempo hábil.

Foi, portanto, um gesto de grandeza e de responsabilidade política do Senado que, seguramente, será reconhecido pelo Ministro da Saúde, pela Ministra Dilma Roussef, pelo Ministro Miguel Rossetto, que foi um mediador extraordinário nesse processo, pelo Ministro Jaques Wagner e pelo Presidente da República.

Da minha parte, fica o reconhecimento e o estímulo para que a Casa possa ter a maturidade de não perder o bonde da história, quando matérias dessa dimensão podem ser aprovadas.

Também o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que muito se empenhou e dedicou seu tempo para articular o entendimento, merece todo o reconhecimento.

O Brasil dá um passo à frente no entendimento do que é a grande política.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

A Convenção-Quadro para Controle do Tabaco é o primeiro tratado internacional de saúde pública, negociado por 192 países durante quatro anos (1999 – 2003), sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde (OMS).

A iniciativa global que resultou na elaboração desta Convenção foi motivada pelo amplo reconhecimento dos graves danos sanitários, sociais e econômicos decorrentes do tabagismo - que ocasiona cinco milhões de mortes anuais, e principalmente de que as tendências de crescimento do consumo dos produtos derivados do tabaco são determinadas por dinâmicas de mercado articuladas por companhias fumageiras transnacionais, sobretudo nos países pobres.

Dessa forma, os 192 países membros da OMS negociaram para que a Convenção contivesse várias iniciativas intersetoriais e abrangentes para reverter a situação. Seu texto está dividido em 11 capítulos, estabelecendo obrigações de natureza internacional baseadas em um regime multilateral de colaboração. Do capítulo II ao capítulo VII, a Convenção envolve uma variedade de temas intersetoriais como: propaganda e patrocínio; educação e conscientização da população; mensagens de advertências sanitárias nas embalagens dos produtos; proibição de fumar em ambientes fechados; controle do mercado ilegal de cigarros; tratamento da dependência da nicotina; regulação dos produtos de tabaco quanto aos seus conteúdos, emissões e atividades de promoção; além de cooperação nas áreas científica, educacional e sanitária. O capítulo I e os capítulos de IX a XI versam sobre soluções de controvérsias, desenvolvimento da Convenção e disposições finais.

A Convenção foi adotada por Consenso na 56ª Assembléia Mundial de Saúde, em maio de 2003, e entrou em vigor quando 40 países a ratificaram, em fevereiro de 2005, fazendo história como o tratado da ONU que mais rapidamente ganhou adesões e entrou em vigor. Já contava com 89 ratificações em 21 de outubro de 2005.

É importante ressaltar que a adesão à Convenção não admite reservas (artigo 30), o que garante a coerência e a coesão do regime multilateral proposto. Além disso, limita unicamente aos Estados Partes a possibilidade de aderirem aos protocolos específicos a serem negociados no futuro. Isto implica em que apenas os países que a tiverem ratificado poderão participar e influenciar na negociação desses instrumentos complementares, que abrangerão áreas de grande relevância transfronteiriça, tais como: propaganda e patrocínio e o comércio ilícito de produtos de tabaco. Do mesmo modo, só os Estados Partes da Convenção poderão deliberar na Conferência das Partes (COP) e exercer influência na consolidação desse novo regime multilateral.

O Brasil tem até 7 de novembro de 2005 para depositar a sua ratificação na ONU, prazo limite para que possa participar da primeira COP com poder de voto.

Porque é importante para o Brasil ratificar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

1. Existe consenso na comunidade internacional de que a redução do consumo de tabaco precisa constar nas agendas de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável dos países, por ser esse um produto capaz de levar 50% de seus consumidores à morte e gerar gastos elevados em saúde pública.
2. Antes mesmo de iniciarem-se as discussões internacionais que resultaram nos termos acordados para a Convenção-Quadro, nosso País já se destacava por possuir uma forte e abrangente política de controle do tabagismo.
3. Não obstante ser um dos maiores produtores e o maior exportador mundial de fumo, as medidas implementadas no País para o controle do tabaco foram capazes de promover a redução da prevalência de fumantes na população, acima de 15 anos, de 32% em 1989 para 19% em 2003.
4. Por isso mesmo, os 192 países membros da OMS elegeram o Brasil para a presidência de todo o processo de negociação da Convenção, que ocorreu entre os anos de 1999 e 2003.
5. Após o sucesso obtido no acordo do texto da Convenção, o Brasil destacou-se novamente sendo o segundo país a assiná-lo, em junho de 2003, sinalizando para o mundo o firme propósito de ratificar o documento e continuar cooperando nos esforços globais para deter a epidemia do tabagismo.
6. Em seguida, o Decreto Presidencial de 1º de agosto de 2003 evidenciou novamente o compromisso brasileiro com a Convenção, quando foi criada a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, de caráter interministerial e com o objetivo precípuo de construir uma agenda de Estado para o cumprimento das obrigações da Convenção.
7. Todavia, agora que a Convenção já está em vigor, tendo sido ratificada por 89 países, corremos o sério risco de perder o prazo de 7 de novembro para o depósito de nossa ratificação à Convenção-Quadro, o que retiraria do Brasil o direito de participar da Conferência das Partes (COP) como país membro, ou seja, sem poder deliberar e exercer influência na consolidação do tratado.
8. Se isso ocorrer, não apenas perderemos nossa posição de liderança mundial nas políticas de combate ao fumo, mas também passaremos por uma situação constrangedora no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU frente aos países que confiaram a presidência do processo de negociação do texto em vigor ao Brasil.
9. Além disso, em virtude da complexidade das relações econômicas entre as nações nos dias de hoje, a não ratificação da Convenção pode resultar em

vulnerabilidade ao País no âmbito de negociações comerciais multilaterais em andamento.

10. Portanto, precisamos continuar a participar ativamente da Convenção, negociando seus termos ao lado de outros países produtores, para evitar que brechas legais ou subjetividades permitam a inclusão de cláusulas, emendas ou protocolos que possam vir a ser interpretados e utilizados para justificar práticas discriminatórias ao interesse nacional no âmbito do livre comércio.
11. Um outro aspecto importante é que a própria Convenção - no seu Preâmbulo e nos artigos 4, 17 e 26 - reconhece que a redução do consumo global de tabaco pode vir a afetar a estabilidade econômica de quem depende do cultivo ou do comércio desses produtos e, em razão disso, prevê a cooperação entre os Estados Partes para a busca de alternativas economicamente viáveis ao fumo, especialmente nos países em desenvolvimento.
12. Isto é especialmente interessante para o Brasil que, independentemente de ratificar ou não a Convenção, sentirá os efeitos da redução da demanda mundial de fumo e, por isso, deve começar a se preparar desde já para lidar com essa nova realidade.
13. Aliás, essa deve ter sido uma das motivações para que oito dos quinze maiores produtores mundiais de fumo já tenham ratificado o tratado, com destaque para a China - maior produtor - e a Índia - terceiro maior produtor, que optaram por garantir os benefícios previstos de cooperação técnica e financeira internacional para a busca de alternativas economicamente viáveis à produção de fumo.
14. Por sua vez, a perspectiva de redução da demanda mundial de tabaco e, conseqüentemente, das exportações brasileiras, confirma-se a cada nova ratificação, principalmente por grandes importadores. Até o momento, sete dos dez principais países consumidores do tabaco brasileiro já ratificaram a Convenção: Alemanha, África do Sul, Filipinas, Japão, Países Baixos, Reino Unido e China. De tal forma, esses países confirmam o compromisso de adotar medidas para reduzir o consumo interno de tabaco, influenciando no futuro do comércio internacional do produto.
15. Finalmente, é importante esclarecer que as medidas previstas na Convenção não implicam em nenhuma obrigação implícita aos países membros para que restrinjam políticas nacionais de apoio à produção e tampouco medidas que visem a suprimir o direito de cultivo do tabaco. Isto é particularmente importante porque significa que os produtores que hoje cultivam fumo no Brasil poderão continuar a fazê-lo, se assim o desejarem.

Posição do Governo Brasileiro sobre a Ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

O Governo Brasileiro reafirma seu compromisso em construir uma agenda de Estado de caráter intersetorial para implementar e fortalecer ações para a prevenção e controle do tabagismo, bem assim de continuar a cooperar com as iniciativas globais previstas pela Convenção-Quadro.

Além disso, destaca o propósito de manter mecanismos para disponibilizar auxílio técnico, científico e de financiamento para a diversificação da produção e manutenção da viabilidade econômica dos agricultores que hoje cultivam o fumo e que desejarem livremente dirigir-se a outras atividades.

Nesse sentido, e com o intuito de tranquilizar os cidadãos envolvidos com a produção de tabaco no meio rural e facilitar o processo de decisão pela ratificação da Convenção-Quadro, apresentam-se duas propostas concretas: apresentar declaração de interpretação de dispositivos da Convenção-Quadro que esclareçam seus objetivos e criação do Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo. Essas propostas foram detalhadas a seguir.

Declaração de interpretação de dispositivos da Convenção-Quadro

No momento de sua ratificação à Convenção-Quadro, alguns países têm ressaltado formalmente certos pontos do texto de modo a reafirmarem a interpretação que dão aos temas destacados. Assim, criam uma espécie de "salvaguarda preventiva" no âmbito da Convenção, evitando comprometerem-se com temas considerados inaceitáveis por suas constituições ou pelo respectivo interesse nacional.

De tal modo, e tendo em vista o receio manifestado por diversas autoridades e por representações de agricultores das regiões fumicultoras, de que a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco poderia implicar em restrições ao direito de cultivo de fumo em território nacional, propõe-se o depósito da seguinte declaração em anexo ao documento que formalizar a ratificação brasileira:

"A respeito das questões relativas ao apoio a atividades alternativas ao fumo economicamente viáveis, propostas pela Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, adotada pela Assembleia Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003, o Brasil faz a seguinte declaração interpretativa:

O Brasil interpreta que, no contexto dos parágrafos 15 e 16 do preâmbulo, e dos Artigos 4(6), 17 e 26(3) da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, não há proibição à produção do tabaco ou restrição a políticas nacionais de apoio aos agricultores que atualmente se dedicam a essa atividade.

Além disso, declara ser imperativo que a Convenção seja instrumento efetivo para a mobilização de recursos técnicos e financeiros internacionais para auxiliar os países em desenvolvimento a viabilizarem alternativas econômicas à produção agrícola do tabaco, como parte de suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

Por fim, o Brasil também declara que não apoiará propostas que visem a utilizar a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde como instrumento para práticas discriminatórias ao livre comércio.

Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo

Considerando-se que:

1. a Convenção-Quadro já está em vigor desde fevereiro de 2005, e que seus efeitos serão inevitavelmente percebidos no Brasil nos próximos anos;
2. embora a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco **não preveja qualquer tipo de restrição ao direito de os agricultores cultivarem tabaco**, a redução do consumo mundial do produto poderá afetar a estabilidade econômica em médio e longo prazo dos agricultores que hoje dependem do seu cultivo;
3. oitenta e cinco por cento da produção brasileira de tabaco destina-se à exportação e que boa parte dos maiores importadores do tabaco nacional já ratificaram a Convenção-Quadro;
4. a produção nacional de tabaco é realizada preponderantemente por pequenos fumicultores, que têm nesta atividade sua principal fonte de renda familiar;
5. existem cerca de 190 mil famílias de fumicultores no País, 90% das quais concentradas na região Sul;
6. além da cooperação internacional prevista pela Convenção-Quadro, esforços internos deverão ser empreendidos para mobilizar auxílios técnico, científico e financeiro para a diversificação da produção e manutenção da viabilidade econômica dos agricultores que hoje dependem do fumo.

Propõe-se a considerar o lançamento de um **Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo**, baseado em 4 eixos estratégicos: financiamento, acesso à tecnologia, agregação de valor à produção local e garantia de comercialização, conforme detalhes a seguir e cujos recursos para sua efetiva implementação sejam garantidos por meio de alteração do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, por respectivos projetos de lei a serem devidamente encaminhados ao Congresso Nacional.

Objetivos: Apoiar os agricultores presentes em regiões fumicultoras tradicionais - que estiverem dispostos a diversificar suas atividades - de maneira a que a possível queda do consumo mundial de tabaco ocorra sem sobressaltos à estabilidade econômica e social dessas regiões.

Metas: Diversificar a economia rural nas áreas de produção de fumo, possibilitando a implantação de novas atividades agropecuárias.

Observação: as metas deverão ser ajustadas anualmente, conforme indicar o monitoramento de mercado e a adesão de beneficiários ao Programa.

Linhas de Ação:

1) Financiamento

Atualmente, os agricultores produtores acessam financiamento de custeio agrícola para cultivo de fumo nas linhas de crédito rural tradicionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a juros de 8,75% ao ano.

Entretanto, desde 2003, estes mesmos agricultores também podem acessar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para custeio das lavouras (PRONAF – Custeio), que cobra juros de 4% ao ano, desde que o recurso seja destinado exclusivamente para a implantação de outras culturas agropecuárias (milho, feijão, leite, soja, mandioca, etc). Ainda ao amparo do PRONAF, a linha PRONAF - Investimentos passou a oferecer aos fumicultores recursos a juros de 3% ao ano para a aquisição de equipamentos agrícolas e pecuários, desde que não sejam destinados à atividade de fumicultura.

O Programa deverá continuar a promover políticas específicas de financiamento com o mesmo princípio da não penalização dos fumicultores, mas com incentivos para a diversificação de atividades e a transição paulatina e sustentável dos agricultores que desejarem adotar um novo perfil produtivo.

2) Acesso à Tecnologia

Acesso à informação e aos novos conhecimentos é extremamente importante em estratégias de diversificação produtiva. Nesse sentido, a pesquisa agropecuária e a assistência técnica são indispensáveis.

2.1) Pesquisa Agropecuária

Fortalecer e ampliar as iniciativas de pesquisas de universidades e de instituições públicas e privadas que sejam direcionadas à diversificação agropecuária das regiões tradicionalmente vocacionadas ao cultivo de fumo. A pesquisa deve visar a aspectos econômicos e comerciais inerentes ao perfil do fumicultor brasileiro, ou seja, buscar soluções tecnológicas para a viabilização econômica de agricultores que possuem pequenas áreas disponíveis para o cultivo e que necessitarão inserir-se em mercados de produtos de maior valor agregado.

Ressalta-se que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa já tem diversas iniciativas de pesquisa agropecuária em regiões fumicultoras (fruticultura, olericultura

cereais orgânicos, avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite, floricultura e outras) e pode ter projetos de pesquisa apoiados com maior intensidade com vistas a sua consolidação junto às comunidades de agricultores fumicultores.

2.2) Assistência Técnica

O acompanhamento técnico será promovido através de protocolos e acordos específicos voltados para o atendimento deste público diferenciado, a serem firmados com instituições públicas e privadas de prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme a Política Nacional de ATER, em vigor.

3) Organizar e Agregar Valor à Produção Local

A estratégia é aumentar a renda disponível para as famílias de agricultores por meio da organização e agregação de valor à produção rural primária, viabilizando economicamente pequenas propriedades. O beneficiamento e a industrialização dos produtos também permitirá a criação de novos postos de trabalho, diretos e indiretos, nas comunidades e nos municípios das regiões fumicultoras, multiplicando o valor da produção rural.

3.1) Apoio ao Cooperativismo e Associativismo:

Organizar os produtores em cooperativas para obterem escala produtiva e, deste modo, alcançarem melhores condições para negociar a compra de insumos e a venda da produção, de preferência agregando valor aos produtos (agroindustrialização).

3.2) Implantação de novas agroindústrias:

Incentivar cooperativas e novas agroindústrias das cadeias da carne, leite, ovos, frutas, flores que queiram instalar-se nas tradicionais regiões produtoras de fumo.

3.3) Estímulo e capacitação aos agricultores fumicultores para participarem em novos mercados de produtos de alto valor agregado

A estratégia consiste em investir na pesquisa tecnológica de novos produtos e métodos de produção, e correspondente assistência técnica e financiamento, para a inserção dos agricultores em novos mercados de produtos de maior valor agregado, como os produtos orgânicos, com selo social, ou produtos especialmente dirigidos a consumidores diferenciados.

4) Garantia de Comercialização

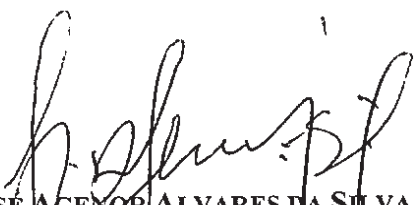
O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é uma ação estruturante do Fome Zero e é destinado ao agricultor com dificuldades de inserção no mercado. O PAA tem comprovada eficácia para apoiar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento a populações em situação de insegurança alimentar.

Os agricultores fumicultores poderão ter a compra de seus novos produtos garantida pelo PAA, de forma a obterem sua inserção paulatina e sustentável no mercado. Para tanto, recursos específicos deverão ser assegurados no contexto do Programa de Diversificação, de acordo com a adesão verificada ao Programa e o monitoramento de mercado.


Conclusão

Pelos motivos apresentados, entendemos ser possível a tranqüila, porém urgente, conclusão do processo de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Congresso Nacional, a fim de que o Brasil possa participar com poder de voto da primeira Conferência das Partes em fevereiro de 2006.


Brasília, de outubro de 2005



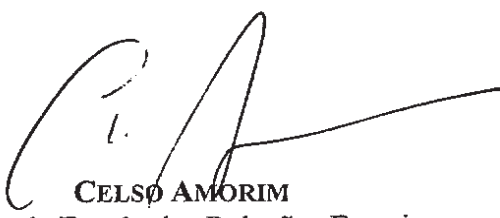
JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA
Ministro de Estado da Saúde Interino



MIGUEL SOLDATEELI ROSSETTO
Ministro de Estado do Desenvolvimento
Agrário




DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da
Presidência da República



CELSON AMORIM
Ministro de Estado das Relações Exteriores



ROBERTO RODRIGUES
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



ANTÔNIO PALOCCI
Ministro de Estado da Fazenda

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por dez minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não nego que, no Rio Grande do Sul, deve ser um dia de angústia este que os agricultores estão vivendo.

Essa é uma questão que vem sendo debatida há muito tempo. São milhares e milhares de famílias, que têm talvez o setor mais bem organizado da produção primária, com seus vinte hectares, tudo pequena pro-

priedade, que conseguem ganhar 10, 15 ou 20 vezes mais que qualquer produtor que não plante maconha, nem outra droga. O fumo tem um preço muito alto e eles têm a garantia da produção.

Debatemos essa matéria desde o início. Foi, portanto, um absurdo o que aconteceu na Câmara dos Deputados, quando a matéria foi aprovada, em urgência urgentíssima, no dia seguinte a que chegou naquela Casa, sem o parecer de nenhuma Comissão, sem nenhuma audiência, sem nenhuma emenda, sem nenhum pensamento, sem absolutamente nada.

Quando chegou aqui no Senado, já queriam votá-la no dia seguinte. Queriam repetir, aqui no Senado Federal, a operação relâmpago feita na Câmara dos Deputados. Na época, não havia sequer a Comissão de Agricultura aqui no Senado. Conseguimos, então, trancar a matéria na Comissão de Relações Exteriores, que foi onde achamos que a referida matéria deveria ser discutida.

Concordam V. Ex^{as} que uma matéria dessa natureza, o mínimo que temos que fazer é debater e analisar. O que a Câmara fez – perdoe-me a Câmara – foi uma insensatez que não tem explicação. Fica até feio para Câmara dos Deputados e para os Deputados, em geral, dizerem que votaram uma matéria como essa sem ler, porque chegou naquela Casa na quarta e foi votada na quinta-feira; sem um parecer, sem um discurso, sem um encaminhamento. O Presidente disse que estava em votação a Convenção-Quadro. E ela estava aprovada.

Aqui, o assunto começou a ser debatido. De saída, na Comissão de Relações Exteriores, o Senador Eduardo Suplicy encaminhou a matéria para debate e foi ao Rio Grande do Sul, à cidade de Santa Cruz. Criada a Comissão de Agricultura, a matéria foi para aquela Comissão e lá encontrou a figura extraordinária do companheiro Heráclito Fortes e da figura excepcional do Presidente Sérgio Guerra. Passou-se, então, a se fazer um trabalho de análise e de debates. Nas viagens feitas, os Parlamentares de outros Estados conseguiram sentir a organização e o sentimento de gerações – terceira e quarta gerações – que viviam desse trabalho e que ficariam praticamente à mercê de nada, sem nenhuma expectativa de futuro. Passamos a discutir.

Tinha – de certa forma tenho – uma tese. A querida Senadora Heloísa Helena tem toda a razão quando luta e se agarra com as mãos à defesa do meio ambiente. Acho que o mundo está se degradando de tal maneira que o mínimo que podemos fazer é não piorar. É evidente que temos de trabalhar. Mas fazer isso com objetividade.

Mais importante do que isso que vamos votar é o Protocolo de Kyoto, aprovado por unanimidade. Foi a maior revolução em termos de meio ambiente e defesa da natureza, onde as nações se comprometiam a uma série de medidas essenciais como, por exemplo, diminuir o percentual de lançamento de gás carbônico na natureza. Os Estados Unidos, responsáveis por 40% da produção desse gás, responsáveis maiores pelo que acontece de degradação no meio ambiente, até hoje não assinaram o referido protocolo. E não assinam.

O Presidente Bush, com aquela simpatia que o caracteriza: “Os interesses americanos vêm em primeiro lugar. E não posso dificultar o bem-estar americano, acostumado a esse ambiente, cortando a produção necessária para o aquecimento, ou o ar condicionado para o verão, ou os ônibus necessários para o transporte coletivo. Não. “Não assino e não vou assinar!”. E não assinou. E não aconteceu nada.

Os Estados Unidos não assinaram a convenção-quadro que vamos votar agora. Os Estados Unidos, grandes produtores de fumo e sede das maiores empresas de industrialização do fumo, não assinaram. E não vão assinar. Dos grandes produtores, até agora, parece que somente a Índia vai assinar.

E não se tem nenhuma medida com relação às fábricas que produzem o fumo. Estamos querendo matar o pequeno produtor, mas não há nenhuma restrição às grandes multinacionais que produzem o fumo no mundo inteiro.

Mas não era para se dizer que, anualmente, as fábricas diminuirão em tantos por cento a produção de tabaco? E não precisaria fazer mais nada, não teria mais produção, pois só existe produção porque alguém a compra. Mas uma medida como essa não foi feita.

Um dos grandes produtores de fumo é o Brasil. E ele está assinando. O maior exportador de fumo do mundo é o Brasil. E ele está assinando

Nós poderíamos, como os maiores produtores do mundo, como os maiores exportadores do mundo, exercer uma posição de autoridade: reunir as pessoas que defendem o meio ambiente para dizermos que iremos assinar, mas que os Estados Unidos têm de assinar, que a Europa tem de assinar, para que realmente a proposta tenha resultado. Essa é a tese que eu defendia.

Mas reconheço que o Senador Heráclito Fortes foi muito capaz. É uma pena que o prazo vença no próximo dia 07. O Governo brasileiro não emitiu nem uma vírgula nem uma medida – absolutamente nada – sobre o que se fazer com esses milhões, se eles não puderem mais produzir. Nada! Foi quando o Senador Heráclito falou com os ministros, se não me engano, principalmente com a Ministra Dilma Rousseff e afirmou: “Não vou dar o parecer, não haverá parecer para ser votado. Se o Governo não oferecer garantias, não disser em que termos iremos assinar a Convenção-Quadro, não iríamos assiná-la”.

E o Governo, que durante dois anos, não emitiu uma linha, uma vírgula, não fez absolutamente nada – justiça seja feita –, enviou um documento, que está aqui, assinado pelo Ministro da Saúde, pelo Ministro

das Relações Exteriores, pelo Ministro de Desenvolvimento e Reforma Agrária, pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo Ministro da Fazenda – que não queria abrir a boca e não dava uma garantia –, e pela Chefe da Casa Civil. E é um documento que merece respeito, onde expõe os termos em que o Brasil assina a Operação-Quadro:

O Brasil interpreta que, no contexto dos §§ 15 e 16 do preâmbulo, e dos arts. 4(6), 17 e 26(3) da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde, não há proibição à produção do tabaco ou restrição a políticas nacionais de apoio aos agricultores que atualmente se dedicam a essa atividade.

Além disso, declara ser imperativo que a Convenção seja instrumento efetivo para a mobilização de recursos técnicos e financeiros internacionais para auxiliar os países em desenvolvimento a viabilizarem alternativas econômicas à produção agrícola do tabaco, como parte de suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

Por fim, o Brasil também declara que não apoiará propostas que visem a utilizar a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, como instrumento para práticas discriminatórias ao livre comércio.

É uma posição do governo brasileiro, que diz que vai sentar e negociar. É uma posição do Governo brasileiro, que não vai ficar parado. É a coisa mais singela do mundo. As fábricas do Brasil e as fábricas de cigarro são as coisas mais baratas que existem, não é como uma fábrica de automóveis ou uma fábrica de tratores. Desmontam-na aqui e colocam-na no Paraguai e na Bolívia. Pequenos produtores existem em qualquer lugar do mundo.

Então, terminam com o maior produtor do mundo de tabaco, que é o Brasil, o maior exportador do mundo de tabaco, que é o Brasil, fecham todas as fábricas daqui porque é proibido produzir, e as fábricas são transferidas para a África, para a Bolívia, para o Paraguai.

Mas que tática econômico-política é essa do Brasil? O problema é que, se tiver que parar, tem de parar aqui e em outros lugares. Parar aqui, ir para o Paraguai e vir para cá pelo contrabando, sinceramente é algo que não tem lógica, não tem significado, não tem conteúdo.

Sr. Presidente, esse documento está dentro do parecer, não está anexado. Quem ler o parecer de aprovação do tratado lerá esse documento, com as assinaturas de seis Ministros e com a decisão da Co-

missão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado de que ela terá um representante nas reuniões que futuramente analisarão a matéria.

Eu entendo a proposta, Sr. Presidente, pelo meu estilo, pela minha maneira de ser, por quem eu sou, pois dou prioridade imensa aos mais humildes, aos mais fracos, aos mais necessitados, às nações que mais sofrem. E é evidente que, olhando para o mundo de hoje, vê-se que o cigarro é um dos grandes responsáveis de nossos males. Combatê-lo? Vamos combatê-lo. Mas com um mínimo de dignidade. Terminar como imaginávamos, esmagando os produtores de tabaco do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia e de outros Estados, seria cometer um crime.

Os Senadores do Rio Grande do Sul – Sérgio Zambiasi, Paulo Paim e eu – tinham a grande responsabilidade que o Senador Heráclito Fortes teve a grandeza de compreender. S. Ex^a disse ao Governo que não teria condições de olhar para nós, se viesse com um parecer não contemplando aquilo que viu no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, na Bahia e em outros Estados.

Eu ainda ia votar contra, apesar de tudo. Mas vou votar favoravelmente, Sr. Presidente, porque sinto que conquistamos uma grande vitória. Dentro das dificuldades, dentro do drama, diante do que estava previsto, diante do esquema que estava marcado – um esquema, meu amigo Heráclito, que foi quase diabólico –, não tomar nenhuma providência, não fazer nada e, de repente, chegar ontem e dizer que tem que ser votado esta semana porque, na semana que vem, tem feriado e dia 7 termina o prazo?! Se não fosse um homem de fibra e de dignidade como o Senador Heráclito Fortes, o cidadão se dobrava e a matéria passava tranquilamente. Não temos saída, é isso ou nada. E muitas pessoas viriam a esta tribuna, V. Ex^a sabe. Infelizmente tinha de mudar, tinha de ser diferente, mas agora não dá, dia 7 nós temos de votar. Não dá para não votar. Foi nisso que o Governo jogou. Foi nisso que o Governo jogou, deixando para a última semana.

No entanto, foi nisso que o Senador Heráclito e o bravo Presidente da nossa Comissão, Senador Sérgio Guerra – justiça seja feita –, mantiveram a posição firme de garantir: não sai. Ah, mas não vem. Então, não sai. Apenas às 21 horas de ontem o Senador Heráclito recebeu aqui a representante do Ministério entregando, em nome da Ministra, a Carta Compromisso do Governo do Brasil. E aí saiu.

Reparem como até em um assunto dessa natureza, desse significado, que implica uma produção de centenas de anos, de milhões de criaturas, até ontem

o Ministro da Fazenda não disse uma palavra. Se depender dele é zero. E se não tivéssemos a resistência que tivemos na Comissão de Agricultura, estaríamos passando por cima.

Por isso, agradeço à Comissão de Agricultura, agradeço ao Senador Heráclito Fortes, agradeço ao Senador Sérgio Guerra, agradeço à Ministra Dilma Rousseff, agradeço ao Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rossetto, que, realmente, pelas informações que tenho, correu e agiu com muita força no sentido de conseguir, enquanto outros nem tomaram conhecimento, assinaram por assinar, mas assinaram.

Então, um dia que ia ser uma tragédia é um dia de respeito, é um dia que em esta Casa fez por merecer o respeito da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao nobre Senador Pedro Simon.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vencido o período regimental da sessão, faço um apelo no sentido de que, na discussão da matéria, reduzamos o tempo de cada orador para cinco minutos cada.

Não havendo objeção do Plenário, assim procederemos.

Evidentemente, alguns Senadores extrapolarão, por necessidade, mas tendo como referência os cinco minutos.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias; em seguida, aos Senadores Aloizio Mercadante, Heloisa Helena e Mão Santa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é com muita satisfação que quero fazer justiça à competência do Senador Heráclito Fortes, cumprimentá-lo pela dedicação exemplar. Apanhou essa missão e dela se desincumbiu exemplarmente, sobretudo ouvindo. Esteve no meu Estado, esteve em vários outros Estados, foi ao interior do Paraná, na região onde se planta o fumo e que estava angustiada com a perspectiva de perder as oportunidades de trabalho e de vida digna com o aparecimento, evidentemente, de um drama social sem precedentes naquela região. E o Senador Heráclito Fortes teve a habilidade e a capacidade de articulação política de buscar o entendimento e consenso para estabelecer, ao final, uma proposta que nos permite, em tempo,

aprovar essa importante Convenção– Quadro sobre o controle do uso do tabaco.

Não quero abordar aqui, até pela escassez do tempo, as questões referentes ao interesse da saúde da população. Eu digo sempre que a saúde do povo é a suprema lei e deve-se colocar como prioridade absoluta. Mas há a necessidade de nos preocuparmos com as questões sociais. E é isso que levou o Senador Heráclito Fortes a percorrer vários pontos do País para sentir que estávamos na iminência de jogar para o ar 2,4 milhões empregos, 2,4 milhões postos de trabalho, direta ou indiretamente ligados à cultura do fumo e uma arrecadação ao redor de R\$5,5 bilhões em tributos.

Ora, o Senador Pedro Simon já abordou a presença de destaque do Brasil no cenário internacional, e gostaríamos de trazer mais alguns dados:

- R\$ 2,7 bilhões dos investimentos em mobilizações no Sul do Brasil;
- 226.650 famílias são ligadas diretamente à produção (no Sul e no Nordeste);
- a cultura do fumo gera mão-de-obra. Do total do custo da produção, 50% provém dela;
- do total de 190 mil famílias do Sul do Brasil, mais de 37 mil não possuem terras. Mesmo assim, elas encontram na cultura do fumo uma forma digna de sobreviver, participando ativamente da sociedade rural e mantendo seus filhos nas escolas;
- a maioria dos fumicultores são minifundiários, residem em regiões de terras acidentadas. Dificilmente permaneceriam na atividade agrícola sem a cultura do fumo, em virtude do tamanho reduzido da propriedade e do mercado instável das outras culturas;
- as fábricas de beneficiamento são responsáveis por mais de 30 mil empregos diretos;
- a atividade envolve 430 mil varejistas, com uma cadeia logística emprega 3,5 mil pessoas diretamente e mais 25 mil indiretas.

Estou me referindo apenas à minha região.

É claro que, caso não se pudesse produzir mais no Brasil legalmente, a atividade passaria à clandestinidade certamente. A dinamicidade do setor brasileiro de tabaco, tanto no campo quanto na indústria, seria transferida para outras Nações. Aliás, o Senador Pedro Simon já abordou essa questão. Da fumicultura vem o principal sustento da agricultura familiar em muitas regiões do País, especialmente Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Enfim, Sr. Presidente, são vários os motivos que levaram à protelação dessa solução. Não fosse, repito, a dedicação do Senador Heráclito Fortes, o seu interesse em solucionar da melhor forma possível, da maneira mais inteligente possível, certamente nós estaríamos hoje aqui divergindo em relação a esse tema. E, hoje, estamos possibilitando uma votação consensual, exatamente em razão desse entendimento.

Enfim, Sr. Presidente, nós esperamos que o documento aqui apresentado, com a assinatura de Ministros, seja de forma absoluta respeitado. Mas é bom destacar, para tranquilizar todos os trabalhadores desse setor, que o texto desse decreto, desse acordo que aprova o texto da Convenção-Quadro, dá a garantia da manutenção dos empregos, o que é fundamental.

Não fosse essa medida, essa providência, certamente não poderíamos votar hoje essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, por até cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apenas reforçar a importância da Convenção-Quadro no controle do uso do tabaco, pois se trata do primeiro esforço da comunidade internacional – 192 países caminham nessa direção – para que se avance no combate ao fumo, que deixa seqüelas para a saúde humana. No passado, elas não eram identificáveis, mas, hoje, são do conhecimento de todos e comprovadas cientificamente. São mais de 400 produtos tóxicos para o ser humano que se desdobram em doenças como câncer, enfisema e tantas outras, que, além de comprometerem a qualidade de vida e a longevidade das pessoas, aumentam os gastos com saúde e o esforço da Previdência Social.

Essa iniciativa da Organização Mundial de Saúde é a primeira na direção da saúde pública internacional e o Brasil, que presidiu a Convenção, foi o segundo País a assiná-la. Quero dizer que não é verdade que os grandes produtores não aderiram a ela, pois dos 15 maiores produtores de fumo sete já o fizeram. Inclusive, o terceiro maior produtor, que é a Índia, é signatário da convenção.

A Câmara dos Deputados discutiu a matéria durante nove meses e fez um seminário internacional para aprová-la, portanto a votação não foi feita de forma açodada.

Existe um movimento crescente da opinião pública, gerado pelas informações que o combate ao fumo

traz, que está levando a sociedade a se convencer de que não podemos mais conviver com essa prática. No Brasil, nos últimos seis anos, o consumo de cigarro foi reduzido em 50%, ou seja, caiu pela metade, o que mostra que os adolescentes, as pessoas que pararam de fumar, os ex-tabagistas, vão deixar de gastar com saúde, antibióticos, cirurgias, médicos e todas as seqüelas que isso traz para a vida humana. Devemos educar a juventude e ensinar-lhe que não precisa de cigarro para viver.

Se analisarmos as principais medidas que precisam ser adotadas, o Brasil já está implementando as mais importantes: política fiscal para encarecer o custo – já está aí –; medidas que se destinam a evitar o tabagismo passivo e que se fume em ambiente fechado – já estão sendo implementadas –; o controle do conteúdo dos produtos do tabaco – está sendo implementado –; adoção das embalagens que fazem advertência ao consumidor a respeito dos riscos – está sendo implementada –; educação do consumidor para combater o tabagismo – está sendo feito –; proibição constitucional da propaganda dos produtos do tabaco – o Brasil já adotou. O que falta ao Brasil? Faltam três itens: primeiro, combater o contrabando de cigarros – temos que avançar nesse esforço –; segundo, proibir os menores de idade de comprar cigarros – temos que avançar especialmente nesse segmento –; terceiro, incentivar o cultivo de culturas alternativas para as famílias que produzem o fumo.

Ocorre que 85% do que o País produz, Senador Pedro Simon, são destinados à exportação. A China vem aumentando o consumo violentamente. Portanto, está assegurado o mercado dessas famílias produtoras pelo menos por mais cinco ou seis anos, sem qualquer reversão, mesmo com a queda expressiva do consumo interno, que caiu 50% nos últimos seis anos. Por isso, o Brasil tem tempo para estimular culturas alternativas e foi feito um acordo, um decreto, com todas as políticas de assessoria técnica e de financiamento para se buscarem novas atividades.

É verdade que produzir cigarro gera emprego, renda e impostos. É verdade, mas funerária também gera; hospital e UTI também geram; os remédios que são consumidos também geram. No entanto, precisamos discutir não somente a geração de emprego e renda, mas a qualidade de vida e de desenvolvimento, colocando a vida como o valor mais importante numa sociedade civilizada e contemporânea.

Portanto, quero parabenizar o Senado Federal, agradecer a todos os Senadores, o esforço do Governo e a participação da Oposição na construção coletiva

para a assinatura dessa Convenção, que é a primeira na história internacional de defesa da saúde pública e, seguramente, salvará milhões e milhões de vidas neste Planeta. Trata-se de uma atitude sábia que 192 nações estão adotando para que se avance nessa perspectiva e o Brasil, mais uma vez, está na vanguarda da luta pela saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena por até cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim como outros Parlamentares, quero saudar todos os gestos que foram feitos pelo Senador Heráclito no sentido de possibilitar a discussão e a intervenção dos produtores e dos Parlamentares preocupados com a Convenção, forçando o Governo – porque, de fato, foi o que aconteceu – a estabelecer algumas condições que eram necessárias para se garantir a transição.

Os Senadores Pedro Simon e Paulo Paim trataram do tema e sei da preocupação do Senador Tião Viana, como médico e também preocupado com os pequenos produtores. Conseguimos, até que enfim, chegar a um acordo para garantir a aprovação da Convenção.

O debate sobre a *Nicotiana tabacum* – nome científico do tabaco – não é novo. Muitos estudiosos já tiveram a oportunidade de fazê-lo ao longo da História da Humanidade, até porque a utilização dessa planta data, Senadora Patrícia, de mais de mil anos antes de Cristo. Estudos mostram que sociedades indígenas utilizavam essa planta nos rituais mágicos para a preparação dos guerreiros. No século XVI, ela começou a ser usada, devido aos seus componentes medicinais, no tratamento de úlceras de pele e de enxaqueca. Depois, a partir de 1840, passou a ser tragada ou aspirada por homens e mulheres. Com isso, surgiu a velha e conhecida estrutura do *marketing*, da publicidade e dos grandes interesses comerciais. O tabaco – que, mil anos antes de Cristo, era utilizado como mecanismo de purificação pelas sociedades indígenas e que foi utilizada pelas suas propriedades medicinais – passou a ser consumido largamente por mulheres, homens e, cada vez mais, crianças. Hoje, a iniciação, em mais de 12%, é feita por crianças de 10 a 12 anos, ainda como estudantes.

A partir da década de 60, muitos relatórios científicos passaram a demonstrar, claramente, a vinculação da utilização do tabaco, da nicotina, com as doenças crônico-degenerativas. Como já tive a oportunidade

de dizer, meu pai morreu justamente no ano em que eu nasci, quando eu tinha dois meses de idade, de câncer no pulmão, provocado pela utilização abusiva do fumo.

Como todos os estudos demonstram isso, a nossa grande preocupação era justamente nessa fase de transição.

Em Alagoas, especialmente na grande região de Arapiraca, os pequenos produtores submetem-se à cultura do fumo porque não têm outra alternativa. Como esse produto tem comprador potencial garantido, eles acabam-se restringindo a apenas essa forma de plantio.

Por esse motivo, como disseram os Senadores Heráclito e Tião Viana, garantir essa regra de transição é essencial, assim como, conforme foi cobrado pelo Senador Pedro Simon, o seu acompanhamento, porque muitos desses acordos e convenções são assinados e depois se constitui um abismo entre o que foi aprimorado na legislação e a realidade objetiva da sociedade, de uma forma geral, e dos pequenos produtores.

Então, é essencial que sejam estabelecidos os mecanismos de controle para garantir o zoneamento agrícola, a assistência técnica, a política de preços, o subsídio agrícola, o protecionismo das novas culturas que serão instaladas, substituindo a cultura fumageira. Portanto, é essencial que isso seja feito.

Mas eu não poderia encerrar o meu pronunciamento, Senador Tião Viana, sem fazer uma crítica contundente – já fiz esta crítica aqui centenas de vezes e volto a repeti-la – e, por mais que V. Ex^a, Senador Tião Viana, não concorde com a adjetivação que vou fazer, sei que V. Ex^a, no mérito, concorda inteiramente com o que eu vou dizer. Venho, mais uma vez, cobrar o atual Governo do mesmo jeito que eu aqui fiz durante quatro anos ao Governo Fernando Henrique, e já estamos no final do terceiro ano do Governo Lula, que continua a reproduzir a mesma carcomida e velha covardia diante da publicidade de bebidas alcoólicas, especialmente diante das cervejarias. É uma coisa inadmissível. O fumo tem complicações e agravos à saúde do indivíduo, e há relatórios científicos que mostram também o agravo à saúde do feto e à do fumante passivo. Mas há toda uma polêmica no mundo da ciência também, especialmente em relação ao fumante passivo. É verdade que o fumo promove doenças crônico-degenerativas extremamente graves. Agora, é inadmissível a covardia do Governo em relação ao problema do álcool. O álcool, mais do que o agravo à saúde individual, promove agravos à saúde do indivíduo, da família e da sociedade. É inadmissível a covardia do Governo em

relação à publicidade de bebidas alcoólicas. Volto a repetir: o álcool é causa de uma doença psicotrópica, infelizmente socialmente aceita e irresponsavelmente estimulada pela propaganda enganosa e pela covardia dos governos. O álcool está relacionado não só aos agravos à saúde individual – inclusive, do mesmo jeito que o fumo, vinculado a doenças crônico-degenerativas –, mas o álcool é muito pior do que o cigarro, porque o álcool envolve os mais graves acidentes de trânsito, vinculados ao maior número de acidentes graves com morte. Os assassinatos estão diretamente vinculados a bebidas alcoólicas. Há pesquisas para todas as alternativas, desde as entidades dos movimentos de trabalhadores, ao instituto nacional que cuida de drogas psicotrópicas, à Fiesp, a entidades ligadas aos trabalhadores, a organizações do mundo todo. As mais importantes pesquisas científicas no campo da saúde e da violência mostram como transformar o cidadão pacato em um assassino potencial com a utilização de bebidas alcoólicas.

Então, o álcool está vinculado aos mais graves acidentes de trânsito, aos assassinatos, à violência sexual e aos espancamentos em relação a crianças e mulheres dentro de suas próprias casas. E o Governo, que muitas vezes se finge de leão diante do problema do fumo, comporta-se como um gatinho sarnento e acovardado diante das bebidas alcoólicas.

Sei – e já cobrei várias vezes aqui a aprovação – que há projetos de vários Senadores: há um projeto do ex-Senador Requião, que hoje já é Governador e nunca teve seu projeto aprovado; da ex-Senadora Emilia Fernandes; da Senadora Marina Silva; do Senador Eduardo Suplicy; do Senador Geraldo Mesquita; do Senador Maguito Vilela; de minha autoria, e de vários outros que talvez eu não esteja me lembrando. E o Governo, mais uma vez, continua acovardado. Temos que assistir, todos os dias, a propagandas de uma droga psicotrópica, irresponsavelmente aceita na sociedade e estimulada pela publicidade, e o Governo acovardado diante do “tssss” das latinhas das cervejarias.

Então, fica aqui o meu voto absolutamente favorável à regra de transição que foi construída, ao acompanhamento que tem que ser feito, porque é o acompanhamento, volto a repetir, em relação ao zoneamento agrícola, à assistência técnica, à política de preços, ao subsídio agrícola, aos mecanismos protectionistas para substituição da lavoura do fumo. E, mais uma vez, deixo aqui o meu protesto diante da covardia do Governo Lula, que repete o Governo Fernando Henrique, e da sua medíocre base de bajulação, que impede que os projetos que são relacionados à publi-

cidade das bebidas alcoólicas possam ser apreciados e aprovados nesta Casa.

É só, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

V. Exª dispõe de cinco minutos, a exemplo da Senadora Heloísa Helena.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senadora Patrícia Saboya Gomes, atentai bem: Fagner, e não Wagner, Senador Pedro Simon, um compositor e cantor lá do Ceará – por isso que citei a Senadora Patrícia –, tem uma música muito interessante, cujo tema me preocupa bastante. O título é “Guerreiro Menino”. É linda! Mas a letra é mais ou menos assim: “menino guerreiro, luta, precisa de um remanso, mas ele tem um sonho, se se castra esse sonho... O seu sonho é o trabalho, se se castra esse sonho, ele mata, morre e não é feliz”.

É o trabalho!

Senador Pedro Simon, eu estou aqui, esperando, e ouvi, porque eu fui o primeiro Senador a participar disso tudo. De repente, chega um convite, Senador Heráclito Fortes, da Comissão de Relações Exteriores e do extraordinário Professor Cristovam Buarque para eu ir a Buenos Aires participar de um estudo dessa Convenção-Quadro. O Professor Cristovam Buarque perguntou se eu gostaria de ir. Senador Heráclito Fortes, Buenos Aires, tango, vinho e tal! Eu fui. Então, eu vi nascer, e dei as informações com a minha sinceridade.

Senador Pedro Simon, eu sou do Piauí. A gente não tem medo, não. O gaúcho também não tem. Mas, quando vi isso, fiquei foi com medo. Fiquei com medo, Senador. O desemprego... Está aí o que o Fagner nos diz: o sonho é o trabalho; castrou esse sonho, mata, morre, e não é feliz. Então, fui franco com os organizadores, uma ONG poderosa do Canadá. Poucos países assinaram, poucos. Eu tive medo, e abri o jogo de como podiam proceder. Eu disse que esta Casa não se curvaria a nenhuma influência dos poderosos banqueiros. Esse é o conceito, Senador Renan Calheiros. Por isso é que ainda estou aqui uma hora dessa. Porque eu cheguei aqui por meio das bênçãos de Deus, do estudo e do trabalho. Então, eu disse que, aqui, o caminho não era esse; que talvez eu estivesse lá por-

que o Professor Cristovam Buarque vira em mim um médico. Então, a vida me permitiu ser, Professor e Senador Tião Viana, Senador e médico, um conhecedor dos malefícios. Quantas vezes vi câncer broncogene de pulmão! Senador Heráclito, esse mal é ligeiro, é dramático; as úlceras pépticas, as gastrites, os problemas vasculares.

Mas disse que o nosso País estava avançando. Avançou muito e foi aqui, por intermédio de Ministro de Saúde, de campanhas, no próprio pacote de cigarros, em que aparece como *marketing* advertências quanto aos malefícios. Tem um deles, Senador Heráclito, que fala até: “não use porque causa impotência”.

Então, isso mostra a seriedade e a responsabilidade deste País e das ciências de saúde.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – De nós. Quer dizer, nós não somos índios, não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agora, **malus minus**. O que eu temo é o desemprego.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a poderia esclarecer mais um pouco sobre essa sua viagem a Buenos Aires, onde foi discutir essa... O que o assustou tanto?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O que me assustou foi o ...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a foi convidado por uma ONG canadense. Eu já entendi.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim, do Canadá. O que nos assustou foi que queriam pressa. Então, eu dizia que é um desconhecimento e um desrespeito em relação a este País. Está em todos os cartões postais daqui: Brasília, onde Niemeyer, Presidente Renan, colocou o Senado, uma cúpula para baixo, dizendo que aqui não é Casa de pressa, que aqui é o Poder Moderador. Não tem pressa aqui. E já dizia até o Presidente Lula: “quem come apressado come cru”. Não poderíamos ter pressa nisso. E orientei, com sinceridade, aos organizadores, que isso poderia ir avante, com a influência do Ministro Roberto Rodrigues. No momento, Senador Heráclito Fortes, ele estava no auge de prestígio pelas conquistas dos dados da agricultura. E disse que precisariam conquistar aqui os Estados produtores. Eu jamais estaria incluído, porque o Piauí não é produtor. No Nordeste, é a Bahia, Sergipe, Alagoas. E, se tem o Rio Grande do Sul, deveriam conquistar os Senadores do Rio Grande do Sul para se debruçarem sobre isso. Pedro Simon e os de Santa Catarina. Mas,

chegamos até hoje, e, do Governo, lembrava o nome de Tião Viana, porque, além das implicações médicas, tem essa do desemprego, o que é complicado. Senador Heráclito, estivemos agora na Suíça. Olha, toda aquela paz, aquela tranquilidade... Eu não vi um menino de rua, um esmoler, mas isso é porque o desemprego é o mínimo possível. Então, temos de ver isso. Senti o Piauí não ter isso, mas lá os curtumes causam mal ao meio ambiente e temos alternativa para manter os curtumes, porque eles propiciam emprego. Atentai bem! Quantos milhões de pessoas dependem disso?

Mas, Senador Heráclito Fortes, quis Deus que o Piauí não abandonasse a luta, caísse nas mãos de Heráclito Fortes, com a vivência neste Parlamento, com a vivência de fazer lei, de acompanhar, leis boas e justas, muito mais do que nós. S. Ex^a foi o Relator e sensibilizou todas as áreas produtivas. Então, venho aqui louvar, aplaudir o trabalho extraordinário do Senador Heráclito Fortes.

Senador Heráclito Fortes, tive medo de liderar esse processo. V. Ex^a demonstrou – e como piauiense nos engrandece – essa competência de enfrentar, resguardando o emprego, respeitando as lideranças dos Estados produtores.

Não é sem razão que, há poucos instantes, V. Ex^a recebia um telefonema do Governador Rigotto, do Rio Grande do Sul, pelo encaminhamento.

Então, Senador Renan, parabênizo e penso que o Senado deve funcionar assim. Este é o Senado do qual nos orgulhamos, que busca, por meio da pesquisa, do trabalho e da seriedade, fazer leis boas e justas. Que o Senado seja, sobretudo, este Poder moderador, mas que controla toda a existência democrática no País.

Então, quero cumprimentar a todos, o Presidente, o Governo e o Senador Heráclito Fortes, que sensibilizou e comprometeu seis Ministros deste Governo, que serão responsáveis por qualquer malefício que venha a acontecer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como Relator, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Relator. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, a cada momento, a minha admiração por V. Ex^a se torna crescente. Assisti ao seu pronunciamento e vi quando V. Ex^a leu uma carta que recebeu da Sr^a Paula Johns, Coordenadora da ONG Tabaco Zero.

Longe de ofender pessoalmente este Relator, a entrevista dela ao jornal **O Estado de S. Paulo** ofendeu a Comissão e a Casa, quando colocava em dúvi-

da a demora na discussão da matéria, fazendo ilações quanto a uma suposta participação de Senadores no mensalão das multinacionais do fumo.

Há 15 anos, eu teria outra atitude, reagiria de imediato, teria outro comportamento. Creio que estes dois anos nesta Casa deram-me outra noção de como encarar os fatos. Prefiro o silêncio, embora tenha ficado indignado com a insinuação feita de maneira generalizada.

O livro do *Eclesiastes*, Senador Mão Santa, é fantástico. Diz que o homem é dono da palavra guardada e é escravo da palavra anunciada. Uma das coisas que mais atrapalhou a discussão dessa matéria foi exatamente a briga entre as ONGs e um grupo de produtores, que levaram para o campo ideológico, para o terreno partidário, quando a questão era outra, Senador Renan Calheiros.

O processo começou a avançar quando tive a sensibilidade, pela convivência nessa discussão, desse extremismo, quando afastei da discussão as ONGs e os produtores. Mas quero fazer uma ressalva: em nenhum momento, recebi, em meu Gabinete, seja por telefonema ou por visita, qualquer diretor ou representante de multinacional ou de grandes fabricantes de fumo. Recebi a ONG, inclusive a Dr^a Paula, e os produtores da Afubra.

É evidente que hoje alguns Senadores não queriam votar a matéria até que houvesse um esclarecimento por parte da Dr^a Carla e da sua ONG sobre as acusações feitas.

É verdade também que a Comissão de Agricultura tomou providências judiciais com relação à afirmativa da matéria e que a Sr^a Paula Johns fez uma carta muito bem escrita e propositada sobre a questão.

E aí vem o que eu já sabia e que foi dito pelo Senador Mão Santa, que foi a Buenos Aires, indicado pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a convite de uma ONG internacional que tem exatamente como líder a Sr^a Paula Johns. Não existe uma maneira mais hábil de se tentar mudar a opinião de um cidadão. Daí por que ele se assustou, independentemente de ser representante do Senado da República.

Então, acho que a inexperiência, a pouca vivência da Sr^a Paula Johns em lidar com essas coisas levou-a ao exercício da leviandade e da pressa de acusar o Senado...

(Continua o Sr. Heráclito Fortes)

e da pressa de acusar o Senado ou alguns Senadores em um momento como esse.

Quero dizer a V. Ex^a que foi muito bem lida, oportunamente lida, a carta. Servirá para que, tenho certeza, os Senadores retirem as providências judiciais que tomaram contra essa jovem líder de ONG.

Aliás, Senador Tião Viana, Presidente Renan Calheiros, o Brasil tem que ter cuidado com as ONGs que estão espalhadas por aí. Existem vários tipos de ONGs, principalmente as que usam as verbas internacionais, que usam os expedientes que condenam nos outros, mas que praticam. É preciso que haja alguma forma de fiscalizar e regulamentar o exercício dessas organizações, para que ONGs que prestam serviços relevantes à nação não sejam confundidas com as de oportunidade.

Fico inteiramente satisfeito com a carta que, por intermédio de V. Ex^a, Senador Tião Viana, a Dr^a Paula Johns mandou ao Congresso Nacional. Não me senti atingido. Muito pelo contrário, tenho certeza de que não foi dirigida a mim nem ao meu relatório. Creio que a melhor resposta foi exatamente a do depoimento do Senador Mão Santa.

Esta é uma Casa de homens livres. Não é o simples fato de participar de um encontro, de um debate ou de uma viagem que se vai mudar de opinião. Temos, aqui, obrigação com o Estado que representamos, temos obrigação com a nação. E o que se procurou, Senador Renan Calheiros, nesse episódio, foi sensibilizar o Governo e movimentá-lo no sentido de que corrigisse a rota da sua atuação no episódio. Graças a V. Ex^a, Senador Tião Viana, conseguimos.

Quero, por fim, agradecer ao Consultor Gustavo Henrique Taglialegna pelo trabalho, ele que nos acompanhou desde o primeiro momento fazendo as versões alternativas desse relatório, para que pudéssemos chegar, finalmente, a esse que atende às duas partes. Ambas acham que têm razão: o produtor e os que combatem quem consome.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

As recomendações da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária serão encaminhadas ao Poder Executivo.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 602, DE 2004

(Nº 1.281/04, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, 16 de junho de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, 16 de junho de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão dos termos da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

MAIO DE 2003

Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

PREÂMBULO

As Partes desta Convenção

Determinadas a dar prioridade ao seu direito de proteção à saúde pública;

Reconhecendo que a propagação da epidemia do tabagismo é um problema global com sérias consequências para saúde pública, que demanda a mais ampla cooperação internacional possível e a participa-

ção de todos os países em uma resposta internacional eficaz, apropriada e integral;

Tendo em conta a preocupação da comunidade internacional com as devastadoras consequências sanitárias, sociais, econômicas e ambientais geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, em todo o mundo;

Seramente preocupadas com o aumento do consumo e da produção mundial de cigarros e outros produtos de tabaco, particularmente nos países em desenvolvimento, assim como o ônus que se impõe às famílias, aos pobres e aos sistemas nacionais de saúde;

Reconhecendo que a ciência demonstrou de maneira inequívoca que o consumo e a exposição à fumaça do tabaco são causas de mortalidade, morbidade e incapacidade e que as doenças relacionadas ao tabaco não se revelam imediatamente após o início da exposição à fumaça do tabaco e ao consumo de qualquer produto derivado do tabaco;

Reconhecendo ademais que os cigarros e outros produtos contendo tabaco são elaborados de maneira sofisticada de modo a criar e a manter a dependência, que muitos de seus compostos e a fumaça que produzem são farmacologicamente ativos, tóxicos, mutagênicos, e cancerígenos, e que a dependência ao tabaco é classificada separadamente como uma enfermidade pelas principais classificações internacionais de doenças;

Admitindo também que há evidências científicas claras de que a exposição pré-natal à fumaça do tabaco causa condições adversas à saúde e ao desenvolvimento das crianças;

Profundamente preocupadas com o elevado aumento do número de fumantes e outras formas de consumo de tabaco entre crianças e adolescentes em todo o mundo, particularmente com o fato de que se começa a fumar em idades cada vez menores;

Alarmadas pelo aumento do número de fumantes e de outras formas de consumo de tabaco por mulheres e meninas em todo o mundo e tendo presente a importância da participação plena das mulheres em todos os níveis de elaboração e implementação de políticas, bem como da necessidade de estratégias de controle específicas para cada gênero;

Profundamente preocupadas com o elevado número de fumantes e de outras formas de consumo do tabaco por membros de povos indígenas;

Seramente preocupadas com o impacto de todos os tipos da publicidade, promoção e patrocínio destinados a estimular o uso de produtos de tabaco;

Reconhecendo que uma ação cooperativa é necessária para eliminar todas as formas de tráfico ilícito de cigarros e de outros produtos de tabaco, incluídos contrabando, fabricação ilícita e falsificação;

Reconhecendo que o controle do tabaco em todos os níveis, e particularmente nos países em desenvolvimento e nos de economia em transição, requer recursos financeiros e técnicos suficientes e adequados às necessidades atuais e estimadas para as atividades de controle do tabaco;

Reconhecendo a necessidade de estabelecer mecanismos apropriados para enfrentar as consequências sociais e econômicas que, a longo prazo, surgirão com o êxito das estratégias de redução da demanda de tabaco;

Conscientes das dificuldades sociais e econômicas que podem gerar a médio e longo prazo os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou com economias em transição, e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas no nível nacional;

Conscientes do valioso trabalho sobre controle do tabaco conduzido por vários Estados, destacando a liderança da Organização Mundial de Saúde, bem como os esforços de outros organismos e entidades do sistema das Nações Unidas e de outras organizações intergovernamentais internacionais e regionais no estabelecimento de medidas de controle do tabaco;

Enfatizando a contribuição especial de organizações não-governamentais e de outros membros da sociedade civil não vinculados à indústria do ta-

baco – incluindo as associações de profissionais da saúde, de mulheres, de jovens, de ambientalistas e de grupo de consumidores e instituições docentes e de atenção à saúde – às atividades de controle do tabaco no âmbito nacional e internacional, bem como a importância decisiva de sua participação nas atividades nacionais e internacionais de controle do tabaco;

Reconhecendo a necessidade de manter a vigilância ante qualquer tentativa da indústria do tabaco de minar ou desvirtuar as atividades de controle do tabaco, bem como a necessidade de manterem-se informadas sobre as atuações da indústria do tabaco que afetem negativamente às atividades de controle do tabaco;

Recordando o Art. 12 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, pelo qual se declara que toda pessoa tem direito de gozar o mais elevado nível de saúde física e mental;

Recordando ainda o preâmbulo da Constituição da Organização Mundial de Saúde, que afirma que o gozo do mais elevado nível de saúde que se possa alcançar é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, ideologia política, condição econômica ou social;

Determinadas a promover medidas de controle do tabaco fundamentadas em considerações científicas, técnicas e econômicas atuais e pertinentes;

Recordando que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 18 de dezembro de 1979, dispõe que os Estados Participantes daquela convenção devem tomar as medidas cabíveis para eliminar a discriminação contra as mulheres na área da atenção médica,

Recordando ademais que a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, dispõe que os Estados Participantes daquela convenção reconhecem o direito da criança de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde,

Acordaram o seguinte:

PARTE I: INTRODUÇÃO

ARTIGO 1

Uso de Termos

Para os fins da presente Convenção:

(a) “comércio ilícito” é qualquer prática ou conduta proibida por lei, relacionada à produção, envio, recepção, posse, distribuição, ven-

da ou compra, incluída toda prática ou conduta destinada a facilitar essa atividade:

(b) "organização regional de integração econômica" é uma organização integrada por Estados soberanos, que transferiram àquela organização regional competência sobre uma diversidade de assuntos, inclusive a faculdade de adotar decisões de natureza mandatória para seus membros em relação àqueles assuntos;¹

(c) "publicidade e promoção do tabaco" é qualquer forma de comunicação, recomendação ou ação comercial com o objetivo, efeito ou provável efeito de promover, direta ou indiretamente, um produto do tabaco ou o seu consumo;

(d) "controle do tabaco" é um conjunto de estratégias direcionadas à redução da oferta, da demanda e dos danos causados pelo tabaco, com o objetivo de melhorar a saúde da população, eliminando ou reduzindo o consumo e a exposição à fumaça de produtos de tabaco;

(e) indústria do tabaco" é o conjunto de fabricantes, distribuidores atacadistas e importadores de produtos de tabaco;

(f) "produtos de tabaco" são todos aqueles total ou parcialmente preparados com a folha de tabaco como matéria prima, destinados a serem fumados, sugados, mascarados ou aspirados;

(g) "patrocínio do tabaco" é qualquer forma de contribuição a qualquer evento, atividade ou indivíduo com o objetivo, efeito ou possível efeito de promover, direta ou indiretamente, um produto do tabaco ou o seu consumo;

ARTIGO 2

Relação entre a presente Convenção e outros acordos e instrumentos jurídicos

1. Com vistas a melhor proteger a saúde humana, as Partes são estimuladas a implementar medidas que vão além das requeridas pela presente Convenção

¹Quando apropriado, o termo "nacional" se referirá igualmente a organizações de integração econômica regional.

e de seus protocolos, e nada naqueles instrumentos impedirá que uma Parte imponha exigências mais rígidas, compatíveis com suas disposições internas e conforme ao Direito Internacional.

2. As disposições da Convenção e de seus protocolos em nada afetarão o direito das Partes de celebrar acordos bilaterais ou multilaterais, inclusive acordos regionais ou sub-regionais, sobre questões relacio-

nadas à Convenção e seus protocolos ou adicionais a ela e seus protocolos, desde que esses acordos sejam compatíveis com as obrigações estabelecidas pela Convenção e seus protocolos. As Partes envolvidas deverão notificar tais acordos à Conferência das Partes, por intermédio da Secretaria.

PARTE II: OBJETIVO, PRINCÍPIOS NORTEADORES E OBRIGAÇÕES GERAIS

ARTIGO 3

Objetivo

O objetivo da presente Convenção e de seus protocolos é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

ARTIGO 4

Princípios Norteadores

Para atingir o objetivo da presente Convenção e de seus protocolos e para implementar suas disposições, as Partes serão norteadas, *inter alia*, pelos seguintes princípios:

1. Toda pessoa deve ser informada sobre as consequências sanitárias, a natureza aditiva e a ameaça mortal imposta pelo consumo e a exposição à fumaça do tabaco e medidas legislativas, executivas, administrativas e outras medidas efetivas serão implementadas no nível governamental adequado para proteger toda pessoa da exposição à fumaça do tabaco.

2. Faz-se necessário um compromisso político firme para estabelecer e apoiar, no âmbito nacional, regional e internacional, medidas multisetoriais integrais e respostas coordenadas, levando em consideração:

(a) a necessidade de tomar medidas para proteger toda pessoa da exposição à fumaça do tabaco;

(b) a necessidade de tomar medidas para prevenir a iniciação, promover e apoiar a cessação e alcançar a redução do consumo de tabaco em qualquer de suas formas;

(c) a necessidade de adotar medidas para promover a participação de pessoas e comunidades indígenas na elaboração, implementação e avaliação de programas de controle do tabaco que sejam social e cultu-

ralmente apropriados as suas necessidades e perspectivas; e

(d) a necessidade de tomar medidas, na elaboração das estratégias de controle do tabaco, que tenham em conta aspectos específicos de gênero.

3. Uma parte importante da Convenção é a cooperação internacional, especialmente no que tange à transferência de tecnologia, conhecimento e assistência financeira, bem como à prestação de assessoria especializada com o objetivo de estabelecer e aplicar programas eficazes de controle do tabaco, tomando em conta os fatores culturais, sociais, econômicos, políticos e jurídicos locais.

4. Devem ser adotadas, no âmbito nacional, regional e internacional, medidas e respostas multisetoriais integrais para reduzir o consumo de todos os produtos de tabaco, com vistas a prevenir, de conformidade com os princípios de saúde pública, a incidência das doenças, da incapacidade prematura e da mortalidade associadas ao consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

5. As questões relacionadas à responsabilidade, conforme determinado por cada Parte dentro de sua jurisdição, são um aspecto importante para um amplo controle do tabaco.

6. Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição.

7. A participação da sociedade civil é essencial para atingir o objetivo da Convenção e de seus protocolos.

ARTIGO 5 **Obrigações Gerais**

1. Cada Parte formulará, aplicará e atualizará periodicamente e revisará estratégias, planos e programas nacionais multisetoriais integrais de controle do tabaco, de conformidade com as disposições da presente Convenção e dos protocolos aos quais tenha aderido.

2. Para esse fim, as Partes deverão, segundo as suas capacidades:

(a) estabelecer ou reforçar e financiar mecanismo de coordenação nacional ou pontos focais para controle do tabaco; e

(b) adotar e implementar medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas e cooperar, quando apropriado, com outras Partes na elaboração de políticas adequadas para prevenir e reduzir o consumo de tabaco, a dependência da nicotina e a exposição à fumaça do tabaco.

3. Ao estabelecer e implementar suas políticas de saúde pública relativas ao controle do tabaco, as Partes agirão para proteger essas políticas dos interesses comerciais ou outros interesses garantidos para a indústria do tabaco, em conformidade com a legislação nacional.

4. As Partes cooperarão na formulação de medidas, procedimentos e diretrizes propostos para a implementação da Convenção e dos protocolos aos quais tenham aderido.

5. As Partes cooperarão, quando apropriado, com organizações intergovernamentais internacionais e regionais e com outros órgãos competentes para alcançar os objetivos da Convenção e dos protocolos aos quais tenham aderido.

6. As Partes cooperarão, tendo em conta os recursos e os meios a sua disposição, na obtenção de recursos financeiros para a implementação efetiva da Convenção por meio de mecanismos de financiamento bilaterais e multilaterais.

PARTE III: MEDIDAS RELATIVAS À REDUÇÃO DA DEMANDA DE TABACO

ARTIGO 6

Medidas Relacionadas a Preços e Impostos para Reduzir a Demanda de Tabaco

1. As Partes reconhecem que medidas relacionadas a preços e impostos são meios eficazes e importantes para que diversos segmentos da população, em particular os jovens, reduzam o consumo de tabaco.

2. Sem prejuízo do direito soberano das Partes em decidir e estabelecer suas respectivas políticas tributárias, cada Parte levará em conta seus objetivos nacionais de saúde no que se refere ao controle do tabaco e adotará ou manterá, quando aplicável, medidas como as que seguem:

a) aplicar aos produtos do tabaco políticas tributárias e, quando aplicável, políticas de preços para contribuir com a consecução dos objetivos de saúde tendentes a reduzir o consumo do tabaco;

b) proibir ou restringir, quando aplicável, aos viajantes internacionais, a venda e/ou a importação de produtos de tabaco livres de imposto e livres de tarifas aduaneiras.

3. As Partes deverão fornecer os índices de taxaço para os produtos do tabaco e as tendências do consumo de produtos do tabaco, em seus relatórios periódicos para a Conferência das Partes, em conformidade com o artigo 21.

ARTIGO 7

Medidas não Relacionadas a Preços para Reduzir a Demanda de Tabaco

As Partes reconhecem que as medidas integrais não relacionadas a preços são meios eficazes e importantes para reduzir o consumo de tabaco. Cada Parte adotará e aplicará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas eficazes necessárias ao cumprimento de suas obrigações decorrentes dos artigos 8 a 13 e cooperará com as demais Partes, conforme proceda, diretamente ou pelo intermédio dos organismos internacionais competentes, com vistas ao seu cumprimento. A Conferência das Partes proporá diretrizes apropriadas para a aplicação do disposto nestes artigos.

ARTIGO 8

Proteção Contra a Exposição à Fumaça do Tabaco

1. As Partes reconhecem que a ciência demonstrou de maneira inequívoca que a exposição à fumaça do tabaco causa morte, doença e incapacidade.

2. Cada Parte adotará e aplicará, em áreas de sua jurisdição nacional existente, e conforme determine a legislação nacional, medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas eficazes de proteção contra a exposição à fumaça do tabaco em locais fechados de trabalho, meios de transporte público, lugares públicos fechados e, se for o caso, outros lugares públicos, e promoverá ativamente a adoção e aplicação dessas medidas em outros níveis jurisdicionais.

ARTIGO 9

Regulamentação do Conteúdo dos Produtos de Tabaco

A Conferência das Partes, mediante consulta aos organismos internacionais competentes, proporá diretrizes para a análise e a mensuração dos conteúdos e emissões dos produtos de tabaco, bem como para a regulamentação desses conteúdos e emissões. Cada Parte adotará e aplicará medidas legislativas, executivas e administrativas, ou outras medidas eficazes aprovadas pelas autoridades nacionais competentes, para a efetiva realização daquelas análises, mensuração e regulamentação.

ARTIGO 10

Regulamentação da Divulgação das Informações sobre os Produtos de Tabaco

Cada Parte adotará e aplicará, em conformidade com sua legislação nacional, medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas eficazes para exigir que os fabricantes e importadores de produtos de tabaco revelem às autoridades governamentais a informação relativa ao conteúdo e às emissões dos produtos de tabaco. Cada Parte adotará e implementará medidas efetivas para a divulgação ao público da informação sobre os componentes tóxicos dos produtos de tabaco e sobre as emissões que possam produzir.

ARTIGO 11

Embalagem e Etiquetagem de Produtos de Tabaco

1. Cada Parte, em um período de três anos a partir da entrada em vigor da Convenção para essa Parte, adotará e implementará, de acordo com sua legislação nacional, medidas efetivas para garantir que:

(a) a embalagem e a etiquetagem dos produtos de tabaco não promovam produto de tabaco de qualquer forma que seja falsa, equivocada ou enganosa, ou que possa induzir ao erro, com respeito a suas características, efeitos para a saúde, riscos ou emissões, incluindo termos ou expressões, elementos descritivos, marcas de fábrica ou de comércio, sinais figurativos ou de outra classe que tenham o efeito, direto ou indireto, de criar a falsa impressão de que um determinado produto de tabaco é menos nocivo que outros. São exemplos dessa promoção falsa, equivocada ou enganosa, ou que possa induzir a erro, expressões como **low tar** (baixo teor de alcatrão), **light**, **ultra light** ou **mild** (suave); e

(b) cada carteira unitária e pacote de produtos de tabaco, e cada embalagem externa e etiquetagem de tais produtos também contenham advertências descrevendo os efeitos nocivos do consumo do tabaco, podendo incluir outras mensagens apropriadas. Essas advertências e mensagens:

(i) serão aprovadas pela autoridade nacional competente;

(ii) serão rotativas;

(iii) serão amplas, claras, visíveis e legíveis;

(iv) ocuparão 50% ou mais da principal superfície exposta e em nenhum caso menos que 30% daquela superfície;

(v) podem incluir imagens ou pictogramas.

2. Cada carteira unitária e pacote de produtos de tabaco, e cada embalagem externa e etiquetagem de tais produtos deverá conter, além das advertências especificadas no parágrafo 1(b) do presente artigo, informações sobre os componentes e as emissões relevantes dos produtos de tabaco, tais como definidos pelas autoridades nacionais competentes.

3. Cada Parte exigirá que as advertências e a informação especificada nos parágrafos 1(b) e 2 do presente artigo figurem – em cada carteira unitária, pacote de produtos de tabaco, e em cada embalagem externa e etiquetagem de tais produtos – em seu idioma, ou em seus principais idiomas.

4. Para os fins deste artigo, a expressão “embalagem externa e etiquetagem”, em relação a produtos de tabaco, aplica-se a qualquer embalagem ou etiquetagem utilizadas na venda no varejo de tais produtos.

ARTIGO 12

Educação, Comunicação, Treinamento e Conscientização do Público

Cada Parte promoverá e fortalecerá a conscientização do público sobre as questões de controle do tabaco, utilizando, de maneira adequada, todos os instrumentos de comunicação disponíveis. Para esse fim, cada Parte promoverá e implementará medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas efetivas para promover:

(a) amplo acesso a programas eficazes e integrais de educação e conscientização do público sobre os riscos que acarretam à saúde, o consumo e a exposição à fumaça do tabaco, incluídas suas propriedades aditivas;

(b) conscientização do público em relação aos riscos que acarretam para a saúde o consumo e a exposição à fumaça do tabaco, assim como os benefícios que advêm do abandono daquele consumo e dos estilos de vida sem tabaco, conforme especificado no parágrafo 2 do artigo 14;

(c) acesso do público, em conformidade com a legislação nacional, a uma ampla variedade de informação sobre a indústria do tabaco, que seja de interesse para o objetivo da presente Convenção;

(d) programas de treinamento ou sensibilização eficazes e apropriados, e de conscientização sobre o controle do tabaco, voltados para trabalhadores da área de saúde, agentes

comunitários, assistentes sociais, profissionais de comunicação, educadores, pessoas com poder de decisão, administradores e outras pessoas interessadas;

(e) conscientização e participação de organismos públicos e privados e organizações não-governamentais, não associadas à indústria do tabaco, na elaboração e aplicação de programas e estratégias intersectoriais de controle do tabaco; e

(f) conscientização do público e acesso à informação sobre as consequências adversas sanitárias, econômicas e ambientais da produção e do consumo do tabaco;

ARTIGO 13

Publicidade, Promoção e Patrocínio do Tabaco

1. As Partes reconhecem que uma proibição total da publicidade, da promoção e do patrocínio reduzirá o consumo de produtos de tabaco.

2. Cada Parte em conformidade com sua Constituição ou seus princípios constitucionais, procederá a proibição total de toda forma de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco. Essa proibição compreenderá, em conformidade com o entorno jurídico e os meios técnicos de que disponha a Parte em questão, uma proibição total da publicidade, da promoção e dos patrocínios além-fronteira, originados em seu território. Nesse sentido, cada Parte adotará, em um prazo de cinco anos a partir da entrada em vigor da presente Convenção para essa Parte, medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas apropriadas e informará sobre as mesmas, em conformidade com o Artigo 21.

3. A Parte que não esteja em condições de proceder à proibição total devido às disposições de sua Constituição ou de seus princípios constitucionais aplicará restrições a toda forma de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco. Essas restrições compreenderão, em conformidade com o entorno jurídico e os meios técnicos de que disponha a Parte em questão, a restrição ou proibição total da publicidade, da promoção e do patrocínio originados em seu território que tenham efeitos na além-fronteira. Nesse sentido, cada Parte adotará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas apropriadas e informará sobre as mesmas em conformidade com o artigo 21.

4. No mínimo, e segundo sua Constituição ou seus princípios constitucionais, cada Parte se compromete a:

(a) proibir toda forma de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco, que promova um produto de tabaco por qualquer meio, que seja falso, equivocado ou enganoso ou que possa induzir ao erro a respeito de suas

características, efeitos para a saúde, riscos e emissões;

(b) exigir que toda publicidade de tabaco e, quando aplicável, sua promoção e seu patrocínio, venha acompanhada de advertência ou mensagem sanitária ou de outro tipo de mensagem pertinente;

(c) restringir o uso de incentivos diretos ou indiretos, que fomentem a compra de produtos de tabaco pela população;

(d) exigir, caso se não tenha adotado a proibição total, a divulgação para as autoridades governamentais competentes, de todos os gastos da indústria do tabaco em atividades de publicidade, promoção e patrocínios, ainda não proibidos. Essas autoridades poderão divulgar aquelas cifras, de acordo com a legislação nacional, ao público e à Conferência das Partes, de acordo com o Artigo 21;

(e) proceder, em um prazo de cinco anos, a proibição total ou, se a Parte não puder impor a proibição total em razão de sua Constituição ou de seus princípios constitucionais, à restrição da publicidade, da promoção e do patrocínio do tabaco no rádio, televisão, meios impressos e, quando aplicável, em outros meios, como a Internet;

(f) proibir ou, no caso de uma Parte que não possa fazê-lo em razão de sua Constituição ou de seus princípios constitucionais, restringir o patrocínio do tabaco a eventos e atividades internacionais e/ou a seus participantes;

5. As Partes são encorajadas a implementar medidas que vão além das obrigações estabelecidas no parágrafo 4.

6. As Partes cooperarão para o desenvolvimento de tecnologias e de outros meios necessários para facilitar a eliminação da publicidade de além-fronteira.

7. As Partes que tenham proibido determinadas formas de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco terão o direito soberano de proibir as formas de publicidade, promoção e patrocínio de além-fronteira de produtos de tabaco que entrem em seus respectivos territórios, bem como aplicar as mesmas penalidades previstas para a publicidade, promoção e patrocínio que se originem em seus próprios territórios, em conformidade com a legislação nacional. O presente parágrafo não apóia nem aprova nenhuma penalidade específica.

8. As Partes considerarão a elaboração de um protocolo em que se estabeleçam medidas apropriadas

que requeiram colaboração internacional para proibir totalmente a publicidade, a promoção e o patrocínio de além-fronteira.

ARTIGO 14

Medidas de Redução de Demanda Relativas à Dependência e ao Abandono do Tabaco

1. Cada Parte elaborará e divulgará diretrizes apropriadas, completas e integradas, fundamentadas em provas científicas e nas melhores práticas, tendo em conta as circunstâncias e prioridades nacionais, e adotará medidas eficazes para promover o abandono do consumo do tabaco, bem como o tratamento adequado à dependência do tabaco.

2. Para esse fim, cada Parte procurará:

(a) criar e aplicar programas eficazes de promoção do abandono do consumo do tabaco em locais tais como as instituições de ensino, as unidades de saúde, locais de trabalho e ambientes esportivos;

(b) incluir o diagnóstico e o tratamento da dependência do tabaco, e serviços de aconselhamento para o abandono do tabaco em programas, planos e estratégias nacionais de saúde e educação, com a participação, conforme apropriado, de profissionais da área da saúde, agentes comunitários e assistentes sociais;

(c) estabelecer, nos centros de saúde e de reabilitação, programas de diagnóstico, aconselhamento, prevenção e tratamento da dependência do tabaco; e

(d) colaborar com outras Partes para facilitar a acessibilidade e exequibilidade dos tratamentos de dependência do tabaco, incluídos produtos farmacêuticos, em conformidade com o artigo 22. Esses produtos e seus componentes podem incluir medicamentos, produtos usados para administrar medicamentos ou para diagnósticos, quando apropriado.

PARTE IV: MEDIDAS RELATIVAS À REDUÇÃO DA OFERTA DE TABACO

ARTIGO 15

Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco¹

1. As Partes reconhecem que a eliminação de todas as formas de comércio ilícito de produtos de tabaco – como o contrabando, a fabricação ilícita, a falsificação – e a elaboração e a aplicação, a esse respeito, de uma legislação nacional relacionada e de acordos

sub-regionais, regionais e mundiais são componentes essenciais do controle do tabaco.

2. Cada Parte adotará e implementará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas efetivas para que todas as carteiras ou pacote de produtos de tabaco e toda embalagem externa de tais produtos tenham uma indicação que permita às Partes determinar a origem dos produtos do tabaco e, em conformidade com a legislação nacional e os acordos bilaterais ou multilaterais pertinentes, auxilie as Partes a determinar o ponto de desvio e a fiscalizar, documentar e controlar o movimento dos produtos de tabaco, bem como a determinar a situação legal daqueles produtos. Ademais, cada Parte:

(a) exigirá que cada carteira unitária e cada embalagem de produtos de tabaco para uso no varejo e no atacado, vendidos em seu mercado interno, tenham a declaração:

“Venda autorizada somente em (inserir nome do país, unidade sub-nacional, regional ou federal)”, ou tenham qualquer outra indicação útil em que figure o destino final ou que auxilie as autoridades a determinar se a venda daquele produto no mercado interno está legalmente autorizada; e

(b) examinará, quando aplicável, a possibilidade de estabelecer um regime prático de rastreamento e localização que conceda mais garantias ao sistema de distribuição e auxilie na investigação do comércio ilícito.

3. Cada Parte exigirá que a informação ou as indicações incluídas nas embalagens, previstas no parágrafo 2 do presente artigo, figurem em forma legível e/ou no idioma ou idiomas principais do país.

4. Com vistas a eliminar o comércio ilícito de produtos do tabaco, cada Parte:

²Tem havido consideráveis discussões ao longo do processo de pré-negociação e negociação referentes à adoção de um protocolo inicial sobre o comércio ilícito de produtos de tabaco. A negociação de tal protocolo poderia ser iniciada pelo Órgão de Negociação Intergovernamental imediatamente após a adoção da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco, ou em uma etapa posterior pela Conferência das Partes.

(a) fará um monitoramento do comércio de além-fronteira dos produtos do tabaco, incluindo o comércio ilícito; reunirá dados sobre o mesmo e intercambiará informação com as autoridades aduaneiras, tributárias e outras autoridades, quando aplicável, e de acordo com a legislação nacional e os acordos bilaterais ou multilaterais pertinentes aplicáveis;

(b) promulgará ou fortalecerá a legislação, com sanções e recursos apropriados, contra o comércio ilícito de tabaco, incluídos a falsificação e o contrabando;

(c) adotará medidas apropriadas para garantir que todos os cigarros e produtos de tabaco oriundos da falsificação e do contrabando e todo equipamento de fabricação daqueles produtos confiscados sejam destruídos, aplicando métodos inócuos para o meio ambiente quando seja factível, ou sejam eliminados em conformidade com a legislação nacional;

(d) adotará e implementará medidas para fiscalizar, documentar e controlar o armazenamento e a distribuição de produtos de tabaco que se encontrem ou se desloquem em sua jurisdição em regime de isenção de impostos ou de taxas alfandegárias; e

(e) adotará as medidas necessárias para possibilitar o confisco de proventos advindos do comércio ilícito de produtos de tabaco.

5. A informação coletada em conformidade aos subparágrafos 4(a) e 4(d) do presente Artigo deverá ser transmitida, conforme proceda, pelas Partes de forma agregada em seus relatórios periódicos à Conferência das Partes, em conformidade com o Artigo 21.

6. As Partes promoverão, conforme proceda e segundo a legislação nacional, a cooperação entre os organismos nacionais, bem como entre as organizações intergovernamentais regionais e internacionais pertinentes, no que se refere a investigações, processos e procedimentos judiciais com vistas a eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco. Prestar-se-á especial atenção à cooperação no nível regional e sub-regional para combater o comércio ilícito de produtos de tabaco.

7. Cada Parte procurará adotar e aplicar medidas adicionais, como a expedição de licenças, quando aplicável, para controlar ou regulamentar a produção e a distribuição dos produtos de tabaco, com vistas a prevenir o comércio ilícito.

ARTIGO 16

Venda a Menores de Idade ou por Eles

1. Cada Parte adotará e aplicará no nível governamental apropriado, medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas efetivas para proibir a venda de produtos de tabaco aos menores de idade, conforme determinada pela legislação interna, pela legislação nacional ou a menores de dezoito anos. Essas medidas poderão incluir o seguinte:

(a) exigir que todos os vendedores de produtos de tabaco coloquem, dentro de seu ponto de venda, um indicador claro e proeminente sobre a proibição de venda de tabaco a menores e, em caso de dúvida, exijam que o comprador apresente prova de ter atingido a maioridade;

(b) proibir que os produtos de tabaco à venda estejam diretamente acessíveis como nas prateleiras de mercado ou de supermercado;

(c) proibir a fabricação e a venda de doces, comestíveis, brinquedos ou qualquer outro objeto com o formato de produtos de tabaco que possam ser atraentes para menores; e

(d) garantir que as máquinas de venda de produtos de tabaco em suas jurisdições não sejam acessíveis a menores e não promovam a venda de produtos de tabaco a menores.

2. Cada Parte proibirá ou promoverá a proibição da distribuição gratuita de produtos de tabaco ao público, e principalmente a menores.

3. Cada Parte procurará proibir a venda avulsa de cigarros ou em embalagens pequenas que tomem mais acessíveis esses produtos aos menores.

4. As Partes reconhecem que, a fim de torná-las mais eficazes, as medidas direcionadas a impedir a venda de produtos de tabaco a menores devem aplicar-se, quando aplicável, conjuntamente com outras disposições previstas na presente Convenção.

5. Ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar a presente Convenção ou a ela aderir, ou em qualquer momento posterior, toda Parte poderá indicar mediante declaração escrita que se compromete a proibir a introdução de máquinas de venda de produtos de tabaco em sua jurisdição ou, quando cabível, a proibir totalmente as máquinas de venda de produtos de tabaco. O Depositário distribuirá a todas as Partes da Convenção as declarações que se formulem em conformidade com o presente artigo.

6. Cada Parte adotará e implementará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas eficazes, inclusive penalidades contra os vendedores e distribuidores, para garantir o cumprimento das obrigações contidas nos parágrafos 1 a 5 do presente Artigo.

7. Cada Parte deve adotar e aplicar, conforme proceda, medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas eficazes para proibir a venda de produtos de tabaco por pessoas abaixo da idade estabelecida pela lei interna, pela lei nacional ou por menores de dezoito anos.

ARTIGO 17

Apoio a Atividades Alternativas Economicamente Viáveis

As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte.

PARTE V: PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

ARTIGO 18

Proteção ao Meio Ambiente e à Saúde das Pessoas

Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente.

PARTE VI: QUESTÕES RELACIONADAS À RESPONSABILIDADE

ARTIGO 19

Responsabilidade

1. Para fins de controle do tabaco, as Partes considerarão a adoção de medidas legislativas ou a promoção de suas leis vigentes, para tratar da responsabilidade penal e civil, inclusive, conforme proceda, da compensação.

2. As Partes cooperarão entre si no intercâmbio de informação por meio da Conferência das Partes, de acordo com o Artigo 21, incluindo:

(a) informação, em conformidade com o parágrafo 3(a) do artigo 20, sobre os efeitos à saúde do consumo e da exposição à fumaça do tabaco: e

(b) informação sobre a legislação e os regulamentos vigentes, assim como sobre a jurisprudência pertinente.

3. As Partes, quando aplicável e segundo tenham acordado entre si, nos limites da legislação, das políticas e das práticas jurídicas nacionais, bem como dos tratados vigentes aplicáveis, prestar-se-ão ajuda reciprocamente nos procedimentos judiciais relativos à responsabilidade civil e penal, em conformidade com a presente Convenção.

4. A Convenção não afetará de nenhuma maneira os direitos de acesso das Partes aos tribunais umas das outras onde houver tais direitos, nem os limitará de modo algum.

5. A Conferência das Partes poderá considerar, se for possível em uma primeira etapa, tendo em conta os trabalhos em curso nos foros internacionais pertinentes, questões relacionadas à responsabilidade, inclusive enfoques internacionais apropriados de tais questões e meios idôneos para apoiar as Partes, quando assim a solicitarem, em suas atividades legislativas ou de outra índole em conformidade com o presente artigo.

PARTE VII: COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA E COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÃO

ARTIGO 20

Pesquisa, Vigilância e Intercâmbio de Informação

1. As Partes se comprometem a elaborar e promover pesquisas nacionais e a coordenar programas de pesquisa regionais e internacionais sobre controle de tabaco. Com esse fim, cada Parte:

(a) iniciará, diretamente ou por meio de organizações intergovernamentais internacionais e regionais, e de outros órgãos competentes, pesquisas e avaliações que abordem os fatores determinantes e as consequências do consumo e da exposição à fumaça do tabaco e pesquisas tendentes a identificar cultivos alternativos; e

(b) promoverá e fortalecerá, com o apoio de organizações intergovernamentais internacionais e regionais e de outros órgãos competentes, a capacitação e o apoio destinados a todos os que se ocupem de atividades do controle de tabaco, incluídas a pesquisa, a execução e a avaliação.

2. As Partes estabelecerão, conforme proceda, programas para a vigilância nacional, regional e mundial da magnitude, padrões, determinantes e consequências do consumo e da exposição à linhaça do tabaco. Com esse fim, as Partes integrarão programas de vigilância do tabaco nos programas nacionais, regionais e mundiais de vigilância sanitária para que possam cotejar e analisar no nível regional e internacional, conforme proceda.

3. As Partes reconhecem a importância da assistência financeira e técnica das organizações intergovernamentais internacionais e regionais e de outros órgãos. Cada Parte procurará:

(a) estabelecer progressivamente um sistema nacional para a vigilância epidemioló-

gica do consumo do tabaco e dos indicadores sociais, econômicos e de saúde conexos;

(b) cooperar com organizações intergovernamentais internacionais e regionais e com outros órgãos competentes, incluídos organismos governamentais e não-governamentais, na vigilância regional e mundial do tabaco e no intercâmbio de informação sobre os indicadores especificados no parágrafo 3 (a) do presente artigo;

(c) cooperar com a Organização Mundial da Saúde na elaboração de diretrizes ou de procedimentos de caráter geral para definir a recopilação, a análise e a divulgação de dados de vigilância relacionados ao tabaco.

4. As Partes, em conformidade com a legislação nacional, promoverão e facilitarão o intercâmbio de informação científica, técnica, socioeconômica, comercial e jurídica de domínio público, bem como de informação sobre as práticas da indústria de tabaco e sobre o cultivo de tabaco, que seja pertinente para a presente Convenção, e ao fazê-lo terão em conta e abordarão as necessidades especiais das Partes que sejam países em desenvolvimento ou tenham economias em transição. Cada Parte procurará:

(a) estabelecer progressivamente e manter um banco de dados atualizado das leis e regulamentos sobre o controle do tabaco e, conforme proceda, de informação sobre sua aplicação, assim como da jurisprudência pertinente, e cooperar na elaboração de programas de controle do tabaco no âmbito regional e mundial;

(b) compilar progressivamente e atualizar dados procedentes dos programas nacionais de vigilância, em conformidade com o parágrafo 3 (a) do presente artigo; e

(c) cooperar com organizações internacionais competentes para estabelecer progressivamente e manter um sistema mundial com o objetivo de reunir regularmente e definir informação sobre a produção e a fabricação do tabaco e sobre as atividades da indústria do tabaco que tenham repercussões para a presente Convenção ou para as atividades nacionais de controle de tabaco.

5. As Partes deverão cooperar com as organizações intergovernamentais regionais e internacionais e com as instituições financeiras e de desenvolvimento a que pertençam, a fim de fomentar e apoiar a provisão de recursos financeiros ao Secretariado para que este possa dar assistência às Partes, que sejam países em

desenvolvimento ou que tenham economias em transição, a cumprir com seus compromissos de vigilância, pesquisa e intercâmbio de informação.

ARTIGO 21

Apresentação de Relatórios e Intercâmbio de Informação

1. Cada Parte apresentará à Conferência das Partes, por meio da Secretaria, relatórios periódicos sobre a implementação da presente Convenção, que deverão incluir o seguinte:

(a) informação sobre as medidas legislativas, executivas, administrativas ou de outra índole adotadas para aplicar a presente Convenção;

(b) informação, quando aplicável, sobre toda limitação ou obstáculo encontrados na aplicação da presente Convenção, bem como sobre as medidas adotadas para superá-los;

(c) informação, quando aplicável, sobre a ajuda financeira ou técnica fornecida ou recebida para as atividades de controle do tabaco;

(d) informação sobre a vigilância e pesquisa especificadas no Art. 20; e

(e) informações conforme especificadas nos Art. 6.3, 13.2, 13.3, 13.4(d), 15.5 e 19.2.

2. A frequência e a forma de apresentação desses relatórios das Partes serão determinados pela Conferência das Partes. Cada Parte elaborará seu primeiro relatório no período dos dois anos que seguem a entrada em vigor da Convenção para aquela Parte.

3. A Conferência das Partes, em conformidade com os Art. 22 e 26, considerará, quando solicitada, mecanismos para auxiliar as partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, a cumprir as obrigações estipuladas no presente.

4. A apresentação de relatórios e o intercâmbio de informações, previstos na presente Convenção, estarão sujeitos à legislação nacional relativa à confidencialidade e à privacidade. As Partes protegerão, segundo decisão de comum acordo, toda informação confidencial que seja intercambiada.

ARTIGO 22

Cooperação Científica, Técnica e Jurídica e Prestação de Assistência Especializada

1. As Partes cooperarão diretamente ou por meio de organismos internacionais competentes a fim de fortalecer sua capacidade em cumprir as obrigações advindas da presente Convenção, levando em conta as necessidades das partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição.

Essa cooperação promoverá a transferência de conhecimentos técnicos, científicos e jurídicos especializados, e de tecnologia, segundo decidido de comum acordo, com o objetivo de *estabelecer e fortalecer estratégias, planos e programas nacionais de controle de tabaco* direcionadas, entre outras, ao seguinte:

(a) facilitar o desenvolvimento, a transferência e a aquisição de tecnologia, conhecimento, habilidades, capacidade e competência técnica, relacionados ao controle do tabaco;

(b) prestar assistência técnica, científica, jurídica ou de outra natureza para estabelecer e fortalecer as estratégias, planos e programas nacionais de controle do tabaco, visando a implementação da presente Convenção por meio de, dentre outras, o que segue:

(i) ajuda, quando solicitado, para criar uma sólida base legislativa, assim como programas técnicos, em particular programas de *prevenção à iniciação, promoção da cessação do tabaco e proteção contra a exposição à fumaça do tabaco*;

(ii) ajuda, quando aplicável, aos trabalhadores do setor do tabaco para desenvolver, de maneira economicamente viável, meios alternativos de subsistência, apropriados, que sejam economicamente e legalmente viáveis;

(iii) ajuda, quando aplicável, aos produtores agrícolas de tabaco para efetuar a substituição da produção para cultivos alternativos, de maneira economicamente viável;

(c) apoiar programas de treinamento e sensibilização apropriados, para as pessoas pertinentes envolvidas, em conformidade com o Artigo 12;

(d) fornecer, quando aplicável, material, equipamento e suprimentos necessários, assim como apoio logístico, para as estratégias, planos e programas de controle do tabaco;

(e) identificar métodos de controle do tabaco, incluindo tratamento integral da dependência à nicotina; e

(f) promover, quando aplicável, pesquisa para tornar economicamente mais acessível o tratamento integral à dependência da nicotina.

2. A Conferência das Partes promoverá e facilitará a transferência de conhecimento técnico, científico e jurídico especializado e de tecnologia, com apoio financeiro garantido, em conformidade ao Artigo 26.

PARTE VIII: MECANISMOS INSTITUCIONAIS E RECURSOS FINANCEIROS

ARTIGO 23

Conferência das Partes

1. A Conferência das Partes fica estabelecida por meio do presente artigo. A primeira sessão da Conferência será convocada pela Organização Mundial de Saúde, ao mais tardar, um ano após a entrada em vigor da presente Convenção. A Conferência determinará em sua primeira sessão o local e a datas das sessões subsequentes, que se realizarão regularmente.

2. Sessões extraordinárias da Conferência das Partes realizar-se-ão nas ocasiões em que a Conferência julgar necessário, ou mediante solicitação por escrito de alguma parte, sempre que, no período de seis meses seguintes à data em que a Secretaria da Convenção tenha comunicado às partes a solicitação e um terço das partes apoiar aquela realização da sessão.

3. A Conferência das Partes adotará por consenso seu Regulamento Interno, em sua primeira sessão.

4. A Conferência das Partes adotará por consenso suas normas de gestão financeira, que também se aplicarão sobre o financiamento de qualquer órgão subsidiário que venha a ser estabelecido, bem como as disposições financeiras que regularão o funcionamento da Secretaria. A cada sessão ordinária, adotará um orçamento, para o exercício financeiro, até a próxima sessão ordinária.

5. A Conferência das Partes examinará regularmente a implementação da Convenção, tomará as decisões necessárias para promover sua aplicação eficaz e poderá adotar protocolos, anexos e emendas à Convenção, em conformidade com os Art.ºs 28, 29 e 33. Para tanto, a Conferência das Partes:

(a) promoverá e facilitará o intercâmbio de informação, em conformidade com os Artigos 20 e 21;

(b) promoverá e orientará o estabelecimento e aprimoramento periódico de metodologias comparáveis para pesquisa e coleta de dados, além daquelas previstas no Artigo 20, que sejam relevantes para a implementação da Convenção;

(c) promoverá, quando aplicável, o desenvolvimento, a implementação e a avaliação das estratégias, planos e programas, assim como das políticas, legislação e outras medidas;

(d) considerará os relatórios apresentados pelas partes, em conformidade com o Artigo 21, e adotará relatórios regulares sobre a implementação da Convenção;

(e) promoverá e facilitará a mobilização de recursos financeiros para a implementa-

ção da Convenção, em conformidade com o Artigo 26;

(f) estabelecerá os órgãos subsidiários necessários para alcançar o objetivo da Convenção;

(g) requisitará, quando for o caso, os serviços, a cooperação e a informação, das organizações e órgãos das Nações Unidas, de outras organizações e órgãos intergovernamentais e não-governamentais internacionais e regionais competentes e pertinentes, como meio de fortalecer a aplicação da Convenção; e

(h) considerará outras medidas, quando aplicável, para alcançar o objetivo da Convenção, à luz da experiência adquirida em sua implementação.

6. A Conferência das Partes estabelecerá os critérios para a participação de observadores em suas sessões.

ARTIGO 24

Secretaria

1. A Conferência das Partes designará uma secretaria permanente e adotará disposições para seu funcionamento. A Conferência das Partes procurará fazer isso em sua primeira sessão.

2. Até o momento em que uma secretaria permanente seja designada e estabelecida, as funções da secretaria da presente Convenção serão desempenhadas pela Organização Mundial de Saúde.

3. As funções de secretaria serão as seguintes:

(a) adotar disposições para as sessões da Conferência das Partes e para qualquer de seus órgãos subsidiários e prestar a estes os serviços necessários;

(b) transmitir os relatórios recebidos, em conformidade com a presente Convenção;

(c) oferecer apoio às Partes, em especial às que sejam países em desenvolvimento ou tenham economias em transição, quando for solicitado, para a compilação e a transmissão das informações requeridas, em conformidade com as disposições da Convenção;

(d) preparar relatórios sobre suas atividades no âmbito da presente Convenção, em conformidade com as orientações da Conferência das Partes, e submetê-los à consideração da Conferência das Partes;

(e) garantir, sob orientação da Conferência das Partes, a coordenação necessária, com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais e outros órgãos competentes;

(f) concluir, sob orientação da Conferência das Partes, arranjos administrativos ou contratuais que possam ser necessários para a execução eficaz de suas funções; e

(g) desempenhar outras funções de secretaria especificadas pela Convenção ou por seus protocolos e outras funções determinadas pela Conferência das Partes.

ARTIGO 25

Relação entre a Conferência das Partes e Outras Organizações Intergovernamentais

Com a finalidade de fornecer cooperação técnica e financeira, para alcançar o objetivo da Convenção, a Conferência das Partes poderá solicitar a cooperação de organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes, inclusive das instituições de financiamento e de desenvolvimento.

ARTIGO 26

Recursos Financeiros

1. As Partes reconhecem o importante papel que têm os recursos financeiros para alcançar o objetivo da Convenção.

2. Cada Parte prestará apoio financeiro para suas atividades nacionais voltadas a alcançar o objetivo da Convenção, em conformidade com os planos, prioridades e programas nacionais.

3. As Partes promoverão, quando aplicável, a utilização de canais bilaterais, regionais, sub-regionais e outros canais multilaterais para financiar a elaboração e o fortalecimento de programas multisetoriais integrais de controle do tabaco, das Partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição. Devem ser abordados e apoiados, portanto, no contexto de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, alternativas economicamente viáveis à produção do tabaco, inclusive culturas alternativas.

4. As Partes representadas em organizações intergovernamentais regionais e internacionais e em instituições de financiamento e de desenvolvimento pertinentes incentivarão essas entidades a prestar assistência financeira às Partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, para auxiliá-las no cumprimento de suas obrigações decorrentes da presente Convenção, sem limitar os direitos de participação naquelas organizações.

5. As Partes acordam o seguinte:

(a) com a finalidade de auxiliar as Partes no cumprimento das suas obrigações decorrentes da Convenção, devem ser mobilizados e utilizados, para o benefício de todas as Partes, e principalmente para os países em desenvolvimento ou

com economias em transição, todos os recursos pertinentes, existentes ou potenciais, sejam eles financeiros, técnicos, ou de outra índole, tanto públicos quanto privados, que estejam disponíveis para atividades de controle do tabaco.

(b) a Secretaria informará as Partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, quando for solicitado, sobre as fontes de financiamento disponíveis para facilitar a implementação de suas obrigações decorrentes da Convenção;

(c) A Conferência das Partes, em sua primeira sessão, examinará as fontes e mecanismos de assistência, potenciais e existentes, com base em estudo realizado pela Secretaria e em outras informações relevantes, e julgará sobre sua pertinência; e

(d) os resultados desse exame serão levados em conta pela Conferência das Partes ao determinar a necessidade de melhorar os mecanismos existentes ou ao estabelecer um fundo global de natureza voluntária ou outros mecanismos de financiamento, adequados a canalizar recursos financeiros adicionais, conforme necessário, às Partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, a fim de auxiliá-las a alcançar os objetivos da Convenção.

PARTE IX: SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

ARTIGO 27

Solução de Controvérsias

1. Na hipótese de surgir uma controvérsia entre duas ou mais Partes referente à interpretação ou aplicação da Convenção, as Partes envolvidas procurarão resolver a controvérsia por canais diplomáticos, por meio de negociação ou por alguma outra forma pacífica de sua escolha, como bons ofícios, mediação ou conciliação. O fato de não alcançar acordo mediante bons ofícios, mediação ou conciliação não eximira as Partes na controvérsia da responsabilidade de continuar na busca de solução.

2. Ao ratificar, aceitar, aprovar ou confirmar oficialmente a Convenção, ou a ela aderir, ou em qualquer outro momento posterior, um Estado ou organização de integração econômica regional poderá declarar por escrito ao Depositário que, na hipótese de controvérsia não resolvida em conformidade com o parágrafo 1º do presente Artigo, aceita, como mandatária, a arbitragem ad hoc, em conformidade com os procedimentos que deverão ser adotados por consenso pela Conferência das Partes.

3. As disposições do presente Artigo aplicar-se-ão a todos os protocolos e às Partes nesses protocolos, salvo quando neles se dispuser o contrário.

PARTE X: DESENVOLVIMENTO DA CONVENÇÃO

ARTIGO 28

Emendas à Presente Convenção

1. Qualquer Parte poderá propor emendas à presente Convenção. Essas emendas serão consideradas pela Conferência das Partes.

2. As emendas à Convenção serão adotadas pela Conferência das Partes. A Secretaria transmitirá às Partes o texto da proposta de emenda à Convenção, pelo menos seis meses antes da sessão proposta para sua adoção. A Secretaria também transmitirá as emendas propostas aos signatários da Convenção e, como informação, ao Depositário.

3. As Partes empenharão todos os esforços para alcançar um acordo por consenso sobre qualquer proposta de emenda à Convenção. Caso se esgotem todos os esforços para alcançar acordo por consenso, como último recurso, a emenda será adotada por maioria de três quartos das Partes presentes e votantes na sessão. Para os fins do presente Artigo, "Partes presentes e votantes" são aquelas Partes presentes e que votam a favor ou contra. A Secretaria comunicará toda emenda adotada ao Depositário, e este a fará chegar às Partes da presente Convenção para aceitação.

4. Os instrumentos de aceitação das emendas serão entregues ao Depositário. As emendas adotadas em conformidade ao parágrafo 3º do presente artigo entrarão em vigor para aquelas Partes que a aceitaram, no nonagésimo dia após a data de recebimento pelo Depositário do instrumento de aceitação de pelo menos dois terços das Partes da Convenção.

5. A emenda entrará em vigor para as demais Partes no nonagésimo dia após a data em que a Parte entregar ao Depositário o instrumento de aceitação da referida emenda.

ARTIGO 29

Adoção e emenda de anexos desta Convenção

1. Os anexos da Convenção e emendas à Convenção serão propostos, adotados e entrarão em vigor em conformidade com o procedimento estabelecido no Artigo 28.

2. Os anexos da Convenção serão parte integral dela e, salvo expressamente disposto em contrário, uma referência à Convenção constituirá simultaneamente uma referência a seus anexos.

3. Nos anexos somente serão incluídos: listas, formulários e qualquer outro material descritivo re-

lacionado com questões de procedimento e aspecto científicos, técnicos ou administrativos.

PARTE XI: DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 30

Reservas

Não se poderão fazer reservas à presente Convenção.

ARTIGO 31

Denúncia

1. Em qualquer momento após um prazo de dois anos, a partir da data de entrada em vigor da Convenção para uma Parte, essa Parte poderá denunciar a Convenção, por meio de prévia notificação por escrito ao Depositário.

2. A denúncia terá efeito um ano após a data em que o Depositário receber a notificação de denúncia, ou em data posterior, conforme especificado na notificação de denúncia.

3. Considerar-se-á que a Parte que denunciar a Convenção também denuncia todo protocolo de que é Parte.

ARTIGO 32

Direito de Voto

1. Salvo o disposto no parágrafo 2º do presente artigo, cada Parte da Convenção terá um voto.

2. As organizações de integração econômica regional, nas questões de sua competência, exercerão seu direito de voto com um número de votos igual ao número de seus Estados Membros que sejam Partes da Convenção. Essas organizações não poderão exercer seu direito de voto se um de seus Estados Membros exercer esse direito, e vice-versa.

ARTIGO 33

Protocolos

1. Qualquer parte pode propor protocolos. Essas propostas serão examinadas pela conferência das partes.

2. A conferência das partes poderá adotar os protocolos da presente convenção. Ao adotá-los, todos os esforços deverão ser empreendidos para alcançar consenso. Caso se esgotem todos aqueles esforços para alcançar acordo por consenso, como último recurso, o protocolo será adotado por maioria de três quartos dos votos das partes presentes e votantes na sessão. Para os fins do presente artigo, "Partes presentes e votantes" são aquelas partes presentes e que votam a favor ou contra.

3. O texto de qualquer protocolo proposto será transmitido às partes pela secretaria, pelo menos seis meses antes da sessão proposta para sua adoção.

4. Somente as partes da convenção podem ser partes de um protocolo da convenção.

5. Qualquer protocolo da convenção será vinculante apenas para as partes do protocolo em questão. Somente as partes de um protocolo poderão tomar decisões sobre questões exclusivamente relacionadas ao protocolo em questão.

6. Os requisitos para a entrada em vigor do protocolo serão estabelecidos por aquele instrumento.

ARTIGO 34

Assinatura

A presente convenção estará aberta à assinatura de todos os membros da Organização Mundial de Saúde, de todo estado que não seja membro da Organização Mundial de Saúde, mas que sejam membros das Nações Unidas, bem como de organizações de integração econômica regional, na sede da Organização Mundial da Saúde, em Genebra, de 16 de junho de 2003 a 22 de junho de 2003 e, posteriormente, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, de 30 de junho de 2003 a 29 de junho de 2004.

ARTIGO 35

Ratificação, Aceitação, Aprovação, Confirmação Oficial ou Adesão

1. A presente convenção estará sujeita a ratificação, aceitação, aprovação ou adesão dos estados, e a confirmação oficial ou adesão das organizações de integração econômica regional. A convenção estará aberta a adesões a partir do dia seguinte à data em que ela ficar fechada à assinatura. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação, confirmação oficial ou adesão serão entregues ao depositário.

2. As organizações de integração econômica regional que se tomem partes da presente convenção, sem que nenhum de seus estados membros o seja, ficarão sujeitas a todas as obrigações resultantes da convenção. No caso das organizações que tenham um ou mais estados membros como parte na convenção, a organização e seus estados membros determinarão suas respectivas responsabilidades pelo cumprimento das obrigações resultantes da presente convenção. Nesses casos, a organização e os estados membros não poderão exercer simultaneamente direitos conferidos pela presente convenção.

3. As organizações de integração econômica regional expressarão, em seus instrumentos de confirmação oficial ou de adesão, o alcance de sua competência com respeito às questões regidas pela con-

venção. Essas organizações, ademais, comunicarão ao depositário toda modificação substancial no alcance de sua competência, e o depositário as comunicará, por sua vez, a todas as partes.

ARTIGO 36

Entrada em Vigor

1. A presente convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data da entrega ao depositário do quadragésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação, confirmação oficial ou adesão.

2. Para cada estado que ratifique, aceite, aprove ou adira à Convenção, após terem sido reunidas as condições para a entrada em vigor da convenção descritas no parágrafo 1º acima, a convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data de entrega ao depositário do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

3. Para cada organização de integração econômica regional que entregue ao depositário instrumento de confirmação oficial ou de adesão à convenção, após terem sido reunidas as condições para a entrada em vigor da convenção descritas no parágrafo 1º acima, a convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data de entrega ao depositário do instrumento de confirmação oficial ou de adesão.

4. Para os fins do presente artigo, os instrumentos depositados por organização de integração econômica regional não devem ser considerados adicionais aos depositados por estados membros dessa organização.

ARTIGO 37

Depositário

O Secretário-Geral das Nações Unidas será o depositário da presente convenção, de suas emendas e de seus protocolos e de seus anexos adotados em conformidade com os arts. 28, 29 e 33.

ARTIGO 38

Textos Autênticos

O original da presente convenção, cujos textos em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol são igualmente autênticos, deve ser depositado junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse fim, firmam esta convenção.

Feito em Genebra aos 21 dias do mês de maio de dois mil e três.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, apenas por dever de justiça: há um adendo do Senador Pedro Simon. Já está aprovado o adendo?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já está aprovado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Está bom. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ele foi lido e já foi aprovado, Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica sobrestada:

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 477, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005*.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição

nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otavio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

10

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-
COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

11

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência*.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra*.

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí*.

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001,

na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará*.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia*.

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria*.

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

20

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, *solicitando seja consignado, voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal The New York Times, presa por defender a liberdade de imprensa*.

Parecer favorável, sob nº 1.814, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

21

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

22

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

23

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à votação do **Requerimento nº 1.215, de urgência, de 2005**, para o PLC nº 70, de 2005, lido no expediente.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia na segunda sessão deliberativa ordinária subsequente.

Em votação os **Requerimentos nºs 1.204 e 1.214, de 2005**, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Alvaro Dias, Juvêncio da Fonseca, Leonal Pavan, Reginaldo Duarte, Teotônio Vilela Filho, Antero Paes de Barros, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Sérgio Guerra, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Flávio Arns enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art.

203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o povo brasileiro se pronunciou soberanamente no último domingo. E falou claramente que não deseja ver proibido o comércio de armas e munições no Brasil. Cabe a nós, políticos e dirigentes deste País, apreendermos a lição dos votos e dela tirarmos as conseqüências devidas para nossa ação futura em prol da segurança da população.

Não consigo ver, na larga vantagem do “não” sobre o “sim”, uma postura de licenciosidade dos brasileiros com a posse e o uso de armas de fogo. Muito pelo contrário! Vejo o pronunciamento do povo como um libelo em prol da ação do Estado contra a criminalidade e a favor de mais segurança dentro da sociedade brasileira.

Não percebo, da mesma forma, que o resultado se traduza pelo aval à facilidade na aquisição, no porte e no uso de armas em defesa de bens e pessoas. Muito pelo contrário! Percebo o resultado como um alerta ao Governo e às autoridades de segurança pública, reivindicando mais e melhor proteção contra as agressões cada vez mais freqüentes contra os cidadãos pacíficos e ordeiros.

Estou convencido de que a grande lição a tirar desse referendo é que desarmar a população pode e deve ser uma proposta para a sociedade brasileira. Necessário, se faz, contudo, que o Estado possa garantir a preservação dos direitos fundamentais dos cidadãos, protegendo-os da criminalidade crescente neste País.

Na verdade, Sr. Presidente, a ação criminosa se combate com política de segurança pública efetivamente comprometida com esse fim. Comprometimento que se traduz, da parte do Poder público, pela intransigente defesa dos cidadãos e de seus bens. Política que implica em fortalecer tanto o Estado nacional, para o exercício do combate à criminalidade, como a sociedade civil, que deve sempre se manifestar por todos os instrumentos de participação política. À população competirá, ainda, a imprescindível tarefa de exigir a efetiva e eficaz atuação dos governos para a eliminação de toda a violência.

Acredito na eficiência da regulamentação e no controle rigoroso da fabricação em território nacional, do porte e da importação de armas. Acredito na respon-

sabilização direta e penal de todo aquele que, mesmo não portando armas, estimule o porte ilegal. Essas são crenças que venho defendendo publicamente.

De fato, o caminho do controle foi tomado em fevereiro de 1997, com a edição da Lei 9.437. Recentemente, o Senado melhorou ainda mais essa lei, aprovando um projeto que, entre outras medidas, torna o porte ilegal de armas um crime inafiançável.

Partindo desses pressupostos, tenho a firme convicção de que o desarmamento da sociedade é o melhor caminho para construir uma Nação mais segura e pacífica.

Há, contudo, um longo caminho a ser percorrido pelo Brasil para que tal objetivo seja alcançado. Mesmo que se consiga controlar a quantidade de armas em poder da população, é necessária uma eficácia próxima da perfeição no controle do armamento em poder dos criminosos e das organizações criminosas.

A medida proposta pelo referendo, de proibição radical de comercialização, agravou a sensação de insegurança do povo diante da ineficácia do Poder Público no combate à violência. Daí a derrota acachapante do “sim”.

As estatísticas da criminalidade no Brasil são sobejamente conhecidas das autoridades públicas. Sabemos do fato grave de que as maiores vítimas de crimes de morte por arma de fogo são os jovens entre 18 e 24 anos. Sabemos que a grande maioria dos homicídios não é esclarecida, ficando os criminosos impunes, em quase 95 % dos casos.

Sabemos, principalmente os que vivemos nas grandes cidades brasileiras, que a quase totalidade das favelas são territórios sem lei, sob o controle de organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas, onde adolescentes portam e disparam armas de fogo de grosso calibre. Sabemos, infelizmente, da quantidade de assaltos, de seqüestros relâmpagos e de invasões de domicílios realizados por marginais armados. Nem a Capital da República, considerada um oásis dentro do Brasil, escapa desse tipo de crime.

Sabemos de tudo isso, Sr. Presidente. E a conclusão que podemos tirar é de que o Brasil precisa desarmar sua sociedade. Mas não desarmar os cidadãos honestos que têm uma arma em casa legalmente adquirida e mantida. Esses podem e devem livremente entregar suas armas, pois elas raramente serão impeditivas de que eles sejam agredidos ou atacados em seu patrimônio. Frequentemente, as armas são motivo

de morte ou lesão grave para o cidadão honesto, mais do que instrumento eficaz de defesa.

O que devemos é desarmar, principal e urgentemente, os criminosos e suas organizações marginais, que tanta insegurança têm trazido aos brasileiros e brasileiras. Essa é tarefa ingente e impostergável.

É normal que, diante da percepção de que o Estado dificilmente poderá proteger o cidadão, este pense em armar-se para sua defesa. Enganam-se os que pensam e agem assim. Mas como demonstrar-lhes o erro, se o Poder público não consegue assegurar-lhes a legítima proteção contra as agressões diuturnas que sofrem?

Ao Estado inepto o cidadão sempre oporá sua própria ação de defesa. Cabe-nos, pois, assegurar que o Estado brasileiro seja capaz ou possa tornar-se capaz de garantir a paz social, contrapondo-se ao crescente poderio dos criminosos e suas organizações.

Sr^{as} e Srs. Senadores, saio do referendo do último dia 23 convencido de que a segurança pública e a paz social formarão o eixo mais importante da campanha eleitoral de 2006. Só aos que apresentarem propostas factíveis e metas alcançáveis no prazo de um mandato é que o povo dará a oportunidade de dirigir Estados e o País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o retumbante fracasso da política de segurança pública do Brasil recebeu mais uma condenação explícita. Após a população se manifestar de forma contundente no referendo de domingo, foi a vez da Anistia Internacional.

Ontem, dia 25 de outubro, a Anistia fez a entrega formal à Organização das Nações Unidas – ONU de um relatório que aponta a situação caótica, em termos de política pública, da segurança pública em nosso País.

Na atual gestão podemos identificar a “falta de vontade política” e o “contingenciamento letal” para atender ao “Fundo Monetário Doméstico”: dos 413 milhões previstos no Orçamento da União de 2005 para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), apenas 5,5% (R\$22,6 milhões) foi investido até o dia 15 de outubro último, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi.

O bloqueio decretado pela equipe econômica impôs cortes drásticos no já atrofiado investimento na área de segurança pública.

O orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública, por exemplo, teve 59% de suas verbas bloqueadas. Seu orçamento “encolheu” de 413 milhões para 170 milhões, segundo o Siafi.

Na esfera do Fundo Nacional Penitenciário, o orçamento foi cortado de 272 milhões para 140 milhões, e o repasse efetivo de recursos para os Estados não passa de 28 milhões e 800 mil, segundo o Siafi.

Se analisarmos o Plano Nacional de Segurança Pública, que inclui todos os investimentos na área, veremos que de 1,5 bilhão previsto, apenas 28,7% foi “realizado”, ou seja, foi liquidado até o último dia 15 de outubro, ainda segundo o Siafi.

No relatório da Anistia Internacional que foi entregue ontem à ONU, a conclusão é que:

Os altos índices de violência e corrupção policial, insegurança, torturas e maus-tratos em presídios e impunidade no Brasil contribuíram para que o nível de violações aos direitos humanos permanecesse “extremamente” elevado no país em 2004.

Numa outra vertente, Sr. Presidente, demonstrando um contraste bastante revelador, o Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União, Lucas Furtado, veio a público e classificou como “estratosféricos” os gastos do Governo Federal com diárias de viagens: R\$1,045 bilhão, desde o início do governo Lula.

A hipótese levantada sobre o aumento nos gastos com viagens na gestão do Presidente Lula pode ter acontecido por desorganização ou por fraudes, essa é a tese aventada pelo Procurador do TCU: “é bem provável que seja uma mistura dos dois”.

Sr. Presidente, antes de finalizar o meu pronunciamento, gostaria de registrar que o Presidente Lula precisa evitar atribuir ao seu governo o sucesso de uma política econômica cujos fundamentos são do governo anterior. O Presidente Lula agora costuma dizer que quer ser lembrado pelo sucesso de sua política econômica.

Como afirmou com inteligência e uma boa dose de picardia o comentarista econômico Joelmir Beting, o retorno do crescimento da economia, em tempo de redução da carestia, virada iniciada no ano passado, ocorre não por causa da política econômica, mas apesar da política econômica. A conjuntura

internacional altamente favorável foi um estímulo preponderante.

A política econômica do governo Lula, como salienta o referido comentarista, não saiu do eixo da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, “com direito a um ajuste fiscal em overdose, a um garrote tributário também em overdose, a um arrocho monetário ou bancário igualmente em overdose e, fechando a roda quadrada, um apagão regulatório como nunca em overdose. Portanto, uma política econômica restritiva, purgativa, retranqueira, punitiva”.

Como tão bem escreveu Joelmir, a economia voltou a crescer porque o garrote tributário expandiu a informalidade dos negócios e porque o arrocho monetário desencadeou a “desbancarização” geral do financiamento da produção e do consumo.

Na produção, as empresas estão se autofinanciando dentro das respectivas cadeias produtivas, vulgo crédito mercantil. No consumo, os bancos foram substituídos pelas lojas, que passaram a financiar a clientela a 1% ao mês ou, nas grandes redes, na base de 12 vezes no cartão, sem juros.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Competitividade na lata do lixo”, de autoria dos jornalistas Felipe Seibel e Gustavo Paul, publicada na revista **Exame** do último dia 26 de outubro do corrente.

A matéria mostra que “o triste episódio da descoberta de focos de febre aftosa no rebanho de Mato Grosso do Sul, há alguns dias, evidenciou mais uma contradição do governo Lula”. O agronegócio, pilar da economia brasileira, vem sendo tratado com descaso pelo atual governo. A prova disso foi a atitude do presidente Lula de empurrar a culpa pelo surto de febre aftosa para os produtores.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Competitividade na lata do lixo

Como o Brasil joga contra o agronegócio, um dos setores mais dinâmicos da economia

Felipe Seibel e Gustavo Paul

O TRISTE EPISÓDIO DA DESCOBERTA DE focos de febre aftosa no rebanho de Mato Grosso do Sul, há alguns dias, evidenciou mais uma contradição do governo Lula. Embora seja um dos setores mais dinâmicos da economia e um dos que mais contribuam para gerar o atual superávit comercial do país, o que se vê, na prática, é que o agronegócio está abandonado à própria sorte. Isso ficou claro quando, em meio à desinformação, à falta de explicações plausíveis e à troca de acusações dentro do próprio governo, o presidente Lula decidiu empurrar a culpa para os produtores. Além de tentar isentar o governo de responsabilidade, o presidente quis minimizar a gravidade da questão, dizendo-se mais preocupado com a gripe aviária que assola a Ásia e a Europa.

O fato é que a crise da aftosa representa uma séria ameaça para os negócios de

Não foi por falta de alerta — até dentro do próprio governo — que a crise ocorreu. Após um foco localizado no Pará e outro no Amazonas, no ano passado, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, declarou que o governo vivia uma verdadeira guerra contra a doença e que seria necessário aumentar o empenho — e os recursos — nessa luta. Rodrigues repetiu o aviso outras vezes e tem chamado a atenção para as dificuldades sérias que outras áreas do agronegócio estão enfrentando. Depois do ressurgimento da doença, desta vez agravado por se dar em Mato Grosso do Sul, estado que detém o maior rebanho bovino e responde por 45% das exportações do setor, o tom do discurso do ministro se tornou desolador. “Estamos no fundo do poço”, disse Rodrigues. De fato, apenas para ficar no terreno da vigilância sanitária, há atualmente uma série de ameaças potenciais que colocam em risco os bons resultados conseguidos na produção de soja, laranja, suínos e frangos (*veja quadro*). “O Brasil é o maior fornecedor de proteí-

na animal do mundo e não podemos ficar reféns da falta de credibilidade do nosso sistema de defesa sanitária”, diz Marcus Vinícius Pratini de Moraes, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne. Os exportadores, por enquanto, tentam contornar o problema tomando medidas paliativas. O frigorífico Marfrig, um dos maiores do país e com um de seus aba-

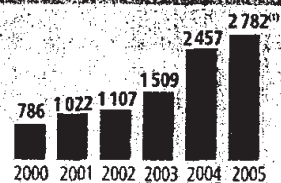
Gado sacrificado em Mato Grosso do Sul: perda de credibilidade

um setor, o da exportação de carne bovina, que vinha se firmando entre os mais competitivos do país — a ponto de o Brasil ter se tornado o maior exportador do mundo no ano passado. Com o embargo já determinado por mais de 30 países, as estimativas sobre a queda das vendas no prazo de um ano passam de 1 bilhão de dólares, nas contas da Confederação Nacional da Agricultura. “Não vamos ter ilusões: as consequências para o país são muito sérias”, diz Eduardo Camargo, diretor da Sociedade Rural Brasileira. “Vamos, com certeza, perder a liderança na exportação de carne bovina.”

NA CONTRAMÃO DO CRESCIMENTO

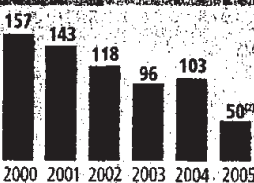
Enquanto as exportações de carne aumentam...

(em milhões de dólares)

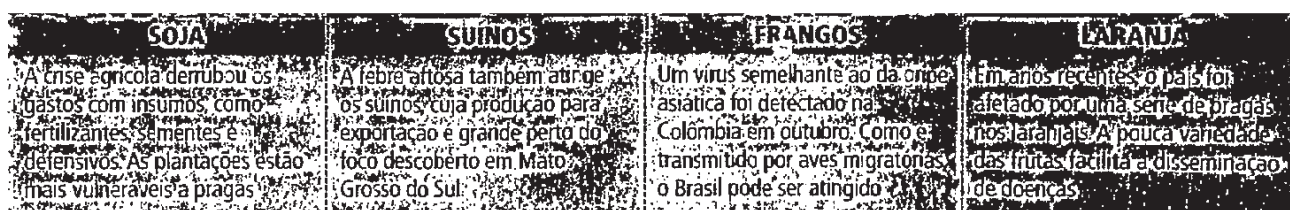


...a verba gasta com a defesa sanitária diminui

(em milhões de reais)



(1) Estimativa feita antes da crise (2) Até dia 13/10/2005 (3) Valores atualizados pela inflação
Fontes: Secretaria de Defesa Agropecuária, Ministério da Agricultura e Abiecs



A crise agrícola derrubou os gastos com insumos, como fertilizantes, sementes e defensivos. As plantações estão mais vulneráveis a pragas.

A febre aftosa também atinge os suínos, cuja produção para exportação é grande perto do foco descoberto em Mato Grosso do Sul.

Um vírus semelhante ao da gripe asiática foi detectado na Colômbia em outubro. Como é transmitido por aves migratórias, o Brasil pode ser atingido.

Em anos recentes, o país foi afetado por uma série de pragas nos laranjais. A pouca variedade das frutas facilita a disseminação de doenças.

tedouros em Mato Grosso do Sul, transferiu para outros estados a produção voltada para a exportação. Fábio Dias, diretor de negócios da empresa, diz que a unidade sul-mato-grossense terá 100% da produção redirecionada para o mercado doméstico.

O mais lamentável do episódio é que o sucesso do agronegócio é fruto de muitos anos de trabalho intenso. A competitividade do setor de carne bovina foi conquista-

da após forte mobilização dos produtores em meados dos anos 90. Na época, eles conseguiram aumentar a dotação de recursos para fiscalização e vigilância sanitária. O número de focos de aftosa caiu de 2 093 em 1994 para zero em 2002 e 2003. Foi um avanço fundamental para que o país alcançasse a liderança mundial na exportação no ano passado. Porém, nos últimos anos, na contramão do crescimento das exportações,

os gastos do Ministério da Agricultura com a defesa sanitária minguaram. "Sem a verba federal, o combate às doenças não é completo", diz Leônicio de Souza Brito, presidente da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul. Fica claro como a falta de visão em relação a um setor que garante divisas da ordem de 3 bilhões de dólares anuais para o país pode comprometer — e muito — a competitividade brasileira. ■

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada "Ômega de Delúbio foi comprado por R\$67 mil" publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 18 de outubro.

Segundo a matéria, "os gastos com advogados e a crise que derrubou Delúbio Soares do cargo de tesoureiro do PT e o transformou em um incômodo para o Planalto não foram suficientes para esvaziar o seu sal-

do bancário. Há 20 dias, ele adquiriu em São Paulo um Ômega australiano blindado, no valor de R\$67 mil".

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ômega de Delúbio foi comprado por R\$ 67 mil

Emissário, que se disse motorista do ex-tesoureiro, foi à loja e fechou compra do carro blindado à vista

CRISE DO GOVERNO LULA

Fausto Macedo

Os gastos com advogados e a crise que o derrubou do cargo de tesoureiro do PT e o transformou em um incômodo para o Planalto não foram suficientes para esvaziar o saldo bancário de Delúbio Soares. Há 20 dias, ele adquiriu em São Paulo um Ômega australiano blindado.

Pagou R\$ 67 mil à vista. De cor prata, placas DDS-2277, o carro é ano de fabricação 2000, está com 70 mil quilômetros rodados. Sábado, quando Delúbio comemorou seu aniversário de 50 anos com amigos e familiares na fazenda do pai, em Buriti Alegre, interior de Goiás, comida típica, seguranças e o Ômega se destacavam na paisagem.

O suposto operador do mensalão comprou, mas ainda não transferiu a propriedade do carro para seu nome. Do cadastro do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) consta que o Ômega está em uso pelo antigo vendedor de uma concessionária de carros japoneses em regime de leasing do Banco Itaú.

O negócio foi feito sem Delúbio dar as caras. Em seu lugar, um emissário — que se apresentou como "motorista" dele — foi à loja, na zona norte de São Pau-

lo, mostrou muito interesse pelo blindado e consultou o preço.

"Ele (Delúbio) nunca apareceu aqui", afirmou um dos sócios da loja, especializada em veículos importados e blindados. "Veio o motorista dele, entregou o cheque, 3 dias depois, retirou o Ômega." Segundo ele, o carro foi quitado no banco antes de ser posto à venda. "Não tem rolo, estou tranqüilo."

O empresário informou que

emitiu nota fiscal em nome do ex-homem forte do PT. "O que vale é a parte jurídica, eu não quero complicação para meu lado." Delúbio pagou em cheque, com certeza não era do Banco Rural. Sei que o carro era para ele mesmo por causa do nome.

"O dinheiro é do Delúbio, saiu da conta dele", afirmou o advogado Paulo Vianna, seu amigo. "É tudo transparente, não tem nada escondido na tran-

sação." O advogado disse que Delúbio já declarou "inúmeras vezes" às autoridades seu saldo bancário. A Polícia Federal, em agosto, o ex-tesoureiro contou que seu patrimônio se resumia a uma conta com R\$ 168 mil.

Delúbio resolveu comprar o blindado a pedido da família, preocupada com a segurança. "Ele andava com o carro do PT, mastiraram dele", anotou Viana. Ele informou que, depois de comprar o Ômega, Delúbio vendeu o Toyota Corolla ano 2005, por R\$ 60 mil, em Goiânia. O advogado rebateu especulações sobre enriquecimento ilícito de Delúbio. "Em se tratando de Delúbio tudo é notícia. Ele pauta sua vida pela legalidade." ■

O SR REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é relevante atribuir a manifestação brasileira no referendo de ontem como resposta ao malogro dos frágeis programas anunciados pelo Governo Lula para conter a violência no País.

Que é, não há dúvida, mas nada significativo, diante do muito que é necessário fazer para superar o marasmo do chamado Quatrênio Perdido.

Lembro que, logo no início desse Governo, formulei requerimento de convocação do Ministro da Justiça para, no Plenário do Senado, debater com os Senadores a questão da violência no Brasil. Àquela época, já era caótico o quadro de insegurança. De lá para cá, só piorou.

Rigorosamente nada foi feito pelo atual Governo, a não ser bombásticas declarações, a grande maioria com o foco voltado para o problema da violência no Rio de Janeiro. Mesmo ali não foram poucos os desencontros entre o Governo Federal e as autoridades estaduais.

Confirmada amplamente pelos quase 64% do Não expressos no plebiscito, só há uma coisa certa e sobre ela devemos todos – e principalmente o Congresso Nacional – voltar nossas atenções: a Nação disse Não levada pelo medo.

Hoje, em qualquer ponto do País, a segurança é zero. Talvez o único zero a se confirmar no Governo Petista do Presidente Lula.

Os jornais desta segunda-feira já trazem as primeiras análises acerca desse que provavelmente é um dos mais sérios problemas a afligir a desprotegida sociedade brasileira. Outras conclusões, mais detidas, virão no correr desta semana.

O retrato da Nação está expresso nas urnas de ontem e já quem diga, como o sociólogo Luiz Eduardo Soares, que até a pena de morte provavelmente será um dos itens do debate, em nível nacional. Soares foi Secretário Nacional de Segurança.

O Presidente do TSE, Ministro Carlos Veloso, já opinou que outros temas polêmicos sugerem novos plebiscitos. É democrático isso.

Não quero dizer que o povo dirá Sim em resposta a uma eventual pergunta sobre a adoção da pena morte. Não é isso. O povo brasileiro, por índole, rejeita a pena máxima, que não deve servir de modelo para a nossa sociedade.

O que é preciso dizer, sem meias palavras, é que a paciência do brasileiro já se vai esgotando e, na ausência de ações objetivas, concretas, em vez de propaganda do Governo, é hora de o Congresso Nacional assumir a bandeira de uma grande cruzada contra a violência no País.

Há uma paradeira real, verdadeira, indesmentível no Governo Lula. Suas bandeiras são fracas, para não dizer tolas, e o Presidente ainda continua acreditando que a propaganda maciça sobre inverdades e mentiras vai resolver os problemas brasileiros.

Não, não vai.

Vai, aí sim o verbo é correto, vai gastar R\$5 milhões nessa propaganda.

É o que informam, nesse final de semana, as notícias de que o Palácio do Planalto vai gastar esse dinheiro para o elogio fácil dos malogrados programinhas do tipo Fome Zero ou Bolsa Família e outros penduricalhos que não funcionam.

Como não funcionam e a eleição está chegando, a ordem de Lula é para dizer que funcionam! E tome propaganda!

Isso e jogar dinheiro pela janela são uma mesma coisa. Tempo e dinheiro perdidos.

Seria preciso que o Presidente Lula, além de começar a trabalhar, se convencesse de que o povo está de olho e, de repente, como ontem, diz não!

Isso significa: pára Lula, pára!

O povo está de olho, sim. E, como bem notou o Deputado José Carlos Aleluia, a revolta da Nação leva-a a gestos que se traduzem em insatisfação. A situação do Brasil, considera o Deputado da Bahia, está muito parecida com a que levou o povo da Rússia a derrubar a estátua de Stalin.

O que pode salvar Lula é que ele não tem estátua. Não fez por merecer.

Ao contrário e repito o que disse na 6a. feira: Lula é hoje grande estorvo nacional. Nada faz e lava as mãos diante dos problemas que mais afligem a população. Como o da violência.

A decepção com o Governo Lula chega a impressionar fortemente até mesmo a área do cinema brasileiro.

Está na **Folha de S.Paulo** de hoje uma entrevista do cineasta João Moreira Salles. Ele, que é um dos principais documentaristas brasileiros, reconhecido mundialmente, filmou 180 horas dos melhores finais da campanha vitoriosa do candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Desse trabalho de Moreira Salles resultaram duas coisas:

A primeira é que é mais um bom filme do cineasta.

A segunda é a decepção do cineasta diante do papelão desempenhado figurante do filme. Depois da posse. Agora, quando o filme é exibido, mostrando o que se esperava apenas. O que não se esperava aí está, não foi filmado. É cena do cotidiano.

Leio Moreira Salles:

Fica muito claro no filme que a vitória do Lula não foi a vitória de um projeto de País.

E mais:

Nele – no filme – você consegue encontrar indícios da falta de projeto, que é um dos problemas desse Governo. Ali, se elogia muito mais um símbolo e muito menos um projeto de País.

A decepção, manifestada por Salles na entrevista à **Folha**, é igual à decepção do povo brasileiro, que,

por isso, foi ontem dizer Não, como se estivesse se referindo à figura do Presidente.

Leio mais um trecho de Moreira Salles:

Como cidadão, como todo o Brasil, acho que é uma imensa decepção. Ninguém poderia supor que a derrocada seria tão grande. É um momento de melancolia. Eu não torcia por isso.

O filme baseou-se na figura carismática de Lula. E assim se produziu um filme.

Se fosse o caso de um segundo filme, o chamado Entreatos-2, o título natural poderia aproveitar essa frase do próprio cineasta, que está na Folha: Um momento de melancolia.

Melancolia. Esse o mal que Lula impregnou no brasileiro. Melancolia é estado mórbido de tristeza e depressão. Também de languidez e tristeza indefinida.

É um passo muito próximo da apatia, um estado em que o povo já não crê em seus dirigentes e sai da cena, entendendo que nada pode ser feito. Ao menos, nada se pode esperar.

Pode. Não de Lula. De nada adianta pedir ao Governo que aí está. Hoje, pois, o pedido é ao Con-

gresso Nacional, que representa e precisa continuar representando as populações.

De Lula, nada mais se pode esperar. Como estorvo, vai ficar por aí, perambulando, dizendo impropriedades como na semana passada, na Firjan, no Rio de Janeiro.

O tema era alfabetização de adultos. Com críticas imbecis a um programa do Governo anterior, Lula disse que os programa de alfabetização de agora vão ensinar o cidadão não apenas a escrever o nome, mas a ler um livro. É uma frase mais que inadequada, partindo de quem partiu. Lula nunca leu um livro.

Daqui a pouco, a televisão vai mostrar uma série de filmetes com mensagens nesse mesmo estilo. Propaganda pura. Que, claro, nada resolve. Só faz o povo se convencer mais e mais da inoperância do atual Governo.

Daí a novos não é um passo.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Até aliados vêm derrota de Lula

Para o petista Paulo Delgado, população percebeu que governo não fez sua parte em relação à segurança e lavou as mãos

Christiane Samarco

Colaboraram: Gilse Guedes e Camilla Rigi

Aliados e adversários do Palácio do Planalto debitaram ontem na conta do governo Lula a derrota do "sim" no referendo das armas. Até o petista Paulo Delgado (MG) avalia que a crise política contaminou a decisão do eleitor. "Não há como negar que a vitória do não é o fracasso do sistema de segurança do País. Tanto que o governo se omitiu no referendo."

Delgado acusou os governos brasileiros de terem deixado o povo sozinho, "matando e morrendo", porque nunca tiveram propostas claras sobre segurança pública. E admitiu que a administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva lavou as mãos na consulta sobre a proibição da venda de armas.

Para o líder da oposição na Câmara, José Carlos Aleluia (PFL-BA), o resultado exprime a revolta da população com o governo. "Não há dúvida de que mais parece a revolta do povo da Rússia derrubando estátua de Stalin. O povo revoltou-se pelo fato de ter sido chamado a responder a uma indagação que não era caso de referendo."

Já o presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), que votou "sim", disse não concordar que vitória do "não" seja reflexo da insatisfação com o governo. Ele disse parlamentares de diferentes partidos têm opiniões contrárias a essa.

Pefelistas e tucanos acusam o governo de ter tentado tirar dividendos políticos do referendo. "No fundo, a opinião pública percebeu a manobra, ainda que de maneira difusa", disse o ex-líder tucano Custódio de Mattos (MG), convencido de que o governo quis fazer uso eleitoral da bandeira do desarmamento para encobrir sua paralisia e a ausência de uma política eficaz de segurança pública. "Não acho que as pessoas mudaram seu ponto de vista, mas o governo foi mal-intencionado."

"Foi o governo que inverteu a pergunta do referendo porque achou que podia tirar proveito e dizer que o sim era ele", acusou Aleluia. Ele entende que a questão central é a violência e a proibição da venda de armas teria efeito irrisório sobre ela. "O que falta é programa social."

Parlamentares engajados diretamente na discussão do referendo também acham que o resultado da votação é a medida do grau de insatisfação com o governo federal. Essa é, por exemplo, a opinião do

presidente da Frente Parlamentar pelo Direito de Legítima Defesa, deputado Alberto Fraga (PFL-DF), e do deputado José Roberto Arruda (PFL-DF), defensor do "sim" no referendo.

"Em parte, essa é uma decisão plebiscitária. Quem acredita que as políticas públicas podem dar certo votou no 'sim', quem não tem esperança votou no 'não'", disse Arruda, autor de um dos projetos de lei do desarmamento apresentado no Senado. "Minha convicção é política e religiosa. Embora respeite quem votou 'não' ao desarmamento."

Para Fraga, o referendo mostrou que o povo está insatisfeito com o governo Lula. "O voto no 'não' tem relação com a rejeição aos programas federais e à falta de ética do governo."

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, defendeu Lula. "Não vejo como esse referendo possa ser a favor ou contra a o governo. A eleição que vai julgar o governo vai ser em 2006." O deputado federal José Dirceu (PT) tem opinião idêntica. "É um julgamento se o Brasil deve ou não proibir o comércio de armas."

Segunda-feira, 24 de Outubro de 2005

Alckmin e Aécio cobram ação do governo contra a criminalidade

**Silvia Araújo
Raquel Massote**

Os governadores de São Paulo, Geraldo Alckmin, e de Minas, Aécio Neves (ambos do PSDB) defenderam ontem a proibição do comércio de armas de fogo, mas cobraram ações mais objetivas do governo federal para reduzir a violência no País.

Para Alckmin, a questão do contrabando de armas é que deve ser combatida de forma mais rigorosa, independentemente do resultado do referendo. O tucano descartou a tese de que a virada do "não" seja reflexo de insegurança da população.

Aécio disse, em Belo Horizonte, que encaminhou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos Ministérios da Fazenda e da Justiça uma proposta de transferência de verbas da segurança pública em duodécimos (parcelas mensais), como ocorre com saúde e educação.

Segunda-feira, 24 de Outubro de 2005

TCU vê superfaturamento na Secom

Em 2003 e 2004, preços pagos pelo governo a agências de publicidade e gráficas chegaram a superar em 343,35% os de mercado

**Sérgio Gobetti
Exedito Filho
BRASÍLIA**

O resultado da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos gastos da Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República durante a gestão de Luiz Gushiken mostra que havia um jogo de cartas marcadas entre o governo, as agências de publicidade e as gráficas paulistas que imprimiam material de promoção do Palácio do Planalto. Em média, os preços pagos pelo governo para ter a revista Brasil, um País de Todos entre 2003 e 2004 superaram em 75% os de mercado - a prática irregular causou um prejuízo de R\$ 5,77 milhões aos cofres públicos.

Ao todo, o governo Lula gastou R\$ 13,45 milhões para elaborar revistas e encartes de balanço de cada seis meses de administração, além de uma cartilha de divulgação de seus programas sociais. Muitos exemplares podem nem ter sido entregues, num possível prejuízo de mais R\$ 6,36 milhões, segundo a auditoria concluída pelo TCU.

As agências de publicidade Duda Mendonça & Associados, do ex-marqueteiro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e Matisse Comunicação de Marketing, do publicitário Paulo de Tarso Santos, criador do jingle Lula-lá, estão envolvidas nas irregularidades. Essas duas agências dividiam o contrato de publicidade da Secom e, quando o governo precisava de material de divulgação, subcontratavam as gráficas, cobrando uma comissão de 9% sobre o custo.

Documentos reunidos pelos auditores que trabalharam no caso indicam que as agências cumpriam como mera formalidade a exigência de três diferentes orçamentos para seleção do menor preço cobrado pelos serviços gráficos. A cotação era feita quase sempre com as mesmas gráficas, que apresentavam propostas parecidas e acabavam dividindo a impressão a um custo bem superior ao cobrado por outras do mercado.

No caso da cartilha sobre os programas do Ministério do Desenvolvimento Social, por exemplo, o TCU descobriu que o preço pago pelo governo à Gráfica Kriativa e à Matisse foi 203,82% a 343,35% superior ao cobrado por outras empresas do mercado. Enquanto a Kriativa apresentou orçamento de R\$ 2,07 por livreto, as gráficas consultadas pelos auditores se dispuseram a fazer o serviço por R\$ 0,47 a R\$ 0,68 a unidade.

DATAS

Também chamou a atenção dos auditores que algumas notas fiscais foram emitidas pelas agências e gráficas antes da autorização da Secom. Isso ocorreu, por exemplo, com as revistas do balanço de 2 anos de governo, cuja impressão foi dividida pelas gráficas Kriativa, Burti e Pancrom. A nota da Kriativa foi feita em 21 de dezembro de 2004, e a autorização da Secom, dia 23. "Esses fatos demonstram que as apresentações de orçamento das subcontratadas, bem como as autorizações da Secom, foram apenas para cumprir formalidades contratuais, visto que já estava decidido anteriormente o fornecedor a ser demandado", conclui o relatório.

O TCU constatou ainda que não há comprovação de entrega de 1.969.300 exemplares de um total de 5.082.000 revistas e encartes pagos à Matisse e à Duda Mendonça & Associados. Questionado pelos auditores sobre a falta de comprovante, o novo subsecretário de Comunicação Institucional do Governo, Luiz Tadeu Rigo, informou que "não havia no setor prática de arquivamento sistemático das notas fiscais de simples remessa correspondentes à entrega dos materiais, bem como não se anexavam tais documentos aos processos de pagamento."

A assessoria da Secom diz que está fazendo uma análise técnica e jurídica do relatório, mas alega que o mesmo é preliminar e não foi apreciado pelo plenário do TCU. A secretaria sustenta que os processos de contratação e pagamento dos serviços gráficos foram conduzidos com "total lisura"

ENTREVISTA DA 2ª

JOÃO MOREIRA SALLES

Cineasta afirma que "Entreatos" mostra "indícios" de que o então candidato e seus aliados não tinham projeto de país

"É uma imensa decepção", diz documentarista da

vitória de Lula

SÉRGIO DÁVILA

DA REPORTAGEM LOCAL

João Moreira Salles, 42, está decepcionado. Um dos principais documentaristas do país, reconhecido e premiado mundialmente, filmou 180 horas dos meses finais da campanha vitoriosa do candidato Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, em 2002, que se transformaram no documentário "Entreatos".

Hoje, assim como o público vem fazendo ao assistir de novo a seu filme, Salles repensa aquele momento com olhos críticos. "De um modo geral, o filme virou mais melancólico, se tornou um filme triste. Não era um filme triste, e se tornou", disse ele, em entrevista exclusiva à Folha, que ele concedeu a princípio para falar de um lançamento em sua produtora e da revista que prepara.

Hoje, "Entreatos" se torna quase profético quanto ao principal problema do futuro governo, o despreparo e a falta de um projeto para o Brasil, sufocado por um projeto para a vitória. "Ali, se elegia muito mais um símbolo e muito menos um projeto de país", diz. A seguir, os trechos da entrevista que tratam de política.

★

Folha - O que você acha desse fenômeno que vem acontecendo com seu "Entreatos", de pessoas querendo revê-lo com outros olhos hoje? Você já reviu sem a cortina da vitória, ou seja, pós-denúncias?

João Moreira Salles - Não. Logo no início das denúncias, como você chama, ainda eram os Correios [em maio, o ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material, Maurício Marinho, foi filmado ao aceitar propina de R\$ 3.000 de empresários], estava no início da história [da primeira entrevista] do Roberto Jefferson à Folha. Eu fui a um seminá-

rio na Unicamp, e o organizador exibiu trechos do filme.

*Existem políticos melhores e piores.
É nesse sentido que o erro do Lula é
mais grave do que o do Maluf. Por-
que do Maluf você espera, do Lula,
não*

Ali, de fato, percebi que não é que o filme virou outra coisa. O Brasil virou outra coisa, é um pouco diferente. E porque o Brasil virou outra coisa, determinadas seqüências do filme ganham sentido diferente. O filme virou mais melancólico, um filme triste. Não era um filme triste, e se tornou.

Folha - E os telespectadores assistiram quase com olhos de detetive, tentando achar o Delúbio Soares em atitude suspeita?

Salles - É um fenômeno quase compreensível, porque aquilo é um documento que eu julgo importante sobre a vida política brasileira, não tem nada a ver com a qualidade ou a falta de qualidade do filme, simplesmente pelo fato de uma câmera ter existido ali, tão de perto, naqueles últimos 30 dias. Você está ali diante do fato histórico em andamento. É normal que as pessoas queiram voltar a vê-lo para saber o que o Silvinho [Silvio Pereira, ex-secretário-geral do PT] dizia no avião, que queiram saber o que o José Dirceu dizia, mas fica um pouco do jogo dos sete erros, sabe?

Folha - Se quando o Dirceu pergunta "O que esse pessoal está fazendo aqui?" é um traço dele de autoritarismo...

Salles - Exato, vira um pouco isso. Eu não quis que o filme fosse lançado no "Carnaval da Vitória" -e ali havia um impedimento concreto, eu não conseguiria montar um filme em dois, três meses, mas digamos que conseguisse-, era muito claro para mim que não seria bom para o filme que

ele fosse lançado imediatamente após a vitória. Houve uma conversa de co-produção entre a VideoFilmes e a Globo, que teria sido muito bom à VideoFilmes, até como ensaio de parceria. Eu poderia ter aceitado, mas o filme seria visto de forma carnavalesca.

Com o sinal trocado, fenômeno idêntico acontece agora: uma exibição hoje é em primeiro lugar oportunista e, em segundo, produz-se uma leitura viciada do filme. Do mesmo modo que não é o "Carnaval da Vitória", como seria visto se exibido naquele momento, não acho que seja antecipatório da crise, que seria visto dessa maneira hoje.

Daí minha decisão de não relançar o filme. Tem também uma questão de lealdade. O filme foi exibido, as pessoas que quiseram assistir assistiram, e poderão assistir de novo quando for relançado em DVD no ano que vem. Então, cumpriu o seu papel. Um relançamento agora é desleal e oportunista, e você tem de ser leal com qualquer pessoa, no caso o Lula e as pessoas que estavam em torno do Lula e que foram filmadas naquele momento.

O filme vai ficar mais interessante com o tempo. A cena famosa do Dirceu, em que ele diz "Quem são vocês e porque vocês estão filmando?", hoje em dia é vista como um claro indício de seu caráter autoritário.

É uma leitura equivocada, ele está sendo apenas uma pessoa responsável. De fato, é uma loucura deixar uma equipe independente no coração de uma campanha a quatro dias das eleições. Ele ali é o princípio de realidade.

Folha - Já na montagem do filme você encontrou indícios do que viria a se confirmar depois?

Salles - Fica muito claro no filme que a vitória do Lula não foi a vitória de um projeto de país, foi a vitória de um homem com um inegável carisma, com uma trajetória extraordinária num país tão desigual como o Brasil. Portanto, você consegue encontrar indícios da falta de projeto, que é um dos problemas desse governo. Ali, se elegia muito mais um símbolo e

muito menos um projeto de país.

Folha - Parte da comunidade artística, cultural e de formadores de opinião tem se manifestado decepcionada com o que veio a acontecer. Qual a sua avaliação?

Salles - Como cidadão, como todo o Brasil, acho que é uma imensa decepção. Ninguém poderia supor que a derrocada seria tão grande. É um momento de melancolia. Eu não torcia por isso, pelo contrário. Não é bom para o Brasil, mesmo para quem não gosta do PT. Continuo achando que se modifica um país no âmbito da política, não há outro lugar para isso no regime democrático.

Do mesmo modo que ["Entreatos"] não é o "Carnaval da Vitória", como seria visto se exibido naquele momento, não acho que seja antecipatório da crise

E essa crise produz uma falta de fé na política, aquela velha coisa reacionária de que todo mundo é igual. E não é verdade. Essa descrença produz o cinismo, e esse cinismo produz, enfim, um vale-tudo. E o PT, por erro próprio, encarnava muito essa idéia de "Nós somos puros". Então, quando o próprio santo peca...

Folha - Se Deus está morto...

Salles - Deus morre, a fé morre. E isso é muito ruim, se a crise do governo Collor reafirmou a fé na política e na democracia, essa crise é mais séria, porque é a crise dos puros. Acho que o Lula não é um político como os outros, assim como não acho que o FHC seja como os outros. Fico irritado com essa conversa de que não há diferença entre Maluf e Lula. Claro

que existe. Nesse sentido, é um momento muito muito triste para o Brasil. Porque a gente elegeu o símbolo, e o símbolo se desfez. Era o único patrimônio dele [Lula], e ele pode ter perdido.

Folha - Você vê exageros ou generalizações da imprensa?

Salles - A imprensa está cumprindo bem o seu papel, de um modo geral. Mas a generalização ocorre mesmo é na população. Estou cansado de ouvir motorista de táxi, amigos meus repetindo a frase "Todo mundo é igual". E não é! O cara que recebeu a Land Rover [Silvio Pereira] é igual, mas não acho que o [ministro da Fazenda Antonio] Palocci seja. Existem políticos melhores e piores. Perigosa é essa idéia de dizer que todo mundo é igual. É nesse sentido que o erro do Lula é mais grave do que o do Maluf. Porque do Maluf você espera, do Lula, não. Assim, essa crise é mais grave do que a do governo Collor. Aquela produziu virtude, essa não sei se produzirá virtude ou só cinismo. Se produzir só cinismo, será uma tragédia. Não quero dizer que Lula seja conivente. O fato é que sem dúvida nenhuma houve ali um equívoco brutal, e o Lula... Ele diz isso no comício da Paulista, que graças a Deus não usei. Um dos acertos do filme é terminar quando termina, que é o Lula sendo engolido pela realidade. [A câmera] afasta, ele já é o presidente eleito e é engolido pela imprensa. Acabou o sonho, vamos ver se você consegue não ser devorado. Parece que não conseguiu, né? Se terminasse na Paulista, se terminasse no dia seguinte, seria um final edificante, a vitória óbvia, sem nenhuma ambigüidade. Desse jeito, termina de maneira quase inquietante, "Será que ele vai conseguir resistir aos..."

Folha - Você não se arrisca a uma previsão?

Salles - Não, não me arrisco. A minha opinião vale tanto quanto a de qualquer outra pessoa, e menos até, porque não sou especialista. Acho que ele chega à reeleição. Aí é exercício de futurologia. A economia está crescendo, por incrível que pareça houve um descola-

mento completo da política com a economia, coisa que nunca aconteceu no Brasil. No ano que vem, se essa coisa for resolvida, com cinco, seis, sete deputados cassados, e se [as denúncias] não chegarem ao Lula, ele tem chance de se reeleger.

Mas eu estava dizendo do discurso da Paulista, o Lula diz isso, que é trágico, que todos têm o direito de errar, menos ele. Não é só você que está ali, é você e todos os preconceitos que o Brasil tem contra a sua figura. Portanto, sua responsabilidade é muito maior. E o Lula tem consciência aguda disso. Disse para 200 mil pessoas: "Professor da universidade que é presidente da República pode errar, eu não posso errar, não tenho esse direito. De mim esperam o erro, de mim esperam o despreparo, eu preciso provar que não sou despreparado..." A crise de confiança na democracia é mais grave quando alguém como o PT, o Lula e o que ele representa produzem o que produziram do que quando alguém como o Collor produz o que produziu.

É preciso acreditar na política. Portanto, torço muito para que isso não chegue ao Lula e para que de alguma maneira se resolva com uma certa serenidade e que quem merecer ser cassado seja e que o Congresso dê uma demonstração de firmeza.

Era o que tinha a dizer.

Governo Lula é um Momento de Melancolia.doc
reginaldo.duarte@senador.gov.br

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil ainda busca tirar todas as lições do referendo de domingo passado, com seus resultados surpreendentes. Mas a primeira delas já está clara: o cidadão gritou como pôde que se sente inseguro e desprotegido com o aparelho de segurança do Estado. O cidadão protestou, a seu modo, contra os cortes de recursos do Fundo Nacional de Segurança que, segundo os jornais, caíram de 417 milhões para apenas 170 milhões, ainda assim em grande parte retidos e não liberados. O cidadão votou contra o contingenciamento linear e sem critérios que o governo Lula impõe a todo o orçamento, dos recursos da defesa animal para o combate à aftosa às verbas da segurança pública.

O referendo, Senhor Presidente, na verdade, terminou virando plebiscito sobre as políticas de segurança do governo federal e governos estaduais, todas inapelavelmente condenadas. Os números do referendo são reveladores.

Mesmo quem esperava a vitória do "não" deve ter se espantado com o percentual de quase 2/3 dos votos válidos. O "não" ganhou em todos os estados do país. No Rio Grande do Sul, um dos mais politizados,

a proporção foi de quatro para um. Nos municípios com mais de 200 mil habitantes, o "sim" só ganhou em dois.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o referendo é exemplo típico de como a campanha de televisão e rádio pode mudar posições. Antes de seu início, o "sim" tinha mais de 2/3 das intenções de voto. Com poucos dias de tv e rádio os resultados já haviam se invertido, porque a campanha do "sim" perdeu seu foco, esqueceu de oferecer argumentos de convencimento, restringindo-se a depoimentos de artistas de grande prestígio pessoal, mas sem credenciais maiores para defender essa ou aquela política pública. O "não", ao contrário, foi mais objetivo, mesmo que, a meu ver, tenha utilizado sofismas de pouca consistência mas de muito apelo. Pessoalmente votei pelo "sim". Acho que a posse ou uso de armas não vão aumentar a segurança pessoal, mas apenas aumentar as chances de um bandido tomar essas armas. Tenho de reconhecer que estava na contramão do sentimento popular. Pessoalmente também considero o Estatuto do Desarmamento, que da mesma forma aprovei, um grande e necessário avanço para evitar sobretudo o crime de motivação fútil. Mas com o resultado do referendo é forçoso re-

discutir o próprio Estatuto do Desarmamento que, de alguma forma, também foi reprovado.

Democracia tem disso. Sem o referendo, Sr. Presidente, ninguém imaginaria que 2/3 do país fossem contra a proibição da venda de armas e munições. Agora é preciso dar consequência ao “não”. A menos que o referendo tenha sido apenas uma brincadeirinha de democracia direta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar o artigo intitulado “Um retrato muito feio”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 3 de outubro do corrente.

O artigo trata do novo relatório de competitividade do Fórum Econômico Mundial que posiciona o Brasil em 65º lugar, o que representa uma queda de oito posições em um ano.

Um retrato muito feio

Ninguém deve se desesperar por causa do novo Relatório de Competitividade do Fórum Econômico Mundial, que situa o Brasil em 65º lugar, abaixo de Tunísia, El Salvador, Gana, Trinidad e Tobago, Namíbia e Costa Rica, para citar só meia dúzia de exemplos sugestivos. O mesmo relatório deixa a Itália, uma das sete maiores economias industriais, na 47ª posição, superada também por países muito menos desenvolvidos, como Tunísia, República Eslovaca e Letônia. Logo depois da Itália, mas, logo acima da China e da Índia, aparece Botswana. Tudo isso parece contrário não só ao senso comum, mas também ao bom senso. Os autores desse relatório parecem haver construído um mundo particular, que reflete apenas parcialmente a realidade em que as pessoas vivem no dia-a-dia. Nesse caso, suas conclusões devem ser irrelevantes. Mas este julgamento pode ser precipitado.

Vale a pena examinar o assunto e descobrir por que o Brasil aparece tão mal situado nessa classificação, que envolve 117 países. Descubra-se, em primeiro lugar, que muitos pontos apontados no relatório, tanto negativos como positivos, são assunto diário da mídia brasileira. O estudo indica, por exemplo, que as empresas são muito melhores que o governo. No quesito “operações e estratégia das companhias”, o Brasil aparece em 32º lugar, numa classificação muito mais confortável. Quanto se acrescenta a qualidade do ambiente de negócios, a competitividade empresarial cai para a 49ª posição. Mas o quadro se torna realmente ruim quando o foco se volta para as instituições, para as políticas e para o funcionamento do setor público. Pelo critério do desperdício governamental, a classificação despencou para o 111º lugar. O Brasil aparece com má figura, também, nos quesitos contratos e cumprimento da lei (77ª posição) e corrupção (62ª lugar).

A pesquisa foi feita entre janeiro e 14 de maio, quando o noticiário ainda não havia sido tomado pelos escândalos hoje em pauta. Não se pode, portanto, afirmar que a avaliação dos empresários entrevistados tenha refletido a gravidade da crise. Os entrevistados, 212 executivos de 190 empresas, queixaram-se da ineficiência do governo, de sua falta de transpa-

Segundo o artigo, “os entrevistados, 212 executivos de 190 empresas, queixaram-se da ineficiência do governo, de sua falta de transparência e da insegurança jurídica. O julgamento mais desfavorável do governo e do meio institucional teve mais peso, na classificação geral do país”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

rência e da insegurança jurídica. As queixas foram mais intensas do que na pesquisa anterior. A piora da imagem do governo e das instituições é grande explicação, segundo o professor Carlos Arruda, pesquisador da Fundação Dom Cabral e um dos responsáveis pela realização do trabalho no Brasil. No item corrupção, o País apareceu, em 2004, em 45º lugar.

O julgamento mais desfavorável do governo e do meio institucional teve mais peso, na classificação geral do País, do que a evidente melhora de alguns indicadores muito importantes, como a expansão das exportações e importações e o robusto superávit em conta corrente. Também houve progresso na gestão das contas públicas, no ano passado, mas isso praticamente não contribuiu para uma classificação mais decente. No resultado geral, o Brasil despencou oito posições em um ano.

A lista dos “fatores mais problemáticos para os negócios” também é familiar: impostos elevados, normas tributárias muito ruins; burocracia ineficiente e acesso ao financiamento são os obstáculos apontados com maior frequência pelos entrevistados. A corrupção aparece em 7º lugar, logo depois da infra-estrutura deficiente. A instabilidade política aparece em menos de 2% das respostas. Não é, portanto, o medo de golpe que entra nos cálculos de investimentos.

É provável que na ponderação dos vários itens o resultado final seja distorcido. O Brasil, afinal, é um dos líderes do mercado mundial de produtos agrícolas e começa a ganhar peso em algumas linhas de comércio de alta tecnologia. É quase certo que sua atividade universitária e a qualidade de suas pesquisas em vários setores venham sendo subestimadas, há anos, pelos autores do estudo. Os investidores internacionais, de toda forma, continuam vendo no País atrativos que a pesquisa não mostra ou ofusca.

De toda forma, vários problemas apontados na pesquisa são inegáveis e alguns são importantes obstáculos ao desenvolvimento do País. Sem ficar deprimidos por causa da classificação, vale a pena examinar o relatório, que contém algumas comparações instrutivas.

E a primeira conclusão de quem fizer isso será a de que a iniciativa privada brasileira é uma das mais competentes do mundo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Bispo insinua que Lula perdeu dignidade”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em 10 de outubro do corrente.

A matéria mostra que o Bispo de Barra, Dom Luiz Flávio Cappio, insinuou que o presidente Lula perdeu a sua dignidade e o compromisso com a população mais humilde do país.

O Bispo, que havia feito uma greve de fome contra a transposição do rio São Francisco, interrompeu sua greve após conseguir negociar com o governo a

suspensão das obras e a reabertura das discussões. Segundo as palavras do Bispo, “se houver uma interpretação diferente daquilo que foi firmado em acordo, poderemos dizer que o governo mentiu”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CAMINHO DAS ÁGUAS Em fala pela revitalização do rio São Francisco, frade critica ‘falta de compromisso’ com povo humilde

Bispo insinua que Lula perdeu dignidade

FÁBIO GUIBU

DA AGÊNCIA FOLHA, EM JUAZEIRO (BA)

O bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, 59, insinuou ontem, em Juazeiro (BA), que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu a sua dignidade e o compromisso com a população mais humilde do país.

Em discurso a cerca de 800 participantes de um ato a favor da revitalização do rio São Francisco, ele disse também que a sua luta contra a transposição não era um ato demagógico nem tinha conotação político-partidária.

“É um gesto de amor para ajudar o nosso presidente Lula a resgatar a sua dignidade e o seu compromisso com o seu povo, porque ele é nordestino”, afirmou. “Quem sabe, quase já nesse último ano de governo, possa recuperar aquilo com que ele sempre sonhou e fez com que sonhassemos com ele também.”

Cappio lembrou que sempre apoiou Lula e que, agora, esperava uma contrapartida. “Quando me comuniquei com ele, disse: ‘Lula, minha vida de militante foi vestindo sua camisa. Agora, espero que você vista a minha, que não é só minha, mas de milhões de nordestinos’”, declarou.

Assim como costuma fazer o presidente, o bispo usou o futebol para fazer comparações. Disse que “já houve muito jogo”, e que o segundo tempo começou com a reabertura das discussões sobre a transposição.

“O chute foi dado, e a bola está correndo no campo”, afirmou. “Chegou a vez de nós todos participarmos desse jogo, com inteligência, verdade, sinceridade, transparência e, sobretudo amor ao nosso povo do sertão. Vamos marcar gols”, pediu.

A plateia, formada basicamente por integrantes de movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Frei Luiz, usando boné do MST, abraça trabalhadora após discurso

FRASE
Quem sabe, quase já nesse último ano de governo, [Lula] possa recuperar aquilo com que ele sempre sonhou e fez com que sonhassemos com ele também

BISPO LUIZ CAPPIO

Terra) e MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados), aplaudiu de pé o discurso.

Com um microfone sem fio nas mãos e andando no meio da quadra esportiva de um colégio particular de Juazeiro, onde ocorreu o evento, Cappio foi saudado como herói. Recebeu as bandeiras das entidades presentes, usou bonés e distribuiu bênçãos a todos.

Depois, repetiu o alerta feito ao governo: disse que retornaria a Cabrobó (PE) “com centenas de cidadãos brasileiros” para fazer uma nova greve de fome, se as obras de transposição iniciarem.

Após o ato, os manifestantes fizeram uma passeata e bloquearam, por 35 minutos, a ponte que liga Juazeiro (BA) a Petrolina (PE). Não houve incidentes.

O jejum do bispo contra a transposição do São Francisco durou dez dias. Afirmando estar disposto a levar o protesto até a morte, conseguiu negociar com o governo a suspensão das obras e a reabertura das discussões.

Declaração do ministro Jaques Wagner (Relações Institucionais), de que o governo não negociou a suspensão, gerou nova polêmica.

“Se houver uma interpretação diferente daquilo que foi firmado em acordo, poderemos dizer que o governo mentiu”, disse o religioso. “Poderemos ter a ousadia de dizer que houve uma blefe.”

Cappio viaja hoje para São Paulo. No dia 12, ele concederá entrevista coletiva e celebrará uma missa no Convento de São Francisco. Ontem, ele manteve sua dieta, com frutas, caldos e sucos.

← LEIA artigo do bispo dom Luiz Flávio Cappio na pág. A3

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um novo grito no Cinema brasileiro. Um grito que nasce da vontade, da disposição e do trabalho dos cineastas de Manaus: Mostrar nas telas, e para os corações dos brasileiros, a essência do Homem Amazônida.

Até aqui, o Amazônida é pouco conhecido. E, mais do que isso, é também desconhecido e descartado do centralizador Cinema Nacional.

Essa é a síntese de uma mensagem que recebi ontem dos que se dedicam a uma heróica disposição de fazer filme na Amazônia.

Eles, os nossos cineastas que estão ali, ao lado da Grande Floresta, reúnem todas as condições para produzir filmes e documentários acerca, não apenas dos mistérios e da magia da Selva. Têm tudo e pouco lhes é oferecido. É o caso, por exemplo, dessa questão do patrocínio cultural.

Sabidamente, a Petrobras tem marcante presença no território da Amazônia.

Sabidamente, é a Petrobras a maior patrocinadora do cinema nacional.

Sabidamente, a Petrobras dá as costas aos que produzem filmes no Amazonas.

Sabidamente, à Petrobras só conseguem chegar os *amigos* da Ancine, a Agência Nacional de Cinema.

Sabidamente, a Ancine, que tem sede por lei em Brasília, burlou a lei e foi para o Rio, de mala e cuia, para ficar mais perto de uma clientela muito urbana, embora dela façam parte notáveis cineastas, que respondem à altura aos patrocínios.

Só que nem tanto ao céu nem tanto à terra. Afinal, a Amazônia tem, além do talento de muitos cineastas, o cenário charmoso, que fascina os brasileiros de todos os cantos.

Ainda agora, como leio no noticiário, ficou pronto um fantástico filme documentário sobre o auge e a derrocada de uma cidade encravada, nos anos 20, no coração da Amazônia: a Fordlândia.

Às margens do imponente Tapajós, no Pará, aquela cidade, que era um sonho de Henry Ford, não deu certo por fatores diversos. Mas deixou, encravada na Floresta, histórias e mais histórias, todas de forte conteúdo humano.

Como diz o diretor do filme, Marinho Andrade, essa cidade, hoje fantasma, ainda pulsa um pouco no coração de seus poucos e restantes 800 habitantes.

Não é, pois, uma cidade morta, que o mato começa a encobrir. Vivas, além desse pouco menos de mil resistentes moradores, há centenas de histórias que, de repente, viram filmes.

São histórias que precisam ser contadas. Por que não em filmes?

Como as centenas de enredos dessa cidade-fantasma, quantas e quantas outras histórias também podem ir para os filmes?

Muitas, em qualquer curva dos nossos rios, ou à margens de igarapés ou diante da mágica-flor Vitória Amazônica.

Ao lembrar esses pontos, saúdo a férrea vontade dos cineastas do meu Estado. E dirijo o foco, literal e cinematograficamente falando, para a Petrobras. Para lembrar que a empresa tem compromissos com a Amazônia. Inclusive com o apoio ao cinema local

Vamos virar o filme?

Sem deixar de apoiar o cinema das grandes Capitais, já é mais do que hora de estender a mão também para o nosso Grande Interior. Como a Amazônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria também de registrar neste momento o editorial intitulado “A vitória do ‘não’”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 24 de outubro do corrente.

O editorial trata do referendo sobre o desarmamento e mostra que “a derrota do ‘sim’ não significa que a idéia de desarmamento tenha sido vencida. O Estatuto, exceto por seu artigo 35, continua plenamente em vigor. Cabe às autoridades públicas implementá-lo”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o referido editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento. O texto é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

A VITÓRIA DO “NÃO”

A VITÓRIA do “não” no referendo de ontem foi um triunfo publicitário. A frente parlamentar contrária à proibição do comércio de armas e munições mostrou-se mais competente do que os partidários do “sim”. Conseguiu pespegar a idéia de que restrições mais severas à comercialização desses itens violaria o direito à autodefesa dos cidadãos.

Uma vitória do “sim” não teria suprimido direitos, tampouco teria implicado a proibição total do comércio de armas, o qual permaneceria lícito para os que possuem porte. Nesse contexto, como esta *Folha* já se havia manifestado, a própria realização do referendo foi inoportuna. Gastou-se muito dinheiro — algo em torno de R\$ 270 milhões — para decidir algo que, qualquer que fosse o resultado, traria pouco impacto concreto.

Quanto à criminalidade, que é a grande preocupação da população, ela não estava em questão no referendo. O objetivo do Estatuto do Desarmamento e da campanha pública de coleta de revólveres mediante indenização — que poderia ter culminado

com restrições maiores ao comércio — é o de reduzir os homicídios provocados por motivos banais, no contexto de conflitos interpessoais e rixas. É aquele tipo específico de assassínio que conjuga discussões acirradas ou um desejo súbito e irrefreável de vingar-se de um desafeto com o acesso a uma arma de fogo.

As duas campanhas, que se valearam da desinformação como tática para conquistar o eleitor, acrescentaram ainda uma dose de cinismo ao que já se afigurava como pouco útil.

De toda maneira, a derrota do “sim” não significa que a idéia de desarmamento tenha sido vencida. O Estatuto, exceto por seu artigo 35, continua plenamente em vigor. Cabe às autoridades públicas implementá-lo. Campanhas de coleta de armas, como a encerrada ontem, podem e devem ser de tempos em tempos retomadas. É preciso insistir na tese de que, em uma sociedade madura, as diferenças entre as pessoas não são resolvidas a bala, mas por meio da razão e das instâncias regulares de intermediação de conflitos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Resultado que é bom ...”, de autoria da jornalista Mônica Weinberg, publicada na revista **Veja** em sua edição de 26 de outubro do corrente.

A matéria trata das inúmeras viagens do presidente Lula ao exterior, e mostra que o resultado delas foi nulo ou prejudicial ao País.

Segundo a matéria, “O que chama atenção nas viagens de Lula, porém, é que elas não estão produzindo resultado nenhum — isso quando não prejudicam o Brasil. Na origem do problema, está a obsessão do presidente e de seu corpo diplomático por transformar

o Brasil em uma liderança terceiro-mundista”. “Além disso, enquanto Lula esgrime sua retórica de líder terceiro-mundista, os vizinhos, mais pragmáticos, votaram contrariamente a todas as candidaturas brasileiras em órgãos internacionais”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil

RESULTADO QUE É BOM...

Lula já fez 43 viagens ao exterior, mas sua política externa, além de não trazer resultados, às vezes atrapalha

O Brasil não saiu do lugar

Lula rodou o mundo, mas o resultado de sua diplomacia viajante foi nulo ou prejudicial ao país

AMÉRICA DO SUL

Número de viagens de Lula à região **21**

Os resultados, segundo o governo O Brasil criou a Comunidade Sul-Americana de Nações e desponta como o líder da região

A realidade Os países da América do Sul votaram contra o projeto brasileiro de ocupar cargos de comando no BID e na OMC e de conseguir uma vaga no Conselho de Segurança da ONU

ÁFRICA

Número de viagens de Lula ao continente **3**

Os resultados, segundo o governo As exportações para os países africanos cresceram cerca de 50%

A realidade Como o continente africano responde por apenas 5% das exportações brasileiras, o crescimento é pouco relevante

O presidente Lula completou, na semana passada, a marca de 43 viagens internacionais realizadas desde o início do seu governo, em 2003. O fato de um chefe de Estado, à frente de um país democrático e de economia aberta como o Brasil, seguir uma rotina de viagens ao exterior é normal e saudável. Trata-se de um investimento necessário para um país interessado em se relacionar política e comercialmente com o mundo. O que chama atenção nas viagens de Lula, porém, é que elas não estão produzindo resultado nenhum — isso quando não prejudicam o Brasil. Na origem do problema, está a obsessão do presidente e de seu corpo diplomático por transformar o Brasil em uma liderança terceiro-mundista, aliada a um desprezo por fatores determinantes nas relações comerciais, como, por exemplo, a geografia. Na semana passada, a comitiva presidencial desembarcou na Rússia imbuída do sonho de atrair os russos para um novo bloco de países egressos do mundo subdesenvolvido. A ideia defendida pelo Itamaraty é que, unidos, países em desenvolvimento, como Brasil e Rússia, podem ganhar força para fazer frente ao poder dos países ricos. Ocorre que, ao se pautar por esse raciocínio, a diplomacia brasileira despreza um dado básico: o de que a Rússia está encravada entre duas potências econômicas, a Europa e a China, e, sendo assim, está muito mais interessada em fazer alianças com esses vizinhos do que com o Brasil. Comenta José Augusto Guilhon Albuquerque, especialista em relações internacionais: "A impossibilidade dessa aliança é uma questão elementar de geopolítica".

A mesma obsessão de Lula por elevar o Brasil à condição de nação-líder dos "povos oprimidos" fez com que o presidente fosse três vezes à África — continente que responde por apenas 5% das exportações brasileiras. E é ela também que faz com que ele continue insistindo em colocar-se em oposição aos Estados Unidos, que compram quatro vezes mais do Brasil do que o continente africano. No caso da viagem à China, os delírios do

Itamaraty ultrapassaram a fronteira do folclórico para se tornar deliratórios de fato. O Brasil prometeu que reconheceria a China como economia de mercado junto à Organização Mundial de Comércio (OMC). Em troca, esperava receber o apoio chinês para conseguir uma vaga no Conselho de Segurança da ONU. Nada funcionou como o imaginado pelo Bismarck dos trópicos, o ministro Celso Amorim. O Brasil não recebeu o voto da China na ONU e acabou perdendo a liberdade para adotar salvaguardas contra as importações chinesas. Desde então, a China já forçou a baixa do preço da soja e continuou a inundar as prateleiras brasileiras de produtos têxteis a preços não competitivos para a indústria nacional. Ou seja, alguém aí foi trouxe.

Outra das ideias fixas do Itamaraty é tornar a América do Sul — sob a liderança brasileira, é claro — um bloco com peso suficiente para enfrentar a "hegemonia dos Estados Unidos", como gosta de dizer Marco Aurélio Garcia, assessor para assuntos internacionais da Presidência. Desde que começou a bater nessa tecla, o governo Lula só colheu desastres. Está distanciando ainda mais o Brasil de seu principal vizinho, a Argentina, que anda irritada com a megalomania lulista, e tanto trololô verde-amarelo causou arrufos até no bufão Hugo Chávez, presidente da Venezuela. E olhe que Chávez foi agraciado com um tremendo mau negócio para o lado de cá da fronteira: o Brasil prometeu reduzir as tarifas de 90% dos produtos importados da Venezuela em troca do corte de taxas em apenas 16% das mercadorias que exporta para o país de Chávez. Além disso, enquanto Lula esgrime sua retórica de líder terceiro-mundista, os vizinhos, mais pragmáticos, votaram contrariamente a todas as candidaturas brasileiras em órgãos internacionais. Touché de los hermanos.

Mesmo diante desses resultados, Lula continua a dar demonstrações de que prefere a pirotecnia à vida real. Em sua viagem à Rússia, assinou um contrato segundo o qual o Brasil desembolsará 10 milhões de dólares para enviar, em 2006, um astronauta brasileiro à Estação Espacial Internacional, projeto liderado pela Nasa. O que Lula não diz é que a viagem do astronauta já estava prevista em um acordo firmado entre o Brasil e a Nasa em 1997. Pelo acerto, o brasileiro teria de esperar numa fila para ir ao espaço. Ou seja: Lula preferiu pagar para ter os holofotes em 2006. É a diplomacia "perdidos no espaço". E com o nosso dinheiro.

RICARDO STUCKERT

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para continuar fazendo o registro das últimas notícias sobre o ressurgimento da febre aftosa no Brasil. O foco da doença identificado no Mato Grosso do Sul serviu para mostrar, mais uma vez, o descaso do governo do presidente Lula com temas que são de relevante importância para o desenvolvimento do País.

As consequências de mais essa irresponsabilidade do atual governo já podem ser notadas. O volume de exportações de carne já diminuiu e alguns frigoríficos já começam a demitir funcionários. Os preços

das carnes no varejo já registram altas. Essas situações dão a exata medida de como o governo Lula é incompetente.

Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA *Fazendas estão dentro de raio de 25 quilômetros estabelecido pelo governo para tentar conter a doença*

Governo confirma mais 3 focos de aftosa

FERNANDO ITOKAZU

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo federal confirmou ontem mais três focos de febre aftosa no sul do Mato Grosso do Sul. Duas das fazendas afetadas, Santo Antônio e Guaíra, estão em Japorã, dentro do raio de 25 km estabelecido para tentar controlar a doença. A terceira, Jangada, fica em Eldorado, vizinha da fazenda Vezozzo, local do primeiro foco, anunciado no último dia 10.

Desde 1999, o Mato Grosso do Sul (MS) não registrava a doença.

Com a doença diagnosticada em Japorã (a 4 km de Eldorado), dois municípios (Sete Quedas e Tacuru) se juntam aos cinco localizados na área de interdição.

O Ministério da Agricultura recebeu os laudos no final da tarde do Lanagro (Laboratório Nacional Agropecuário do Pará).

Antes mesmo da confirmação do laboratório, o secretário de Defesa Agropecuária, Gabriel Maciel, já dizia que as chances de serem detectados novos focos eram de mais de 95%.

Além disso, já havia começado o sacrifício de 320 animais na Jangada, nove bovinos na propriedade já apresentavam sintomas da febre aftosa.

Apesar da confirmação dos novos focos, o governo afirma que o processo já está estabilizado, já que nos últimos três dias não foram detectadas novas suspeitas

(há ainda três em análise, todas em Japorã) e os focos estão dentro da área de interdição que tem raio de 25 km a partir do local do primeiro diagnóstico.

De acordo com Gabriel Maciel, o anúncio de ontem não deve aprofundar as perdas econômicas do país —mais de 30 países já anunciaram o embargo à carne do país, entre eles grandes importadores. Maciel disse que é normal surgirem novos focos dentro do raio de interdição. Para ele, o anúncio de um único foco poderia dar a impressão de que o país estaria escondendo a real dimensão da doença.

Paraguai

Maciel disse que os focos em Japorã, cidade mais perto da fronteira com o Paraguai, deve auxiliar no trabalho conjunto com o país vizinho. A área de interdição passa a abranger território paraguaio.

Na semana passada, o governador do MS, José Orlando Miranda dos Santos, o Zeca do PT, levantou a suspeita de que a origem da contaminação poderia ser o Paraguai. Em nota, a Embaixada do Paraguai em Brasília afirmou que o país é livre de febre aftosa.

O governo paraguaio acusou o Brasil de ter enviado uma missão sem permissão para tentar localizar provas da origem da doença (leia texto na pág. B3).

Já o governo brasileiro afirma

que o vizinho é reticente a um acordo de cooperação. Na semana passada, foi proposto um acordo para que fosse enviados técnicos ao Paraguai e que uma missão paraguaia viesse ao Brasil verificar as condições de cada país.

O Ministério da Agricultura disse que os paraguaios pediram informações do Brasil, mas negaram a visita dos técnicos.

Com o objetivo de evitar novos focos de febre aftosa, o governo brasileiro estuda não só doar as vacinas ao Paraguai, como já foi feito no passado sem resultados positivos, segundo o ministério, mas também acompanhar todo o processo de vacinação no país, que também é membro do Mercosul.

Também ontem, o ministério divulgou ter recebido comunicado da Panaftosa (Centro Pan-Americano de Febre Aftosa) informando que os testes na vacina brasileira são eficientes. O órgão também concluiu que o tipo de vírus detectado em Eldorado é comum na região sul-americana.

Com isso, foram descartadas duas possibilidades para a origem do foco. O governo ainda trabalha com outras três: manipulação inadequada da vacina, vacinação seletiva e ingresso de animais não vacinados no rebanho. Foram descartadas problemas na vacina e vírus mutante.

Febre aftosa: a doença de um bilhão de dólares

TÂNIA MARIA DE PAULA LYRA

Médica veterinária, doutora em Ciência Animal pela UFMG, especialista em febre aftosa, foi secretária de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura

A febre aftosa foi descrita pelos americanos como "the billion dollar's disease", nos anos 60. O cinema da época retratou a importância do controle das doenças animais. Em um filme, Sophia Loren ingressa nos Estados Unidos para se casar com um americano, mas é detida no aeroporto por levar um presunto da Itália. Já em outro, uma americana vai à Inglaterra visitar a avó e embarca de volta a seu país, com as mesmas botas que usava na fazenda da avó, o que provocou um foco de febre aftosa nos Estados Unidos. O mais famoso filme, *O indomado*, vencedor de três Oscar em 1963, estrelado por Paul Newman, possui como ponto central da trama um foco de febre aftosa. O fazendeiro quer seguir a lei, noticiando o problema ao governo, mas seu filho é contra, argumentando que o mais vantajoso seria esconder, pois os veterinários colocariam a propriedade em quarentena, sacrificariam os animais, e o prejuízo para o pecuarista seria grande. Permanece em perfeita saúde um exemplar de bovino importado do México, da raça Longhorn; porém, os bezerros da fazenda adoecem, pois o animal importado era o portador do vírus e não apresentava os sintomas da doença.

Os Estados Unidos erradicaram a febre aftosa em 1929, conhecedores das perdas ocasionadas pela virose e de sua importância econômica. Na ocasião, a tecnologia da vacina era incipiente e a doença foi eradicada com o uso do rifle sanitário (sacrifício dos animais doentes e contatos), medidas restritivas de desinfecção, controle de trânsito, entre outras. Com visão a longo prazo e cientes do alto risco de transmissão do vírus, os EUA coordenaram a erradicação da doença em seus países vizinhos, como México e Canadá. Em consequência de ações precisas e agressivas, a América do Norte é livre de febre aftosa sem vacinação desde 1957.

Em seguida o mundo foi dividido em países aftósicos e não aftósicos. Essa condição espelha a situação de desenvolvimento econômico. Países com febre aftosa são subdesenvolvidos; países livres de febre aftosa são desenvolvidos.

No momento, a situação de defesa sanitária brasileira volta a ser protagonista dos noticiários nacionais e internacionais por conta de relevante registro do ressurgimento da doença. O mais importante não é procurar culpados pelo foco de aftosa no Mato Grosso do Sul, e sim levar a sério a política de erradicação. Trata-se do maior estado produtor e exportador de carne bovina do Brasil. Entretanto, a existência de fronteiras secas de mais de 600km com países vizinhos não deixa de ser um fator de vulnerabilidade. Portanto, deve receber recursos para implantar

a melhor infra-estrutura de defesa sanitária animal, como o programa oficial fez com os estados da região Sul a partir de 1963, proporcionando postos de fronteira, equipamentos de campo, inclusive veículos e laboratórios, cabendo aos governos estaduais a contratação dos profissionais.

O vírus não espera o descontingenciamento de recursos, que geralmente acontece no fim do ano. As verbas devem ser permanentes e de uso flexível. Que cada um assumam sua responsabilidade. O produtor precisa adquirir a vacina e vacinar o rebanho. O governo deve garantir a qualidade da vacina, realizar a educação sanitária para propiciar a adequada imunização do rebanho, manter a vigilância epidemiológica, proporcionar um diagnóstico rápido e preciso e fiscalizar o cumprimento das ações sanitárias.

É imperiosa a realização de um trabalho nas fronteiras, coordenado por organismos internacionais sob a liderança do Brasil. Não queremos buscar a hegemonia do Brasil na América Latina, mas a hegemonia da América Latina "livre de febre aftosa". O Uruguai, injustamente, fechou as fronteiras com o Rio Grande do Sul, devido ao problema do Mato Grosso do Sul. Não há justificativa, mas não deixa de ser um retrato da triste realidade do Mercosul. É preciso criar nas fronteiras um comitê conjunto com os atores sociais dos países vizinhos. É que os organismos internacionais avaliem a situação sanitária dos países fronteiriços com a mesma exigência que adotam para o Brasil.

Impacto da doença afeta os preços da carne no varejo

Para economista da FGV, aftosa causou uma antecipação de alta no varejo; para açougues, o problema é a entressafra

Alessandra Saraiva
RIO

Os primeiros sinais de febre aftosa em Mato Grosso do Sul já causaram uma "antecipação de alta" nos preços das carnes no varejo. No Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) de até 15 de outubro, os preços das carnes bovinas subiram 2,80%, ante aumento de 1,46% na apuração anterior.

Para o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) André Braz, o preço mais caro é devido à possibilidade de redução de oferta de carne no mercado interno, ante perspectiva de aumento no abate de cabeças para conter os focos da doença.

Nos açougues, a alta foi registrada no início de outubro e, por enquanto, se mantém estável. Mas, na avaliação do presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas do Estado de São Paulo, Manoel Henrique Faria Ramos, a causa do aumento pode ser a entressafra. Nos açougues, de setembro pa-

ra outubro o quilo do contrafilé em média subiu de R\$ 9,80 para R\$ 10,90 e do acém, de R\$ 6,10 para R\$ 6,25.

Segundo Braz, todos os cortes de carne bovina apresentaram aumento. "Acho que os comerciantes devem estar se antecipando (a uma possível redução na oferta)", disse. Entre os destaques de alta de preços estão cortes de primeira, como alcatra (de 3,49% para 5,20%); contrafilé (3,58% para 5,19%); e lagarto plano (de 2,72% para 4,29%).

O economista informou que a elevação inicial de preços foi dos chamados cortes de carne de primeira. A maioria dos cortes de segunda e miúdos de boi não apresentaram aumento, mas alguns já registram deflação mais fraca. É o caso do corte "agulha" (de -2,24% para -1,18%); fígado (de -1,61% para -1,01%); bucho e tripa (-4,79% para -3,59%).

Para Faria Ramos, que representa os açougues, é difícil prever o que acontecerá nas próximas semanas. "Se houver uma

oferta maior no mercado interno, com a queda da exportação, os preços vão cair", disse. Mas, ressaltou, se surgirem novos focos da doença pode haver redução da oferta e aumento maior de preços. No momento, disse, as vendas e o fornecimento permanecem inalterados.

O ILC-S de até 15 de outubro subiu 0,47%, acima da apuração anterior (0,39%). O indicador aumentou principalmente devido ao impacto das tarifas e preços administrados na inflação e à deflação mais fraca nos preços dos alimentos (de -0,55% para -0,33%), influenciado pela alta nos preços das carnes.

Braz comentou ainda que os preços dos alimentos no varejo, no âmbito do IPC-S de até 15 de outubro, estão começando a apresentar sinais de aceleração. "Parece que a deflação nos preços dos alimentos está com os dias contados", avaliou. • Colaborou Vera Dantas

Recuo de embarques prejudica armazéns

Volume de exportações diminui e alguns já começam a demitir funcionários

Patrícia Campos Mello

A febre aftosa também está causando prejuízo aos armazéns frigoríficos. Com a queda de embarques de carne para exportação, os armazéns estão buscando alternativas e alguns já começam a demitir funcionários.

De acordo com Gregory Rinzler, diretor da Associação Brasileira da Indústria de Armazenagem Frigorificada (Abiaf), caso a situação não se regularize logo, as consequências podem ser muito graves. "No momen-

to, estamos na entressafra dos embarques de carne. Mas, se a situação se estender até o início do ano, pode prejudicar o pico dos embarques, em fevereiro", diz Rinzler, também diretor do armazém Avante.

No Avante, o volume armazenado caiu 30%. "Zeraram os embarques para Europa, estamos recebendo só as carnes que serão exportadas", diz Rinzler. O empresário está direcionando espaço do armazém para suco de laranja para exportação.

Mesmo assim, precisou demitir 7 dos 50 funcionários.

O volume de carnes armazenado para exportação vinha caindo desde agosto. Muitos frigoríficos já tinham desacelerado suas exportações e direcionado a carne ao mercado doméstico, por causa do dólar em queda.

Roberto Fantoni, diretor-superintendente do armazém Cefri, é outro que já está se preparando para uma situação bastante complicada. Por enquanto, apenas um

dos frigoríficos que é o Cefri cancelou todos os embarques. "Os frigoríficos podem estar transferindo sua produção de Mato Grosso do Sul para plantas e outros Estados", diz Fantoni.

Mas o embargo vai alguns meses, com cada vez mais países, diz o empresário. "Estamos nos preparando para isso e já buscamos alternativas. Vamos armar frangos, suínos e outros sazonais como per-

A vaca, o frango e o pato

CARLOS ALBERTO JR. // carlos.junior@correioweb.com.br

O foco de febre aftosa identificado no Mato Grosso do Sul expõe, mais uma vez, o descaso do governo com temas importantes. A encrenca era certa. Só não dava para acertar com precisão o tamanho do problema que as restrições orçamentárias, impostas pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento, trariam ao país. Ao reduzir o volume de recursos disponível para combater a doença, os donos do cofre tentam diminuir a dívida pública e garantir ao Estado, no futuro, folga de caixa para investimentos em infra-estrutura e na área social. Não deixa de ser objetivo nobre. Só que os desafios do Brasil são presentes. Cabe ao governo encontrar a melhor fórmula para administrar a escassez de recursos. Afinal, o presidente foi eleito para isso.

A troca de acusações entre os ministros da Fazenda e da Agricultura é patética. Enquanto Antonio Palocci se preocupa em afirmar que o dinheiro foi liberado, e Roberto Rodrigues garante que a quantia era insuficiente, o Brasil sofre sanções comerciais, perde mercado e enfrenta o descrédito da comunidade internacional.

A União Européia (UE), por exemplo, queixa-se há tempos da falta de empenho do governo brasileiro em criar mecanismos que

permitam rastrear a origem do rebanho nacional. Com a rastreabilidade, seria possível saber quando e quantas vacinas o animal recebeu ao longo da vida, quem foram seus pais e em que pastos ruminou até o momento do abate. Sem o histórico, o bicho vale tanto quanto alguém sem documentos detido como suspeito numa batida policial. Fica na cadeia até provar que é bom sujeito.

A febre aftosa não é privilégio do Brasil. A Grã-Bretanha enfrentou o problema em 2000. O governo inglês teve de sacrificar milhares de cabeças de gado, com prejuízos financeiros enormes para toda a Europa. Agora, a UE enfrenta a gripe do frango. Apesar dos cuidados e das barreiras sanitárias, nada impede que o vírus chegue ao Brasil e cause mais confusão no continente.

A diferença é que lá os países trabalham em conjunto. No Mercosul, a falta de uma política integrada de combate às doenças produz apenas movimentação de tropas do Exército na fronteira com o Paraguai e tiro ao alvo com bois encontrados nas rodovias das áreas de risco. É a política da porteira arrombada. Um quilo de picanha, sem aftosa, aos que adivinharem quem paga o pato.

PECUÁRIA

No dia em que o presidente Lula afirma que a febre bovina foi debelada, Ministério da Agricultura divulga que há três novos focos em duas cidades do Mato Grosso do Sul. Paraguai critica Brasil

Aftosa avança

LUCIANO PIRES
DA EQUIPE DO CORREIO

O Ministério da Agricultura confirmou ontem mais três focos de febre aftosa em Mato Grosso do Sul, sendo dois deles em Japorá e um em Eldorado, onde surgiu o primeiro caso. No cenário externo, a presença da aftosa em fazendas brasileiras trouxe novas barreiras. Indonésia e Peru reforçaram o grupo de países contrários à entrada da carne nacional e anunciaram embargos. Apesar do alastramento da crise, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem em seu programa quinzenal de rádio *Café com o Presidente*, transmitido pela manhã, que o foco de aftosa no Brasil foi debelado.

Análises feitas pelo Laboratório Nacional Agropecuário do Pará (Langro) constataram que a aftosa infectou parte do gado da fazenda Jangada, em Eldorado. Essa propriedade possui 3.548 cabeças — 320 bovinos foram abatidos — e é vizinha à Vezozzo, que sacrificou 582 bois na semana passada. Em Japorá, distante 18 Km de Eldorado, a doença chegou às fazendas Santo Antônio e Guatira. A prefeitura da cidade vai decretar a partir de hoje estado de emergência. O prefeito Rubens Prete Marinho (PT) diz que 60% da economia local está paralisada e solicitará ao governo do Mato Grosso do Sul uma ajuda de R\$ 115 mil ao mês para manter as 315 famílias que dependem da indústria do leite para sobreviver. Marinho também estuda pedir à concessionária estadual de energia para que as contas dos pecuaristas sejam suspensas.

O governo ainda aguarda os resultados de análises de outras três pequenas propriedades no município de Japorá sob suspeita. Diante dos novos casos de aftosa no extremo sul do MS, dois municípios foram incluídos na região de isolamento: Tacuru e Sete Quedas. Cinco já estavam interditados, ou seja, estavam

impedidos de comercializar produtos de origem animal: Japorá, Eldorado, Mundo Novo, Itaqui e Igatemi.

Prejuízos

Os empresários locais contabilizam os prejuízos. Com a queda nos negócios, os armazéns frigoríficos tentam se salvar, mas já começam a demitir funcionários. Em um deles, o Avante, o volume armazenado caiu 30% e sete dos 50 funcionários perderam o emprego. As cidades da região interdita têm como principal alicerce econômico a indústria de transformação da carne. Um grupo de prefeitos tenta sensibilizar o governo do estado a contribuir com recursos financeiros e medidas assistenciais para os produtores locais.

Para o governador Nello Pretti, o caso em Japorá e Eldorado é uma situação crítica. Santa Catarina e Rio Grande do Sul anunciaram que manterão o embargo a entrada em seus territórios de animais e produtos derivados de Mato Grosso do Sul. A decisão foi tomada em um encontro ontem, em Florianópolis, pelos

secretários da Agricultura dos estados. Segundo o secretário da Agricultura Interino do Paraná, Newton Ribas, o acordo anunciado na sexta-feira pelo Ministério da Agricultura não foi unânime.

Desde que a crise da aftosa se instalou em Mato Grosso do Sul, no último dia 10, o estado deixou de arrecadar R\$ 12 milhões. Se o problema não for resolvido logo, avaliam as autoridades locais, uma reforma administrativa para enxugar a máquina será inevitável.

A prioridade dos agentes sanitários é fazer com que a doença não se alastre. Ações de prevenção e contenção estão sendo feitas nas proximidades das fazendas onde os focos de aftosa foram descobertos e nos locais vizinhos. Os municípios próximos a Eldorado e Japorá, onde há casos confirmados, mantêm um rebanho estimado de 700 mil cabeças de gado. Na semana passada, o governo estadual tentou

Paraguai denunciará o Brasil

Irritado com as acusações de que seria responsável pelo foco de febre aftosa no Mato Grosso do Sul, o governo paraguaio acusa o Brasil de ter enviado técnicos ao país vizinho sem permissão, para localizar provas da origem da doença. Segundo o ministro paraguaio de Agricultura e Pecuária, Gustavo Ruiz Díaz, os técnicos foram enviados antes mesmo de a comunidade internacional ser avisada sobre o novo foco. "Entraram,

revisaram e não encontraram nada. Caso contrário, teriam denunciado", disse Díaz.

Em caso de comprovação de um foco, para evitar que a doença se alastre, o Brasil precisa informar à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa) e os países vizinhos. Técnicos do Ministério da Agricultura disseram que, após a comunicação, o Brasil tentou negociar o envio de observadores brasi-

leiros ao país, mas sem sucesso. Ruiz Díaz afirmou que a chancelaria paraguaia vai decidir se apresenta um protesto formal ao governo brasileiro. No entanto, vai denunciar o país no comitê permanente criado pelo Mercosul para controlar a febre aftosa, que se reúne amanhã em Montevideo, no Uruguai.

LEIA MAIS SOBRE
FEBRE AFTOSA NA
PÁGINA 11

REBANHO

3.548

é o número de cabeças de gado que estão na fazenda Jangada, novo foco de aftosa

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista do advogado alemão Peter Eigen, presidente da Transparência Internacional, publicada nas páginas amarelas da revista **Veja** em sua edição de 19 de outubro do corrente.

Na entrevista, o Sr. Peter Eigen afirma que “Lula o desapontou no campo da ética e que os brasileiros não devem cair na tese de que ele nada sabia”. O ad-

vogado ainda lembra que “o chefe é responsável pela ação dos seus subordinados”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a referida entrevista seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“Obrigação de saber”

O criador da principal ONG de combate à corrupção diz que Lula o desapontou no campo da ética e que os brasileiros não devem cair na tese de que ele nada sabia

Antonio Ribeiro, de Paris

O advogado alemão Peter Eigen, ex-diretor do Banco Mundial, fundou e preside há doze anos a Transparência Internacional, a principal organização não-governamental de combate à corrupção no mundo. Nesse período conseguiu o feito de incentivar a adoção de regras éticas mais estritas tanto de empresas quanto de governos. Em parte influenciada pela cruzada de Eigen, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que congrega as trinta maiores economias do mundo, tratou de criar uma convenção para tentar evitar o pagamento de propinas. Em dezembro próximo, será a vez da ONU de propor um supor legal para indiciar suspeitos de corrupção em qualquer parte do mundo e recuperar fundos de origem ilícita depositados em contas secretas de paraísos fiscais. Nesta semana, a Transparência Internacional publica o seu já esperado índice anual de Percepção da Corrupção, com 159 países. O Brasil vem ocupando uma posição intermediária no ranking, atrás de cerca de cinquenta países onde a corrupção é menos insidiosa.

Veja — O senhor rastreia a corrupção de governos pelo mundo há muitos anos. Já deparou antes com um caso como o brasileiro, em que um presidente é cercado de corruptos no partido, no alto escalão do governo e até na família, mas ele não sabe de nada?

“O abuso da impunidade levou à noção da ‘obrigação de saber’. O chefe é responsável pela ação dos seus subordinados”

Eigen — Muitas vezes os dirigentes não querem tomar conhecimento das sujeiras a seu redor. Assim imaginam escapar da culpa. O abuso desse escudo da impunidade levou o sistema judicial americano a evoluir para a noção da “obrigação de saber”. O chefe é responsável pela ação dos seus subordinados. Ponto.

Veja — O presidente Lula subscreveu um programa contra a corrupção elaborado pela Transparência Brasil e no governo ele e seu partido fizeram tudo ao contrário...

Eigen — Quando o presidente Lula foi

eleito fiquei muito otimista. Os escândalos, no entanto, me deixaram muito desapontado. Como se diz, o poder corrompe, mas é preciso que se tenha em mente que nem todos se deixam corromper. Os brasileiros devem estar sempre céticos em relação às desculpas dadas pelos governos.

Veja — Nos últimos meses, jornalistas de VEJA trouxeram à luz diversos focos de corrupção oficial e, mais recentemente, revelaram a existência de uma máfia que fraudava jogos de futebol. O que se viu foi que no campo esportivo a denúncia surtiu efeitos depu-

rativos imediatos, enquanto na política pouco ou nada aconteceu. Como o senhor explica isso?

Eigen — Os brasileiros estão habituados com o melhor futebol do mundo. Ele é razão de orgulho nacional. É perfeitamente natural querer preservá-lo. Em contrapartida, a expectativa a respeito da conduta dos políticos é muito baixa e não haveria nada a preservar. Seria prudente não se iludir, porém. Cada político corrupto equivale a um gol contra, uma vaga na escola pública que se sonega a uma criança, um tratamento de saúde a que um idoso doente não terá acesso. Se os políticos brasileiros contribuírem para resolver a atual crise de corrupção de forma digna, vão inscrever seus nomes na história. Os efeitos disso serão muito mais benéficos obviamente do que a conquista de uma Copa do Mundo.

Veja — *Como o senhor define a corrupção?*

Eigen — A corrupção é o uso indevido de um poder qualquer para obter ganhos em benefício próprio.

Veja — *Os regimes democráticos são mais ou menos suscetíveis de sofrer com a corrupção?*

Eigen — A corrupção é o maior obstáculo atual ao funcionamento das democracias. Ela provoca a desconfiança dos cidadãos no processo político. Se as pessoas descobrem que seus representantes submetem suas decisões a propinas ou favores, elas perdem convicção e interesse no jogo político. Democracia sem participação deixa de ter sentido como tal e os líderes perdem a legitimidade. Um ambiente corrupto exime as lideranças de prestar conta de seus atos, torna difícil para a polícia e a imprensa a investigação dos fatos, enquanto o sistema judicial favorece a impunidade. Tudo isso em óbvio prejuízo para o cidadão comum.

Veja — *Onde há maior incidência de corrupção política?*

Eigen — O fenômeno é global, mas nos países emergentes seus efeitos são ainda mais danosos. Uma pesquisa recente da Transparência Internacional revelou uma realidade terrível. Os políticos de 65 países, comparados com todas as outras profissões, são consi-

derados as pessoas menos confiáveis na sociedade. Na Alemanha, o ex-chanceler Helmut Kohl se recusa a revelar a fonte de uma gigantesca contribuição financeira ao seu partido, o que constitui uma violação clara da lei de financiamento dos partidos po-

“Os brasileiros estão habituados com o melhor futebol do mundo. Ele é razão de orgulho nacional. É perfeitamente natural querer preservá-lo. Em contrapartida, a expectativa a respeito da conduta dos políticos é muito baixa e não haveria nada a preservar”

líticos. O mau exemplo dos dirigentes age como um catalisador sobre as pessoas chancelando os atos ilícitos no dia-a-dia. Um cotidiano corrupto, por sua vez, impulsiona a corrupção oficial, dando continuidade ao ciclo. Em muitos lugares, as pesquisas mostram que os jovens estão se sentindo impotentes quando percebem que seus votos não têm força para mudar o rumo do seu país. Boa parte da violência aparece como resultado dessa situação. Nos países emergentes que até poucos anos atrás eram governados por ditaduras, os efeitos da corrupção são mais preocupantes.

Veja — *Alguns economistas acham a corrupção inelutável e até admitem a existência dela de modo que a economia possa crescer. Isso tem fundamento?*

Eigen — Essa é uma concepção equivocada. Durante 25 anos me debati no Banco Mundial para a corrupção ser considerada uma questão de pri-

meira grandeza. Não consegui. Meus colegas achavam sua ocorrência normal como a alternância das estações climáticas. Por isso saí e fundei a Transparência Internacional. Hoje, o Banco Mundial reviu suas concepções e passou a encarar a corrupção como um desastre social e econômico. A corrupção desequilibra de forma perversa as concorrências econômicas saudáveis. Qualidade, baixo custo e bons serviços deixam de ser vitais quando um negócio pode ser decidido pelo valor das propinas. Isso é um forte inibidor da produtividade. Obviamente muitas empresas imaginam que, se não corromperem, vão ficar fora do jogo econômico. Mas essa visão é ruína. A corrupção destrói a riqueza e todos perdem. O capital obtido pela exploração dos recursos naturais dos países, um patrimônio de todos, é drenado para o bolso de alguns poucos. A Nigéria, o 12º maior produtor de petróleo, poderia ser um dos países mais ricos do mundo. Não é. O que se tem é um país em que 130 milhões de nigerianos vivem na miséria, enquanto o regime do ditador Sani Abacha foi acusado de ter estocado 4 bilhões de dólares em contas na Suíça. Na Indonésia, a família Suharto fez coisa parecida a ponto de os indonésios considerarem a descoberta de petróleo um castigo, e não um caminho para a prosperidade. Salvo a Noruega, todos os países produtores de gás natural e de petróleo têm alto grau de corrupção.

Veja — *Que benefícios aparecem mais rapidamente quando um país consegue controlar a corrupção?*

Eigen — Um exemplo é a Itália. Lá a normalização ética derrubou dramaticamente os preços das obras públicas, facilitando a modernização do país. O mesmo efeito pode ser esperado nos países em desenvolvimento. Quantos hospitais mais poderiam ser construídos com o mesmo dinheiro se a roubalheira fosse interrompida? Quantas vidas poderiam ser salvas? Não hesito em dizer que a corrupção é o principal motivo da miséria na América Latina, na Ásia e na África. Não faltam recursos para erradicar a miséria nessas regiões. Falta evitar que eles sejam desviados.

Veja — Está ficando mais fácil detectar e conter a corrupção?

Eigen — Até bem pouco tempo atrás, empresas européias podiam deduzir do imposto o suborno feito em países para onde exportavam. Criticamos duramente essa prática. Ela foi proibida em maio de 1999. Se um alemão for pego subornando alguém em Brasília, ele será punido pelas leis alemãs como se tivesse cometido o crime em Berlim ou Hamburgo. Na era digital e da cooperação judicial multilateral, esconder corrupção equivale a colocar gato debaixo do tapete. Cedo ou tarde, o bicho derruba o dono.

Veja — Determinadas culturas e povos são mais lenientes com a corrupção do que outros?

Eigen — Em algumas culturas as cortesias e a troca de presentes fazem parte do cotidiano. Mas corrupção não é isso. Nenhuma cultura aceita que apenas alguns poucos enriqueçam desonestamente. Não há relativismo para o roubo. Ele é condenado em qualquer cultura, religião ou código.

Veja — O exame de edições sucessivas do Índice de Percepções de Corrupção mostra um padrão. Os países escandinavos são vistos como ilhas de integridade, enquanto a corrupção é mais fortemente percebida no Hemisfério Sul. Qual é a explicação?

Eigen — A questão não é geográfica. Os países escandinavos são vistos como sendo mais honestos se comparados com Rússia, Canadá e França, países do norte. Hong Kong tem muito melhor desempenho que a China e Taiwan, e todos têm o mesmo povo, religião e cultura. Cingapura é um país do sul muito bem posicionado, embora no Índice de Pagamento de Propinas, outra pesquisa nossa, vá muito mal. Se eu tivesse de investir em um projeto escolheria Botsuana e não colocaria um tostão no Zimbábue. Apesar de ocuparem posições muito distantes no índice, ambos estão localizados na África Subsaariana, são países vizinhos com população, superfície e clima semelhantes.

Veja — Muitas vezes, em países em que as pessoas têm uma férrea ética pessoal, prosperam máfias empresariais, casos do Japão e da Coreia do Sul. Como explicar essa situação?

Eigen — Persuadir empresas e seus acionistas de que a extorsão trará má reputação e, a termo, inevitáveis prejuízos não é uma tarefa fácil. Leva-se anos, às vezes décadas, de conscienci-

“Não há relativismo para o roubo. Ele é condenado em qualquer cultura, religião ou código. A questão não é geográfica. Os países escandinavos são vistos como sendo mais honestos se comparados com Rússia, Canadá e França, países do norte”

zação até que mudanças substanciais possam ser detectadas. Na Coreia do Sul, o governo criou leis rigorosas anticorrupção e tem tido bom desempenho no seu cumprimento. A Justiça é implacável com todos. Um presidente e um primeiro-ministro, acusados de corrupção, foram presos. Não foi por acaso que o diretor da Transparência na Coreia do Sul foi alçado ao cargo de primeiro-ministro do país. Quando ele era prefeito de Seul, introduziu um sistema anticorrupção, apoiando-se numa base de dados informatizada. A experiência tornou-se modelo no mundo. Ainda não conseguimos esse mesmo grau de eficiência no Japão.

Veja — O que efetivamente inibe a corrupção?

Eigen — Uma estrutura que chamo de Sistema de Integridade. Sua forma é semelhante à de um templo grego, em que uma cobertura é escorada por pi-

lares. Se um ruir, os outros permanecerão firmes até a reparação daquele que falhou. Esses pilares são um Poder Executivo a salvo de interesses menores, um Parlamento representativo e um Judiciário independente. Os outros sustentáculos são uma imprensa livre e com acesso à informação e o exercício da liberdade de expressão. Deve existir também uma auditoria pública transparente, e as CPIs precisam ter poderes para questionar altos dirigentes do setor público e privado. Se você somar a esse cenário um serviço público ético e empresas privadas competitivas, terá um país com enorme chance de vencer a corrupção. Um Sistema de Integridade como o descrito acima promove o desenvolvimento sustentado, o estado de direito e aumenta a qualidade de vida das pessoas.

Veja — Uma dose de vergonha ajuda?

Eigen — Certamente não atrapalha. Eu sou pessoalmente motivado por valores morais. Já a Transparência atua numa diversidade mundial. Por uma questão estratégica, ela deve se basear em argumentos técnicos. Estamos presentes em noventa países, e, se algum dos nossos associados achar ser eficaz evocar valores éticos locais para combater a corrupção, apoiaremos sem restrição.

Veja — Além de ser uma virtude, qual é a vantagem intrínseca de ser honesto?

Eigen — Para o indivíduo é isso mesmo, uma virtude. Para um país, contar com homens públicos honestos é uma garantia de que o interesse nacional estará mais próximo de ser atendido. As decisões de um ministro da Economia íntegro não servem aos interesses de quem suborna e, assim, o ministro pode focar toda a sua energia no desempenho da economia. Os resultados positivos vão se refletir no crescimento do país e no aumento do bem-estar dos cidadãos. Esconder coisa malfeita dá muito trabalho. A suspeita produz obstáculos ao desempenho de uma pessoa qualquer, de um empresário, profissional ou de um homem público. A corrupção é contraproducente para todos, pois transforma as relações pessoais e profissionais em desastres. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “5 mistérios e uma certeza”, publicada na revista **Veja** em sua edição do último dia 19 de outubro do corrente.

A matéria trata dos bastidores do caso Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André, que foi assassinado em circunstâncias que, até hoje, não ficaram esclarecidas.

Segundo a matéria, “Reduzido à sua essência, o caso se compõe de dois crimes. O primeiro é o assassinato do prefeito em si. O segundo, o esquema de corrupção formado na cidade que ele administrava”.

Ainda segundo a matéria, “Enquanto não se souber exatamente o que aconteceu, o espectro de Celso Daniel continuará a assombrar o PT”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

5 MISTÉRIOS E UMA CERTEZA

Os bastidores do caso Celso Daniel, o crime com elementos de romance policial que provoca calafrios na cúpula do PT

TEZA

O cadáver de Celso Daniel, que jaz embalsamado no Cemitério da Saudade, em Santo André, ainda assombra o PT. Nos últimos dois meses, os dois irmãos do prefeito assassinado, João Francisco e Bruno Daniel, depuseram na CPI dos Bingos. Voltaram a bater na tecla de sempre — a de que dois petistas de alto coturno, José Dirceu e Gilberto Carvalho, puxavam os fios do esquema de corrupção que se instalou em Santo André. Nos próximos dias os irmãos serão colocados frente a frente com Gilberto Carvalho em uma acareação promovida pela CPI. Essa idéia provoca calafrios até no presidente da República — Lula declarou recentemente que a CPI dos Bingos estaria “perdendo o foco”. Na quarta-feira passada, mais um morto se juntou à pilha de cadáveres de alguma forma relacionados com o caso. Carlos Delmonte Printes, médico-legista que fez a autópsia de Celso Daniel e constatou marcas de tortura, foi encontrado sem vida em seu escritório. Até sexta-feira o episódio ainda intrigava a polícia e o Ministério Público. O exame pericial descartou causas naturais como um ataque do coração, mas também não havia marcas de violência que sustentassem a hipótese de assassinato.

O crime que vitimou o prefeito petista, seqüestrado na noite de 18 de janeiro de 2002 e morto na tarde do dia seguinte, tem todos os ingredientes de um romance policial. Mistério, pistas falsas, sexo e luta pelo po-

der. A trama, no entanto, segue uma dinâmica peculiar: procura-se um assassino e, no lugar dele, são encontrados corruptos. Reduzido à sua essência, o caso se compõe de dois crimes. O primeiro é o assassinato do prefeito em si. O segundo, o esquema de corrupção formado na cidade que ele administrava. Há fortes indícios de que haja uma conexão entre ambos, mas não apareceu até agora uma prova definitiva. O primeiro crime, o assassinato, ainda está longe de ser solucionado. A polícia identificou e prendeu os integrantes da quadrilha que, na noite do dia 18, em São Paulo, seguiu o Mitsubishi Pajero onde estavam o prefeito e seu amigo Sérgio Gomes da Silva, rendeu-os, seqüestróu Celso Daniel e o abandonou no dia seguinte numa estrada, já sem vida e com marcas de tortura. Não é possível afirmar com certeza se houve um mandante. Suspeito de ser o arquiteto da ação, o empresário Sérgio Gomes da Silva teve prisão preventiva decretada e passou sete meses na cadeia. Foi solto em julho do ano passado por falta de provas. Já sobre o segundo crime, a propina que o PT cobrava de empresas que prestavam serviços à prefeitura, não há dúvidas. É um dos poucos casos de corrupção no Brasil que têm extrato bancário.

Os depoimentos na CPI e as investigações sobre a morte do legista fornecem uma grande oportunidade para esclarecer os mistérios relacionados à morte do prefeito e aprofundar a única certeza — a de que havia roubalheira em benefício do PT em sua administração. Enquanto não se souber exatamente o que aconteceu, o espectro de Celso Daniel continuará a assombrar o PT — assim como aqueles vilões de filmes de terror que morrem no final, mas ressuscitam no episódio seguinte provocando sustos ainda maiores.

A CERTEZA

Corrupção com recibo e extrato bancário

Examinando o caso Celso Daniel com óculos de hoje, pode-se dizer que a cidade de Santo André foi a precursora do mensalão. Na tarde do dia 24 de janeiro de 2002, cinco dias depois do assassinato do prefeito, a empresária Rosângela Gabrielli, dona de uma empresa de ônibus em Santo André, procurou o Ministério Público para fazer uma denúncia grave. Segundo ela, os donos de companhias rodoviárias da cidade eram obrigados a contribuir para uma caixinha do PT. O valor do mensalão seria proporcional à quantidade de ônibus que cada empresário possuía, à razão de 550 reais por veículo. A própria Rosângela, dona da Expresso Guarará, pagava 40 000 reais todos os meses. A empresária apontou três responsáveis pelo esquema de cobrança. Sérgio Gomes da Silva, o “Sombra”, melhor amigo do prefeito. Klinger Luiz de Oliveira Sousa, ex-secretário de Serviços Municipais de Santo André. E Ronan Ma-

ria Pinto, sócio de Sérgio em três empresas, ele próprio um dos maiores concessionários do setor de transporte público na cidade. Em plena efervescência da campanha eleitoral, a denúncia foi desqualificada por vários petistas, que viram na atitude de Rosângela indícios de manobra eleitoreira. Mesmo assim, abriu-se uma CPI em Santo André e o Ministério Público foi chamado a investigar o caso.

A prova de que Rosângela falava a verdade veio em abril de 2003. A empresária encontrou no fundo de uma gaveta da Expresso Guarará, de sua propriedade, um fax datado de 30 de dezembro de 1998, em que se informava qual seria o valor da caixinha do mês — 100 000 reais — e qual parte caberia a cada uma das sete empresas de ônibus na cidade. No

mesmo fax havia o número da conta bancária de Sérgio Gomes da Silva. Com base no fax, o Ministério Público pediu a quebra do sigilo bancário de Sérgio e constatou que havia depósitos na conta dele, na mesma data, exatamente nos valores discriminados no fax. Segundo Rosângela, a caixinha costumava ser paga em dinheiro vivo, transportado em envelopes — naquele tempo os corruptos ainda não se deixavam apanhar de cuecas

recheadas. Em ocasiões especiais, o depósito era feito diretamente na conta de Sérgio Gomes da Silva. Trinta de dezembro, véspera de feriado e dia de folga dos office-boys das empresas de ônibus, era uma dessas ocasiões. Os extratos bancários levantados pelo Ministério Público mostraram que o dinheiro tinha entrada e saída. No histórico da conta de Sérgio, próximo às datas em que ele recebeu o dinheiro, havia vários depósitos em favor de amigos, entre eles Ivone de Santana, a

namorada de Celso Daniel na época de seu assassinato. “Era um empréstimo pessoal, Sérgio e eu somos amigos há anos”, disse Ivone a VEJA. Assim, a partir da única certeza do caso — a de que havia caixinha político-eleitoral em Santo André — surge o primeiro mistério: quem estava por trás do esquema? E quem se beneficiou dele?

Ronan Maria Pinto (à direita), Sérgio Gomes da Silva, o “Sombra” (abaixo), e Klinger Luiz de Oliveira Sousa: testemunhas os apontam como coordenadores do esquema de corrupção em Santo André. Klinger e Ronan escaparam por pouco da cadeia. Sérgio ficou sete meses preso

MISTÉRIO

Quem chefiava a quadrilha que arrecadava dinheiro para o PT em Santo André?

Durante muito tempo se difundiu a versão de que Celso Daniel foi assassinado porque tentou acabar com o esquema de propina de Santo André. A mais recente virada no caso, em setem-

bro deste ano, trouxe um forte indício de que o prefeito sabia do esquema e se beneficiava dele. O Ministério Público de Santo André localizou uma diarista que prestava serviços ao casal Ivone de Santana e Celso Daniel. Ela concordou em falar desde que seu nome não aparecesse nos autos. Certa vez, durante uma faxina no apartamento, a diarista encontrou três sacos de dinheiro escondidos sob um lençol. No dia seguinte, os sacos não estavam mais lá. "Isso constitui para nós uma prova cabal de que Celso não apenas sabia do esquema como participava dele", diz o promotor Roberto Wider Filho, de Santo André, que investiga o caso desde o princípio. "Até então, o que sabíamos através de depoimentos de amigos e parentes era que o prefeito talvez conhecesse o esquema, mas o tolerava desde que o dinheiro fosse todo para o partido. E teria ficado chateado ao perceber que alguns correligionários se locupletavam."

Fica ainda mais difícil acreditar que Celso Daniel não participava quando se levam em consideração os estreitos laços de amizade entre os petistas de Santo André no tempo da administração do prefeito. Eram como uma quadrilha, no bom sentido do termo — o do poema de

Carlos Drummond de Andrade que evoca uma dança. Miriam que amava Celso que amava Ivone que se casou com Michel mas que também amava Celso. Roman que era sócio de Sérgio que era amigo de Celso que preparava Klinger para ser seu sucessor. Celso que é irmão de Bruno que é casado com Marilena que é amiga de Sérgio.

Ao contrário do que ocorre no poema, os petistas da quadrilha de Santo André têm nome e sobrenome. Miriam Belchior, a primeira mulher do prefeito, Ivone de Santana, sua última namorada, e os irmãos Michel e Maurício Mindrisz, amigos de toda a vida de Celso, se conheceram na adolescência. Eram da turma que freqüentava o boulevard Oliveira Lima, no centro de Santo André, um dos primeiros calçadões do Brasil. Chegaram a cunhar o verbo "boulevardiar", que significava paquerar no calçadão. Celso começou a namorar Miriam Belchior na juventude. Na mesma ocasião, outra moça, Ivone de Santana, se apaixonou por ele. Celso namorava firme uma, mas não desprezava a outra. Quando ele finalmente se decidiu por Miriam, Ivone se ca-

sou com Michel Mindrisz, um dos melhores amigos de Celso e filho da dona da loja de roupas onde ela trabalhava. Foram felizes, mas Ivone continuou vendo Celso durante o casamento. Chegou a ter uma filha desse caso extraconjugal, a qual Michel acabou assumindo. Depois que Celso se separou de Miriam, ele e Ivone, já bem mais maduros, voltaram a ter um relacionamento. Essa contradição amorosa é relevante para o caso por uma razão: toda a turma do Boulevard — Ivone, Miriam, Maurício e Michel — ocupou cargos em um ou mais mandatos de Celso Daniel à frente da prefeitura de Santo André (foram três no total, o último inconcluso). O fato ilustra uma característica marcante do estilo administrativo do prefeito. Ele gostava de se cercar de amigos íntimos, de extrema confiança.

O empresário Sérgio Gomes da Silva, por exemplo, era de máxima confiança. Foi apresentado ao prefeito por Marilena, mulher de seu irmão mais novo, Bruno Daniel. Corria o ano de 1988, Celso estava em campanha para prefeito e queria ter um esquema de segurança. Sérgio era versado em artes marciais, conhecia muita gente na área e montou uma equipe para o candidato. Eleito, Celso lhe deu a coordenação da guarda

municipal e da defesa civil. Sérgio foi ganhando a intimidade do chefe e cresceu dentro da prefeitura. Logo estava pilotando os chamados “projetos matriciais”, iniciativas que envolviam diferentes secretarias. Isso significa que era poderosíssimo, pois estava encarregado de cobrar os secretários, motivo pelo qual todos o chamavam de “Sérgio Chefe”. Marilena, a mulher de Bruno, que havia sido nomeada secretária de Educação, largou a Pasta após uma divergência com o prefeito. O relacionamento entre os dois irmãos, que eram muito próximos, ficou estremecido. Sérgio de certa maneira ocupou o espaço vago, tanto que muitos dos amigos comuns a ambos definem a relação dos dois como fraterna. Ele ficou tão íntimo da turma do Boulevard que se tornou sócio de Celso, Maurício Mindrisz e Miriam Belchior numa empresa de consultoria. Esteve próximo às atividades políticas de Celso até 1996, quando fez

um novo amigo, Ronan Maria Pinto, e entrou em sociedade com ele em três empresas de ônibus. Além disso, Sérgio tornou-se consultor de Ronan na área de coleta de lixo, atividade pela qual os petistas nutrem uma curiosa atração. Juntos, ambos prestaram vários serviços à prefeitura de Santo André durante os mandatos de Celso Daniel.

O Ministério Público de Santo André detectou irregularidades em vários desses contratos, e os investiga até hoje. Os rendimentos declarados de Sérgio Gomes se multiplicaram por dez entre 1996 e 2000. Enquanto o “Sombra” enriquecia, Celso Daniel também fazia um novo amigo. Arquiteto nascido no Maranhão, Klinger Luiz de Oliveira Sousa foi aluno do prefeito, que também era professor, na pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Acabou guindado ao cargo de secretário de Administração quando o prefeito se elegeu para o seu segundo mandato, em 1996.

irritou a família de Celso Daniel ao insistir na versão de crime comum. Gilberto Carvalho (embaixo, à esquerda) e José Dirceu (embaixo, à direita) foram apontados pelos irmãos do prefeito assassinado como integrantes do esquema de corrupção

Corriam rumores de que Celso preparava Klinger para ser seu sucessor.

Não há indícios de rachas na “Turma do Boulevard” que sustentem a tese de que o prefeito, indignado com o esquema de corrupção, tenha brigado com seus até então fiéis colaboradores. Se alguma divergência houve, acabou em esfiha. Em janeiro de 2002, uma semana antes do crime bárbaro, Celso resolveu ir ao restaurante Arabia, em São Paulo, para comemorar sua indicação a coordenador da campanha eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva, que considerava o

ápice de sua carreira política. Convidou três companheiros petistas para o evento. O primeiro era Sérgio Gones da Silva. O segundo, Klinger Luiz de Oliveira Sousa. E o terceiro... Bem, o terceiro será revelado no próximo capítulo.

tos do processo com o nome de “Testemunha Número Um”. Diante de quatro promotores, o depoente, que declarou ser pessoa próxima do prefeito, disse ter conhecimento do esquema de caixinha denunciado por Rosângela Gabrilli. Endossou o nome dos coordenadores: Sérgio, Klinger e Ronan. A partir daí, fez acréscimos bombásticos. Segundo a Testemunha Número Um, Gilberto Carvalho, um dos homens mais próximos de Lula na burocracia petista, sabia do esquema. Mais do que isso. Gilberto Carvalho teria dito à Testemunha Número Um que ele próprio teria sido por diversas vezes o portador do dinheiro da caixinha, que entregava pessoalmente ao presidente do partido, o ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu.

Um mês depois, em junho, a Testemunha Número Um assumiu sua identidade. Tratava-se de João Francisco Daniel, o irmão mais velho do prefeito. Na ocasião, vários cardeais petistas — entre eles o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, escalado pelo partido para acompanhar o caso — vieram a público desqualificar João Francisco, dizendo que ele estava a serviço da “direita”

MISTÉRIO

Qual a real participação de José Dirceu e Gilberto Carvalho no esquema de corrupção da prefeitura petista?

No dia 24 de maio de 2002, apresentou-se ao Ministério Público de Santo André uma testemunha que pediu para não ser identificada. Ela aparece nos au-

e, que era brigado com o irmão. Contra esse argumento, o irmão do prefeito lembrou a VEJA que, meses antes do sequestro, ele próprio, João Francisco, Celso e respectivas mulheres haviam viajado juntos para a Itália, de férias. Recentemente, João Francisco contou a mesma história envolvendo Gilberto Carvalho e José Dirceu à CPI dos Bingos. Em outro depoimento à mesma CPI, o irmão mais novo de Celso, Bruno, endossou a versão. De acordo com João Francisco, Miriam Belchior, a primeira mulher do prefeito, também sabia da história em seus detalhes.

Ex-seminarista e ligado à esquerda católica, Gilberto Carvalho foi um dos fundadores do PT no Paraná. Quando saiu de seu estado natal, ocupou várias funções na burocracia do partido, em geral diretamente ligadas a Luiz Inácio Lula da Silva. Por essa razão, quan-

do Celso Daniel o nomeou secretário de Comunicação de sua prefeitura, ele foi visto pela turma do Boulevard como um enviado especial do próprio Lula ao ABC paulista. Era atípico Celso escolher colaboradores fora do círculo de seus amigos mais próximos. Gilberto, no entanto, se adaptou bem. Tornou-se próximo não apenas de Celso Daniel, mas também de Sérgio Gomes da Silva e Klinger Luiz de Oliveira Sousa, que os irmãos de Celso apontam como os chefões da corrupção. Naquela noite no restaurante Arabia em que Celso comemorava sua ascensão a coordenador de campanha no PT, Sérgio, Klinger e Gilberto Carvalho brindaram com ele. "Acho uma injustiça dizerem que Celso brigou comigo porque soube de algum suposto esquema. Éramos muito próximos até o fim da vida, e se alguém saiu extremamente prejudicado dessa história fui eu", disse Klinger a VEJA. A reportagem da revista tentou confirmar o encontro no restaurante com Gilberto Carvalho, mas ele não retornou as ligações. Além dele, Miriam Belchior e José Dirceu também foram procurados. Informados do assunto que seria tratado, não atenderam à reportagem de VEJA.

III MISTÉRIO Por que o Ministério Público e a Polícia Civil chegaram a conclusões tão diferentes sobre o caso?

Bruno Daniel é o irmão mais novo de Celso. Eles frequentaram simultaneamente a Escola de Engenharia Mauá, em São Bernardo do Campo, iniciaram juntos a militância no PT (o mais velho dos irmãos, João Francisco, preferia ficar longe de política) e iam constantemente ao Estádio do Pacaembu, em São Paulo, para assistir a jogos do Corinthians. Sempre foram

Miriam Belchior
(à esquerda), ex-mulher
de Celso Daniel, também
sabia da roubalheira em
Santo André, de acordo
com os dois irmãos do
prefeito, o professor Bruno
Daniel (acima) e o médico
oftalmologista João
Francisco Daniel (à direita)

muito próximos. O assassinato de Celso traumatizou Bruno. Entre as mágoas que guarda do episódio, uma se destaca: a que nutre pelo deputado petista Luiz Eduardo Greenhalgh, o qual teria tentado abafar, a todo custo, os rumores de que o crime contra Celso Daniel teria motivação política. É importante lembrar aqui que no enterro do prefeito, o então candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso emocionado, em que disse: "Esse crime não foi coincidência. Tem gente graúda por trás disso, e nós vamos descobrir quem é". Dois meses depois, ninguém mais no PT queria saber de apurar o crime. Greenhalgh, destacado pelo partido para acompanhar o caso, tentava convencer a família a não aprofundar as investigações. "Para mim houve um acordo entre PT e PSDB nas vésperas das eleições. Certamente o PT temia que a apuração sobre a morte do meu irmão revelasse mais corrupção, e acertou com o PSDB um abafamento do caso, em troca de silêncio sobre possíveis falcaturas dos tucanos. O Greenhalgh, uma pessoa em que eu confiava, comprou essa versão e tentou vendê-la a nós", disse Bruno a VEJA.

A teoria do irmão de Celso ganhou corpo por causa do próprio silêncio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, que du-

rante muito tempo se negou a dar entrevistas sobre o caso. A verdade, no entanto, é que a investigação foi, sim, tratada como prioridade dentro da instituição. Para apurar o assassinato de Celso Daniel, o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa destacou um de seus quadros mais experientes, o delegado Armando de Oliveira Costa Filho. Ele entrou no caso em 21 de janeiro, dois dias depois da morte do prefeito. Formou uma força-tarefa com 33 investigadores, seis delegados e cinco escrivães. Sua primeira suspeita era um homicídio encomendado. Mirando nessa direção, enviou detetives a Santo André e às faculdades nas quais o prefeito dava aulas, a Fundação Getúlio Vargas e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Não achou nenhum inimigo que pudesse ser considerado um suspeito forte. Os boatos de que havia sido crime passionai também foram descartados por falta de fundamentação. Havia indícios de que o prefeito fosse homossexual e mantivesse um relacionamento com Sérgio Gomes da Silva. O delegado Armando recebeu a informação, vinda do médico-legista, de que Celso era realmente bissexual, mas considerou esse dado irrelevante pelo fato de o prefeito ter uma namorada firme — Ivone — e por nada apontar para outro rela-

cionamento estável, com homem ou com mulher, no mesmo período.

A hipótese de homicídio encomendado começou a ser descartada em 7 de fevereiro de 2002, quando a polícia prendeu José Edison, um dos bandidos da quadrilha que seqüestrou Celso. Em seu depoimento, ele contou que a intenção era seqüestrar um comerciante da Ceasa paulistana. Seguiram-no na noite do dia 18, mas o perderam de vista. Para não voltarem para casa de mãos abanando — haviam roubado dois carros para o crime —, eles resolveram escolher outra vítima aleatoriamente. Foi quando passou a vistosa Mitsubishi Pajero a bordo da qual Sérgio Gomes da Silva e Celso Daniel voltavam a Santo André depois de um jantar no restaurante Rubaiyat, em São Paulo. Os bandidos renderam o carro. José Edison contou à polícia que, pelo biótipo de Sérgio Gomes, pensaram que se tratasse do motorista. No banco do carona, Celso Daniel, alto e branco, parecia um empresário. Partiram, assim, para o seqüestro que acabou desembocando na morte do prefeito. O bandido afirmou que ele e seu bando resolveram assassinar Celso Daniel depois de o identificarem como prefeito de Santo André. Ficaram com medo da per-

seguição implacável que sofreriam por parte da polícia. O delegado Armando e sua equipe prenderam os outros integrantes da quadrilha da favela Pantanal, que confirmaram a história. “Perfícia, impressões digitais, tudo batia. Depois veio o Ministério Público, que não entende nada de investigação, e disse que o trabalho era malfeito. Isso é um absurdo”, queixou-se o delegado a VEJA.

O caso foi reaberto por pressão dos irmãos de Celso Daniel, que conseguiram que o Ministério Público de Santo André, encarregado da questão da corrupção na prefeitura, passasse a investigar também a morte. Como ocorreu no que se refere à Polícia Civil, foi destacada uma elite de procuradores: Roberto Wieder, Amaro Thomé e José Reinaldo Carneiro, familiarizados com investigações complicadas de desvio de dinheiro. O ponto de partida deles era justamente o laudo do legista Carlos Delmonte Printes, que acusava a tortura. Havia manchas vermelhas em várias partes do corpo do prefeito assassinado, provavelmente produzidas por agressões com o cano do revólver. Havia também uma contusão no crânio. O cadáver de Celso Daniel fora encontrado atravessado na estrada. O prefeito vestia apenas uma cueca, colocada ao contrário. No código dos bandidos, isso poderia significar traição. Essa interpretação dos promotores foi reforçada pelo fato de Celso Daniel ter levado um tiro no rosto, o que poderia ser indício de vingança — matar alguém desfigurando-lhe a fisionomia é sinal de humilhação no mundo do crime organizado.

Os promotores passaram a suspeitar que podia haver algo mais do que crime comum. A possível conexão entre a corrupção na prefeitura petista e o assassinato, no entanto, só apareceria mais tarde. “Demos uma virada no caso, e a polícia se negou a investigar para não admitir que fizera um péssimo trabalho”, acusou o promotor José Reinaldo Carneiro — o mesmo que, recentemente, denunciou o escândalo de arbitragem no Campeonato Brasileiro de Futebol. A virada seria o depoimento de um outro bandido, Ailton Alves Feitosa. Ele é até hoje o maior indício de que as duas tramas da história policial — assassinato e corrupção — podem estar de alguma forma interligadas.

IV MISTÉRIO

Existe alguma relação entre as sete mortes ligadas ao caso?

Na sexta-feira passada, a Polícia Civil e o Ministério Público finalmente concordaram em alguma coisa relacionada ao caso Celso Daniel. Ambos trabalhavam com a hipótese de que o legista Carlos Delmonte Printes havia se suicidado. Na véspera, a polícia defendia a tese de morte natural por ataque cardíaco ou problemas pulmonares. A perícia do Instituto Médico Legal, no entanto, descartou causas naturais. As vísceras de Delmonte, assim, foram encaminhadas para um exame toxicológico. De acordo com a família, o legista andava deprimido com a morte de um filho e a doença grave de outro. Mais um indício de suicídio foi a carta que o médico deixou com um terceiro filho, na qual especificava detalhes sobre o próprio enterro e autópsia e listava números de contas bancárias e respectivas senhas. Na tarde de quarta-feira, o legista foi encontrado morto no chão de seu escritório no bairro paulistano de Vila Clementino. Na ocasião, ele estava de cuecas.

A morte de Delmonte é a sétima relacionada ao caso. Dos outros seis mortos, pelo menos três poderiam dar uma virada nas investigações. O mais importante era o bandido Dionísio Aquino Severo, um dos seqüestradores de Celso Daniel. Na manhã de 17 de janeiro de 2002, dois dias antes da ação criminosa, Dionísio e mais dois amigos protagonizaram uma fuga espetacular. Eles tomavam sol no pátio do presídio Parada Neto, em Guarulhos, quando um helicóptero apareceu e os resgatou. Só não foi mais cinematográfico porque os guardas do presídio não reagiram. Estavam, como se diz no jargão dos bandidos, com “os fuzis entupidos” — ou seja, haviam recebido propina para facilitar a fuga. Quem teria pago? Teria sido Dionísio,

O legista Delmonte: seus superiores o proibiram de dar entrevistas quando ele começou a defender a tese de que Celso Daniel havia sido torturado

libertado propositalmente para que seqüestrasse Celso Daniel? Pelo menos uma pessoa acreditava nessa hipótese: o delegado Romeu Tuma Júnior, titular na ocasião da delegacia seccional de Taboão da Serra, sob cuja jurisdição estava a cidade de Jquitiba, município onde o corpo foi encontrado. Sondagens feitas por seus investigadores davam conta de que o helicóptero utilizado na fuga havia sido alugado na região do ABC. Quando passou a investigar a conexão, Tuma começou a receber ameaças de morte. Os recados vinham da parte do próprio Dionísio. Três meses mais tarde, o bandido seria preso em Maceió, onde tentava assaltar um banco. No dia 8 de abril foi levado ao delegado Tuma. Disse que sabia muito sobre o caso, mas só falaria se fosse possível negociar “condições especiais”. Não teve tempo para isso. Foi assassinado dois dias depois dentro do presídio do Belém, em São Paulo. Dois dos outros mortos guardavam relação com Dionísio. O primeiro era o bandido Sérgio “Orelha”, que escondera Dionísio logo depois da fuga do presídio. O outro, Otávio Mercier, investigador da Polícia

Civil que procurava Dionísio depois da fuga e teria chegado a fazer um contato com ele por telefone. Ambos morreram assassinados a tiros.

Antônio Palácio de Oliveira, garçom que serviu o último jantar de Celso Daniel no restaurante Rubaiyat, morreu quando, perseguido por dois homens, espatifou sua motocicleta num poste. Paulo Henrique Brito, testemunha que poderia ajudar a esclarecer as circunstâncias do acidente com o garçom, foi assassinado com um tiro vinte dias depois. A penúltima morte relacionada ao caso foi a de Iran Moraes Redua, o agente funerário que reconheceu o corpo de Celso Daniel, jogado numa estrada de terra em Jquitiba. Redua foi assassinado a tiros em novembro de 2004.

É duvidoso que o legista Carlos Delmonte Printes soubesse algo além do que já havia dito — ele recentemente participou de dois programas de entrevistas da Rede Globo. Em agosto deste ano, Printes deu um depoimento a Roberto Wider e Amaro Thomé Filho, promotores de Santo André envolvidos com o caso, no qual disse que passou dois anos proibido de falar sobre o assunto pelo superintendente da Polícia Científica de São Paulo, Celso Perilli, e pelo diretor do Instituto Médico Legal,

Celso Daniel: revelações de sua diarista provocaram uma virada no caso. De acordo com ela, o prefeito morto guardava sacos de dinheiro debaixo de um lençol

Jose Jajura. No ano passado, em plena vigência da mordada, VEJA conseguiu falar com Carlos Delmonte Printes numa entrevista à qual compareceram outros integrantes da Polícia Civil. Sob a vigilância de seus superiores, Delmonte deu uma versão intermediária sobre o caso. Celso Daniel havia sido torturado, sim, mas isso não significava necessariamente que se tratava de crime político, pois existem bandidos comuns que matam com requintes de sadismo. A revelação mais impressionante que fez na ocasião — e que repetiu no depoimento de agosto aos promotores de Santo André — foi a de que o corpo de Celso Daniel, a pedido dele, havia sido embalsamado. A intenção era que o cadáver pudesse ser exumado no futuro. A ação esboçada a cargo da equipe do Aeroporto de Jumbica, especializada em embalsamamento de corpos para traslados internacionais. Carlos Delmonte Printes acreditava que muita coisa ainda viria a ser descoberta sobre o caso, e um novo exame do cadáver poderia fornecer revelações adicionais (o legista confirmou também que Celso morreria no sábado 19, e não no domingo 20, como está no túmulo do prefeito reintroduzido na capa de VEJA).

Sete mortes depois, resta como testemunha mais importante Afilton Alves Feitosa, um dos companheiros de Dionísio Aquino Severo na fuga do presídio Tarada Neto.

MISTÉRIO

Qual a relação entre o assassinato e o esquema de propina em Santo André?

Quando convidou Dionísio para jogar bola no pátio da cadeia num dia de céu azul, Feitosa ouviu do amigo: “Hoje o dia está propício para voar”. Achou que o colega andava meio estranho e foi para o futebol. Minutos mais tarde, os dois times ficaram estarelecidos ao ver um helicóptero pousar no pátio da cadeia e resgatar Dionísio. Ele próprio. Feitosa, ficou mais surpreso ainda — de forma agradável — quando o companheiro gritou seu nome, chamando-o para fugir com ele. Foi essa a história que ele contou ao Ministério Público de Santo André em setembro de 2002. O mais grave de seu depoimento viria depois. Fugido da cadeia, Feitosa ficou escondido na casa de

dona Dete, tia de Dionísio, e teria ouvido conversas dele com seus comparsas no seqüestro de Celso Daniel. Eles falavam que estava tudo pronto para levar o “peixe grande”. Que o empresário que iria acompanhá-lo sabia de todo o plano e iria facilitar a ação. Que a perseguição, as colisões e os disparos na Pajero seriam apenas para “fazer a cena” — afinal, todos sabiam que o carro era blindado e ninguém em seu interior corria riscos. Que a morte do “peixe grande” seria uma “queima de arquivo”. Que Dionísio havia sido resgatado do presídio para realizar uma série de operações criminosas, e que a principal delas seria justamente esse assassinato. Era fácil legendar a história. O empresário seria Sérgio Gomes da Silva, e o “peixe grande”, Celso Daniel. Depoimentos posteriores de parentes e amigos de Dionísio e Feitosa confirmaram vários pontos da versão do segundo. Num dos depoimentos, Dionísio aparece como mentor da quadrilha, à qual ele se referia carinhosamente como “timinho de Diadema”. Num depoimento, a mulher de Dionísio cita o “Sombra” como financiador da operação.

Foi com base principalmente nesse depoimento que Sérgio Gomes da Silva teve sua prisão preventiva decretada em dezembro de 2003, na condição de elemento de alta periculosidade. Klinger e Ronan escaparam por pouco. Quase foram condenados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em junho do ano passado. De três desembargadores, dois votaram a favor da prisão e um pediu vistas ao processo. Na segunda votação, um dos desembargadores mudou de idéia e eles se salvaram. Em julho do ano passado, Sérgio Gomes da Silva também foi solto. O juiz achou que não havia provas suficientes de que ele fosse o mandante do assassinato. De lá para cá, os personagens do caso Celso Daniel continuam levando vida normal. Quase todos eles, como José Dirceu, Gilberto Carvalho, Miriam Belchior, Maurício Miranda, Ronan Maria Pinto, Klinger Luiz de Oliveira Sousa e o próprio Sérgio Gomes da Silva, continuam participando de governos do PT, próximos ao PT ou fazendo negócios com o PT. Na semana passada, um relatório do Conselho de Defesa da Pessoa Humana, órgão ligado ao Ministério da Justiça, recomendou que se reabrisse o caso Celso Daniel. O parecer provocou ira no governo.

No Cemitério da Saudade, em Santo André, jaz um corpo embalsamado. ■

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o economista Luís Nassif publica artigo, hoje, no Jornal **Folha de S. Paulo**, intitulado “Os ‘focalistas’ e o Bolsa-Família. Em seu texto, Nassif cita o colega do Ipea, Ricardo Paes de Barros, que defende a idéia de que as políticas sociais devem ser focadas para ampliar a eficiência dos gastos.

Em recente apresentação no Conselho de Economia da Federação das Indústrias de São Paulo, Paes de Barros, explica Luís Nassif, informou que, mundialmente, programas sociais modernos são do tipo do Bolsa-Família. Mas há a necessidade de um trabalho integrado, um atendimento sincronizado.

É assim que funciona o programa Chile-Solidário, por exemplo. No Brasil, no entanto, a conexão com a família ocorre somente no dia do cadastramento, quando da entrega do cartão magnético. Depois, o único monitoramento é a frequência escolar do Ministério da Educação.

São também importantes as colocações do economista Nassif a respeito das conclusões de Ricardo Paes de Barros. Nesse sentido, gostaria que fosse anexado ao meu discurso o artigo acima referido, para que conste dos anais da Casa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

LUÍS NASSIF

Os “focalistas” e o Bolsa-Família

ECONOMISTA do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Ricardo Paes de Barros é considerado o maior especialista brasileiro em indicadores sociais. Não é unanimidade quanto à maneira de encarar políticas sociais. É um dos expoentes do “focalismo” – a idéia de que as políticas sociais precisam ser focadas para ampliar a eficiência dos gastos. Defende que o aporte de recursos deve ser interprogramas – isto é, tirando dos menos eficientes e alocando para os mais eficientes.

Em recente apresentação no Conselho de Economia da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paes de Barros informou que, mundialmente, programas sociais modernos são do tipo do Bolsa-Família. Mas há a necessidade de um trabalho integrado, um atendimento sincronizado.

O Chile-Solidário tem cem programas na carteira e 30 mil famílias prioritárias. Tem um estoque de 10 mil empregos (comprados com recursos orçamentários) colocados à disposição dos assistidos. Há um convênio com a prefeitura de cada município, que mantém um agente de erradicação da miséria. Cada família tem que cumprir 56 requisitos para ser liberada gradativamente, desde a família ter todos os documentos até ter pessoas empregadas.

O problema do Bolsa-Família é que há conexão com a família apenas no dia do cadastramento, quando recebe um cartão magnético. Depois, o único monitoramento é a frequência escolar por meio do MEC (Ministério da Educação).

Há que ser mais amplo, diz Paes de Barros. O Bolsa-Família tem um banco de dados dos melhores. O Brasil tem mais de 150 mil agentes comunitários que visitam famílias pobres, que sa-

bem exatamente quem é pobre ou analfabeto. Se conseguir transformar esse agente comunitário em agente social, com recursos do Bolsa-Família e vontade de integrar programas, pode-se fazer uma revolução em pouco tempo.

Outras conclusões de seus estudos:

1) Crescimento ajuda a reduzir a pobreza, não a extrema pobreza. Para um crescimento médio de 3% ao ano da renda per capita e de 4,5% no PIB, seriam necessários um aumento de 50% na renda per capita e 15 anos de crescimento para reduzir a extrema pobreza pela metade. Se conseguir reduzir a desigualdade em 3% de uma só vez, o tempo necessário se reduziria a sete anos.

2) Também não adianta reduzir a desigualdade sem desenvolvimento. Em 2003, a desigualdade foi reduzida em 1% porque a renda per capita caiu e a pobreza ficou parada.

3) A maneira de reduzir a desigualdade é por meio de políticas educacionais apropriadas, apoio aos pequenos empreendedores, políticas sociais eficientes, não necessariamente taxando ou reduzindo rendas.

4) O fato de o Brasil ter uma economia sofisticada é um handicap importante para a eliminação da extrema pobreza. Em Honduras, para reduzir a extrema pobreza à metade, no mesmo período que o Brasil, seria necessário reduzir a desigualdade em 20%.

Nas diversas regiões brasileiras, há impactos diferentes sobre a extrema pobreza da redução da desigualdade e do crescimento. Para o Espírito Santo, a redução da desigualdade é fundamental; para o Ceará, é o crescimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia de hoje, 26 de outubro de 2005, o movimento Pestalozziano no Brasil comemora 80 anos de existência, sendo referência para o País no atendimento de pessoas com deficiência.

Em 1925, da iniciativa do casal Thiago e Joana Würth em desenvolver um trabalho com crianças com dificuldades de aprendizagem, surgiu, em Canoas, no Rio Grande do Sul, uma escola pensionato nos moldes da pedagogia social do educador suíço Johan Heinrich Pestalozzi.

O trabalho de Johan Heinrich Pestalozzi, dedicado aos segmentos marginalizados da sociedade, principalmente aos portadores de deficiência, tornou-se referência para aqueles que desejavam transformar a realidade e buscavam inovar os moldes educacionais da época. Suas teorias defendiam o desenvolvimento integral da criança e a sua individualidade. A pedagogia social de Pestalozzi revolucionou sua época e influenciou trabalhos em todo o mundo.

Foi buscando transformar a realidade que, em 1932, a pesquisadora e educadora russa Helena Antipoff fundou a primeira Sociedade Pestalozzi do Brasil, em Belo Horizonte, com o objetivo de atender as crianças com deficiência. Helena Antipoff chegou ao País em 1929, a convite do Governo do Estado de Minas Gerais, para introduzir a pedagogia social, baseada na educação com amor propagada por Pestalozzi.

Na Pestalozzi de Belo Horizonte, os alunos com desajustamento de conduta ou incapacidade de aprendizagem completavam suas atividades escolares e de educação psicomotoras com atividades manuais e agrícolas. Existiam, também, oficinas, hortas e serviços domésticos como partes integrantes da educação.

Além da área educacional, a Sociedade Pestalozzi atuava em diversos aspectos de exclusão social causados não só pela miséria ou abandono como também pelas dificuldades decorrentes da deficiência, buscando resguardar os direitos das crianças em situação de risco.

A semente de amor plantada por Helena Antipoff germinou e deu frutos. Em 1945, a educadora fundou a Pestalozzi do Brasil, no Rio de Janeiro. Em

1948, a Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, e em 1952, a Pestalozzi de São Paulo. Hoje, o movimento congrega 200 instituições filiadas à Federação Nacional das Associações Pestalozzi e presta atendimento a milhares de crianças com deficiência em todo o País.

O trabalho que as Pestalozzis desenvolvem no Brasil é considerado referência não só pelo pioneirismo no atendimento às pessoas com deficiência, mas, principalmente, pela qualidade dos serviços oferecidos e pela dedicação dos profissionais que atuam nas áreas clínica, educacional e profissionalizante.

Saúde, Educação e Trabalho. São elementos fundamentais na condução para a cidadania da pessoa com deficiência. O atendimento integral, fundamentando nos princípios de Pestalozzi e Helena Antipoff, é essencial para que o cidadão com deficiência possa se desenvolver de forma completa.

Desta forma, quero saudar a todas as Pestalozzis brasileiras por estes 80 anos vividos com carinho e dedicação a estas crianças. Que o trabalho que vocês desenvolvem com tanto amor possa continuar transformando a realidade destas pessoas e, conseqüentemente, a realidade de nosso País.

Que o movimento Pestalozziano, como assim é chamado, prossiga cada vez mais unido e atuante buscando evolução em todos os sentidos, por meio da constante qualificação das pessoas envolvidas, do entrosamento, da racionalização dos trabalhos, da definição dos objetivos de luta e do apoio de autoridades sensíveis e conscientes da dimensão e importância da questão da deficiência tanto no aspecto preventivo como no do atendimento.

Parabéns a todos!

Muito obrigado,

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 15 minutos.)

(OS Nº 17313/05)

ATA DA 140ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2005

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 131, de 24 de agosto de 2005)

RETIFICAÇÃO

À página nº 28731, 1ª coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte despacho, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2005,

Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.

ATA DA 142ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2005

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 132, de 25 de agosto de 2005)

RETIFICAÇÃO

À página nº 28911, 2ª coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte despacho, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2005,

À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

ATA DA 150ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2005

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 138, de 2 de setembro de 2005)

RETIFICAÇÕES

À página nº 29925, 2ª coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte despacho, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2005,

Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.

À página nº 29975, 2ª coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte despacho, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2005,

À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

DECISÃO DA COMISSÃO DIRETORA

A **COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, DECIDE:

Art. 1º - Os gabinetes parlamentares do Senado Federal passam a ter a respectiva lotação acrescida dos seguintes cargos em Comissão:

I) 01 (um) cargo de Assessor Técnico para os senadores;

II) 02 (dois) cargos de Assessor Técnico para os membros da Comissão e Mesa Diretora, as Lideranças, o Corregedor e os Presidentes de Comissões Permanentes;

III) 03 (três) cargos de Assessor Técnico para os membros suplentes da Comissão Diretora, o Presidente do Conselho de Ética, o Ouvidor-Geral do Senado e o titular da Procuradoria Parlamentar; e

IV) 01 (um) cargo de Secretário Especial de Imprensa, Símbolo FC-09, e 04 (quatro) cargos de Assessor de Imprensa, Símbolo FC-08, para a Presidência.

Parágrafo Único - Aplica-se aos cargos de que trata os incisos I, II e III deste artigo o preenchimento alternativo previsto no art. 5º da Resolução nº 63, de 1997.

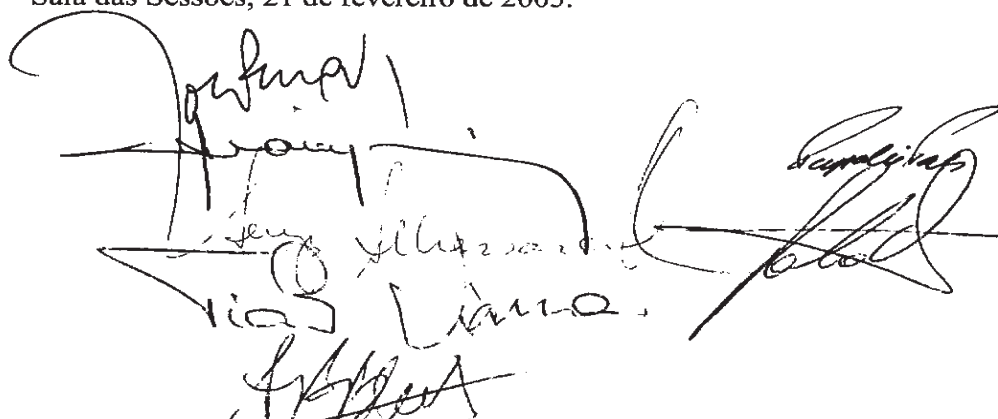
Art. 2º - Para atender ao disposto nesta Decisão ficam extintos no quadro de pessoal do Senado Federal/SEEP os seguintes cargos vagos de Analista Legislativo (Nível III).

ESPECIALIDADE	Nº DE CARGOS
Administração	39
Processo Industrial Gráfico	06
Redação e Revisão	40

Art. 3º - A Comissão Diretora submeterá à ratificação do Plenário as modificações introduzidas por esta Decisão.

Art. 4º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2005.



Handwritten signatures and stamps of the members of the Comissão Diretora do Senado Federal. The signatures are in black ink and are written over a grid of lines. The stamps are rectangular and contain the names of the members: "Senador" and "Vice-Presidente".

DECISÃO DA COMISSÃO DIRETORA

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

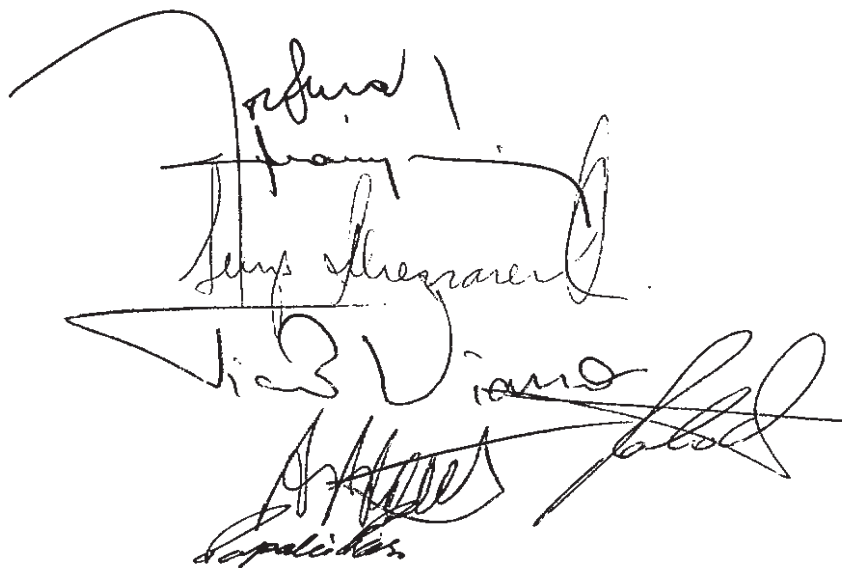
Considerando que as prestações de contas do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, encaminhadas por meio dos Processos nºs 010476/04-0, 014552/04-3, 007324/05-7, 012584/05-3 e 003259/05-6, seguem a sistemática definida no Ato da Comissão Diretora nº 54, de 1988; e

Considerando que, segundo o Parecer nº 095/2004 da Advocacia do Senado Federal, não há óbice com relação ao repasse de recursos da União em favor do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, “... entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, juntamente com a administração pública federal, de ações prioritárias que contribuem diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual (art. 29 da LDO)”.

DECIDE:

Aprovar as prestações de contas do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano referentes aos recursos repassados pelo Senado Federal no segundo, no terceiro e no quarto trimestres de 2004 e no primeiro e no segundo trimestres de 2005.

Sala da Comissão Diretora, 26 de outubro de 2005.



Handwritten signatures of the members of the Comissão Diretora, including names like J. F. de A. and J. C. V. de A.

DECISÃO DA COMISSÃO DIRETORA

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, considerando a necessidade de disciplinar, internamente, a aplicação do teto de retribuição de que trata o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003, alterada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005;

DECIDE:

I) aprovar o Parecer nº 242/2005-ADVOSF, proferido no Processo SF nº 012235/05-9, cujos fundamentos e conclusões passam a integrar esta Decisão;

II) determinar que todas as parcelas retributivas, inclusive as vantagens pessoais, pagas a senadores e servidores, ativos e aposentados, bem como a seus pensionistas, sejam consideradas no cálculo do novo teto instituído pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003, com a alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005, excluídas, tão-somente, as indenizatórias, as compensatórias previstas expressamente no próprio texto constitucional, e as decorrentes da retribuição pelo exercício de funções comissionadas por servidores efetivos, nos termos do inciso V do art. 37 da Constituição Federal, que, entretanto, não poderão ultrapassar, por si só, o teto de remuneração;

III) autorizar, provisoriamente, a aplicação do teto em separado na acumulação de rendimentos, considerando-se cada remuneração isoladamente, até que seja regulamentada a matéria e criado o sistema integrado de dados de que trata a Lei nº 10.887, de 2004.

Sala da Comissão Diretora, em 26 de outubro de 2005.

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL**

27-10-2005
quinta-feira

**12:00 – Ministro Celso Amorim, Ministro de Estado
das Relações Exteriores**

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

**12:30 – Embaixador Demetrio Infante Figueroa,
Embaixador do Chile**

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

15:00 – Visita de cortesia dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Território de Língua Portuguesa

Presidente Cristiano André, Presidente do Tribunal Supremo de Angola Presidente Edson Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça do Brasil Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, Ministro do Superior Tribunal de Justiça Ministro Humberto Gomes de Barros, Ministro do Superior Tribunal de Justiça Ministro Peçanha Martins, Ministro do Superior Tribunal de Justiça Presidente Benfeito Mosso Ramos, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de cabo Verde Presidenta Maria do céu Silva, Presidenta do Supremo Tribunal de Justiça de Guiné-Bissau Presidente Sem

Hou Fai, Presidente do Tribunal de Última Instância de Macau Presidente Mário Mangaze, Presidente do Tribunal Supremo de Moçambique Presidente José Moura Nunes da Cruz, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal Presidente Maria Alice Rodrigues Vera Cruz de Carvalho, Presidenta do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe Presidente Cláudio de Jesus Ximenes, Presidente do Tribunal de Recurso do Timor-Leste Senhor Ricardo Campos Cunha, Secretário-Geral Permanente do Fórum Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa – pauta sobrestada

Plenário do Senado Federal

PARECER Nº 22, DE 2005-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 35, de 2005 – CN, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$255.974.234,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Gilmar Machado**

I – Relatório

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, b, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República

encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 94, de 2005-CN (nº 530/2005, na origem), o Projeto de Lei nº 35, de 2005-CN, que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$255.974.234,00 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta lei.

O Art. 2º do Projeto estabelece que os recursos necessários à abertura deste crédito decorrem de:

“I – excesso de arrecadação de recursos próprios não-financeiros, no valor de R\$61.951.339,00 (sessenta e um milhões, novecentos e cinquenta e um mil, trezentos e trinta e nove reais); e

II – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$194.022.895,00 (cento e noventa e quatro milhões, vinte e dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais), conforme indicado no Anexo II desta lei.”

A Exposição de Motivos – E.M., nº 00150/2005/MP, de 29 de julho de 2005, do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, informa que a abertura do crédito visa adequar o orçamento vigente dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrativo abaixo:

		Em R\$ 1,00
Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.237.354	3.273.354
- Ministério da Ciência e Tecnologia (Administração Direta)	3.237.354	3.273.354
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	230.870.880	168.919.541
- Ministério da Educação (Adm. Direta)	45.017.885	68.342.040
- Universidade Federal de São Paulo	30.835.967	-
- Fundação Universidade de Brasília	37.031.870	19.731.870
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	45.157.220	-
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	59.522.056	77.379.276
- Demais Unidades	13.305.882	3.466.355
MINISTÉRIO DO ESPORTE	21.830.000	21.830.000
Ministério do Esporte – Administração Direta	21.830.000	21.830.000
Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros	-	61.951.339
TOTAIS	255.974.234	255.974.234

Esclarece, ainda, a E.M., que os remanejamentos de dotações propostos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte não causado prejuízos às execuções das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício e que sedo destinados para atenderem às seguintes programações:

- no Ministério da Educação os recursos nos valores de R\$230.870.880,00 (duzentos e trinta milhões, oitocentos e setenta mil, oitocentos e oitenta reais) visam suplementar dotações nas unidades orçamentárias do Ministério da Educação, entre elas o FNDE e o INEP e outras unidades, com a finalidade de atender as programações de modernização e ampliação das instituições e a manutenção de seu funcionamento, assistência hospitalar e ambulatorial, complementar o programa “Dinheiro Direto na Escola” dentre outras programações;

- no Ministério do Esporte o valor de R\$21.830.000,00 (vinte e um milhões, duzentos e trinta mil reais) visa suplementar ações para construção de núcleos de esportes no estado do Acre, a modernização e ampliação e funcionamento de espaços esportivos já existentes, bem como a renovação de convênios que possibilitarão o atendimento de crianças, jovens, idosos e portadores de necessidades especiais, entre outras programações; e

- no Ministério da Ciência e Tecnologia o valor de R\$3.273.354,00 (três milhões, duzentos e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e quatro reais) tem por finalidade dar continuidade à estruturação, desenvolvimento e implantação do portal de inovação, entre outras programações.

Finalmente, esclarece a E.M., que, nos termos do art. 65 da Lei nº 10.934, de 2004 (LDO 2005), a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta do resultado primário estabelecida para o corrente exercício uma vez que o valor de R\$194.022.895,00 (cento e noventa e quatro milhões, vinte e dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais) é proveniente de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização das programações suplementadas e o valor de R\$61.951.339,00 (sessenta e um milhões, novecentos e cinquenta e um mil, trezentos e trinta e nove reais) trata de suplementação de despesas primárias a conta de incorporação de excesso de arrecadação de receitas primárias, conforme está

demonstrado no quadro anexo de demonstrativo de excesso de arrecadação.

Lida na Sessão do Congresso Nacional em 10-8-2005, a Mensagem foi remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização e designado este Parlamentar para relatar a matéria, na forma regimental.

É o Relatório.

II – Emendas

Foram apresentadas 104 (cento e quatro) emendas de autoria de diversos parlamentares ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN com diversas finalidades.

III – Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva incluir na Lei Orçamentária vigente (Lei nº 11.100, de 25-1-2005) que objetiva reforçar dotações no âmbito dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte e que foi formulada de acordo com o que determina a Lei nº 4.320, de 17-3-64, a Lei nº 10.934, de 11-8-2004 (LDO/2005) e a Lei nº 10.933, de 11-8-2004 (Plano Plurianual 2004-2007).

Quanto às 104 emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 35, de 2005-CN, decidimos rejeitar no mérito as emendas de nºs 00019, 00022 a 00026, 00029 a 00031, 00033 a 00037, 00040, 00041, 00047 a 00050, 00052, 00058, 00060, 00062, 00063, 00069 a 00077, 00079 a 00083, 00085, 00087, 00088, 00090 a 00096, 00098 a 00102, considerando que o acatamento dos pleitos ensejaria redução significativa do projeto, com evidentes prejuízos às ações constantes dos programas de trabalho, consoante a Exposição de Motivos nº 00150/2005/MP, datada de 29 de julho de 2005 que acompanha a proposição.

Nos termos do art. 8º, alínea o, do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, estamos indicando ao Presidente da Comissão, para inadmissibilidade, as emendas, de nos 00001 a 00018, 00020, 00021, 00027, 00028, 00032, 00038, 00039, 00042 a 00046, 00051, 00053 a 00057, 00059, 00061, 00064 a 00068, 00078, 00084, 00086, 00089, 00097, 00103 e 00104, por contrariarem normas constitucionais, legais e regimentais.

Desse modo, considerando que a proposição não colide com os dispositivos legais relativos a alocação de recursos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 35, de 2005-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, – Deputado **Gilmar Machado**, Relator.

CMO
DESTAQUE Nº

001

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

Retornado

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALE Nº DA EMENDA: 30

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

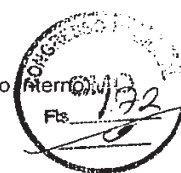
3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL

AUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALE NOME LEGÍVEL
DATA: ____ / ____ / ____ ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMO
DESTAQUE Nº

002

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

Retirado

1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALE Nº DA EMENDA: 31

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL

AUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALE _____
DATA: ____ / ____ / ____ _____
NOME LEGÍVEL _____
ASSINATURA _____

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMO
DESTAQUE Nº

003

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALE Nº DA EMENDA: 302

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

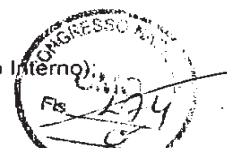
3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL

AUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALE NOME/LEGÍVEL
DATA: ____ / ____ / ____ ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMO
DESTAQUE Nº

004

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

Retirado

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALE Nº DA EMENDA: 33

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

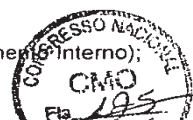
☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALEDATA: / /

NOME LEGÍVEL

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMO
DESTAQUE Nº

005

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

Retirado

1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALE Nº DA EMENDA: 34

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

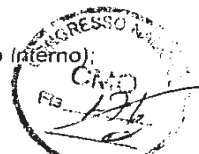
☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALEDATA: / /

NOME LEGÍVEL

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMO
DESTAQUE Nº

006

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

Retirado

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALE Nº DA EMENDA: 35

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALEDATA: / /

NOME LEGÍVEL

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.

197
e

CMO
DESTAQUE Nº

007

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

Refinado

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALE Nº DA EMENDA: 36

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALE

DATA: ____ / ____ / ____

NOME LEGÍVEL

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMO
DESTAQUE Nº

008

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

Retirado

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

1- AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALE Nº DA EMENDA: 37

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALE

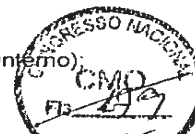
DATA: ____ / ____ / ____

NOME LEGÍVEL

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMO DESTAQUE Nº 009

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

NÃO
Inadmitida**REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)**

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALE Nº DA EMENDA: 38

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo:	Seção:	Artigo:
Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

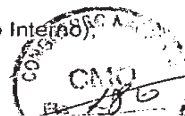
3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL

AUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALE NOME LEGÍVEL
DATA: / / ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMO
DESTAQUE Nº

010

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALE Nº DA EMENDA: 39

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de LeiCapítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALE

DATA: ____ / ____ / ____

NOME LEGÍVEL

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.

CMO

DESTAQUE N°

011

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

Retornado

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALEN° DA EMENDA: 40

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____

Seção: _____

Artigo: _____

Parágrafo: _____

Inciso: _____

Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALE

NOME LEGÍVEL

DATA: ____ / ____ / ____

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMO

DESTAQUE Nº

012

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

Retirado

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALE Nº DA EMENDA: 41

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

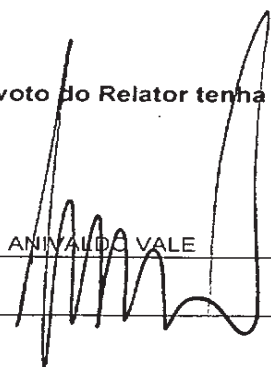
☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL

AUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALE NOME LEGÍVEL
DATA: / /  ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMO
DESTAQUE Nº

013

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

NÃO

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Inadmitido

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALE Nº DA EMENDA: 42

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de LeiCapítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALE

DATA: ____ / ____ / ____

NOME LEGÍVEL

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.

159

CMO
DESTAQUE Nº

014

NÃO

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Inadmitido

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALENº DA EMENDA: 43

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de LeiCapítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALE

DATA: ____ / ____ / ____

NOME LEGÍVEL

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMO
DESTAQUE Nº

015

NÃO

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

Inadmitido

1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALENº DA EMENDA: 44

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALE

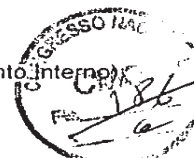
DATA: ____ / ____ / ____

NOME LEGÍVEL

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMU
DESTAQUE Nº

016

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

NÃO

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Indicada

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALENº DA EMENDA: 45

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALEDATA: / /

NOME LEGÍVEL

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.

25801
187
ce

CMO
DESTAQUE Nº

017

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

NÃO

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Líria M. Melo

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALENº DA EMENDA: 46

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo:	_____	Seção:	_____	Artigo:	_____
Parágrafo:	_____	Inciso:	_____	Alínea:	_____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALEDATA: / /

NOME LEGÍVEL

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMO
DESTAQUE Nº

018

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

Retornado

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALENº DA EMENDA: 47

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____

Seção: _____

Artigo: _____

Parágrafo: _____

Inciso: _____

Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALE

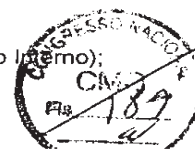
DATA: ____ / ____ / ____

NOME LEGÍVEL

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMO
DESTAQUE Nº

019

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

Refinado

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

1 - AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALE Nº DA EMENDA: 48

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALEDATA: / /

NOME LEGÍVEL

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CMO
DESTAQUE Nº

020

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO ADICIONAL (Suplementar e Especial)

Retornado

REQUERIMENTO DE DESTAQUE (À EMENDA APRESENTADA)

Requeiro, nos termos regimentais, destaque na forma a seguir indicada:
(DESTAQUE PARA ALTERAÇÃO DO VOTO DO RELATOR)

1- AUTOR DA EMENDA: DEP. ANIVALDO VALE Nº DA EMENDA: 49

2- PARTE DO PROJETO DE LEI SOBRE A QUAL INCIDIU A EMENDA APRESENTADA (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☐ 2.1 Texto do Projeto de Lei

Capítulo: _____ Seção: _____ Artigo: _____
Parágrafo: _____ Inciso: _____ Alínea: _____

☐ 2.2 Anexo I – Suplementação☐ 2.3 Anexo II – Cancelamento

3- EFEITO PRETENDIDO (assinalar com X apenas um dos campos abaixo):

☒ 3.1 Aprovação de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA REJEIÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIAL☐ 3.2 Rejeição de Emenda cujo voto do Relator tenha sido PELA APROVAÇÃO ou PELA APROVAÇÃO PARCIALAUTOR DO DESTAQUE: DEP. ANIVALDO VALE

DATA: ____ / ____ / ____

NOME LEGÍVEL

ASSINATURA

NOTAS:

1. O destaque só poderá ser requerido por membro da Comissão (art. 53, § 1º do Regulamento Interno);
2. Utilizar um formulário para cada emenda, dotação ou dispositivo destacado;
3. Apresentar o destaque em 02 (duas) vias.



CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigéssima Reunião Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2005, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado GILMAR MACHADO, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 035/2005-CN**. Foram apresentados 20 (vinte) Destaques, todos de autoria do Deputado Anivaldo Vale, dos quais os de nºs 03, 09, 10, 13 a 17, foram **DECLARADOS INADMITIDOS** pelo Presidente, por se referirem a emendas inadmitidas, e os de nºs 01, 02, 04 a 08, 11, 12, e 18 a 20 foram **RETIRADOS** pelo autor. Ao Projeto foram apresentadas 104 (cento e quatro) emendas, das quais foram **REJEITADAS** as de nºs 019, 022 a 026, 029 a 031, 033 a 037, 040, 041, 047 a 050, 052, 058, 060, 062, 063, 069 a 077, 079 a 083, 085, 087, 088, 090 a 096, 098 a 102 e **DECLARADAS INADMITIDAS** as de nºs 001 a 018, 020, 021, 027, 028, 032, 038, 039, 042 a 046, 051, 053 a 057, 059, 061, 064 a 068, 078, 084, 086, 089, 097, 103 e 104.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Flexa Ribeiro, Geraldo Mesquita Júnior, Ideli Salvatti, João Batista Motta, João Ribeiro, Leonel Pavan, Mozarildo Cavalcanti, Ney Suassuna, Romero Jucá, Serys Shessarenko, Sibá Machado e Wellington Salgado de Oliveira e os Deputados, Ronaldo Dimas, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Assis Miguel do Couto, Benedito de Lira, Beto Albuquerque, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Colbert Martins, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Homero Barreto, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, João Leão, João Magalhães, João Tota, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Carlos Machado, José Rocha, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Leodegar Tiscoski, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Luiz Piauhyllino, Manato, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Marcio Fortes, Márcio Reinaldo Moreira, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Neyde Aparecida, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Vander Loubet, Vignatti, Waldemir Moka, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 25 de outubro de 2005.



Senador **GILBERTO MESTRINHO**
Presidente



Deputado **GILMAR MACHADO**
Relator

CONGRESSO NACIONAL**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 35/2005-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$255.974.234,00 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Sala de Reuniões, 25 de outubro de 2005. – Senador **Gilberto Mestrinho**, – Presidente, – Deputado **Gilmar Machado**, Relator.

PARECER Nº 23, DE 2005 – CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 43, de 2005 – CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$1.125.577.010,00, para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.”

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Carlito Merss**

I. Apreciação**I.1. Histórico**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 109, de 2005-CN (nº 610/2005, na origem), o Projeto de Lei nº 43, de 2005 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplemen-

tar no valor de R\$1.125.577.010,00, (um bilhão, cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil e dez reais), para atender às programações contidas do anexo do projeto de lei e que se destinam ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, decorrentes do aumento linear de 13% (treze por cento) que está sendo concedido aos militares das Forças Armadas, a partir do mês de outubro de 2005.

A Exposição de Motivos nº 186/2005-MP, de 6 de setembro de 2005, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, esclarece que as alterações decorrentes da abertura desse crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de suplementação de programações à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias.

Cumpridos os trâmites aprovados para a apreciação da proposição, nos termos facultados pelas normas em vigor, coube-nos a honrosa incumbência de relatá-la.

I.2. Análise

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, dado ter por objetivar o reforço de dotações já constantes da Lei Orçamentária vigente (Lei nº 11.100, de 25-1-2005) e formulada de acordo com o que determina o art. 65 da Lei nº 10.934 de 11-8-2004 (LDO/2005).

Não foram apresentadas emendas, no prazo regimental.

II. Voto do Relator

Do exame da proposição, verificamos que essa iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN Nº 43, de 2005-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

É o Relatório.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Vigéssima Reunião Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2005, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado **CARLITO MERSS**, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 043/2005-CN**. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Flexa Ribeiro, Geraldo Mesquita Júnior, Ideli Salvatti, João Batista Motta, João Ribeiro, Leonel Pavan, Mozarildo Cavalcanti, Ney Suassuna, Romero Jucá, Serys Silhessarenko, Sibá Machado e Wellington Salgado de Oliveira e os Deputados, Ronaldo Dimas, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Assis Miguel do Couto, Benedito de Lira, Beto Albuquerque, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Colbert Martins, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Homero Barreto, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, João Leão, João Magalhães, João Tota, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Carlos Machado, José Rocha, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Lael Varella, Laura Carneiro, Leodegar Tiscoski, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Luiz Piauhyllino, Manato, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Marcio Fortes, Márcio Reinaldo Moreira, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Neyde Aparecida, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Vander Loubet, Vignatti, Waldemir Moka, Wasny de Roure, Wellington Roberto e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 25 de outubro de 2005.



Senador **GILBERTO MESTRINHO**

Presidente



Deputado **CARLITO MERSS**

Relator

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 43/2005-CN, que “Abre aos Orçamentos

Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$1.125.577.010,00 (um bilhão, cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil e dez reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Sala de Reuniões, 25 de outubro de 2005. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **Carlito Merss**, Relator.

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 263**, ADOTADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2005 E PUBLICADA NO DIA 21 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “**INSTITUI ABONO AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS.**”

CONGRESSISTAS		EMENDA NºS
Deputado JAIR BOLSONARO		003, 004.
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA		001, 002.

~~SOM~~

TOTAL DE EMENDAS: 004

MPV - 263

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 263/05			
autor Deputado José Carlos Aleluia	Nº do prontuário			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se o art. 2º da Medida Provisória nº 263, de 2005, que institui abono aos militares das Forças Armadas.

JUSTIFICATIVA

Desde janeiro do corrente ano o Poder Executivo vem debatendo sobre reajuste salarial aos Militares das Forças Armadas, sem contudo chegar a um consenso senão neste mês de outubro de 2005. Não obstante, concedeu o percentual mínimo de 13% (treze por cento) a partir de 1º deste mês, deixando para trás o compromisso assumido em 2004 de que os soldos dos mencionados militares seriam reajustados já em janeiro passado.

Destarte, a emenda pretende minimizar a situação financeira por qual passa a tropa militar (foco inclusive da imprensa sobre seus familiares reivindicando melhores salários) concedendo-lhes o abano de que trata o art. 1º da MP em tela sem qualquer dedução posterior, pois que, inclusive, os beneficiam em 2 meses, quando já deveriam perceber tal reajuste há dez meses.

Sala das Sessões, de de 2005.


Deputado José Carlos Aleluia
Líder da Minoria

MPV - 263

00002

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL À MP 263, DE 2005

Dê-se à Medida Provisória 263, de 2005, a seguinte redação:

Fixa os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os soldos dos militares das Forças Armadas, a partir de 1º de abril de 2005, são os estabelecidos na Tabela constante do Anexo desta Lei.

Parágrafo único. A partir de 1º de maio de 2006, incidirá o percentual de 10% (dez por cento) sobre os valores constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas a Tabela I do Anexo I da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 e a Lei nº 11.008, de 17 de dezembro de 2004.

JUSTIFICATIVA

Desde janeiro do corrente ano o Poder Executivo vem debatendo sobre reajuste salarial aos Militares das Forças Armadas, sem, contudo, chegar a um consenso senão neste mês de outubro de 2005. Não obstante, concedeu o percentual mínimo de 13% (treze por cento) a partir de 1º deste mês, deixando para trás o compromisso assumido em 2004 de que os soldos dos mencionados militares seriam reajustados já em janeiro passado.

Destarte, a emenda pretende minimizar a situação financeira por qual passa a tropa militar (foco inclusive da imprensa sobre seus familiares reivindicando melhores salários) concedendo-lhes o reajuste de trata o Projeto de Lei nº 6.031, de 2005, retroativo a 1º de abril de 2005, ainda que a contento da categoria seria a partir de 1º de janeiro, conforme acertado anteriormente entre o Presidente Luís Inácio Lula da Silva e os comandantes máximos das três esferas que compõe as Forças Armadas, conforme noticiaram os respeitáveis jornais brasileiros.

Ademais, não determinou no Projeto de Lei nº 6.031, de 2005, o percentual de reajuste de 10% acordado entre os militares das Forças Armadas e o Senhor Presidente da República para o próximo ano (consoante notícias vinculadas nos principais jornais do Brasil), o que se faz com a emenda ora proposta.

Sala das Sessões, de de 2005.


Deputado José Carlos Aleluia
Líder da Minoria

ANEXO

Posto ou Graduação	Soldo a partir de 1º de abril de 2005 (R\$)
1. OFICIAIS-GERAIS	
Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro	5.595,00
Vice-Almirante, General-de-Divisão e Major-Brigadeiro	5.334,00
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	5.100,00
2. OFICIAIS SUPERIORES	
Capitão-de-Mar-e-Guerra e Coronel	4.653,00
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	4.464,00
Capitão-de-Corveta e Major	4.269,00
3. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	
Capitão-Tenente e Capitão	3.357,00
4. OFICIAIS SUBALTERNOS	
Primeiro-Tenente	3.132,00
Segundo-Tenente	2.796,00
5. PRAÇAS ESPECIAIS	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	2.610,00
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia (último ano)	507,00
Aspirante e Cadete (demais anos), Alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	411,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	372,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	366,00
Aprendiz-Marinheiro	288,00
6. PRAÇAS GRADUADAS	
Suboficial e Subtenente	2.349,00
Primeiro-Sargento	2.049,00
Segundo-Sargento	1.749,00
Terceiro-Sargento	1.419,00
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	990,00
Cabo (não engajado)	225,00
7. DEMAIS PRAÇAS	
Taifeiro de 1ª Classe	933,00
Taifeiro de 2ª Classe	858,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1ª Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Pára-Quedista (engajado)	672,00
Marinheiro, Soldado Fuzileiro Naval, Soldado de 1ª Classe (não especializado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado)	561,00
Marinheiro-Recruta, Recruta, Soldado, Soldado-Recruta, Soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe	189,00

MPV - 263**00003****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 26/10/2005	Proposição Medida Provisória nº 263, de 20 de outubro de 2005.			
Autor DEPUTADO JAIR BOLSONARO				nº do prontuário 302
1 () Supressiva	2 () Substitutiva	3 () Modificativa	4 (X) Aditiva	5 () Substitutivo Global
Página:	Artigo: 3º	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto / Justificação				

Acrescente-se o seguinte Artigo 3º ao texto da Medida Provisória de nº 236, de 20 de outubro de 2005, renumerando-se os demais:

Art. 3º A Tabela V, do Anexo IV, da MP nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de agosto de 2005:

ANEXO IV**TABELA V – AUXÍLIO-INVALIDEZ**

	SITUAÇÃO	VALOR REPRESENTATIVO	FUNDAMENTO
a	O militar que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatada, até 29/12/2000, por Junta Militar de Saúde.	Sete cotas e meia do soldo não podendo ser inferior ao soldo de cabo engajado.	Art. 2º e art 3º, inciso XV.
b	O militar que, por prescrição médica homologada, até 29/12/2000, por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.		
c	O militar que necessitar de internação especializada – militar ou não – ou assistência ou cuidados permanentes de enfermagem, devidamente constatada por Junta Militar de Saúde.	Sete cotas e meia do soldo.	Art. 2º e art 3º, inciso XV.
d	O militar que, por prescrição médica homologada por Junta Militar de Saúde, receber tratamento na própria residência, necessitando assistência ou cuidados permanentes de enfermagem.		

JUSTIFICAÇÃO

Até a edição da MP nº 2.131, de 29 de dezembro de 2000, o auxílio invalidez era pago aos militares que faziam jus a tal benefício, com o valor mínimo equivalente ao soldo de cabo engajado.

Trata-se de vantagem pessoal concedida a alguns militares sob determinadas condições, a bem da verdade, àqueles que o infortúnio lhes causou invalidez e necessidades de hospitalização ou enfermagem.

Por questões jurídicas, foi editada pelo Ministério da Defesa a Portaria Normativa nº 931, de 1º de agosto de 2005, que retirou o patamar mínimo, definindo que tal parcela remuneratória corresponderia a sete cotas e meia do soldo.

Desta forma, os militares de graus hierárquicos mais elevados mantiveram o valor nominal do benefício enquanto que, para os de menores graus hierárquicos e os que percebem cota parte de soldo, tiveram o valor nominal reduzido.

A Justiça vem reiteradamente reconhecendo o direito adquirido dos militares que, na data da mudança da legislação, tinham assegurado a percepção do auxílio invalidez com o valor mínimo equivalente ao soldo de cabo engajado.

Encontra-se em fase de elaboração no Ministério da Defesa, projeto de lei com teor idêntico ao da presente emenda, visando restabelecer o direito desses poucos militares e evitar novo acúmulo de ações judiciais.

Esta Emenda visa a restabelecer a condição anterior e fazer justiça a um pequeno segmento de militares já castigados pela própria condição de invalidez.

Cumpre ressaltar que sua aprovação não irá gerar aumento de despesa, visto que tal benefício vinha sendo pago até o mês de agosto do ano em curso, pelo Exército, e continuou, até setembro, pela Marinha e Aeronáutica, com a devida previsão orçamentária.


JAIR BOLSONARO – PP/RJ

MPV - 263**00004****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 26/10/2005	Proposição Medida Provisória nº 263, de 20 de outubro de 2005.			
Autor DEPUTADO JAIR BOLSONARO				nº do prontuário 302
1 () Supressiva	2 () Substitutiva	3 () Modificativa	4 (X) Aditiva	5 () Substitutivo Global
Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto / Justificação				

Acrescente-se, onde couber, o seguinte Artigo:

“Art. Fica revogado o §2º, do Artigo 18, da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.”

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Emenda pretende corrigir a incoerência contida na Medida Provisória acima referenciada que permite, ao contrário do texto constitucional, que as praças prestadoras de serviço militar inicial, as praças especiais e seus pensionistas, recebam, como remuneração, proventos mensais ou pensão militar, valor inferior ao do salário mínimo vigente.

O resguardo almejado pela Carta Magna, especificamente no inciso IV, do Art. 6º, é o de garantir o atendimento das necessidades vitais básicas que, na realidade, já se vêem comprometidas com o atual patamar atribuído.

Valor aquém deste não nos parece justo, mormente quando se trata do militar que, compulsoriamente, presta serviço à sua pátria ou que almeja carreira no segmento da segurança nacional.



JAIR BOLSONARO – PP/RJ

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia 27 do mês de outubro de dois mil e cinco, quinta-feira, às 10 horas, na sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 263**, adotada em 20 de outubro de 2005 e publicada no dia 21 do mesmo mês e ano, que “Institui abono aos militares das Forças Armadas”, sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2005.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3831, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, o Servidor **FERNANDO LUIZ BRITO DE MELO**, matrícula nº 104805, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Administrativa, de Comunicação Social e Usuários Externos, símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal.

Senado Federal, 26 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3832 DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997,

RESOLVE:

Dispensar, o Servidor **CLÁUDIO SILVA MIRANDA**, matrícula nº 105639, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Atendimento aos Serviços de Apoio Administrativo, símbolo FC-7, e **designá-lo** exercer a Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Administrativa, de Comunicação Social e Usuários Externos, símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal.

Senado Federal, 26 de outubro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3833 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 015897/05-2,

RESOLVE dispensar a servidora **ANDREA DE CASTRO SOUZA RÊGO**, matrícula 42848, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador João Ribeiro, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 11 de outubro de 2005.

Senado Federal, 27 de outubro de 2005.

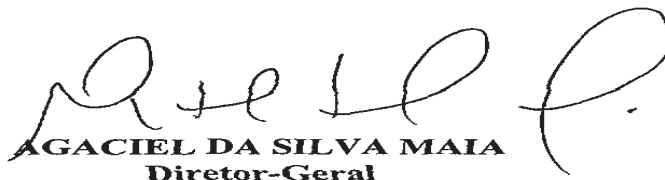

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3834 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015892/05-0,

RESOLVE dispensar a servidora MARGARETT ROSE NUNES LEITE CABRAL, matrícula 21298, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Liderança do PL, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella, a partir de 11 de outubro de 2005.

Senado Federal, 27 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3835 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 016105/05-2,

RESOLVE designar o servidor GILSON CINTRA, matrícula 43865, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, a partir de 01 de outubro de 2005.

Senado Federal, 27 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3836 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9, de 1996, e nº 15, de 1997, da Comissão Diretora,
RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora RAIMUNDA FÁTIMA M. DA CUNHA, matrícula nº 43970, como gestora titular do Processo nº 015370/05-4 e do(s) contrato(s) que este originar, em substituição ao servidor ROGERIO BRAGA DE FIGUEIREDO, matrícula nº 30445, designado por meio do Ato do Diretor-Geral nº 3699/2005.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3837 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9, de 1996, e nº 15, de 1997, da Comissão Diretora,
RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora RAIMUNDA FÁTIMA M. DA CUNHA, matrícula nº 43970, como gestora titular do Processo nº 015371/05-0 e do(s) contrato(s) que este originar, em substituição ao servidor ROGERIO BRAGA DE FIGUEIREDO, matrícula nº 30445, designado por meio do Ato do Diretor-Geral nº 3701/2005.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3838 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9, de 1996, e nº 15, de 1997, da Comissão Diretora,
RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora RAIMUNDA FÁTIMA M. DA CUNHA, matrícula nº 43970, como gestora titular do Processo nº 015372/05-7 e do(s) contrato(s) que este originar, em substituição ao servidor ROGERIO BRAGA DE FIGUEIREDO, matrícula nº 30445, designado por meio do Ato do Diretor-Geral nº 3700/2005.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de outubro de 2005.

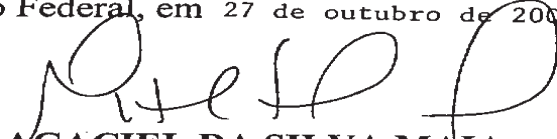

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3839 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º 016710/05-3,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **ROBERTO ANTONIO TURATTI**, matrícula nº 170358, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança do PTB para o Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 27 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3840 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **016708/05-9**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **CHRISTIANE AMORIM CARPES**, matrícula nº 170620, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Liderança do PTB para o Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 27 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3841 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **016.709/05-5**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **ROSA MÔNICA ROLDÃO BRUM**, matrícula nº 191740, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi para o Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 27 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3842 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **016.707/05-2**,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **RENATO BERTOGLIO**, matrícula nº 188089, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi para o Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 27 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3843 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016.701/05-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ MARCIANO FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marco Maciel.

Senado Federal, em 27 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3844 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016.730/05-4,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FLORICENA MAGDALENA ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Álvaro Dias.

Senado Federal, em 27 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3845 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 015.965/05-8.

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora **BERENICE DE SOUSA OTERO**, Consultor Legislativo, Área 1, Nível II, Padrão 45, nos termos do Art. 6º c/c o Art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, bem como o Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, com a vantagem prevista no artigo 1º da Res. SF nº 74/94, c/c o artigo 9º da Res. SF nº 07/2002, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 27 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3846 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016738/05-5,

RESOLVE dispensar a servidora LUCIANA DUARTE DE SANT'ANNA XAVIER, matrícula 49740, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Cadastro e Documentação da Coordenação de Estágios, a partir de 01 de maio de 2005.

Senado Federal, 27 de outubro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3847 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016738/05-5,

RESOLVE dispensar a servidora CLAUDIA CINIRA ABRAHÃO TOLENTINO, matrícula 24615, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Seleção de Estagiários da Coordenação de Estágios, a partir de 01 de maio de 2005.

Senado Federal, 27 de outubro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3848 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016738/05-5,

RESOLVE dispensar a servidora **ANDRÉA GÓES BAKAJ REZENDE**, matrícula 27641, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Elaboração de Folha de Pagamento da Coordenação de Estágios, a partir de 01 de maio de 2005.

Senado Federal, 27 de outubro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soares	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER – PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA – PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO – PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA – P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE – PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALÉO PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA – PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL – PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI – PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES – PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIASI – PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:

(1) VAGA CEDIDA PELO PSDB

(2) VAGA CEDIDA PELO PFL

(3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05

(4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05

(5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

(6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)			1. 1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. 2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. 3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otavio	PA	3050	4. 4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. 1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. 2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. 3. (Vago)		
PT					
Heloísa Helena (PSOL)	AL	3197	1. 1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. 2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)			3. 3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. 1. (Vago)		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. 2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	MS	1128	1. 1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago)			1. 1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB, PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. 1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL/)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL DE SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	----------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 06.10.2005)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3216-6875 Fax: (55) (61) 3216-6880

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

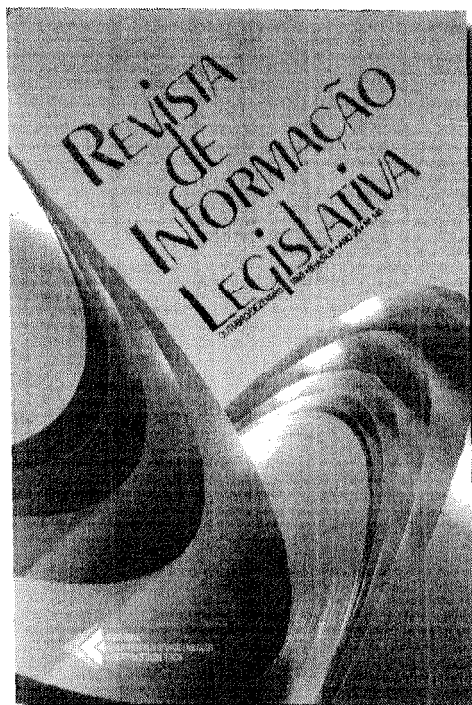
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 284 PÁGINAS